

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Departamento de Linguística e Literatura

Curso de Doutoramento em Linguística

Orientação: Linguística Aplicada Comunicacional

RETÓRICA TEXTUAL E COMUNICAÇÃO PARA A PAZ E DESENVOLVIMENTO

Afonso Vaz Vassoa

Supervisor: Professor Catedrático Armando Jorge P. Lopes

Maputo, Abril de 2015

RETÓRICA TEXTUAL E COMUNICAÇÃO PARA A PAZ E DESENVOLVIMENTO

Tese apresentada ao Departamento de Linguística e Literatura da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como exigência parcial para a obtenção do grau de Doutor em Linguística; orientação: Linguística Aplicada Comunicacional.

Afonso Vaz Vassoa

O JÚRI:

Presidente: Professora Catedrática Perpétua Gonçalves

Supervisor: Professor Catedrático Armando Jorge P. Lopes

Oponente: Prof. Doutor Carlos A. M. Gouveia

Docente Convidado: Prof. Doutor Francisco Noa

Vogal: Prof. Doutor Henrique E. Nhaombe

Local e Data do Exame: Maputo, 2 de Abril de 2015.

“Torna-se importante analisar a retórica, tendo em conta os contextos e objectivos do Discurso, em que um sujeito ou grupo de sujeitos usa a linguagem para produzir um determinado efeito na mente do outro individuo ou grupo de indivíduos.” (Geoffrey Leech)

“A paz é a única forma de nos sentirmos realmente humanos.” (Albert Einstein)

DECLARAÇÃO

Eu, Afonso Vaz Vassoa, declaro por minha honra que a tese que agora submeto ao Departamento de Linguística e Literatura da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, em observância dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Linguística, nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer outro nível académico e constitui produto da minha investigação pessoal e autónoma, tendo referido no texto e na bibliografia as fontes que usei.

O Candidato

(Afonso Vaz Vassoa)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Rosa (minha esposa), à Suwela, ao Narciso e ao Giotto (meus filhos) e a todos aqueles que lutam para que a paz e desenvolvimento sustentável em Moçambique e no mundo sejam uma realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, *Causa Primeira e Fim de Todas as Coisas*, por proporcionar Amor e querer ver um povo livre, capaz de assumir as suas responsabilidades, e cujas relações humanas se baseiem na justiça divina.

Agradeço, também, a várias pessoas individuais e colectivas que, directa ou indirectamente, contribuíram de forma valiosa para que este trabalho fosse concretizado, em especial:

Ao Professor Catedrático Armando Jorge Lopes, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane que, com dinamismo, paciência, espontaneidade, conhecimento e sabedoria ímpares, me orientou na realização desta tese.

À minha esposa Rosa que, no momento certo, com amor, fé e entrega na luta pela paz e justiça divina, me inspirou e estabilizou, de forma carinhosa e consistente, o rumo da nossa vida pessoal.

Aos meus filhos Suwela, Narciso e Giotto, que cedo entenderam as relações que existem entre *a razão e a emoção* e entre *o ser e o ter*.

Ao Prof. Doutor Filipe José Couto, ex-Reitor da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que me autorizou a fazer este curso e me ensinou a podar o desnecessário num corpo, individual ou colectivo.

À Universidade Eduardo Mondlane, pela implementação, como prioridade, de uma política de progressão técnico-científica e sócio-cultural dos seus colaboradores.

À Direcção da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da UEM, pelo apoio multifacetado que me deu durante a realização do curso.

Aos meus amigos Carlos Raul Momade Netia, Amade Daniel Ntapo, Abdulssatar Mussa Alibhai e António Pinto que, com naturalidade e, por isso, sem se aperceberem, muito contribuíram para que eu tivesse força interior e caminhasse até alcançar esta meta académica.

A todos os familiares, amigos e colegas que me apoiaram, de uma ou de outra forma, apresento o meu reconhecimento ilimitado. Muito obrigado!

RESUMO

O jornalista tem um papel primordial nos processos de promoção e consolidação da paz e desenvolvimento nas comunidades, no país e ao nível internacional. Por essa razão, ele tem de estar munido de uma bagagem de cultura geral e de saberes linguísticos, técnicos e éticos que possibilitem que o impacto do seu discurso sobre as audiências seja positivo. Nesta premissa, em termos práticos, é importante reconhecermos que para que o escrevente se comunique eficaz e eficientemente com o seu público-alvo, tanto ele como o seu público – privilegiados intervenientes nesse processo de comunicação – devem ter o suficiente conhecimento partilhado do código linguístico, das convenções retóricas e de outras dimensões não-linguísticas da experiência, “incluindo o nível literário e visão do mundo (schemata/estruturas cognitivas)” (LOPES, 2004: 169).

Uma vez que esse profissional vive e trabalha na base de uma série de conjunturas, pretendemos entender, nesta pesquisa, como e em que medida os vários factores linguísticos, extralinguísticos e interactivos influenciam os discursos do jornalista, especificamente no uso de mecanismos da retórica textual, à luz do que LEECH (1983) referiu como modelo de análise e à luz de um quadro analítico sobre a Paz e Desenvolvimento, na óptica de MATOS (2002).

Para o efeito, analisamos os textos expressos na forma de *notícia*, seleccionados de um jornal moçambicano (“Vertical”) e que constituíram o *corpus* principal da investigação. Por ser uma pesquisa no âmbito da macrolinguística, em que o nosso enfoque é a linguagem do ponto de vista funcional, recorreremos a HALLIDAY (1985) e aos preceitos sugeridos por WIDDOWSON (1983a) e LOPES (2004), sobre a interacção entre intervenientes na comunicação, bem como à teoria sobre o impacto dos contextos sociais, culturais, económicos, políticos, históricos e ideológicos, postulada por GEE (1990).

O propósito é analisarmos dados e gerarmos informações que nos possam levar a possíveis hipóteses e/ou descobertas, ou descrições de padrões, ou relações acerca de linguagens e outros traços linguístico-comunicacionais no Discurso que sustenta as referidas notícias jornalísticas, bem como identificarmos os seus prováveis impactos nos múltiplos processos de relações humanas, especificamente no âmbito da construção e consolidação da paz e desenvolvimento sustentável.

Uma das conclusões a destacar nesta tese é o facto de termos constatado que existe um certo paralelismo entre, por um lado, a capacidade/habilidade do jornalista usar na sua linguagem os meios retóricos no âmbito da retórica textual, como sugere Leech e, por outro, os conhecimentos linguísticos, técnicos e éticos que esse mesmo jornalista possui ou não sobre os princípios que norteiam a elaboração de uma notícia jornalística.

Por essa razão, para o caso específico do tipo de jornalismo que aqui tratamos, ousámos apresentar, no final desta dissertação, uma singela contribuição, em termos de “extensão didáctica”: uma “Proposta de Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento”. Propomos, assim, que estes princípios possam, também, em trabalhos futuros similares, fazer parte de um enquadramento teórico para uma retórica mais alargada ao jornalismo.

Palavras-Chave: Linguística, Comunicação, Pragmática, Retórica Textual, Discurso, Análise do Discurso, Macrolinguística, Linguagem, Paz e Desenvolvimento.

ABSTRACT

Journalists have a crucial role in promoting and consolidating peace and development in communities, in the country, and internationally. For this reason, they should be equipped with a sound general, linguistic, technical and ethical knowledge background in a way as to ensure that the impact of their discourses on audiences is positive. With this premise in mind, it is important to recognize that for journalists to communicate effectively and efficiently with their audiences, both journalists and their potential readers – the key players in this communicative process – should partake appropriate shared knowledge of the code, rhetorical conventions, and other non-linguistic dimensions of the experience, "including academic level and worldwide view (schemata/cognitive structures)" (LOPES, 2004: 169).

The aim of this investigation was to understand how and to what extent the various linguistic, extra-linguistic and interactive factors influence the discourse of journalists, specifically in their use of mechanisms of textual rhetoric, in the light of LEECH's (1983) rhetorical model, on the one hand, and of MATOS's (2002) framework on Peace and Development, on the other.

Towards this end, we have analysed texts composed in the form of *news*, and selected from a Mozambican newspaper ("Vertical"), which constituted the main *corpus* of the investigation. Since the research here is macro-linguistic in nature, the focus being a functional level of analysis, we resorted to HALLIDAY (1985) and to precepts suggested by WIDDOWSON (1983a) and LOPES (2004) on the interaction that takes place between actors in a communicative process, as well as the theory on the impact of social, cultural, economic, political, historical and ideological contexts, as postulated by GEE (1990).

The research purpose was to analyse data and generate information leading to possible hypotheses and/or findings, or descriptions of patterns, or relationships about languages and other linguistic and communication outlines in the discourses in the form of news, and also identify their possible impacts in multiple processes of human relationships, specifically in the construction and consolidation of peace and sustainable development.

One of the conclusions highlighted in this thesis is the fact that we have found that there is a certain analogy and parallelism between, on the one hand, the journalist's ability to use rhetorical means along the lines of the textual rhetoric, as suggested by Leech, and, on the other, his ability to use linguistic, technical and ethical knowledge about principles that guide composition as such and the development of journalistic news.

Thus, for the specific kind of journalism that we refer to, we have dared to introduce, at the end of this thesis, a modest contribution in the form of a "didactic extension", entitled "A Proposal for Ethical and Deontological Principles for the Construction of a Discourse in the Context of Communication for Peace and Development". We have therefore suggested that these principles could equally, in future research, be considered within a theoretical framework aimed at a broader kind of rhetoric applied to journalism.

Key-words: Linguistics, Communication, Pragmatics, Textual Rhetoric, Discourse, Discourse Analysis, Macro-linguistics, Language, Peace and Development.

LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ADM	-----	Aeroportos de Moçambique
AIDMA	-----	Atenção, Interesse, Desejo, Memorização e Acção (lema publicitário)
AIM	-----	Agência de Informação de Moçambique
AOD	-----	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
ANE	-----	Actores Não-Estatais
A.V.V.	-----	Afonso Vaz Vassoa
BAD	-----	Banco Africano de Desenvolvimento
CNCS	-----	Conselho Nacional de Combate ao SIDA
CPD	-----	Comunicação para o Desenvolvimento
DUDH	-----	Declaração Universal dos Direitos Humanos
e-SISTAFE	-----	Sistema informático do SISTAFE
FACIM	-----	Feira Agro-Industrial e Comercial de Maputo
FESA	-----	Fundo de Energia Sustentável em África
FMI	-----	Fundo Monetário Internacional
Frelimo	-----	Frente de Libertação de Moçambique
HIV	-----	(VIH) – Vírus da Imunodeficiência Humana
ICAO	-----	<i>International Civil Aviation Organization</i> (Organização de Aviação Civil Internacional – OACI)
IDE	-----	Investimento Directo Estrangeiro
IES	-----	Instituição de Ensino Superior
IATA	-----	<i>International Air Transport Association</i> (Associação Internacional de Transporte Aéreo)
IOSA	-----	<i>IATA Operational Safety Audit</i> (Auditoria de Segurança Operacional da IATA)
IVA	-----	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LAM	-----	Linhas Aéreas de Moçambique
L1	-----	Língua Primeira
L2	-----	Língua Segunda
MARP	-----	Mecanismo Africano de Revisão de Pares
MISAU	-----	Ministério da Saúde (de Moçambique)

ODM	-----	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OMT	-----	Organização Mundial do Turismo
OIT	-----	Organização Internacional do Trabalho
ONG	-----	Organização Não-Governamental
ONU	-----	Organização das Nações Unidas
OTM	-----	Organização dos Trabalhadores de Moçambique
PCA	-----	Presidente do Conselho de Administração
PALOP	-----	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	-----	Produto Interno Bruto
PME	-----	Pequenas e Médias Empresas
Renamo	-----	Resistência Nacional Moçambicana
RM	-----	Rádio Moçambique
SADC	-----	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SIDA	-----	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SISTAFE	-----	Sistema de Administração Financeira do Estado
SNJ	-----	Sindicato Nacional de Jornalistas (de Moçambique)
UCM	-----	Universidade Católica de Moçambique
UEM	-----	Universidade Eduardo Mondlane
UNAIDS	-----	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA
UNESCO	-----	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	-----	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA	-----	União Nacional para a Independência Total de Angola
USD	-----	Dólar dos Estados Unidos da América

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELAS

Tabela 1:	Quadro de Categorias para a Análise de Dados -----	27
Tabela 2:	Segmentos para a Análise de Dados -----	30
Tabela 3:	Resumo da Proposta de Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento -----	227
Tabela 4:	O paralelismo entre as Máximas no Âmbito dos Princípios Retóricos (LEECH, 1983) e as Máximas dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento (proposta de Vassoa) -----	228

FIGURAS

Figura 1:	Esquema do Enquadramento Teórico: Inter-relação entre os diferentes factores linguísticos e discursivos para a materialização dos objectivos específicos da investigação -----	9
Figura 2:	Esquema do Enquadramento Teórico – sem incluir a Proposta dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento -----	233
Figura 3:	Esquema do Enquadramento Teórico – incluindo a Proposta dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento -----	233

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO -----	ii
DEDICATÓRIA -----	iii
AGRADECIMENTOS -----	iv
RESUMO -----	v
ABSTRACT -----	vii
LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS -----	ix
LISTA DE TABELAS E FIGURAS -----	xi
INTRODUÇÃO -----	1
Contextos Motivacionais e Enfoques Teórico-práticos -----	1
Questão Geral e Contextualização do Problema -----	4
Objectivos da Investigação -----	7
Organização do Trabalho -----	7
CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO -----	9
1.1. Enquadramento Teórico -----	9
1.1.1. Esquema do Enquadramento Teórico -----	9
1.1.2. Paz Comunicativa: humanização do discurso, da acção e das relações sociais e laborais -----	10
1.1.3. Discurso e Análise do Discurso na Retórica Textual -----	16
1.1.4. Quadro de Categorias para a Análise de Dados: As Máximas no Âmbito dos Princípios Retóricos -----	27
1.2. Metodologia da Investigação -----	28
1.2.1. Parâmetros da Pesquisa e Variáveis -----	28
1.2.2. Segmentos para Análise de Dados -----	30
1.2.3. Delimitação da Pesquisa e Constituição do <i>Corpus</i> para a Análise -----	30

CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA -----	32
2.1. Linguística e Comunicação – uma abordagem pragmática e discursiva integrada --	32
2.1.1. Algumas características do Discurso -----	37
2.1.2. Significado -----	39
2.2. O Escrevente, o Discurso, o Texto, o Contexto e o Potencial Leitor -----	46
2.3. Retórica -----	54
2.3.1. As funções ideacional, interpessoal e textual da linguagem -----	56
2.4. Pragmática -----	58
2.4.1. Pragmática Textual -----	64
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DE DADOS -----	67
3.1. Algumas Linhas Orientadoras -----	67
3.2. Análise e Interpretação de Dados -----	69
3.3. Sistematização dos Principais Resultados Obtidos -----	207
CAPÍTULO 4: RECOMENDAÇÕES -----	213
4.1. Alguns Padrões e Modelos -----	213
4.1.1. A nossa contribuição – uma extensão didáctica: o paralelismo entre as “Máximas no Âmbito dos Princípios Retóricos” (LEECH, 1983) e as “Máximas dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento” (proposta de Vassoa, na presente tese) -----	216
CONCLUSÃO -----	235
BIBLIOGRAFIA -----	240
ANEXOS: TEXTOS QUE CONSTITUÍRAM O <i>CORPUS</i> -----	246

INTRODUÇÃO

Esta parte preambular da presente dissertação introduz e descreve, de forma resumida, a investigação aqui proposta. Começa por uma explanação sobre as origens da nossa motivação, expondo as causas do problema que nos inquieta como investigadores, e termina com a apresentação do esquema geral da tese, em que explicamos o que tratamos em cada capítulo.

Essencialmente, para além dos argumentos motivacionais, enfoques teórico-práticos, questão geral e contextualização, o presente capítulo enuncia o problema e justifica, sinteticamente, a necessidade da realização de pesquisas ligadas aos diversos elementos linguístico-discursivo-comunicacionais inseridos em textos jornalísticos. Dependendo de vários factores, entre eles como a linguagem é usada na comunicação, os componentes linguístico-discursivos podem ser pacificadores ou ofensivos.

Contextos Motivacionais e Enfoques Teórico-práticos

Em 1997, em Porto Alegre, Brasil, na fase de culminação do Curso de Graduação em Comunicação Social, realizámos uma investigação na área de Relações Públicas Internacionais, em que pretendíamos observar o nível de percepção dos porto-alegrenses sobre a vida africana, sob vários aspectos. Na investigação, que teve características basicamente quantitativas, formulámos, *à priori*, a hipótese de que a falta de pesquisa, planificação, execução e avaliação de programas institucionalizados e sistemáticos para a divulgação de informações contextualizadas sobre a África naquela urbe fazia com que os respectivos cidadãos tivessem uma impressão distorcida sobre a vida política, económica, social e cultural do continente africano.

Posteriormente, no ano de 2004, na cidade de Denton, Texas, nos Estados Unidos da América (EUA), na fase de conclusão do Curso de Mestrado em Jornalismo, efectuámos uma pesquisa exploratória, que nos permitiu obter respostas sobre alguns parâmetros e procedimentos para uma investigação que pretendíamos desenvolver, referente à questão das relações interculturais na *University of North Texas*.

Tanto na primeira investigação como na segunda, apesar de terem sido desenvolvidas de forma relativamente modesta, foram tratadas e relacionadas questões sobre ideologia, comunicação intercultural e linguagem, implícita e, nalguns casos, explicitamente. As duas pesquisas foram motivadas e justificadas pela nossa curiosidade e experiências empíricas em assuntos de comunicação, linguagem e relações interculturais, que ocorreram em três períodos.

O primeiro período data desde os tempos dos Cursos de Bacharelato em Formação de Professores na antiga Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em 1984-1985, em que a maior parte de docentes vinha do estrangeiro (cooperantes ou expatriados), o que exigia, do estudante e do professor, habilidades para mútua adaptabilidade e para o alinhamento de conclusões de senso comum sobre certos comportamentos nas relações transculturais. E aqui, neste contexto, cabe-nos destacar o que SELINGER & SHOHAMY (1989: 10) nos transmitem sobre esta questão: “A conclusão do senso comum deve ser o ponto de partida de uma pesquisa científica e não o ponto de chegada”.

Foi assim que ocorreram a segunda e terceira etapas, que têm a ver, de forma intercalada, por um lado, com a nossa vivência e experiência nos países acima mencionados e em outros e, por outro lado, com as nossas práticas profissionais nos sectores de Cooperação Internacional e de Comunicação, da Reitoria da UEM (onde trabalhámos durante cerca de 22 anos), acompanhadas, essas práticas profissionais, pela nossa convivência social e cultural, como cidadãos comuns e investigadores.

Estas três experiências interligadas de comunicação transcultural que nos proporcionaram momentos marcantes agradáveis (de paz e progresso) e desagradáveis (de conflito e retrocesso) motivam-nos a enveredar pela presente linha de investigação, em que a comunicação, o discurso, a ideologia, a linguagem e as relações interpessoais e internacionais constituem a essência da proposta que, sob forma de título, apresentamos: “Retórica Textual e Comunicação para a Paz e Desenvolvimento.

É a partir deste nosso conhecimento empírico que adquirimos através de processos de observação de fenómenos e por meio de experiências e interações com o mundo real, que pretendemos desenvolver uma pesquisa científica, isto é, uma pesquisa organizada, estruturada, metódica, sistemática e concebida através de perguntas disciplinadas (SELINGER & SHOHAMY, *op. cit.*: 10), e que é, ao mesmo tempo, uma pesquisa aplicada, nos termos formulados por LOPES (2013; 1998) na visão que aponta (i) para uma relação entre a investigação aplicada e teórica, e ainda a investigação de índole prática, em múltiplos sentidos; e (ii) para uma superação à abordagem positivista ao conhecimento, porque o pesquisador em África “tem de lidar, por um lado, com informação não documental em forma de tradição oral e história oral e, por outro, com informação expressa nos diversos saberes e tradições culturais” (LOPES, 1998: ix).

Analisar discursos que sustentam notícias escritas que resultam de um processo de reflexão, idealização, produção, reprodução e comunicação entre o escrevente e o potencial leitor é um exercício que se enquadra a um nível macrolinguístico, em que a linguagem é considerada para além da forma do enunciado e abrange elementos mais vastos, tais como os processos de construção discursiva e os contextos. Entramos aqui, inegavelmente, no âmbito da designada pesquisa aplicada, neste caso, o da Linguística Aplicada Comunicacional.

A partir destes elementos introdutórios, podemos verificar que, pelas características dos pré-requisitos aqui apresentados, faremos uma pesquisa predominantemente aplicada, com um *design*

de investigação qualitativo. Trabalharemos com factores situacionais ligados aos factores linguísticos, extralinguísticos e interactivos.

Questão Geral e Contextualização do Problema

Sem pretendermos fechar-nos na questão geral da pesquisa, uma vez que o objectivo é descobrirmos padrões que possam emergir ao longo do continuado processo da investigação para, posteriormente, criarmos hipóteses e/ou desenvolvermos modelos que possam explicar os resultados, tendo em conta que se trata de uma investigação qualitativa e tomando em consideração as variáveis dependentes e independentes indicadas na presente tese, formulamos a seguinte pergunta: **Como e em que medida o conhecimento linguístico, extralinguístico e interactivo influencia a escrita do jornalista do diário “Vertical” quando este compõe a notícia, e sobretudo quando produz trechos discursivos noticiosos, especificamente no uso de mecanismos da retórica textual, à luz do que LEECH (1983) referiu como modelo de análise e à luz de um quadro analítico sobre a Paz e Desenvolvimento, na óptica de MATOS (2002)?**

Para respondermos a esta e outras perguntas específicas que forem surgindo ao longo da pesquisa, recorreremos à Análise do Discurso. Através desta, como já nos referimos, pretendemos identificar e relacionar as linguagens e outros elementos linguísticos e discursivos presentes nos textos sobre construções discursivas, expostas nas notícias escritas no jornal moçambicano “Vertical”, no período compreendido entre 2009 e 2011. Este diário, que é editado em Maputo e distribuído aos assinantes por fax e correio-electrónico, foi fundado em Fevereiro de 2002, em substituição do extinto jornal “Metical” que pertencia ao falecido jornalista Carlos Cardoso.

E porque o nosso percurso académico e profissional nos despertou o interesse em estudar, entre outras áreas, assuntos de índole internacional, todas as notícias analisadas nesta investigação são de natureza internacional.

Em relação à contextualização do problema, a nossa motivação, ao desenvolvermos a presente dissertação, justifica-se pelo facto de reconhecermos que, por um lado, em geral, o mundo vive uma série de problemas de relacionamento entre pessoas, entre grupos de pessoas, entre comunidades, entre instituições e entre nações, incluindo enfaticamente problemas no uso da linguagem; em particular, Moçambique vive um ambiente de desrespeito pelos Direitos Humanos (violência física e psicológica, discriminação, injustiça...) e desrespeito pelos Princípios Éticos (desonestidade, desrespeito ao próximo e ao alheio, falsidade, arrogância, ofensas verbais...). Obviamente, estes comportamentos impedem a paz e, conseqüentemente, retardam o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas, das comunidades e dos países; e tal como o uso de armas de fogo, de armas brancas e da força física pode matar o nosso próximo, o uso de enunciados formal e funcionalmente inadequados e atentatórios também pode *matar* esse mesmo semelhante.

Por outro lado, a nossa motivação justifica-se pelo facto de reconhecermos que o jornalista é um dos actores na dinâmica social e cultural que tem responsabilidade nos processos de edificação e manutenção da paz e desenvolvimento humano, ao nível comunitário, nacional e internacional. Isto exige dele uma boa preparação e uma permanente atenção no exercício das suas funções, não só do ponto de vista linguístico-comunicacional, mas também ético e deontológico. Esta postura, que não deve ser apenas o resultado de senso-comum, mas o resultado de uma actividade científica, pode ajudar na identificação e não aplicação de elementos linguístico-comunicacionais com traços tendenciosos e menos abonatórios nos Discursos expressos através de notícias jornalísticas, que podem, gradualmente, comprometer a *Paz Comunicativa* – entendida como o resultado de *comunicar para o bem*, com uma orientação humanizadora, conforme enfatiza MATOS (2002: 12).

Reconhecendo a força de palavras e enunciados nas relações humanas, SEARLE (1969: 3) pergunta como é que esses enunciados e palavras estão relacionados com o mundo. Qual é a diferença entre falar algo e significar esse algo e falar algo sem significar esse algo? Qual é a

diferença entre o significado ameaçador de um enunciado e o significado com um impacto feliz? Para que serviria, questiona o autor, alguma enunciação falsa ou verdadeira? Preocupado com tudo isto, LEECH (1983), como resultado das suas pesquisa e inspirado em outros estudiosos, adopta uma série de máximas no âmbito de alguns princípios retóricos, para auxiliar aqueles que queiram *comunicar para o bem*, alcançando uma compreensão adequada e a *Paz Comunicativa*.

Em termos teóricos, sabemos que, no geral, o jornalismo é uma actividade profissional que tem por objectivo a apuração, o processamento e a transmissão periódica de informações da actualidade, para o grande público ou para determinados segmentos desse público, por meio de veículos de difusão colectiva (jornal, revista, rádio, televisão, internet, cinema, etc.). Sabemos, também, que quanto aos géneros, o jornalismo é classificado, de grosso modo, em jornalismo (i) informativo (com ênfase na notícia objectiva, na informação imparcial, impessoal e directa, limitada a narrar os factos); (ii) jornalismo interpretativo, (iii) opinativo e (iv) jornalismo de entretenimento.

Na presente tese, pretendemos analisar textos no âmbito do jornalismo informativo – a *notícia*.

Os trabalhos científicos dos teóricos da Comunicação e da Linguística, entre outros, ajudam-nos a entender que o desenvolvimento da comunicação de massas deu forma, intensa e irreversivelmente, à natureza da interacção social e da experiência cultural no mundo contemporâneo. Esta verdade é esclarecida, reforçada e valorizada quando reconhecemos que, para a maioria dos indivíduos, hoje em dia, a informação sobre os factos e opiniões que ocorrem fora do seu meio social imediato é, em grande medida, o produto da recepção das formas simbólicas de carácter linguístico-comunicacional, passadas pelos Órgãos de Comunicação Social.

Múltiplas ciências sociais foram sendo desenvolvidas para tentar compreender a evolução do Homem, os seus desejos e aspirações, a organização das sociedades e a interacção entre as pessoas, para que se pudesse ter alguns princípios comuns que auxiliassem o ser humano a ter uma vida social mais harmoniosa e, conseqüentemente, mais feliz. O facto de existir preocupação para a realização constante de educação pelo respeito mútuo e convivência pacífica é que faz com que a análise do Discurso que sustenta os artigos jornalísticos seja uma forma de se encarar o problema.

Objectivos da Investigação

O objectivo geral da presente pesquisa consiste em analisar segmentos retóricos presentes no *genre* da notícia jornalística do diário “Vertical”, tendo como pressuposto a existência de uma escrita *feliz* que, por um lado, satisfaça a paz e harmonia comunicativa e, por outro, atenuar focos de instabilidade comunicativa e social interpessoal, nacional e internacional que normalmente prejudicam e atrasam o desenvolvimento de um país.

Como objectivos específicos, através de uma Análise do Discurso da *notícia* no jornal moçambicano “Vertical”, pretende-se (i) explicar como é que factores linguísticos e extralinguísticos contribuem para o processamento jornalístico do texto noticioso e (ii) explicar como e em que medida o jornalista processa ou não adequadamente o seu Discurso, tendo em conta os princípios retóricos propostos por LEECH (1983), de que o jornalista faz uso, e tendo em conta ainda o enquadramento que MATOS (2002) faz do seu modelo de uma Linguística para a Paz e Desenvolvimento.

Organização do Trabalho

Em termos de esquema geral da presente dissertação, a sua organização começa nesta introdução, em que apresentamos a contextualização e os objectivos da tese. No capítulo 1, debruçamo-nos sobre o enquadramento teórico e metodológico, em que (i) arrolamos e

relacionamos alguns conceitos teórico-práticos articulados, sobretudo no âmbito da macrolinguística, especialmente no contexto da Linguística Aplicada Comunicacional, (ii) desenhamos o quadro que integra as categorias para a Análise de Dados e (iii) expomos a metodologia de investigação, em que apresentamos o *design* da pesquisa e a construção do *corpus* para a análise. No capítulo 2, expomos a revisão da literatura, discorrendo, de forma sucinta, sobre alguns conceitos e estudos relacionados com o tópico da pesquisa que aqui desenvolvemos. No capítulo 3, procedemos à análise, avaliando e discutindo os dados. No capítulo 4, tendo em conta que descobrimos alguns padrões que foram emergindo ao longo do continuado processo da investigação, nos propomos a desenvolver alguns modelos que possam explicar os resultados da pesquisa e recomendar a aplicação dos mesmos em trabalhos similares. Por fim, apresentamos a conclusão e a bibliografia.

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1. Enquadramento Teórico

Na presente tese, apoiado por um leque de referências similares, afins e complementares, o resumo dos conceitos e preceitos da nossa articulação teórico-prática básica, que reflecte o enquadramento teórico, está voltado para as linhas retóricas do Discurso, apresentadas por LEECH (1983), que servem como uma espécie de “meio” para atingir um “fim”, que é, esse fim, a paz comunicativa e desenvolvimento, de MATOS (2002). Para entendermos o nível de comunicação entre o escrevente e o potencial leitor, recorreremos aos princípios da interacção dos intervenientes no processo de comunicação, sugeridos por WIDDOWSON (1983a) e LOPES (2004), e aos contextos sociais, culturais, económicos, políticos, históricos e ideológicos, referidos por GEE (1990).

1.1.1. Esquema do Enquadramento Teórico

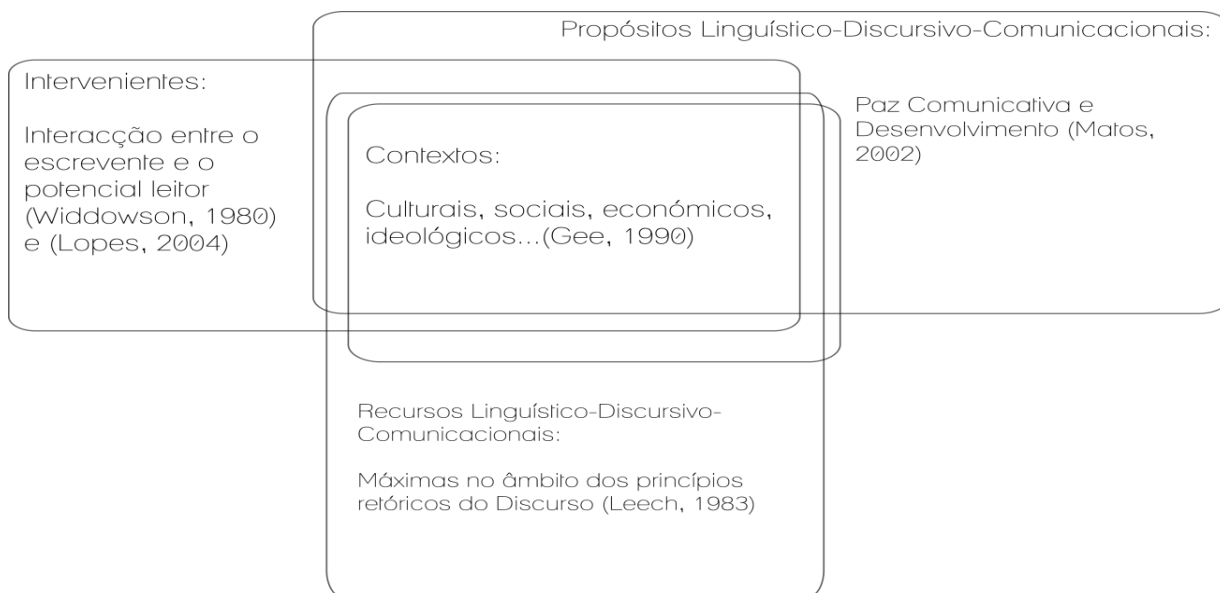


Figura 1: Esquema do Enquadramento Teórico: Inter-relação entre os diferentes factores linguísticos e discursivos para a materialização dos objectivos específicos da investigação.

1.1.2. Paz Comunicativa: humanização do discurso, da acção e das relações sociais e laborais

As inquietações e os objectivos que nos levaram a enveredar por uma pesquisa virada para a Análise do Discurso expresso através de notícias jornalísticas escritas fizeram-nos procurar, com algum receio de insucesso, fontes e suportes práticos que nos pudessem proporcionar coragem e energia para trabalharmos na matéria. Nesse processo de busca, descobrimos que, na actualidade, quando tudo parece perdido no que concerne à prática de boas relações humanas, aquelas que são pela paz, humanização e pelo desenvolvimento sustentável, ainda existem estudiosos, mesmo que raríssimos que, de forma sistematizada, idealizam sociedades justas e livres de qualquer discriminação e apresentam trabalhos científicos de grande relevo. Um desses estudiosos é o Prof. Doutor Francisco Gomes de Matos – investigador brasileiro de referência internacional nas áreas do *Direito Linguístico e da Linguística da Paz*.

Sobre estas matérias, MATOS (2002:54) enaltece que, entre vários aspectos que caracterizam a identidade individual, destaca-se o ecológico. Neste sentido, por um lado, todos somos seres ecológicos, porque nos relacionamos com outros seres vivos e com o meio ambiente. Por outro lado, compartilhamos o planeta Terra, o que nos confere uma identidade planetária, a ser vivida com direitos e responsabilidades. Estes factos levam-nos à condição de *cidadãos planetários*.

Quanto à aplicação do termo “planetário” (e não global), defende Matos, não se trata de uma simples eleição semântica mas, acima de tudo, do modo como nos compreendemos, nos identificamos, de maneira decidida, corajosa e, sobretudo, humanizadora, por defendermos a ideia de que todo o povo tem o direito de viver em harmonia consigo mesmo e com outros povos que

compõem a grande família planetária, numa correlação fundada na igualdade, no respeito mútuo e no justo progresso.

Nessa correlação, de entre as faculdades de pessoas que aplicam o princípio de *comunicar-se bem para o bem*, evidencia-se o de saber comunicar com polidez, característica igualmente importante na retórica de LEECH (1983). Um sujeito comunicativamente polido trata o seu próximo com amabilidade, benevolência, delicadeza, educação, fineza, gentileza e afeição. O “como dizer” e o “como escrever” são tão significativos quanto as ideias positivas a transmitir.

Na postura do “como dizer” e do “como escrever”, MATOS (*op. cit.*: 20) destaca que ser polido é mais desafiador que demonstrar boas maneiras linguísticas; é saber *antever os efeitos* das nossas mensagens, especialmente quando participamos de um debate, de uma discussão, recorrendo, habilmente, ao vocabulário polido que contribua para atenuar o impacto das nossas opiniões e juízos (sobretudo quando estes forem firmes, vigorosos, bem divergentes).

O mesmo autor defende que o saber interagir com pessoas ou instituições das mais variadas condições educacionais e sócio-económicas constitui um grande desafio. O tratar o nosso semelhante ou parceiro com respeito e consideração é, antes de mais nada, um Dever Linguístico, que deve sempre presidir à argumentação. Uma pessoa ou instituição não cortês na sua argumentação é como uma terra sem fertilizante.

Argumentar, no exercício do Direito Linguístico, é um desafio enorme, não somente do ponto de vista linguístico, mas também humanizador, porque pressupõe que o indivíduo que argumenta detenha um conjunto de qualidades, tais como responsabilidade, humildade, igualdade, reciprocidade, bondade, comunicabilidade e, de entre outras, a construtividade. Quando conseguimos materializar essas qualidades de forma integrada, atingimos a qualidade-mor: a humanidade.

Ainda sobre estas matérias, MATOS (*op. cit.:* 22), relacionando o acto de argumentar com a sua evolução histórica e o seu carácter multi e interdisciplinar, acrescenta que

um dos actos mais importantes de nossa vida comunicativa é o *argumentar*, saber persuadir alguém pelo raciocínio. Essa capacidade de apresentar argumentos tem sido objecto de estudos, há muitos séculos, desde as tradições da Retórica clássica - Aristóteles, Cícero, Quintiliano - até às teorias contemporâneas interdisciplinares sobre a argumentação, resultantes da integração de ideias da Estilística, Lógica, Filosofia, Análise do Discurso e Psicologia Interpessoal.

Para o alcance da *Paz Comunicativa*, saber persuadir alguém pelo raciocínio não deve significar o uso da retórica para avassalar o outro. Sobre este assunto, MATOS (*op. cit.:* 27) defende, e nós concordamos com ele, que é necessário que aprendamos a evitar a “discriminação linguística”, declarando que estamos a atravessar uma Era desafiadora para os Direitos Humanos, com o aparecimento dos Direitos Linguísticos – um movimento mundial que tem o fim de, entre outros, advertir e orientar sobre um dos aspectos mais graves da nossa falibilidade comunicativa: o falar discriminatório que, por extensão metodológica e científica, se pode aplicar também ao redigir discriminatório. Até onde estamos preparados para tratar e retratar o nosso símil linguístico e discursivo? E como é que as novas gerações estão a ser preparadas para evitar discriminar outras pessoas?

No dizer de Matos, a lista dos princípios abaixo, apresentada sob forma imperativa, tem o fim de contribuir para a humanização da nossa maneira de falar, em diversos contextos:

- (i) Ponha-se no lugar da pessoa discriminada, ofendida, insultada ou humilhada;
- (ii) Trate a outra pessoa com apreço, pois, como você, é uma pessoa humana; e
- (iii) Demonstre que sabe amar o seu semelhante, linguística e discursivamente, controlando a sua maneira de se referir e dirigir ao outro.

De acordo com MATOS (*op. cit.*: 10), “dizer algo é construir, é criar. Então, que seja sempre para o bem”. Hoje em dia, de forma instantânea e através dos órgãos de comunicação social, tomamos conhecimento dos horrores da violência e dos conflitos armados. Os Discursos são ameaçadores e, conseqüentemente, constituem um atentado contra a verdadeira paz.

Escrever e falar são actos, cujos principais fins é fazer com que possamos crescer, na teoria, na prática e em comunidade cooperativa, no e com o espírito de participação, na dignidade e na cidadania. Assim, a obra de Matos sugere um diálogo edificante com os co-locutores, em que a elocução desprovida de preconceitos esteja atenta às palavras e expressões empregues, de tal maneira que ajudem a materializar a Paz nas conversas, nos lares, nos lugares de trabalho e noutros ambientes de relações sociais, económicas, culturais, políticas e linguísticas.

Além de nos ajudar a falar, a escutar, a escrever e a ler bem, Matos mostra-nos que a comunicação deve humanizar as pessoas, aumentando a compreensão entre si.

O trabalho de Matos, que é pioneiro no Brasil em matéria *de Linguística da Paz* e se apresenta em forma de apelos e princípios teóricos de como se alcançar a *Paz Comunicativa*, anuncia uma pergunta orientadora: “Sabemo-nos comunicar para o bem?” O autor argumenta que *comunicar bem e para o bem* é um fim educacional universalmente compartilhado: nos sistemas de educação actuais, há necessidade de se buscar uma comunicação cada vez mais clara, concisa, coesa, coerente, convincente, criativa e feliz. Há que reconhecer que o aprender a comunicar-se bem e para o bem tem sido um objectivo pouco explorado nos diversos contextos das relações humanas. Foi esta lacuna que levou este autor a escrever o livro e outros escritos neste domínio.

Ao fazermos referência à obra de Matos na presente investigação, pretendemos encontrar elementos teórico-práticos que nos possam orientar e melhor fazer perceber a nossa própria

preocupação e motivação em relação aos Discursos e ao processo de comunicação entre o jornalista que escreve *notícias* e o potencial leitor.

Na prática, esta abordagem tem também a ver com as relações transculturais, em que pessoas ou instituições de culturas diferentes, dentro dos seus hábitos, costumes e outros factores e valores que formam o *ser* e o *estar* na sociedade, incluindo valores universal e localmente compartilhados e aceites, tais como o respeito mútuo e o direito à liberdade, devem encontrar pontos congruentes de princípios da *Paz Comunicativa*.

A preocupação de Matos em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e progressiva, usando a lógica dos conceitos, princípios e metodologias da Linguística Aplicada Comunicacional, faz-nos entender que, na presente tese, se quisermos aprofundar o nosso tema, teremos que nos debruçar sobre o que alguns estudiosos escreveram acerca de macrolinguística que envolve a Linguística, Comunicação, Pragmática, Retórica Textual, Discurso, Análise do Discurso, Linguagem, Paz e Desenvolvimento.

Paz e Desenvolvimento têm sido motivos de inquietação e acções proactivas de vários organismos internacionais. Entre estes, destaca-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que declarou o dia 10 de Novembro como o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

Estabelecido em 2001, o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento é um dos momentos em que a UNESCO renova o seu compromisso de encorajar os indivíduos e sociedades no sentido de consolidar a consciência pública sobre a função da ciência na promoção de comunidades pacíficas e prósperas. Neste contexto, esta data comemorativa é uma oportunidade para a reflexão sobre o tributo da ciência para o desenvolvimento sustentável e melhoria das perspectivas da paz, ao nível local e global.

A importância da ciência não assenta somente no valor da investigação e do conhecimento nos seus próprios termos mas, também, deriva da sua relevância para as necessidades da sociedade e a sua eficácia na resposta a essas necessidades, no cumprimento dos objectivos macro-económicos e sócio-culturais de Estados e Governos.

Este é um desafio contemporâneo, numa altura em que, pelo facto de a ciência estar a enfrentar problemas complexos, nacionais e internacionais, torna-se necessário que esses problemas sejam resolvidos através de empenhos agregados; daí que devemos reconhecer que a ciência é um compromisso colectivo, cujas invenções e aplicações devem ser motivadas e geridas na base do espírito da cooperação nacional e internacional.

Nesse esforço colectivo, a cooperação nacional e internacional para a paz e desenvolvimento deve criar conjunturas não só para combater os obstáculos de relacionamento entre os povos, mas também resolver os problemas sócio-económicos, através da promoção e implementação de programas para o desenvolvimento humano, social e sustentável.

Logo, quando falamos de desenvolvimento nesta tese, não nos referimos simplesmente a um crescimento económico mal gerido, que causa, cada vez mais, o fosso entre os famintos e oprimidos, por um lado, e os abastados e opressores, por outro; mas, sim, ao desenvolvimento humano, social e sustentável, que se faça sentir na melhoria da vida material e espiritual de todos os cidadãos e sociedades.

Nesta luta pela harmonia nas relações humanas e pelo desenvolvimento sustentável, somos todos chamados a fazer parte, como actores directos ou indirectos, cada um agindo de acordo com a sua condição cognitiva, técnica e ética. Entre os vários actores, como, por exemplo, famílias, académicos, empresários, religiosos, políticos, cientistas, etc., destacamos, nesta tese, o jornalista,

cujos princípios e obrigações profissionais lhe conferem uma grande responsabilidade nas sociedades humanas.

Em termos pragmáticos, notícias adequadamente escritas, do ponto de vista técnico, ético, retórico e linguístico-discursivo, podem contribuir para a melhoria da qualidade do *ser* e do *estar* de um país e, conseqüentemente, aprimorar as relações humanas, atraindo turistas e investimentos de vária ordem, concorrendo, assim, através de uma comunicação construtiva, para a paz e para o desenvolvimento.

Em termos teóricos, a comunicação construtiva que conduz à paz e ao desenvolvimento tem a ver com a comunicação intercultural e transcultural, cujos contornos e essências nos podem fornecer princípios e pressupostos que nos vão ajudar na formulação do nosso pensamento sobre a investigação que pretendemos realizar, não só do ponto de vista prático (Análise do Discurso), mas também do ponto de vista teórico (a importância, a dinâmica e a relação entre o escrevente, o potencial leitor, o código e os “constrangimentos extra-linguísticos”, no processo de construção discursiva).

1.1.3. Discurso e Análise do Discurso na Retórica Textual

Sobre estes conceitos, importa fazermos, em primeiro lugar, uma distinção entre o discurso que se observa no plano mais formal (gramática) e o Discurso que se observa no plano mais funcional (pragmática). De acordo com LOPES (1986: 15), por um lado, frases ocorrem no abstracto e podem ser especificadas com, por exemplo, o uso de um livro de gramática. Por outro lado, os enunciados ocorrem entre indivíduos que processam as suas experiências e conhecimentos sobre o mundo, bem como as expectativas a ter em conta.

Enquanto as frases ocorrem no abstracto, as declarações pragmáticas são produzidas num determinado tempo e espaço, em que são tomados em conta o papel de cada participante na interacção e os seus propósitos particulares (funções) na comunicação. Por outras palavras, o sucesso dos enunciados ou dessas declarações é, em parte, determinado pelos constrangimentos sócio-culturais com que os intervenientes se deparam nesse processo de comunicação.

Neste sentido, prossegue Lopes, a Análise do Discurso põe em enfoque a sua atenção na função ou propósito de um evento discursivo, bem como no modo como essa função ou propósito afecta o processamento do tal evento, tanto em relação ao falante/escrevente como em relação ao ouvinte/leitor.

Como o Discurso tem a ver com as funções da linguagem, a Análise do Discurso tem a ver com os depoimentos ou declarações em termos de conexões e associações das funções num acto comunicativo (que pode ser, por exemplo, um enunciado). Assim, quando as regras da organização textual são observadas, o discurso resultante é considerado como sendo *formalmente apropriado*; e quando a forma reflecte exactamente as intenções comunicativas do escrevente, o Discurso resultante é considerado com sendo *funcionalmente apropriado*.

Ainda ligado a estas matérias, conforme nos ensina LOPES (2004: 169), por um lado, o conhecimento do código é uma condição necessária, uma vez que não nos podemos comunicar sem o código. Por outro lado, temos que ter em conta que não é a língua em si que comunica, e que, por essa razão, o conhecimento do código não é a condição suficiente para que o processo de comunicação ocorra de forma satisfatória. O comunicador deve ser capaz de reconhecer os contextos sócio-culturais que, de alguma forma, determinam o que e o como ele deseja comunicar, “e assim agir de acordo com os constrangimentos extra-linguísticos impostos”.

Os engenhos retóricos, prossegue Lopes, ou seja, “as convenções para a expressão do pensamento e do argumento” são particulares da língua e da cultura em questão e, deste modo, indivíduos de diferentes línguas usam “distintos engenhos retóricos no contexto de diferentes funções retóricas, como são a comparação, o contraste, a análise, a síntese, a expansão, a dúvida e a certeza, a sequência lógica, etc.”. Assim, para que os escreventes se comuniquem com sucesso, devem ter conhecimentos partilhados do código linguístico, das convenções retóricas e de outras dimensões não-linguísticas da experiência, “incluindo o seu nível literário e visão do mundo (schemata¹/estruturas cognitivas)”, conforme ressalta LOPES (*op. cit.*: 169).

Ao falarmos da partilha do código linguístico, das convenções retóricas e de outras dimensões não-linguísticas da experiência, estamos a falar, inevitavelmente, da interacção e da interdisciplinaridade na comunicação humana. Sobre este aspecto, MATOS (2002: 76) defende que, embora os estudos da comunicação humana já existam há quase meio século e revelem uma notável interdisciplinaridade entre as ciências, há um outro desafio que está à espera de pesquisadores: a aplicação de *Direitos Humanos Linguísticos* e da *Paz Comunicativa* na interacção entre os falantes. Neste contexto, faria sentido formular direitos e deveres linguísticos de todas as pessoas que trabalham em organizações, verificar até que ponto essas prerrogativas e responsabilidades estão a ser concretizadas do ponto de vista comunicativo, em geral, e discursivo, em particular.

Uma vez que pretendemos fazer uma investigação cujo método se circunscreve à Análise do Discurso, importa fazer uma breve apresentação das relações teórico-práticas de alguns conceitos e

¹ Segundo PERKINS & ANGELIS (1985: 269-283), o conceito de “schema” (plural: “schemata”) e as suas noções relacionadas têm sido rigorosamente investigadas na ciência cognitiva e em estudos sobre a compreensão. Estes dois pesquisadores ressaltam que a teoria de “schemata” opera basicamente sobre o modo como o conhecimento é representado e como essa representação facilita o uso do conhecimento em contextos particulares. De acordo com esta teoria, todo o conhecimento é empacotado em unidades. Essas unidades são designadas por “schemata”. Inserido nesses pacotes, para além do conhecimento em si, está a informação sobre como esse conhecimento deve ser usado. Há “schemata” (a que também poderíamos chamar de *estruturas cognitivas*) representando o nosso conhecimento sobre todos os conceitos: objectos, situações, eventos, sequência de eventos, acções, sequência de acções etc.

princípios pragmáticos, portanto no âmbito da macrolinguística. Esta abordagem remete-nos para um estudo mais pormenorizado sobre as questões da Pragmática e do Discurso, ou seja, como a linguagem é usada na comunicação.

Como já nos referimos na introdução desta dissertação, pretendemos alcançar os objectivos específicos da investigação através de uma Análise do Discurso da *notícia* escrita no jornal “Vertical”. Em geral, a Análise do Discurso, por um lado, inclui o estudo de formas linguísticas e as regularidades das suas distribuições e, por outro, envolve princípios gerais de interpretação através dos quais as pessoas normalmente dão sentido ao que ouvem ou lêem (BROWN & YULE, 1983:x). Sendo assim, reiteramos o entendimento de que essa análise não pode ser restrita à descrição de formas linguísticas, sem termos em conta os propósitos ou funções para os quais essas formas são construídas.

É por isso que discurso deve ser entendido como sendo uma associação socialmente aceite nas formas de usar a linguagem, de pensar, sentir, acreditar, valorar, de agir e reagir, que podem ser usadas para identificar a nós próprios como membros de um grupo social significativa ou de uma rede social; ou formas de sinalizarmos que estamos a desempenhar uma função socialmente significativa.

Sobre esta vertente, GEE (1990, 142), em *Social Linguistics and Literacies: Ideology in Discourses*, destaca que, para falarmos da linguagem no seu contexto social, precisamos de colocar em enfoque não só a linguagem em si, mas também o que o autor chama de discurso com “d” minúsculo e discurso com “D” maiúsculo.

O discurso com “d” minúsculo é usado para conectar trechos da língua que façam sentido, como conversações, histórias, relatórios, argumentos, ensaios. E quando combinamos essa linguagem com outras práticas sociais (comportamento, valores, maneira de pensar, vestir, a

comida, as perspectivas, etc.) dentro de um determinado grupo, estamos a utilizar o Discurso com “d” maiúsculo (D). Isto significa que o discurso faz parte do Discurso, e que este é mais do que a linguagem.

Na presente tese, não pretendemos fazer uma análise do sistema da língua, no nível formal/gramatical mas, dentro desse sistema, queremos entender como se manifesta o comportamento comunicativo do escrevente, num Discurso em que os contextos sócio-culturais e outros elementos extra-linguísticos entram na dinâmica comunicativa.

Há, assim, a necessidade de distinguirmos e relacionarmos a dicotomia “language usage” e “language use”, em que o primeiro conceito tem a ver com a criação de palavras e frases como uma manifestação de um sistema de língua; e o segundo tem a ver com a maneira como esse sistema é feito com propósitos comunicativos.

Lembramos que estes conceitos do uso da linguagem foram desenvolvidos por WIDDOWSON (1978: 1-21) e reelaborados por LOPES (2004: 209), nos seguintes termos:

Foi imenso o impacto da dicotomia de Widdowson *language usage/language use* no desenvolvimento posterior da *macrolinguística*, em particular nos domínios da análise do texto e análise do discurso. Começa, assim, a linguística aplicada a libertar-se das marras do círculo *linguística-métodos de ensino de línguas*. A *macrolinguística*, que em larga escala tem sido chamada de *linguística da comunicação*, compõe-se a meu ver de todas as descrições não só de processos da comunicação mas também de processos sociais, cognitivos e culturais no âmbito – vamos assim chamar – de um paradigma de análise de *texto-ao-discurso*. Assim, o trabalho dos macrolinguístas incide principalmente no estudo das funções da língua (enfoque na função que pode muitas vezes incluir a análise da forma), mais ou menos no sentido articulado pela *competência comunicativa* de HYMES (1972), *fala situada* de COULTHARD (1977) e *uso funcional da língua* (“language use”) de WIDDOWSON (1978), assim como em outros sentidos amplos que incluem as dimensões retóricas, cognitiva e cultural da análise (LOPES, 2004, 209).

Em analogia, uma vez que o Discurso com “d” maiúsculo, proposto por GEE (*op. cit.*: 142), tem a ver com a combinação da linguagem com outras práticas sociais (comportamento, valores, maneira de pensar, roupa, comida, perspectivas) no seio de um determinado grupo, podemos concluir que este Discurso está na mesma linha da macrolinguística, ou seja, da linguística da comunicação. Sendo assim, o Discurso com “d” maiúsculo incide, também, no estudo das funções da língua, na competência comunicativa, na fala situada e no uso funcional da língua.

Na presente dissertação, uma vez que pretendemos analisar artigos jornalísticos, em que estão reflectidos comportamentos, valores, ideologias, linguagens, perspectivas, maneiras de pensar e de expressar, entre outros aspectos que constituem formas de relações sociais em contextos nacionais e internacionais, o nosso enfoque é sobre o Discurso com “D” maiúsculo.

Este enfoque justifica-se pelo facto de, dependendo dos contextos e das formas do nosso *ser* e *estar* no mundo em que vivemos, podermos fazer parte de diferentes comunidades de Discurso e desempenhar várias funções. Nestas funções, quanto mais soubermos lidar com Discursos contextualizados, mais possibilidades teremos para estar em vantagem em diferentes situações. O poder numa sociedade ou entre sociedades pode ser representado de forma desigual, dependendo do tipo de Discurso que os membros dessas agremiações praticam.

Sendo assim, no processo de desempenharmos uma função integrada num determinado evento que ocorre num certo contexto, o que importa não é só o quê e como falamos, mas também aquilo que *somos* e *fazemos* enquanto falamos. Por causa disso, um Discurso pode ser localmente elegante ou pacífico, ou não, se tivermos em conta que há um certo relativismo na determinação daquilo que é considerado de acção ou reacção *feliz* ou *infeliz* numa sociedade: o contexto em que a pessoa se encontra e se expressa, que é o resultado *de práticas sociais* que são desenvolvidas ao longo do tempo no seio de grupos sociais, como, por exemplo, clubes, quartéis, escolas, igrejas,

ministérios, embaixadas, universidades, empresas jornalísticas ou outras instituições sociais, políticas, económicas e culturais.

A partir dos conceitos “feliz” e “infeliz”, desenvolvidos por AUSTIN (1962: 14), entendemos os enunciados *felizes* como sendo aqueles que são bem-sucedidos e, ao contrário, “chamamos a doutrina das coisas que podem ser e dar errado na ocasião dos tais enunciados, a doutrina das infelicidades”.²

Sobre este assunto, Austin, filósofo britânico da linguagem que pôs em prática uma grande parte da *teoria dos actos da fala*, elaborou um estudo sobre conceitos de verdade e falsidade; desenvolveu as ideias sobre o *performativo*, em que *falar é fazer*, diferenciando *actos* de meras descrições. Sobre o *performativo*, desenvolveu uma teoria que transformava os actos em *felizes* ou *infelizes*, ligando o acto de fala a circunstâncias ideais de enunciação. Esse tema é tratado intensamente na sua obra póstuma, *How To Do Things with Words* (1962), uma série de conferências realizadas na Universidade de Oxford e compiladas em livro.

Cada instituição tem o seu próprio Discurso, o que equivale a afirmar que cada grupo social tem os seus Discursos específicos e distintos, fundamentados em cada contexto, integrando palavras, acções, interacções, valores, sentimentos, atitudes e pensamentos, de acordo com a sua maneira de *ser* e *estar*, as suas formas de vida, as suas identidades.

Cada Discurso, geralmente, incorpora uma certa teoria que determina quando é que uma pessoa pode ser considerada *normal* e quais as *melhores* maneiras de pensar, sentir, agir e reagir. Estas teorias envolvem crucialmente pontos de vista no processo de distribuição de bens sociais,

² *We call the doctrine of the things that can be and go wrong on the occasion of such utterances, the doctrine of the Infelicities.* (Tradução para Portug. por A.V.V.)

que podem determinar o estado de espírito das pessoas e entre pessoas, como, por exemplo, *status*, riqueza e ganhos materiais na sociedade (quem deve e quem não deve possuir).

Tais teorias, que são parte de cada Discurso e ditam o uso da linguagem em todos os casos, constituem o que GEE (1990, xx) chama de “ideologia”. A linguagem está estreitamente ligada à ideologia e não pode ser analisada ou entendida desligada desta.

No geral, o cerne do argumento de Gee é que ideologia, literacia e instituições não são somente aplicações da linguística, mas também aplicações de pontos centrais para a construção de teorias e abordagens viáveis na área, bem como para a definição do que a Linguística, como campo teórico-prático, tem de ser. Uma das abordagens é feita por via da retórica.

Na presente tese, interviremos também nesta matéria, uma vez que o Discurso expresso através de notícias escritas abarca relações sociais, ideológicas, culturais e económicas e exige a aplicação apurada da retórica – se aceitarmos que esta é o uso efectivo da linguagem na comunicação, como defende LEECH (1983:15).

Neste âmbito, Leech esclarece-nos que enquanto a retórica tem sido entendida, em tradições históricas particulares, como a arte de usar a língua de forma hábil para persuadir ou para expressões literárias ou, ainda, para discursar em público, torna-se importante analisá-la do ponto de vista do uso efectivo da linguagem no seu sentido geral, tendo em conta os contextos e objectivos do Discurso, em que um sujeito ou grupo de sujeitos usa a linguagem para produzir um determinado efeito na mente do outro individuo ou grupo de indivíduos.

A retórica aplicada nestes termos num Discurso – Discurso entendido como um processo e não apenas como produto – exige uma análise científica para que as ideias e as ideologias nele contidas sejam identificadas e analisadas do ponto de vista formal, conceptual e operacional. Conforme sustentam BROWN & YULE (1983: 27), a Análise do Discurso conduz necessariamente

a uma abordagem pragmática do estudo da linguagem em uso. Por esta razão, é importante que essa análise tenha em conta o contexto no qual o Discurso ocorre.

No geral, conhecer uma língua é entendido somente do ponto de vista do uso correcto dessa língua em termos formais/gramaticais; mas, do ponto de vista da comunicação, este uso formal, por si só, não é útil se não for complementado por um conhecimento do uso apropriado em termos de contextos sócio-culturais e outros elementos extra-linguísticos. Por outras palavras, na contemporaneidade, muitos estudiosos defendem que não podemos compreender a natureza da linguagem e, por extensão, do Discurso, sem entendermos a pragmática, ou seja, sem entendermos como a linguagem é usada na comunicação.

Na abordagem da presente dissertação, o nosso enfoque teórico-prático localiza-se a nível macrolinguístico e, particularmente, na pragmática e na retórica: uma abordagem sobre pragmática que esteja mais voltada para a tese que defende que a comunicação visa a solução de problemas. Esta concepção de comunicação leva-nos a uma abordagem retórica da pragmática, em que o comunicador é visto como estando a tentar atingir os seus objectivos dentro das limitações impostas por princípios e máximas de “bom comportamento comunicativo”.

MATOS (2002: 45), ao caracterizar as relações entre a linguagem e a imprensa, enaltece que o universo das publicações jornalísticas oferece um conjunto mais amplo de variedades do que outros sectores de estudo linguístico. De facto, encontramos uma enorme diversidade de géneros textuais, quanto à forma, técnica, conteúdo e função. A riqueza linguística do jornalismo impresso tem motivado um grande número de pesquisas, para vários fins. Com isto, pretendemos argumentar que a imprensa tem um importantíssimo papel a desempenhar na investigação no âmbito Linguística Aplicada Comunicacional, em prol da paz e desenvolvimento.

Com efeito, depois da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a humanidade foi sendo gradualmente conscientizada, no sentido de entender que todo o indivíduo tem direitos civis, políticos, económicos, sociais, culturais e, mais tarde, linguístico-comunicacionais. Este facto constitui um desafio para todos aqueles que não só acreditam que o ser humano tem direito a uma vida construtiva, mas também ajudam a concretizar esse direito universal. Neste contexto, no campo da Linguística Aplicada Comunicacional, há necessidade de reflectirmos sobre os valores ecológicos, educacionais, éticos, sociais, políticos e morais. Nesta visão de responsabilidade linguística, Matos apresenta alguns princípios para um convívio pacífico e construtivo, que devem contribuir para o investigador ser capaz de ler um texto sempre contextualmente, perceber o mundo de forma holística e integrada, ajudando para mudar esse mesmo mundo, pois, aqui, no nosso ecossistema, *somos todos transformados e transformadores*.

Se a imprensa reflecte os múltiplos aspectos da condição humana, há razão de perguntarmos o quão essa imprensa tem desempenhado, de forma humanizadora, o seu dever de publicar bem, divulgando para o bem: pessoal, interpessoal, grupal, comunitário, nacional, regional e internacional, sem prejuízo do exercício da liberdade de expressão, com dignidade, à luz de princípios ético-deontológicos, à adequação de estudos ao público visado, à fundamentação de textos com factos e honrando a identidade linguístico-comunicacional reflectida no Discurso.

WIDDOWSON (1983a: 39) e na mesma linha LOPES (2004:179) sugerem que o Discurso escrito, tal como o Discurso falado, também interpreta um processo interactivo de negociação. A diferença é que enquanto no Discurso falado os indivíduos envolvidos se alternam numa negociação aberta de significados, cada participante usando a sua vez para contribuir na interacção, no Discurso escrito, o escrevente é solitário. A pessoa a quem se quer comunicar a mensagem está ausente. Isto significa que o jornalista tem de conduzir a sua interacção, activando funções dos dois

participantes, em que a função do segundo interveniente na comunicação (o leitor) é desempenhada através de um processo de reconstituição feita pelo autor.

O jornalista tem uma certa mensagem para impactar, com determinados fins, mas tem de preparar o terreno e criar condições favoráveis para a reacção do destinatário sobre essa mensagem. O escrevente faz isto pelo facto de estar sempre a mudar a sua função de enunciador para receptor, como se fosse de falante para ouvinte, e vice-versa, possibilitando a interacção e jogando o papel de cada participante. Esta constatação faz-nos entender que, na análise dos Discursos que sustentam as notícias, vamos nos debruçar não só em Princípios da Retórica Textual (linguagem funcionando como um meio de construção de texto, isto é, uma instanciação escrita da linguagem), mas também em Princípios da Retórica Interpessoal (linguagem funcionando como uma expressão de atitude de um indivíduo e uma influência sobre as atitudes e comportamento do ouvinte/leitor).

Esta posição justifica-se pelo facto de a Retórica Textual, por ser um processo que começa por um acto comunicativo de uma interacção falada implícita – processo este que é realizado por meio do duplo papel do escrevente –, ser o resultado do sistema de comunicação que envolve a Retórica Interpessoal. Assim, trataremos da retórica como o resultado de uma dinâmica da linguagens nos processos discursivos, visto que ela faz parte da identidade do falante ou do escrevente e, simultaneamente, forma não só a identidade do Discurso, mas também, antes disso e de firma recíproca, retrata, molda e/ou recria as identidades do objecto desse mesmo Discurso.

Neste contexto, na presente investigação, os termos “Retórica Textual” e “Retórica Interpessoal”, aventados por LEECH (1983), aparecem na Análise de Dados ocasionalmente, por questões didácticas e/ou por conveniência pontual. No lugar disso, inspirados neste mesmo autor e em LOPES (2004), falamos mais das “Máximas dos Princípios Retóricos”, conforme o quadro de categorias que se segue nos sugere.

1.1.4. Quadro de Categorias para a Análise de Dados: as máximas no âmbito dos Princípios Retóricos (LEECH, 1983)

	Princípios	Máximas
<p style="text-align: center;">Retórica</p> <p>(linguagem funcionando como um meio de construção de texto, isto é, uma instanciação escrita da linguagem; e linguagem funcionando como uma expressão de atitude de um indivíduo e uma influência sobre as atitudes de outros)</p>	Princípio da Clareza	<p>Máxima de Transparência: seja transparente, isto é, mantenha uma relação directa e transparente entre a semântica e a estrutura fonológica, ou seja, entre a mensagem e o texto.</p> <p>Máxima de Ambiguidade: não seja ambíguo.</p>
	Princípio da Economia	Máxima de Redução: seja breve e facilite a interacção.
	Princípio da Expressividade	Máxima de Iconicidade: seja expressivo
	Princípio Cooperativo	Máxima de Quantidade: dê a quantidade certa de informação, isto é, faça com que a sua contribuição seja informativa como é requerida; Não torne a sua contribuição mais informativa do que o requerido.
		Máxima de Qualidade: tente fazer com que a sua contribuição seja verdadeira; isto é, não diga o que acredita ser falso; não faça declarações sem evidências.
		Máxima de Relação: seja relevante.
		Máxima de Modo: seja perspícuo; isto é, evite obscuridade de expressões; evite ambiguidade; seja breve (evite prolixidade desnecessária) seja ordeiro.
	Princípio da Polidez	Máxima de Tacto: não seja rude.
		Máxima de Generosidade: seja bondoso.
		Máxima de Aprovação: não imponha, negocie.
Máxima de Modéstia: não seja arrogante.		
Princípio da Ironia	Máxima de Respeito: não seja cínico; não use ironia ofensiva.	

Tabela 1: Quadro de Categorias para a Análise de Dados.

1.2. Metodologia da Investigação

Aspectos Conceptuais e Operacionais

Para constituirmos e sistematizarmos este capítulo, baseamo-nos principalmente na obra de SELINGER & SHOHAMY (1989) que, na essência, apesar de estar focalizada para métodos de pesquisa para a Língua Segunda (L2), nos dá uma gama de teorias e práticas para a organização, planificação, realização e avaliação de qualquer tipo de pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Nesta fase, analisamos os parâmetros da pesquisa que pretendemos usar, concretamente as abordagens conceptuais e operacionais, o plano e as metodologias.

1.2.1. Parâmetros da Pesquisa e Variáveis

Como referimos na Introdução, a presente pesquisa é predominantemente qualitativa (etnográfica). A este respeito, SELINGER & SHOHAMY (1989: 119) asseveram que tem crescido o uso de pesquisas qualitativas na psicologia, educação, comunicação e Análise do Discurso.

Ora, do ponto de vista de abordagem da investigação, se a Análise do Discurso se enquadra na pesquisa qualitativa, em que a preocupação do investigador é de descobrir ou descrever o objecto em estudo no seu estado natural ou contexto, e em que não há suposições ou hipóteses pré-determinadas, podemos afirmar que estamos a lidar com uma pesquisa sintética.

Isto significa que, nesta análise de Discursos expressos através de notícias escritas no jornal “Vertical”, trabalhamos o assunto de forma holística, enfatizamos a interdependência das partes, não exercitamos quase nenhum controlo, manipulação ou restrição do contexto da pesquisa e lidamos com menor grau de explicitude de dados.

Neste contexto, o objectivo desta pesquisa é heurístico – que nos poderá conduzir a algumas hipóteses e/ou descobertas ou descrições de padrões ou relações ainda por serem identificadas nalguns aspectos do objecto em estudo.

No nosso caso específico, o propósito é colectarmos dados e gerarmos informações que nos levem a possíveis hipóteses e/ou descobertas, ou descrições de padrões, ou relações acerca de linguagens e outros traços linguístico-comunicacionais nos Discursos que sustentam as referidas notícias jornalísticas e os seus prováveis impactos nos múltiplos processos de relações interpessoais e internacionais.

Para o efeito, analisamos alguns aspectos do contexto do fenómeno em estudo, sem nos guiarmos por teorias ou modelos rigorosamente acabados. Colectamos dados via correio electrónico para, no processo de análise, identificarmos e relacionarmos as linguagens e outros elementos linguístico-discursivos existentes nos textos sobre construções discursivas expressas nas notícias escritas, no período de 2009 a 2011, no jornal “Vertical”.

Quanto aos parâmetros operacionais que, segundo SELINGER & SHOHAMY (*op. cit.*: 32), são o resultado das decisões feitas a nível conceptual e descrevem características a nível operacional do desenho e da metodologia, começamos por declarar que na presente investigação, em relação ao grau de controlo e manipulação do contexto da pesquisa, esta tem baixa restrição de âmbito/foco; o controlo de variáveis também é diminuto; a nossa atenção pela forma é reduzida e, ao contrário, a nossa subjectividade como pesquisadores é elevada. O diminuto controlo das variáveis situacionais consiste em manter as mesmas variáveis durante o estudo.

No processo de análise de dados, uma vez que lidamos com dados nominais e ordinais, que pertencem à categoria de factos que não podem ser tratados numericamente em termos de média e não se prestam à manipulação matemática, usamos testes não-paramétricos, isto é, que têm por base

a estatística não-paramétrica e não tomam em consideração a magnitude absoluta de cada observação. Por outras palavras e em termos gerais, usamos técnicas qualitativas de análise de dados.

Uma vez que trabalhamos com dados nominais e ordinais, as variáveis dependentes também são nominais (não têm meio-termo: ou é, ou não é) e ordinais (em que, numa escala, em termos de valor, podem ser mais ou menos e têm um sentido hierárquico), dependendo da situação em que elas se encontram no processo de análise e de medição.

Os segmentos para a Análise de Dados que a seguir expomos ilustram esta nossa proposição metodológica.

1.2.2. Segmentos para a Análise de Dados

Variável Independente	Variável dependente (Tipo de Discurso)
Conhecimento linguístico, extra-linguístico e interactivo do Sujeito (escrevente).	Aplicação das Máximas dos Princípios Retóricos: a ocorrência ou não de uma retórica adequada no Discurso.

Tabela 2: Segmentos para a Análise de Dados.

1.2.3. Delimitação da Pesquisa e Constituição do *Corpus* para a Análise

A delimitação da pesquisa, por um lado, pode variar, do ponto de vista geográfico ou espacial, temporal, temático, por tipologia documental ou por uma certa base de dados. Por outro lado e de forma mais “afunilada”, o *corpus* pode ser considerado como uma espécie de colecção finita de materiais retiradas de um conjunto maior (população), que podem ser, esses materiais,

imagens, textos, sons, etc. Essa colecção é determinada com antecedência pelo investigador, com indeclinável aleatoriedade, e com a qual se vai trabalhar.

Com esta breve introdução teórica, podemos considerar que a nossa investigação tem uma delimitação temática (Análise do Discurso em notícias); uma delimitação por tipologia documental (jornal diário “vt”); uma delimitação geográfica (Moçambique); e uma delimitação temporal (2009-2011).

Por conseguinte, na presente tese, a constituição do *corpus* de análise é um conjunto de 30 (trinta) artigos jornalísticos do género aqui referido, seleccionados dentro do quadro indicado na delimitação da pesquisa.

Consideramos que esta amostra é significativa, pois, nos permite fazer o estudo e a interpretação das semelhanças, diferenças, regularidades e irregularidades, de maneira a descrevermos, durante a investigação, os protótipos e as correlações e/ou fazer conjecturas em torno dos factos descobertos.

CAPÍTULO 2

REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Linguística e Comunicação: uma abordagem pragmática e discursiva integrada

Desde os tempos de Aristóteles até à semiótica moderna, todas as teorias de comunicação eram baseadas num modelo singular, a que se chamou de *modelo do código*. SPERBER & WILSON (1986: 02), na sua obra *Relevance: Communication and Cognition*, atestam que, de acordo com o modelo do código, a comunicação é alcançada através da codificação e descodificação de mensagens; e que, recentemente, vários filósofos propuseram um modelo diferente: o *modelo inferencial*. Neste modelo, a comunicação é alcançada através da produção e interpretação de evidências, a partir naturalmente do código.

Para NAZÁRIO (2011), cujo artigo se baseou no livro *Relevance: Communication and Cognition*, a comunicação entre os seres humanos é um tema bastante debatido e pesquisado por estudiosos da linguagem, provavelmente porque há necessidade de entendermos o que é a própria raça humana. O importante é reconhecermos que a comunicação, por ser um factor social, tem a competência de difundir culturas, relacionar os seres humanos e imortalizar ou, pelo menos, reavivar e actualizar saberes.

Sobre este aspecto, LOPES (2013a) enaltece que “uma parte importante dos estudos da comunicação visa aprofundar duas questões centrais, a saber: o que é que se comunica?; e como é que se concretiza o que se comunica?” Na sequência disso, o autor aborda aspectos do *modelo do código* e do *modelo inferencial*, defendendo que, para que haja uma compreensão aprofundada do

acto de comunicar, é indispensável que haja uma complementaridade entre os dois modelos. Esta complementaridade ocorre na base de critérios atitudinais relacionados com o tópico, critérios que têm a ver com sequências lógico-semânticas e critérios que dizem respeito ao propósito do próprio acto de comunicação ao estilo conversacional. Neste processo de discussão, prossegue LOPES (2013a),

aponta-se para a necessidade de reforço do ensino e da pesquisa para melhor entender o que os comunicadores, os especialistas das ciências da comunicação, os docentes e os jornalistas realmente fazem quando comunicam com sucesso, repartindo o conhecimento partilhado do código linguístico, o conhecimento partilhado das convenções retóricas e o conhecimento partilhado de dimensões não-linguísticas da experiência, incluindo a sua visão do mundo e permanente busca da verdade.

Quando Lopes fala sobre o conhecimento partilhado das convenções retóricas e o conhecimento partilhado de dimensões não-linguísticas da experiência, incluindo a visão do mundo e permanente busca da verdade, está a entrar, de forma evidente, no âmbito da Pragmática e do Discurso, se entendermos que estes aparecem como áreas onde se estudam todos os factores que as abarcam, propondo um entendimento amplo dos actos comunicativos.

Para que um entendimento amplo dos actos comunicativos ocorra e se consolide em termos práticos, a teoria da Relevância prova ser verdadeiramente fértil, permitindo que as pesquisas textuais sejam efectuadas com princípios teóricos mais elucidativos. Estas características fundamentam os objectivos da Linguística Aplicada, que procura entender as relações entre a linguagem e o ser humano. As análises realizadas comprovam que essa relação é social e exclusiva, “sendo necessários recursos formais, funcionais e cognitivos para demonstrar como pode ser visto o processo comunicativo humano, bem como a interpretação de enunciados” (NAZÁRIO, 2011).

Neste sentido, o espécime da análise aqui feita auxilia-nos a explicar o processo comunicativo, assim esperamos, visto que não dispensa factores relevantes num processo de comunicação, como, por exemplo, o contexto, para além de partir da função basilar do

falante/escrevente no contexto da *ostensão* e da habilidade do ouvinte/leitor entender o propósito discursivo através do processo inferencial.

Um comportamento ostensivo expresso por alguém numa determinada situação providencia evidências do pensamento dessa pessoa no exacto momento. Isso acontece porque o comportamento ostensivo implica ou significa uma certa garantia de relevância, uma vez que o ser humano presta atenção automaticamente àquilo que parece ser relevante para si.

O ponto fulcral nesta matéria é que um acto ostensivo é portador de uma certa garantia de relevância, e que este facto – que SPERBER e WILSON (1986: 50) chamam de *princípio de relevância* – faz manifestar a intenção por detrás da ostensão. Acreditamos que é este princípio de relevância que é necessário para explicarmos melhor o *modelo inferencial da comunicação*.

Sperber e Wilson sustentam que o acto de reconhecermos a intenção subjacente à ostensão é importante para o processamento eficiente da informação. Se alguém não reconhecer essa intenção, pode falhar no reconhecimento da informação relevante num processo de comunicação.

É por isso que LYONS (1977: 33) sustenta que um sinal só é comunicativo se o seu emissor tiver a intenção de transmitir alguma informação/mensagem que chame a atenção ao receptor. Nesta linha de pensamento, se entrarmos no campo de sinais gráficos como, por exemplo, na escrita, diríamos que um enunciado expresso num texto escrito só é comunicativo se o seu emissor tiver o propósito de transmitir alguma informação/mensagem que chame a atenção ao destinatário. Para tal, esse enunciado tem de estar de acordo com os vários contextos que envolvam não só a mensagem em si, mas também, e de maneira interligada, que envolvam os intervenientes no processo de comunicação.

Neste sentido, o entendimento eficaz de um enunciado depende do domínio que os interlocutores têm do código linguístico e da maneira como este pode ser usado contextualmente.

Assim, do ponto de vista discursivo, na base da teoria de Relevância, especificamente da ligação entre a comunicação e a cognição, podemos depreender que a relação entre o comunicador e o receptor é uma espécie de jogo entre a *ostensão* que envolve o falante ou escrevente (que torna expresso o seu propósito informativo e comunicativo) e o receptor que, através de inferência, constrói o contexto para entender e interpretar o enunciado.

Essa posição investigativa assumida pela Pragmática e Análise do Discurso possibilita uma melhor compreensão dos textos, uma vez que parte da língua em uso, para evidenciar os diferentes factores que estão envolvidos no processo comunicativo. Este método de análise origina um trabalho com respostas mais objectivas e aceitáveis, que consolidam os matizes da Linguística Aplicada como uma disciplina prática, que tem a ver com problemas reais, individuais e sociais do uso da linguagem. Sobre este assunto, GEE (1990: xx) assevera que há teorias que são parte de cada Discurso, que ditam o uso da linguagem em todos os casos – é o que o autor chama de “ideologia”: “A Linguagem é estreitamente ligada à ideologia e não pode ser analisada ou entendida fora desta”. E nós concordamos plenamente com esta asserção.

Um Discurso é uma associação socialmente aceite nas formas de usar a linguagem, de pensar, sentir, acreditar, valorar, de agir e reagir, que podem ser usadas para identificar a nós próprios como membros de um grupo social significante ou de uma rede social; ou formas de sinalizarmos que estamos a desempenhar uma função socialmente significativa.

Todos os Discursos são produtos de história; não é o indivíduo que fala e age, mas, ao contrário, são Discursos definidos social e historicamente que falam entre si através do indivíduo.

Os vários Discursos que constituem cada um de nós como pessoas (ou objectos) mudam e, muitas vezes, não são completamente consistentes entre si; muitas vezes, há conflitos e tensões entre valores, crenças, atitudes, estilos de interacção, uso da linguagem e modos de estar no mundo

em que representamos dois ou mais Discursos. O único problema de olhar o Discurso a partir deste ponto de vista é que não devemos deixar esta abordagem obscurecer um outro ponto importante: que os seres humanos, como seres conscientes e racionais, podem, até certo ponto, escolher o tipo de Discurso a que pretendem pertencer e praticar em determinado contexto de tempo e espaço (o que, como qualquer escolha, tem o seu preço). E essas escolhas são, muitas vezes, escolhas morais.

Dependendo dos contextos e das formas do nosso *ser* e *estar* no mundo em que vivemos, podemos fazer parte de diferentes comunidades de Discurso e desempenhar várias funções. Nestas funções, quanto mais soubermos lidar com os Discursos contextualizados, mais possibilidades teremos de estar em vantagem em diferentes situações; por exemplo, se uma pessoa foi educada num ambiente de família de juristas, o Discurso sobre a política, justiça ou economia pode ser usado com maior facilidade; porém, a mesma pessoa pode encontrar alguma dificuldade se tentar enquadrar-se numa comunidade com um outro Discurso sem a devida preparação.

Isto não significa que Discursos de certas comunidades sejam inerentemente superiores em relação aos Discursos de outras colectividades; todavia, o poder numa sociedade ou entre sociedades pode ser representado de forma desigual, dependendo do tipo de Discurso que os membros dessas agremiações praticam.

É neste sentido que podemos sublinhar que o Discurso inclui muito mais do que a linguagem. No processo de desempenharmos um papel integrado num determinado evento que ocorre num certo contexto, o que importa não é só o quê e como falamos, mas também aquilo que somos e fazemos enquanto falamos; por exemplo, um indivíduo pode desempenhar diferentes funções em diferentes instituições, dependendo das características dessas instituições (o perfil, a história, os instrumentos reguladores, âmbito do trabalho, objectivos, a localização, hábitos e costumes dos públicos internos e externos, actividades suplementares que são praticadas, etc.).

A função, neste caso, é a combinação de falarmos coisas “felizes”, isto é, produzirmos enunciados bem-sucedidos, de maneira também relativamente coerente, ao mesmo tempo que tomamos acções e interacções apropriadas, pensando, sentindo e adoptando o tipo de valores localmente elegantes. Gee chama a tudo isto de *combinação integral de dizer-fazer-pensar-sentir-valorar Discursos*.

Quando falamos de Discursos localmente “elegantes”, pretendemos dizer que há um certo relativismo na determinação daquilo que é considerado de acção ou reacção *feliz* ou *infeliz* numa sociedade: o contexto em que a pessoa se encontra e se expressa. E uma vez que o que o contexto detém é o resultado de práticas sociais que são desenvolvidas ao longo de tempo, assimilámos os Discursos tornando-nos membros de grupos: começamos como aprendizes, assistindo ao que é feito e como é feito, até chegar uma altura em que nos tornamos *experts*, no nosso próprio estilo, desde que esse estilo seja aceite pelos grupos. Estes grupos podem ser bares, clubes, quartéis, escolas, igrejas, ministérios ou outra organização social, política, económica e cultural.

Nesta abordagem, de forma análoga, podemos constatar que tanto Austin como Gee reconhecem que cada instituição tem o seu próprio Discurso, o que equivale a afirmar que cada grupo social tem os seus Discursos específicos e distintos, fundamentados em cada contexto, integrando palavras, acções, interacções, valores, sentimentos, atitudes e pensamentos, de acordo com a sua maneira de *ser* e *estar* no mundo, as suas formas de vida, as suas identidades.

2.1.1. Algumas características do Discurso

Para sistematizarmos as características do Discurso, apresentamos a seguir alguns aspectos importantes, que são aceites em teorias sociais, a saber:

- a. os Discursos são inerentemente “ideológicos” no sentido em que GEE (1990: 144) os define no capítulo 1 do seu livro: “Discursos envolvem crucialmente uma série de valores e pontos de vista acerca de relações entre pessoas e distribuição de bens sociais”;
- b. os Discursos são resistentes a críticas internas e auto-escrutínio, uma vez que declaram pontos de vista e definem quem está fora desse Discurso. O Discurso em si define o que conta como uma crítica aceitável;
- c. num determinado Discurso, o falar e o comportar-se são definidos não só dentro desse Discurso “fechado”, mas também dentro de perspectivas ou pontos de vista em relação a outros Discursos opostos; por exemplo, o Discurso feminista mudaria radicalmente se o Discurso de cariz masculino desaparecesse;
- d. qualquer Discurso tem a ver com certos objectos e coloca certas concepções, pontos de vista e valores à custa de outros. Ao fazer assim, ele marginaliza os pontos de vista e valores centrais de outros Discursos;
- e. por último, os Discursos estão intimamente relacionados com a distribuição de poder social e estrutura hierárquica na sociedade (razão pela qual o Discurso é sempre cultural e ideológico em toda a parte).

Discurso é uma espécie de “conjunto de coisas que formam uma identidade”, que fica completo com costumes apropriados e instruções sobre como agir, falar e escrever, no momento de alguém desempenha uma certa função social que outras pessoas possam reconhecer.

Discurso é sempre uma forma de mostrar (através de palavras, acções, valores e crenças) a conexão ou “o fazer parte” de um grupo social particular (pessoas que se associam em torno de um conjunto de interesses comuns, objectivos e actividades); por exemplo, ser treinado como um linguista significa que a pessoa aprende a pensar e agir como um linguista e reconhecer outros quando agem dessa forma.

Um outro exemplo de Discurso inclui: ser um americano ou um moçambicano, homem ou mulher, membro de uma certa classe sócio-económica, trabalhador de uma empresa, médico ou paciente, professor ou estudante, jornalista ou relações públicas, administrador, membro de uma família, de *gangs* de estrada, de um clube, onde, em todos eles, existem regras para determinar quem é e quem não é membro, regras de como se comportar, etc.

Se ser jornalista já pode ser considerado como sendo um Discurso, uma vez que este é sempre uma forma de mostrar (através de enunciados, acções, valores e crenças) a conexão ou “o fazer parte” de um grupo social particular, cabe-nos lembrar que nesta pesquisa pretendemos entender como e em que extensão é que factores linguísticos, extra-linguísticos e interactivos influenciam os discursos do jornalista, especificamente no uso de mecanismos da retórica textual, à luz do que LEECH (1983) referiu como modelo de análise e à luz de um quadro analítico sobre a Paz e Desenvolvimento, na óptica de MATOS (2002).

Por isso, apresentamos, nesta revisão da literatura, todos estes conceitos e explicações sobre as relações humanas, a pragmática, a comunicação, o Discurso, o contexto, a partilha do conhecimento linguístico e de outros elementos não-linguísticos entre os intervenientes num processo de comunicação e sobre outras teorias aqui arroladas, porque teremos que nos apoiar nestas e noutras teorias afins para fazermos a nossa Análise de Dados, incluindo a noção do significado, do contexto e da retórica, que a seguir expomos de forma sintética.

2.1.2. Significado

Significado é um dos termos mais discutidos e debatidos na linguística, filosofia, teoria da literatura e nas ciências sociais, em geral. Por isso, torna-se importante estudarmos o que é que, de facto, esse termo expressa ou denota. Para iniciarmos esta reflexão peguemos, por exemplo, o significado da palavra “sofá”. Para uns, sofá pode significar canapé, excluindo divã; para outros,

sofá pode significar divã, excluindo canapé, dependendo do vocabulário e da experiência de cada um. Assim, podemos significar muitas coisas a partir de uma mesma palavra (como sofá), dependendo de outras palavras ou expressões que dispomos sobre a mesma matéria, que nos permitem incluir ou excluir o seu uso numa determinada situação. Nasce aqui um princípio central envolvido no significado: o “princípio de exclusão”.

O “**princípio de exclusão**” sugere que o significado de uma palavra ou expressão é (em parte, há outros princípios) uma questão de sabermos que outras palavras ou expressões podem ser usadas numa determinada situação, excluindo ou não a aplicação de outras.

Essa exclusão ou inclusão é sempre feita tendo em conta a origem/contexto de outras palavras ou expressões, que GEE (*op. cit.:* 82) chama de “**campo semântico**”, e que são consideradas relevantes na situação. No caso específico do exemplo anterior, o campo semântico é canapé, divã, sofá e, possivelmente, outras palavras ou expressões, como, por exemplo, “minha peça velha de mobiliário”, “velho sofá”, “pequeno divã”, etc. Significado é, em parte, uma exclusão e inclusão intencionada (contraste e falta de contraste), dentro de um campo semântico assumido.

O princípio de exclusão e de inclusão implica que oradores e escreventes de uma certa língua podem significar uma série de factos ou abstractos com uma única palavra ou expressão, o que quer dizer que, no mínimo, o ouvinte ou o leitor nunca chega a ter certeza se essa significância múltipla do falante ou do escrevente ocorre ou não. Nós só podemos fazer um julgamento acerca daquilo que outra pessoa quer dizer com uma determinada palavra numa situação, adivinhando que outras palavras é que essa pessoa (na fala ou na escrita) exclui e inclui. Este processo de idealização é aquilo a que GEE (*op. cit.:* 82) chama de “**princípio da adivinhação**”. Esta adivinhação pode ser convencional ou não, consciente ou inconsciente.

Não podemos saber o que falamos, que palavra é que queremos usar ou não numa dada situação até nos confrontarmos com a tal situação. Neste sentido, podemos sempre descobrir alguma coisa nova acerca daquilo que pretendemos significar com a palavra.

O que a *teoria da adivinhação* diz, em parte, é que nós descobrimos o que os outros (ou nós mesmos) querem significar com as operações que não são em princípio uma forma diferente dos princípios que os cientistas usam para investigar o mundo. Os cientistas simplesmente constroem teorias e as testam para saberem o quanto as mesmas fazem sentido em relação a experiências do passado e em relação ao futuro, fazendo revisões e adaptações, sempre que necessárias. Neste processo, filósofos da ciência geralmente usam a palavra “**indução**” enquanto o autor aqui, em referência, usa o conceito de “**adivinhação**”.

Só podemos fazer boas adivinhações sobre como uma dada palavra inclui ou exclui outras palavras se tivermos em conta o **contexto da comunicação**. O contexto aqui refere-se a outras palavras usadas numa situação, aos aspectos físicos, aos conhecimentos e às crenças assumidas pelo falante ou escrevente; contudo, é importante estarmos cientes de que seja o que falarmos ou escrevemos, o contexto, na maioria dos casos, não é algo que pode ser visto ou ouvido; é, na verdade, algo em relação ao qual as pessoas fazem suposições.

O **contexto é um acto mental**: toda a palavra e todas as coisas que o falante ou escrevente sabe e acredita, ou viu, ou viveu, são potencialmente parte do contexto. Assim, o ouvinte e o leitor devem assumir (imaginar) o quanto tudo isso é relevante e faz realmente parte do contexto.

Ligado a este assunto, podemos observar que, em algumas culturas, o branco, por exemplo, significa *a soma de todas as cores* (visão científica); noutras, o branco significa *paz* (visão costumeira) e, ainda, noutras, o branco representa *luto* (visão espiritual).

A estas variações do significado da mesma palavra em contextos diferentes, Gee chama de “**princípio de contexto**”: adivinhações sobre o que as palavras significam são sempre relativas às suposições sobre o contexto. Assim, os significados mudam, de acordo com esses contextos.

O contexto assumido funciona para direccionar as suposições da parte do ouvinte ou o do leitor acerca do campo semântico, tendo em conta as exclusões e inclusões que são feitas pelo orador ou ouvinte e pelo escrevente ou leitor.

Estes três princípios, **exclusão, adivinhação e contexto**, devem ser tomados em consideração na análise de significados, que são profundamente opostos ao nosso senso comum. As palavras não têm nenhum significado se não forem comparadas umas com as outras. Elas têm significado somente em relação à escolha (feita pelo falante ou escrevente), em relação a adivinhações (feitas pelo ouvinte ou leitor) acerca de outras palavras e em relação a suposições acerca do contexto.

É preciso termos em conta que as nossas escolhas acerca do campo semântico, exclusões e inclusões relativas a essas escolhas, as nossas suposições sobre o contexto são sempre relativas à língua que se fala ou se escreve e à cultura nela e com ela implicada; por exemplo, pode haver diferenças na forma e no conteúdo de inclusões, exclusões, adivinhações e suposições do mesmo tema em português, inglês, francês, emakua ou changana.

Naturalmente, em todas as línguas e culturas, escolhas, adivinhações e suposições são “processos sócio-mentais” que as pessoas desencadeiam. O importante é que quando se trata de escolhas (decisões) que envolvam outras pessoas ou grupo de pessoas, é necessário que os que escolhem tenham a responsabilidade moral sobre os resultados e impactos das suas decisões.

Feitas estas considerações básicas, GEE (*op. cit.*: 85) define a “produção do significado” (o que oradores e escreventes fazem) como sendo a escolha acerca de exclusões, inclusões e

suposições acerca do contexto, feita numa certa base; e a “compreensão do significado” (o que os ouvintes e leitores fazem) como sendo adivinhações sobre essas escolhas e suposições. Ainda sobre esta matéria, este autor considera “modelos culturais” como sendo a base do significado, que nos guia nas nossas escolhas e adivinhações.

Como pudémos constatar, sempre que usámos uma palavra que escolhemos fazendo, portanto, certas exclusões em comparação com um campo semântico relevante, assumimos um contexto operativo evidente. As teorias que formam as bases das tais escolhas e suposições têm um carácter particular: envolvem suposições sobre “modelos de mundo simplificado”. Tais modelos (um espécie de teorias tácitas) é o que GEE (*op. cit.*: 87) chama de “modelos culturais” – uma espécie de “filme”, “vídeo-clipe”, “fita áudio”, etc.

Essas “fitas” são abstractas ou gerais; são uma visão emblemática de uma realidade idealizada, normal e típica; são, também, variáveis, podendo tomar características próprias e serem diferenciadas de acordo com distintos grupos culturais, incluindo grupos culturais diferentes que falam a mesma língua numa sociedade. Essas “fitas” mudam com o tempo, acompanhando várias transformações sociais; porém, as pessoas geralmente ficam muitas vezes desatentas sobre como, onde e quando usam as “fitas” e sobre as suas implicações.

O facto de estarmos geralmente desatentos sobre o uso desses modelos culturais, sobre as suas variações nas sociedades e sobre as suas implicações, faz com que as suposições na base das quais é feita a distribuição de bens sejam “naturais”, “óbvias”, “inevitáveis”; e aparecem expressões como, por exemplo, “é assim como as coisas são e devem ser”.

Como exemplo, e por analogia, o processo da promoção da língua portuguesa nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) poderá ser pobre se as realidades africanas, em

especial dessas nações, não forem tomadas em consideração. É por isso que, a este respeito, LOPES (1999), no seu artigo “The Language Situation in Mozambique”, enaltece o seguinte:

A criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, num futuro próximo, vai mostrar que contribuirá para a rentabilização dos esforços conjuntos envidados pelas nações lusófonas no que respeita às questões da língua. Mas o sucesso da tal estrutura dependerá do tipo de abordagem que for adoptado para investigar e estudar as diversas variedades do Português faladas no mundo. Qualquer tendência de mandarar como a língua portuguesa deve ser “correctamente” falada (uma abordagem prescritiva) constitui certamente uma receita para a fricção ou até mesmo para o desastre.³

Como foi referido, é um imperativo moral questionar e investigar teorias sociais tácitas que encerrem um potencial razoável de magoar as pessoas ou sociedades. Se for necessário, arranja-se formas de se mudar ou melhorar a “fita”.

Uma vez descoberta a base (modelo cultural) do significado, fica mais fácil falarmos sobre “ilusão da falta de agência”: a maneira como uma palavra é usada. O significado é sempre uma escolha diária. E não há nenhum significado que seja fixo e, por isso, a mudança, quando for para evitar a injustiça e facilitar o progresso, é normal e deve ser feita.

Estereótipos não ajudam no processo das boas relações humanas e do desenvolvimento sociocultural e económico. O que acontece é que, muitas vezes, apesar do facto de alguns modelos culturais terem um impacto drástico na vida da maioria das populações, esses modelos culturais são vistos como triviais, banais, sem merecerem a devida atenção, o devido questionamento e estudo. Isto só suscita a permanência dos tais modelos culturais e, conseqüentemente, a marginalização daqueles que estão fora dos sistemas decisórios e de poder.

³ The establishment of the International Institute of the Portuguese Language in the near future will prove to be instrumental in maximising the Portuguese-speaking nations’ joint efforts regarding language matters. But, the success of such structure will depend on the kind of approach adopted to investigate and study the worldwide varieties of Portuguese. Any tendency to mandate how the Portuguese language should be “properly” spoken (a prescriptive approach) will certainly constitute a recipe for friction or even disaster. (Tradução para Português por A.V.V.)

Concluindo, uma vez que as teorias sociais são tácitas e ideológicas, são, pois, susceptíveis de magoar pessoas. Assim, essas teorias constituem um campo permanente de investigação moral e de decisões sobre as relações humanas, em geral, e sobre as relações de poder, em particular. Nas relações humanas, tudo gira em torno da ideologia na linguagem que é aplicada nos diversos Discursos, expressos, de forma implícita ou explícita, nos enunciados. Um enunciado tem significados acima, abaixo e dentro das palavras. Para a tomada de decisão sobre como enunciarmos uma ideia que tenha significado e faça sentido no devido contexto, temos que nos perguntar o seguinte:

- (i) O quanto é que estamos próximos ou afastados dos nossos ouvintes ou leitores?
- (ii) Quanto poder é que o nosso ouvinte ou leitor tem sobre nós?
- (iii) Quanto é importante o que pretendemos enunciar (para nós e para os nossos ouvintes ou leitores)?
- (iv) Quanta ênfase é que nós e os nossos ouvintes ou leitores damos à necessidade de exposição pública ou privacidade na circunstância, tendo em conta vários factores situacionais e culturais?
- (v) Como é que o contexto em que nos encontramos pode influenciar a resposta à questão anterior?
- (vi) Será que os nossos ouvintes ou leitores responderiam às questões aqui colocadas da mesma forma que seriam respondidas por nós? Em que proporções e com que pesos?

Uma vez que, nesta investigação, pretendemos fazer uma análise do Discurso que sustenta as notícias jornalísticas escritas, as perguntas apresentadas nos pontos anteriores remetem-nos para um estudo e análise dos processos e das relações entre o escrevente, o Discurso, o texto, o contexto e o potencial leitor.

2.2. O Escrevente, o Discurso, o Texto, o Contexto e o Potencial Leitor

O acto de escrever, como um processo intelectual de construção sistematizada, na fala e na experiência de WIDDOWSON (1983a: 34), é um exercício que exige um enorme esforço, cujo resultado é desproporcional ao empenho. É claro que o autor não se refere à escrita doméstica, uma correspondência entre amigos ou familiares.

Aplicar palavras certas num exercício de escrita é uma luta árdua. Esta luta torna-se ainda mais dura quando se trata de escrever numa língua que não dominamos. E por que é que o acto de escrever cria dificuldades? Que tipo de dificuldades são essas? Claramente, não se trata somente de dificuldades linguísticas, uma vez que elas não são resolvidas ou ultrapassadas através da aquisição de competências linguísticas. O que Widdowson pretende é encontrar respostas para estas perguntas e, assim, definir os objectivos que o ensino da escrita deve alcançar.

Escrever é uma actividade linguístico-comunicativa que é levada a cabo tendo em conta a alguns princípios que pressupõem e exigem o uso da linguagem em comunicação.

Para começar, vamo-nos debruçar sobre aquilo que acontece quando a linguagem é usada para o acto comunicativo numa interacção falada ou verbal (não escrita). Consideremos o seguinte exemplo dado pelo autor do texto aqui em referência:

“A” está a conversar com “B”. A conversa envolve a articulação de dois tipos de conhecimento: o conhecimento das regras linguísticas e o conhecimento do mundo de factos e convenção social. Se os tais conhecimentos forem partilhados entre os interlocutores, a interacção acontecerá satisfatoriamente; caso haja lacuna na partilha do conhecimento linguístico, poderá haver uma cumplicidade ou confiança baseada na partilha do conhecimento do mundo, e vice-versa. E se “A” não conhece a língua do “B”, a comunicação torna-se um trato difícil, porém, não

impossível. É surpreendente o que pode ser alcançado quando os interlocutores não compartilham conhecimento e visão do mundo e são motivados por interesses ou intenções congruentes.

A este respeito, Widdowson afirma que os dialectos nascem para facilitar e alargar colaborações e contactos já estabelecidos sem uma língua comum; por exemplo, pode haver relacionamento entre uma mulher e um homem sem uma comunicação explícita e, assim, nenhuma palavra é necessária.

O importante é estarmos cientes de que a falta de uma língua compartilhada pode ser um sério impedimento para a comunicação; porém, é necessário notar que uma língua compartilhada não é a condição imprescindível de interação. Uma língua comum não garante um entendimento mútuo. Ela providencia os meios através dos quais o contexto do conhecimento do mundo compartilhado e convenção social é criado.

Widdowson chama a atenção de que a tal criação do contexto nem sempre é fácil. Se “A” e “B” compartilham o mesmo conhecimento de regras linguísticas, têm a possibilidade de estabelecer o mesmo quadro de referência, mas ambos necessitarão de trabalhar nesse aspecto e, obviamente, durante o processo, a perda é frequente.

A comunicação é uma questão de transferir informações de vários tipos do contexto do conhecimento do mundo de “A” para “B”; e as regras linguísticas facilitam essa transferência. Elas são um meio para um fim e não um fim em si. Não é suficiente ter-se conhecimento de regras linguísticas; é fundamental saber como usar essas regras.

Como também sublinha LOPES (2004: 174) ao referir que o aperfeiçoamento no domínio de uma língua resultará sempre de uma aprendizagem de regras gramaticais que contribuem para a adequação formal e coesão textual, assim como de uma aprendizagem de regras de uso linguístico que contribuem para a adequação funcional e coerência discursiva do que enunciamos. Tomemos

em consideração um exemplo dado por Widdowson, em que a intenção tem a ver com a identificação de um lugar. Suponhamos que no decurso de uma conversa, “A” pergunta a “B”: “Onde moras?”

O que é que “B” deve responder? Não sabemos, obviamente, porque não conhecemos o quadro de referência que foi activado entre os interlocutores. Sabemos o que a pergunta significa; porém, não sabemos o que o falante quer realmente perguntar. Por exemplo, a enunciação pode ter ocorrido num contexto em que o assunto era sobre as vantagens de se morar em ambientes rurais e urbanos. Neste caso, “B” poderia interpretar como se “A” estivesse a se referir ao tipo de local e poderia responder da seguinte maneira: “Vivo no subúrbio”.

Uma resposta diferente do tipo “Moro na Rua da Resistência” estaria relacionada com um quadro de referência também diferente. Esta comunicação seria informativa, mas não relevante. Por outro lado, se “A” e “B” morassem na mesma cidade e “B” quisesse fazer referência do local onde a sua casa se localiza, então, a resposta “Moro na Rua da Resistência” seria relevante. Nesta caso, para chegarem a essa conclusão, “A” e “B” precisariam de construir um quadro de referência que lhes permitissem chegar a esta informação relevante.

Para isso, “A” e “B” teriam que usar regras linguísticas para negociarem uma transferência efectiva da informação e alcançarem a convergência do conhecimento. Note-se, porém, que a negociação termina não quando o significado da expressão é especificado de forma precisa, mas quando os interlocutores estão satisfeitos por saberem o suficiente e atingirem os seus propósitos.

Um ponto crucial é que, na comunicação, não estamos preocupados com o que uma expressão significa, mas o que o produtor da tal expressão quer dizer. E o receptor só negociará o tal significado na extensão que ele precisa. Basta ele notar que para o propósito da interacção há

uma convergência suficiente do conhecimento, fechará a negociação. Isto significa que a comunicação é sempre relativa ao propósito. Nunca é precisa; é sempre aproximada.

E o que diremos em relação ao tipo de comunicação científica que requer uma transferência mais exacta de informação? Mesmo aqui, a exactidão é relativa às condições particulares de comunicação e o resto deve ser deixado de forma não específica.

O que Widdowson pretende sugerir é que a comunicação por meio da linguagem envolve o uso de regras linguísticas para negociar a transferência de informação e assim estender uma área já existente de conhecimento compartilhado de facto e convenção. O sucesso da transferência é medido pela referência de extensão que satisfaz as condições do receptor para a informação.

Significado, neste contexto, é a função da interacção entre os interlocutores, que é mediada através da linguagem. Este processo é chamado de *Discurso*. A linguagem usada para mediar o processo pode ser gravada ou transcrita e estudada objectivamente; neste caso, trata-se de *Texto*: que seria o traço explícito de interacção, que pode ser usado como um conjunto de pistas para a reconstrução do Discurso. É a nossa única fonte de evidência sobre as regras linguísticas usadas na mediação do significado.

Mas o texto não revela como essas regras são realmente aplicadas no processo do Discurso. Pode indicar o tipo de regras que foi usado, mas não mostrar como as regras são usadas; pode revelar o tipo de conhecimento linguístico que os participantes têm, mas não como o conhecimento é actualizado em comportamento comunicativo.

Assim, se gravarmos uma infracção, podemos notar subsequentemente como o texto resultante manifesta certos aspectos sintácticos, como ilustra o uso de elementos coercivos e os recursos disponíveis na linguagem para a organização da informação assim como para garantir o desenvolvimento proposicional ao longo de unidades linguísticas.

Porém, um texto não revela, por si só, os planos que devem ser implementados para se atingir a complexa tarefa comunicativa, nem qual dos planos é considerado automatizado como rotina na memória a longo termo.

Em relação à escrita, WIDDOWSON (1983a: 39) sugere que o escrevente enfrenta um problema de transmissão: tem certa informação para impactar para um propósito ilocutório ou perlocutório – informar, impressionar, direccionar a acção, etc. –, mas tem que preparar o terreno e criar condições favoráveis para a reacção sobre a informação. Ele faz isto pelo facto de estar constantemente a mudar a sua função de *enunciador* a *receptor*, como se fosse de “falante” para “ouvinte”, e vice-versa, possibilitando a interacção e jogando o papel de cada participante.

Para ilustrarmos esta dualidade de personalidade do escrevente, podemos supor que um escrevente redigiu o seguinte:

“O homem é um é um ser inteligente, mas tem uma série de limitações; por exemplo, ninguém sabe, à primeira vista, o que vem na alma da outra pessoa, a não ser que esta pessoa se expresse diante da outra. Mesmo assim, nunca se tem certeza se o que a pessoa expressa é verdadeiro ou falso. Outra limitação, talvez a pior ou a melhor de todas (há males que vêm por bem), tem a ver com a sua incapacidade de se manter vivo eternamente (corpo, alma e espírito juntos). Cedo ou tarde, o ser humano deixa de viver”.

O texto acima exposto pode suscitar, no autor, um exercício de imaginação da reacção do seu provável leitor. Por exemplo, depois de escrever que “O homem é um ser inteligente, mas tem uma série de limitações”, o escrevente poderá parar e perguntar a si mesmo que limitações seriam essas. Depois desta pergunta, ele pode dar respostas e exemplos. Mais adiante, pode-se perguntar a si próprio que outras limitações o homem tem, já que afirmou no início que eram muitas; e, então, se o tal homem é um ser inteligente, como é que a sua inteligência se manifesta. Provavelmente o

escrevente não responda a esta pergunta de forma aprofundada, porque o seu foco de discussão não é a inteligência do homem, mas as limitações do homem. Assim por diante.

Esta condução de interacção implícita satisfaz a função essencial de envio do processo de Discurso. Mas também pode mudar o carácter de informação que o escrevente deseja expressar ou enviar. Mesmo que o escrevente parta de um ponto em que haja ideias claras daquilo que pretende escrever, o processo de interacção que ele desencadeia continuamente lhe providencia outros pontos de vista que podem suscitar outros elementos e conexões cognitivas que não estavam no seu plano inicial.

É por isso que, de acordo com WIDDOWSON (1980: 234-243), a linguagem opera em duas vias. Por um lado, ela providencia uma actividade conceptual através da qual proposições claras e processáveis são formuladas na mente. Por outro lado, ela providencia os meios através dos quais tais proposições podem ser transmitidas de maneira mais efectiva possível, para propósitos comunicativos. Neste contexto, dependendo de uma série de factores, entre o idealizar a comunicação e executar efectivamente essa comunicação, pode haver problemas tanto na forma como no enunciado.

A interacção não só facilita a expedição de informação, mas também gera o processo do pensamento. Por esta razão, na escrita, muitas vezes, o escrevente chega a um destino não previsto, através de uma rota também fora daquela que foi originariamente traçada.

O texto escrito difere do texto falado em vários aspectos. O texto falado, pela sua natureza, é transitório, temporário e só pode ser gravado fora da intervenção. Quando a gravação é transcrita, algumas idealizações interferem e, assim, ele torna-se somente uma versão parcial do Discurso.

O Discurso escrito representa uma transcrição não feita por observadores terceiros, mas por uma pessoa participante activa. Neste caso, trata-se de um Discurso verdadeiro. Mesmo assim, este

também representa somente uma parte do Discurso porque, como regra, não revela a reacção da segunda pessoa que o escrevente antecipa, atinando o papel do outro participante durante o processo de produção, como seria, por proximidade. Há, naturalmente, excepções. Nalguns tipos de textos, sobretudo aqueles cujos propósitos são simples exposições, podemos encontrar algum texto gravado que tem a ver com a segunda pessoa de interacção imaginária.

Uma forma de caracterizar diferentes tipos de escrita seria através do grau no qual o Discurso é textualizado. O texto anotado nunca é completo. A contribuição da segunda pessoa virtual ou indirecta é sempre deixada a uma extensão ou grau assumido.

Assim, o texto escrito, geralmente, não representa a interacção em si, mas apenas o resultado dela. Quando o leitor lê o texto, cria uma interacção a partir de uma redacção parcial disponibilizada; isto é, o leitor converte texto em Discurso. A extensão na qual o Discurso do leitor corresponde ao do escrevente depende de vários factores.

A outra diferença importante que existe entre o texto falado e o texto escrito é que o primeiro é directo, é uma reflexão linguística imediata do processo interactivo genuíno e é simplesmente dependente do Discurso. Uma vez que um determinado Discurso é activado a partir de um diálogo, os seus traços no texto desaparecem, a não ser que sejam gravados/escritos por alguma razão. Assim, na interacção falada, o texto como tal não importa aos participantes: é simplesmente a consequência do Discurso.

Muitas vezes, por um lado, não nos preocupamos muito com o moldar do texto falado, porque reconhecemos o seu carácter temporário e nos preocupamos mais com o processo do Discurso do que com o produto textual. Assim, o texto falado tende a ser não limpo, exhibe irregularidades sintácticas, é incompleto, etc. Por outro lado, com o texto escrito, o caso é diferente.

O texto escrito, pela sua natureza, é um registo feito por um participante verdadeiro para ser usado para a recriação do Discurso. O texto não é dependente, mas essencial, e deve ter existência atrás do Discurso que é escrito. É, assim, um artefacto deliberadamente formado ou produzido para ser usado por outros. Como tal, tem que estar de acordo com certos padrões de aceitabilidade social. Isto significa que tem que ser limpo, correcto e bem formado.

O escrevente não só tem que construir o seu texto de modo a que o mesmo registe a sua participação no Discurso e o providencie para a inteiração com o leitor, mas também que o mesmo texto esteja de acordo com uma etiqueta linguística correcta. Exactidão, nesta via, torna-se uma condição necessária para a fluência.

Logicamente, assim como qualquer comportamento social, constrangimentos da rectidão variarão a sua força dependendo do público-alvo do texto (o leitor). Neste caso, podemos notar que o escrevente vai se preocupar mais ou menos em relação a essa rectidão, dependendo daqueles que ele considera como potenciais leitores. Escrever cartas para familiares não é o mesmo que escrever para um jornal ou uma instituição.

Um escrevente é confrontado por dois tipos de tarefas e, como já referimos, sofre dois tipos de perda: primeiro, ele tem que conduzir uma interacção implícita com um presumível interlocutor e registar a sua participação pessoal de tal modo que o leitor possa ser capaz de derivar um Discurso a partir desse registo. Ele tem que produzir um texto que tenha um potencial apropriado de um Discurso. Assim, se o escrevente sobretexualizar, perderá por ser muito verboso, extensivo; se subtextualizar, perderá por ser obscuro. Ao mesmo tempo, ele tem que produzir um texto que esteja de acordo com os padrões de aceitabilidade social e que seja correcto e coeso como um artefacto linguístico.

A interpretação do Discurso como um texto, feita pelo escrevente, é mais difícil que a interpretação do texto como um Discurso, feita pelo leitor. Para este último caso, depende do objectivo do leitor; algumas direcções do escrevente no Discurso são ignoradas pelo leitor. Tipicamente, ele vai pôr em foco questões lexicais, inferindo e predicando significados e tendo como referência aquilo que já sabe e aquilo que necessita de saber. E ele pode fazer isto a uma velocidade considerável.

Uma leitura efectiva, como uma actividade social normal, não é uma questão de complementação ou de perfeição, mas de conveniência e de adequação. Mas o escrevente deve trilhar tendo em conta todo o tipo de reacções possíveis, desenhando textos com um bom padrão, que o leitor pode até ignorar. O leitor pode se preocupar com questões lexicais, mudando a sua atenção para sintaxe somente quando esta estratégia falhar no processo de busca de informação que ele necessita. Para o escrevente, por outro lado, engajado numa composição correcta de texto, sintaxe deve estar sempre lá para trabalhar com ele.

2.3. Retórica

Como verificámos já no capítulo anterior, a Retórica é aqui discutida essencialmente no âmbito da Linguística Aplicada. Assim, com este quesito em mente, não se pauta por pontos de vista históricos, filosóficos nem literários. O nosso enfoque incide na Retórica Textual, nas mesmas linhas de concepção e tratamento desenvolvidas por LEECH (1983), e que constitui a área principal desta tese.

LEECH (1983: 15), numa primeira fase, caracteriza a abordagem pragmática como sendo similar a da retórica. Esta forma de usar o termo “retórica” é muito tradicional e refere-se ao estudo de uso efectivo da linguagem na comunicação.

Mas, reiteramos, enquanto a retórica já foi entendida, em particular na sua visão tradicional, como sendo a arte de usar a linguagem de forma habilidosa para a persuasão, ou para a expressão literária, ou para o Discurso em público, Leech foca mais no aspecto do *uso efectivo da linguagem* no seu sentido mais geral, aplicando primeiramente na conversação do dia-a-dia, e só de forma secundária para o uso da linguagem de forma mais preparada e pública.

O ponto central do termo “retórica”, neste contexto, é o foco que ele coloca no objectivo orientado da situação da fala, no qual o falante usa a linguagem de modo a produzir um efeito particular na mente do ouvinte.

Podemos distinguir dois tipos da retórica: a *retórica interpessoal* e a *retórica textual*. Cada um destes tipos consiste num conjunto de princípios, tais como o Princípio Cooperativo e o Princípio da Polidez. Estes princípios, por sua vez, consistem numa série de “máximas”, obedecendo uma espécie de hierarquia. Por exemplo, nas Máximas de Qualidade, a segunda parece ser uma extensão predicável da primeira; (1) “Não diga nada que você acredita ser falso”; (2) Não diga nada sem evidências adequadas”. Neste caso, se declararmos algo cujas evidências não estão claras, então, não sabemos se o que falamos é verdadeiro ou falso. Assim, a Máxima (2) diz simplesmente que não podemos dizer algo que nos possa fazer quebrar a Máxima (1).

Cooperação e polidez são largamente factores reguladores que asseguram que, uma vez que a conversação está em curso, não vai seguir um caminho infrutífero. É pois necessário distinguir entre objectivos ilocutórios e objectivos sociais, ou, o equivalente, entre a força ilocutória de um enunciado e a sua força retórica (aderência de princípios retóricos: como é que o falante ou escrevente está a ser verdadeiro, polido, irónico, etc.). Juntos, a força ilocutória e a força retórica de um enunciado fazem a força pragmática. A distinção entre o sentido (determinado semanticamente) e a força (determinada pragmática e semanticamente) é essencial na abordagem desta matéria.

2.3.1. As funções ideacional, interpessoal e textual da linguagem

A partir das quatro funções de linguagem do POPPER (1972) (expressiva, de sinalização, descritiva e argumentativa), LEECH (1983: 56) se move para as funções sugeridas por HALLIDAY (1973), que apresentam grandes semelhanças: a gramática é ideacional; a pragmática é interpessoal e textual.

As funções da linguagem são:

- (i) A função ideacional: linguagem funcionando como um meio para transmitir e interpretar experiências do mundo. Esta função é subdividida em duas subfunções: a experimental e a lógica.
- (ii) A função interpessoal: linguagem funcionando como uma expressão de atitude de um indivíduo e uma influência sobre as atitudes e comportamento do outro.
- (iii) A função textual: linguagem funcionando como um meio de construção de texto, isto é, uma instanciação falada ou escrita da linguagem.

Quando fala sobre o modelo do processo de linguagem, LEECH (*op. cit.*: 59) apresenta um diagrama que mostra a comunicação linguística em termos de análise *meio-fim*, sobre como as três funções da linguagem apresentadas por Halliday formam uma hierarquia de instrumentalidade; um acto linguístico de comunicação (enunciado) é descrito como constituindo transacção em três planos diferentes: (i) como uma transacção interpessoal, ou *Discurso*; (ii) como uma transacção ideacional, ou *Mensagem*; e (iii) como uma transacção textual, ou *Texto*. Mas essas transacções estão ordenadas de tal maneira que o *Discurso* inclui a *Mensagem* e a *Mensagem* inclui o *Texto*. Assim, todo o enunciado pode ser descrito da seguinte maneira: *Discurso através da Mensagem e Mensagem através do Texto*.

O Discurso é toda a transacção, entendida como uma tentativa de transmitir uma força ilocutória particular para o ouvinte. O autor de que temos estado aqui a citar, ao apresentar o modelo atrás exposto, pretende demonstrar que essa forma de entender o processo de comunicação pode estar limitada. Ele defende que, nesse modelo, nós planificamos o enunciado como Discurso antes de pegarmos a sua conversão em texto. Mas, sustenta o autor, é uma experiência comum que muitas vezes começamos a falar/escrever sem estarmos certos do que queremos falar/escrever e que, várias vezes, mudamos os nossos objectivos elocutórios no decurso da fala/escrita.

Em todo o caso, o modelo aqui em referência tem alguns aspectos, que podemos necessitar para construir um modelo de tempo real do processamento da linguagem. Para termos certeza de que um modelo é adequado, temos que reconhecer que um texto é, em si, um fenómeno que se desenvolve no tempo e que todos os componentes desse modelo podem avançar com a progressão temporal.

Neste contexto, LEECH (*op. cit.*: 61) apresenta uma proposta de um modelo mais realístico, mais *funcional* no sentido de dia-a-dia. É um modelo que mostra como os vários elementos da gramática e da retórica contribuem para o funcionamento da linguagem ao serviço do comportamento orientado por objectivo.

Nesta linha de pensamento, HALLIDAY (1985: xv) salienta que, em qualquer actividade de análise do Discurso escrito, há sempre dois possíveis níveis de realização para que esse Discurso seja entendido: o primeiro nível é uma contribuição para a compreensão do texto, do ponto de vista formal; e o segundo nível de alcance é uma contribuição para a avaliação do texto, do ponto de vista funcional, de acordo com os propósitos. Na prática, a não ser que se trate de uma questão didáctica, com o objectivo de entender como a separação desses dois níveis de análise se opera, as duas categorias são observadas em simultâneo num processo de Análise do Discurso.

Todos estes conceitos e preceitos que vimos até agora neste capítulo levam-nos para um caminho de investigação macrolinguística, que nos faz confluir para o estudo sobre como a linguagem é usada na comunicação e como as declarações têm significado em determinadas situações – ou seja, a Pragmática.

2.4. Pragmática

De acordo com DAVIES (2005: 109), pragmática é o estudo do significado num contexto. Ela leva em conta os interlocutores e os seus propósitos comunicativos.

Na mesma linha de pensamento, LEECH (1983: x) ressalva que a pragmática pode ser definida como “o estudo sobre como as declarações têm significados em determinadas situações”. Sobre esta matéria, o mesmo autor apresenta uma visão complementar da pragmática no âmbito de um programa vasto para o estudo da linguagem como um sistema de comunicação. Isto significa estudar o uso da linguagem como forma distinta, mas, complementarmente, a linguagem em si vista como sistema formal. Por outras palavras, a pragmática (no seu sentido mais amplo) deve ser separada da gramática.

É necessário desenvolver teorias e métodos de descrição, que sejam peculiares à pragmática em si, e demonstrar que essas teorias e esses métodos são diferentes daqueles que são apropriados para a gramática. Assim, o domínio da pragmática pode ser definido de modo delimitado em relação à gramática e, ao mesmo tempo, demonstrar como os dois campos combinam dentro de um quadro de estudo da linguagem.

Até agora, a grande influência daqueles que desenvolveram o paradigma de pragmática é a formulação da visão do significado em termos da força ilocutória, sugerida por Austin e Searle, e da visão do significado em termos de implicatura convencional, sugerida por Grice. Estes três autores

também exerceram uma grande influência no estudo desenvolvido por Leech, embora a sua abordagem sobre a pragmática esteja mais voltada para a tese que defende que a comunicação visa resolver problemas (“problem-solving”).

Um comunicador tem de resolver problemas; dado que pretendemos provocar um certo resultado na consciência do ouvinte, no leitor ou no telespectador, qual é o melhor meio de alcançar este fim usando a linguagem?

Esta concepção de comunicação leva-nos a uma abordagem retórica da pragmática, em que o falante é visto como estando a tentar atingir os seus objectivos dentro dos constrangimentos impostos por princípios e máximas de “bom comportamento comunicativo”. Neste, não só o relevante Princípio Cooperativo de GRICE (1975), mas também outros princípios, tais como os de Polidez e de Ironia, são de grande importância. As máximas de Grice (qualidade, quantidade, relação e modo), que inspiraram Leech, definem determinados princípios racionais específicos adoptados e seguidos por falantes e escreventes que obedecem ao Princípio Cooperativo que permite a ocorrência de uma comunicação efectiva.

Em suma, a pragmática difere da gramática pelo facto de aquela ser, essencialmente, “orientada por objectivos” e ser avaliadora. Com esta distinção, Leech pretende fazer uma nova abordagem da gramática e da retórica.

Hoje em dia, o objecto da “pragmática” é muito estudado na linguística. Há cerca de cem anos, este assunto era pouco falado entre estudiosos da linguística. Actualmente, muitos estudiosos, incluindo o próprio LEECH (*op. cit.*: 1), defendem que não podemos entender a natureza da linguagem em si sem entendermos a pragmática: como a linguagem é usada na comunicação.

Leech usa o termo “pragmática” não como sinónimo de teoria, mas como um termo mais geral, que se refere a um conjunto contextual de normas que são feitas sobre a natureza e os limites

do assunto, o método do seu estudo, o que conta como evidência e o que determina a forma que as tais teorias levam; por exemplo, o termo paradigmático “gramática generativa” que, na prática, refere-se a todo o conjunto de teorias que compartilham certas regras: que a linguagem é um fenómeno mental que pode ser estudado através de especificações algorítmicas de regras que operam de acordo com certas convenções; que os dados para tais teorias são disponíveis através da intuição; que a linguagem consiste num conjunto de declarações.

A Linguística do Texto e a Análise do Discurso recusaram a aceitar a limitação da linguística em gramática da frase. A análise convencional tem enaltecido a importância da dimensão social do estudo da linguagem. A estes desenvolvimentos, pode ser adicionada a atenção que a pragmática deu ao significado em uso em vez de significado no abstracto.

Cumulativamente, estas abordagens e outras têm levado a uma mudança assinalável de direcção no seio da linguística, da “competência” para “performance” (desempenho). Esta mudança é bem-vinda sob vários pontos de vista, mas o pluralismo daí resultante significa que nenhum paradigma abrangente emergiu realmente como sucessor da gramática generativa. Um entendimento unificado sobre o que é linguagem se perdeu. LEECH (*op. cit.*: 4) pretende apresentar um paradigma “fresco”, não no sentido de trazer ideias completamente originais, mas de se concentrar no argumento da validade de uma visão particular da distinção entre gramática e pragmática.

Na essência, LEECH defende que a gramática (o sistema formal abstracto da linguagem) e a pragmática (os princípios do uso da linguagem) são domínios complementares na linguística. Não podemos entender a natureza da linguagem sem estudarmos estes dois domínios e a interacção entre eles.

Na visão de LEECH (*op. cit.*: 5) sobre esta matéria, os postulados são os seguintes:

- (i) A representação semântica (ou a forma lógica) do enunciado é distinta da sua interpretação pragmática;
- (ii) A semântica é regida por regras (gramática); a pragmática geral é controlada por princípios (retórica);
- (iii) As regras da gramática são fundamentalmente convencionais; os princípios da pragmática geral são principalmente não convencionais; isto é, motivados em termos de objectivos não conversacionais;
- (iv) A pragmática geral relaciona o sentido (ou significado gramatical) do enunciado com a sua força pragmática (ou força ilocutória);
- (v) As correspondências gramaticais são definidas por mapeamentos; as correspondências pragmáticas são definidas por problemas e suas soluções.
- (vi) As explicações gramaticais são fundamentalmente formais; as explicações pragmáticas são fundamentalmente funcionais;
- (vii) A gramática é ideacional; a pragmática é interpessoal e textual; e
- (viii) No geral, a gramática é descritível em termos de determinadas e discretas categorias; a pragmática é descritível em termos de valores *continuum* e indeterminados.

Na prática, o problema da distinção entre língua (*langue*) e linguagem (*parole*) tem-se centrado na disputa da fronteira entre a semântica e a pragmática. Ambos os campos ocupam-se do significado ou com ele se relacionam; porém, a diferença entre eles pode ser sublinhada em dois tipos distintos de uso do verbo “significar”: (1) *O que X significa?* (Semântica); e (2) *O que queres dizer/significar com X?* (Pragmática).

A semântica, tradicionalmente, lida com o significado como uma relação diádica, como se verifica no caso (1); enquanto a pragmática lida com o significado como uma relação triádica, como no exemplo (2). Assim, o significado na pragmática é definido em relação ao falante ou utilizador

da linguagem; enquanto o significado na semântica é definido puramente como uma propriedade de expressões numa data língua, em abstracção de uma situação, de um falante particular.

LEECH (*op. cit.*: 6) redefine a pragmática com o propósito ligado à linguística, como o estudo de significado em relação a situações da fala (ou do Discurso).

A visão de que a semântica e a pragmática são distintas e, desde modo, campos de estudo complementares e inter-relacionadas, é fácil de ser vista de forma subjectiva; todavia, do ponto de vista objectivo, esta distinção já se torna um pouco difícil e pode ser suportada de forma negativa, apontando falhas e fraquezas; por exemplo, logicamente, duas alternativas claras são possíveis: pode ser dito que o uso dos significados em (1) e em (2) é do nível semântico; ou que ambos estão no campo pragmático.

De facto, por se tratar de uma diferença que resulta de um *continuum*, fica mais fácil ilustrarmos essas dissemelhanças através de uma representação imaginária ou gráfica de dois extremos (semântica e pragmática), intermediados por uma situação cêntrica (em que ambos os significados se verificam na mesma dimensão e se comportam de forma complementar).

O argumento para esta complementaridade é apresentado da seguinte forma: tudo o que conta para significado na linguagem deve (i) ser realístico em relação aos factos tal como os observamos e (ii) ser o mais simples e generalizável possível.

Se abordarmos o significado inteiramente do ponto de vista pragmático, ou inteiramente do ponto de vista semântico, essas condições não são encontradas; entretanto, se abordarmos o significado de um ponto de vista em que se faz a combinação entre a semântica e a pragmática, o resultado pode ser uma explanação satisfatória em termos dos dois critérios.

Os Princípios de Cooperação e de Polidez

O argumento de LEECH é baseado no estudo da pragmática por meio de Princípios Conversacionais do tipo ilustrado por GRICE (1975: 45-46). Este introduz na pragmática não só o Princípio Cooperativo, mas também outros, tal como o Princípio da Polidez.

O Princípio Cooperativo tem as seguintes Máximas – adaptado de GRICE (1975):

Quantidade: dá a quantidade certa de informação; isto é,

- (i) Faça a sua contribuição informativa como é requerida;
- (ii) Não faça a sua contribuição mais informativa do que o requerido.

Qualidade: tente fazer a sua contribuição verdadeira; isto é,

- (i) Não diga aquilo em que acredita ser falso;
- (ii) Não faça declarações sem evidências.

Relação: seja relevante.

Modo: seja perspicuo; isto é,

- (i) Evite obscuridade no caso de expressões;
- (ii) Evite a ambiguidade;
- (iii) Seja breve (evite prolixidade desnecessária)
- (iv) Seja ordeiro.

Os Princípios Conversacionais e Máximas são mais regulativos do que constitutivos. As regras da linguagem (como, por exemplo, fazer perguntas em inglês) são normalmente contadas como parte integrante da definição dessa linguagem; mas as máximas não fazem parte. Assim, se

alguém diz uma mentira em português, quebra a Máxima da Qualidade, mas não significa que cometeu alguma falha gramatical na forma de falar o português.

Há um elemento que, apesar de fazer parte da interpretação diária dos termos “princípio” e “máxima”, não vem focado na abordagem até aqui feita, mas que deve ser tomado em consideração: trata-se da implicação de que tais constrangimentos são para a natureza *moral* ou *ética*.

Uma pessoa pode proferir mentiras em português ou numa outra língua, mas o ponto sobre o princípio cooperativo é que se o falante diz mentiras indiscriminadamente, essa pessoa já não será capaz de se comunicar através da linguagem. Neste contexto, uma coisa que não pode ser negada é que este princípio introduz valores comunicativos no estudo da linguagem, como a verdade.

Tradicionalmente, linguistas têm evitado em se referir em tais valores, alegando que podem minar a exigência sobre a objectividade. Mas, do ponto de vista empírico, uma vez que os valores que consideramos são os que supomos ser operativos na sociedade e não aqueles que são impostos na sociedade, então, não há motivos para rejeitarmos ou excluirmos do nosso estudo.

As regras nem sempre são claras nas suas aplicações; nem as funções complementares da semântica e da pragmática são feitas de forma precisa como se sugere. Mas o Princípio Cooperativo é exemplar pelo facto de mostrar a “divisão do trabalho” entre o *sentido* de um enunciado e a sua *força*.

2.4.1. A Pragmática textual

A pragmática textual é ilustrada apenas por uma máxima: a máxima de enfoque no final. Sobre esta matéria, LEECH (*op. cit.*: 63) propõe um esquema para a retórica textual, que é similar

ao já proposto para a retórica interpessoal: há uma série de quatro princípios e cada um destes pode ser subdividido em máximas. Os quatro princípios são os seguintes:

- (i) Proceda sempre humanamente em tempo devido;
- (ii) Seja claro;
- (iii) Seja breve e facilite a interacção;
- (iv) Seja expressivo.

O princípio do Processamento – este princípio recomenda que o texto deve ser apresentado de uma forma que permita que seja fácil para o destinatário decifrar no tempo. Um texto, ao contrário de mensagem, é essencialmente linear e temporalmente claro. Assim, ao deciframos, estamos sempre sujeitos a escolhas; por exemplo:

- (i) como segmentar a mensagem em unidades;
- (ii) como atribuir graus de importância ou de subordinação para as diferentes partes da mensagem; e
- (iii) como ordenar as partes da mensagem.

O princípio da Clareza – aplica-se a diferentes níveis de codificação mas, em geral, pode ser dividido em duas máximas: (a) a Máxima de Transparência e (b) a Máxima de Ambiguidade.

- (i) Mantenha uma relação directa e transparente entre a semântica e a estrutura fonológica, isto é, entre a mensagem e o texto.
- (ii) Evite a ambiguidade.

O Princípio da Economia (seja breve e facilite a interacção) – pode ser considerado como um preceito valioso não só para o destinatário, mas também para o emissor. (Este princípio está sempre em “guerra” com o Princípio de Clareza). A partir do Princípio da Economia, surge a Máxima de Redução.

O Princípio da Expressividade – neste princípio, nos preocupamos com a efectividade no sentido lato, que inclui questões expressivas e estéticas da comunicação, do que simplesmente com a eficiência. Por exemplo, a Máxima da Iconicidade deve ser inclusa neste princípio.

O que se disse até agora sobre a retórica textual sugere um forte paralelismo com a retórica interpessoal. Assim, as máximas textuais, como as do *Princípio de Cooperação* e do *Princípio de Polidez* são comuns entre o falante/escrevente e o ouvinte/leitor: (i) são aplicadas diferentemente em diferentes contextos; (ii) são aplicadas a graus variados; (iii) podem competir uns com outros; (iv) podem ser explorados com o propósito de implicaturas; (v) são regulativas em vez de constitutivas; e (vi) são interpretadas como orientados por objectivos.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DE DADOS

3.1. Algumas linhas orientadoras

Conforme já nos referimos na Introdução desta tese, os dados para a análise provêm de *notícias* escritas no jornal moçambicano “Vertical”, de 2009 a 2011. Através de uma Análise do Discurso, pretende-se (i) explicar como é que factores linguísticos, extralinguísticos e interactivos contribuem para o processamento jornalístico do texto noticioso e (ii) como e em que medida o jornalista processa ou não adequadamente o seu Discurso, tendo em conta os princípios retóricos propostos por LEECH (1983), de que o jornalista faz uso, e tendo em conta ainda o enquadramento que MATOS (2002) faz do seu modelo de uma Linguística para a Paz e Desenvolvimento.

Para entendermos o nível de comunicação entre o escrevente e o potencial leitor, recorreremos aos princípios da interacção dos intervenientes no processo de comunicação, sugeridos por WIDDOWSON (1983a) e LOPES (2004), em contextos sociais, culturais, económicos, políticos, históricos e ideológicos, referidos por GEE (1990).

Na Análise de Dados, este enquadramento teórico é complementado por uma gama de referências similares e afins apresentadas na nossa revisão da literatura.

Para o efeito, como dissémos, colhemos, via correio electrónico, os dados acerca do objecto em estudo, de modo a descobrirmos e descrevermos, ao longo da análise, os padrões e as relações e/ou gerar hipóteses em volta do fenómeno encontrado.

Para melhor entendemos o processo da análise de dados, importa lembrar que WIDDOWSON (1983a: 39) e na mesma linha LOPES (2004:179) sugerem que o Discurso escrito, tal como o Discurso falado, também interpreta um processo interactivo de negociação. Isto significa que o jornalista tem de conduzir a sua interacção, activando funções dos dois participantes, em que a função do segundo interveniente na comunicação (o leitor) é desempenhada através de um processo de reconstituição feita pelo autor.

Por isso, reiteramos, na análise dos Discursos que sustentam as notícias, vamos nos debruçar não só em Princípios da Retórica Textual (linguagem funcionando como um meio de construção de texto, isto é, uma instanciação escrita da linguagem), mas também em Princípios da Retórica Interpessoal (linguagem funcionando como uma expressão de atitude de um indivíduo e uma influência sobre as atitudes e comportamento do ouvinte/leitor) – uma vez que a Retórica Textual, por ser um processo que começa por um acto comunicativo de uma interacção falada implícita, processo este que é realizado por meio do duplo papel do escrevente, é o resultado do sistema de comunicação que envolve a Retórica Interpessoal.

Neste contexto, na presente investigação, retomando o Quadro de Categorias para a Análise de Dados, apresentado no capítulo sobre o Enquadramento Teórico e Metodológico, os termos “Retórica Textual” e “Retórica Interpessoal”, aventados por LEECH (1983), aparecem na Análise de Dados ocasionalmente, por questões didácticas e/ou por conveniência pontual. No lugar disso, falamos mais das “Máximas dos Princípios Retóricos”.

Com o fim de fazermos a correlação entre a nossa análise e o texto examinado, usamos o termo “Artigo” para designar a notícia em causa, enunciando o respectivo título e enumerando de forma progressiva, bem como indicando a página em que o texto se encontra nos anexos.

3.2. Análise e Interpretação de Dados

Artigo 1

“Criação da agência noticiosa sobre HI/SIDA em Moçambique”

(Ver o texto na página 247)

Do ponto de vista de retórica textual, em que a linguagem funciona não só como um meio de construção de texto, isto é, uma instanciação escrita da linguagem (LEECH, 1983: 56), mas também como o resultado do sistema de comunicação que envolve a Retórica Interpessoal (uma vez que a Retórica Textual é um processo que começa por um acto comunicativo de uma interacção verbal implícita, processo este que é realizado por meio de um duplo papel do escrevente), constatamos que há observância não só da Máxima de Transparência, isto é, “mantenha uma relação directa e transparente entre a semântica e a estrutura fonológica, ou seja, entre a mensagem e o texto”⁴, mas também da Máxima de Ambiguidade, uma vez que o artigo não se apresenta de forma ambígua.

Se a ambiguidade ocorresse, embora a enunciação seja clara do ponto de vista de construção textual, poderia fazer com que o artigo expusesse, à primeira vista ou mesmo a fundo, uma mensagem com intenção até certo ponto difusa e explicitamente parcial, o que poderia originar uma figura manifesta de persuasão, ou seja, a tentativa ou a intenção do jornalista mudar o comportamento, sentimento ou pontos de vista do potencial leitor, por meios comunicativos.

A expressão “por meios comunicativos”, de acordo com JAMES, SCHOLFIELD e YPSILADIS (1994: 3), é importante nesta abordagem, porque são esses meios que fazem com que a persuasão seja diferente de coerção. O que observamos é que o texto aqui em análise, na sua

⁴ “Retain a direct and transparent relationship between semantic and phonological structure (i.e. between message and text.”) (Tradução para Portug. por A.V.V.)

relativa imparcialidade e no seu carácter informativo/educativo, já sugere, por si só, essa mudança de comportamento do leitor.

É por isso que, de acordo com FIORIN (2009: 75), o objectivo último de todo o acto de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está a ser comunicado. Assim, o acto de comunicação é um complexo jogo de manipulação, com o fim de fazer o destinatário acreditar naquilo que se transmite. Por esta razão, um acto de comunicação é sempre um acto de persuasão.

Em contrapartida, o artigo aqui em análise, embora facilite a interacção entre o texto e o leitor, do ponto de vista de clareza e expressividade, não é um bom exemplo do uso da Máxima de Redução, porque não é breve: existem trechos que poderiam ter sido excluídos, sem que no entanto reduzissem o âmago da mensagem; por exemplo, a passagem que omitimos na transcrição seria uma forma de repetição do excerto imediatamente a seguir no mesmo artigo.

Analisando o texto do ponto de vista do contexto, achamos pertinente a inclusão da história e da situação sócio-cultural de Moçambique no artigo, uma vez que estas informações situam e justificam o acto do acordo de cooperação entre este país e o Brasil, em matéria de prevenção e combate ao HIV/SIDA, através da imprensa e por meio de estratégias linguístico-comunicacionais apropriadas para o efeito.

Esta contextualização histórica e sócio-cultural de Moçambique no texto aqui em análise pode ser considerada como uma aplicação da teoria sobre a influência dos contextos sociais, culturais, económicos, políticos, históricos e ideológicos, referidos por GEE (1990), num processo de comunicação, em geral, ou num processo de construção do Discurso, em particular. Este exercício faz-nos lembrar que estamos diante de uma pesquisa no âmbito da Linguística Aplicada Comunicacional e reflecte aquilo que BROWN e YULE (1983: 27) falam acerca de Análise do

Discurso (Discurso entendido como um processo e não apenas como produto): a Análise do Discurso conduz necessariamente a uma abordagem *pragmática* do estudo da linguagem em uso. Por esta razão, é importante que essa análise tenha em conta o contexto no qual o Discurso ocorre.

De facto, à época, as Nações Unidas sustentavam que, após a assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, Moçambique era visto como um caso de sucesso em África, no processo de reconstrução pós-guerra e recuperação económica; porém, não obstante muitas realizações no país, este continuava um dos mais pobres do mundo e ocupava a posição 172 de 177, no Índice de Desenvolvimento Humano de 2007/2008. As Nações Unidas defendiam, também, que um dos grandes entraves ao desenvolvimento nacional era o HIV/SIDA, uma vez que esta epidemia enfraquecia todos os esforços e resultados conseguidos pelo Governo na década anterior.

Do ponto de vista da retórica interpessoal, em que a linguagem funciona como uma expressão de atitude de um indivíduo e uma influência sobre as atitudes e comportamento do ouvinte, diríamos que todas as máximas correspondentes aos três Princípios (Cooperativo, de Polidez e de Ironia) estão patentes de forma positiva no texto; por exemplo, um facto a salientar nesta fase é o contraponto que existe entre o subtítulo “Liderança Brasileira” no texto (que pressupõe ou denota uma certa relação vertical ou, pelo menos, uma relação com algum grau hierárquico entre o “líder” e o “liderado”) e a expressão “uma agenda de cooperação horizontal”, usada pelo representante do UNAIDS no Brasil durante a entrevista e que expõe, de forma clara, a aplicação da Máxima de Modéstia (não seja arrogante) do Princípio de Polidez. Notamos que esta forma diplomática de tratar os assuntos de cooperação internacional, aplicada na prática, pode criar raízes de uma cultura de paz entre os parceiros e facilitar as relações bilaterais ou multilaterais em projectos de desenvolvimento.

Nesta linha de pensamento, MATOS (2002: 20) destaca que ser polido é mais desafiador que demonstrar boas maneiras linguísticas; é saber *antever os efeitos* das nossas mensagens,

recorrendo, habilmente, ao vocabulário polido que contribua para afrouxar o impacto das nossas opiniões e juízos. O tratar o nosso semelhante ou parceiro com respeito e consideração é, antes de mais nada, um Dever Linguístico.

Se pretendermos analisar o texto “Criação da agência noticiosa sobre HIV/SIDA em Moçambique”, do ponto de vista da responsabilidade jornalística, teremos que transcrever uma passagem do artigo para que possamos fazer uma ponte que nos leve à ideia central do assunto:

“Nos últimos anos, algumas questões culturais, como as parcerias múltiplas e concorrentes, e muitas crenças falsas que vão contra os meios de prevenção do HIV fizeram com que o vírus atingisse 16% da população sexualmente activa, o que, segundo as Nações Unidas, está entre as 10 (taxas) mais altas do mundo. É diante deste cenário que surgiu a ideia de se fundar, em Moçambique, um serviço de produção de notícias e apoio aos jornalistas nos mesmos moldes de Agência de Notícias do HIV/SIDA. Um estudo divulgado em 2006 pela Gender Links e Projecto Monitoria dos Media ressaltou que a cobertura sobre HIV/SIDA nos órgãos de informação de Moçambique era extremamente baixa e, de 3.064 reportagens analisadas, apenas 5% eram sobre Sida, o que foi considerada ruim pelos pesquisadores, já que a epidemia está entre os piores problemas do país.”

Para apresentarmos a ideia central da nossa preocupação nesta matéria de divulgação de informação sobre o HIV/SIDA, diríamos que o desafio que se coloca para o profissional da comunicação social que queira trabalhar nestes assuntos não é relacionado somente com a quantidade de informação, mas também com a qualidade dessa informação. Por essa razão, o jornalista deve ter em conta os cinco princípios para a positividade comunicacional, adaptados a partir dos “princípios para a positividade conversacional” (MATOS, 2002: 17):

- (i) Comunicar é um compartilhar linguístico-discursivo;

- (ii) Saber comunicar é um cooperar comunicativo;
- (iii) Comunicar bem é comunicar para o bem interpessoal e intergrupai;
- (iv) O comunicador responsável pensa primeiro no seu próximo linguístico;
- (v) Comunicar construtivamente é desafiar-se a humanizar as suas maneiras de representar ideias, crenças e valores.

Olhando para esses princípios para a positividade comunicacional, concluimos que o saber interagir com pessoas das mais variadas condições educacionais e sócio-económicas é um grande desafio para o jornalista. O tratar o nosso semelhante com respeito e consideração é, antes de mais nada, um Dever Linguístico-comunicacional.

E nesta Era do Conhecimento, da Informática e da Velocidade, precisamos de monitorar mais o uso da nossa linguagem quanto à qualidade comunicativa que produzimos. Um indivíduo comunicativamente polido trata a todos com a amabilidade, bondade, cortesia, educação, delicadeza, fineza, gentileza, simpatia.

Para a construção de um Discurso funcional, do ponto de vista do objectivo e do contexto, o jornalista deve ter em conta que o destinatário das mensagens tem o direito de (i) ser ouvido; (ii) responder aos questionamentos feitos por jornalistas; (iii) detalhar ou rectificar uma informação dada por equívoco ou por lapso; (iv) ser tratado com a devida dignidade, atenção e respeito comunicativos; (v) sugerir alternativas para a solução dos problemas abordados; (vi) usar variedades da língua oficial ou da língua local; (vii) usar terminologias que estejam de acordo com a sua bagagem cultural e com a sua condição física; e (viii) optar por ficar calado em determinados momentos.

Tudo isto implica que o jornalista, por sua vez, deva tratar todos os interlocutores de forma digna e com respeito comunicativo; evitar vocabulário agressivo; ser claro; apoiar na conciliação de

ideias conflituosas, procurando uma integração de ideias, em benefício do grupo; lembrar e chamar a atenção sobre possíveis desvios do tema que passam ocorrer ao longo da conversa-entrevista; usar um tom de voz audível, evitando falar alto ou baixo demais; respeitar o direito de falar e de escutar dos parceiros comunicativos; comunicar-se para o bem do grupo e para cada participante deste; ser transparente, breve e objectivo nos seus enunciados orais (durante a recolha de dados/informações) e nos enunciados escritos (durante a construção do seu Discurso no texto).

Estes procedimentos podem proporcionar um bom relacionamento entre o jornalista e os destinatários das suas mensagens e ajudar para que o impacto dessas mensagens seja de acordo com os objectivos pré-estabelecidos e para que o Discurso seja o espelho dos reais contextos.

Artigo 2

“Prevenção na dianteira”

(Ver o texto na página 248)

Duas razões fizeram com que tivéssemos o ensejo de analisar o artigo aqui em análise.

A primeira razão (técnica) tem a ver com o facto de o artigo reunir uma série de Máximas Retóricas.

Com efeito, do ponto de vista da retórica textual, o artigo apresenta uma relação directa entre a estrutura e a semântica, isto é, entre o texto e a mensagem; não é ambíguo. É expressivo, breve e facilita a interacção com o leitor. Do ponto de vista da retórica interpessoal, ele tem uma contribuição informativa equilibrada, verdadeira, evidente, relevante e ordeira.

A segunda razão (filosófica e pré-conclusiva) tem a ver com o facto de existir, no texto, matéria que reitera o que foi registado na notícia anterior, que indica aquilo que pode ser um dos grandes entraves para se ultrapassar o subdesenvolvimento, em geral, e do HIV/SIDA, em particular, em Moçambique: problemas culturais. Por exemplo, uma passagem de um outro artigo

do “vt”, do dia 14 de Janeiro de 2009, ressalta que nos últimos anos, algumas questões culturais, como as parcerias múltiplas e concorrentes, e muitas crenças falsas que vão contra os meios de prevenção do HIV fizeram com que o vírus atingisse 16% da população sexualmente activa, o que, segundo as Nações Unidas, está entre as 10 taxas mais altas do mundo.

O trecho supracitado complementa uma passagem de um artigo extraído de uma notícia da edição do dia 12 de Fevereiro de 2009 do “vt”, segundo a qual, um especialista em doenças crónicas explicou que a circuncisão masculina poderia ajudar a região da África Subsariana – a mais afectada do continente africano – a reduzir a propagação desta pandemia, mas os aspectos culturais constituem barreira, dado que essa prática não é ainda hábito, nem costume de algumas comunidades.

Em relação a esta matéria, duas ideias nos ocorreram neste ponto:

- (i) que é preciso que as autoridades e a sociedade em geral se preocupem permanentemente pela educação, em prol da saúde dos cidadãos, para que estes, como o título da notícia do dia 12/2/2009 sugere (“Prevenção na Dianteira”), possam estar prevenidos através do conhecimento;
- (ii) que os órgãos de comunicação social têm um papel preponderante na disseminação estratégica e sistemática de informação, para a prevenção e o combate desta e de outras pandemias, incluindo problemas de condicionalismos culturais, que assolam o país e retardam a paz e o desenvolvimento.

Em relação a este último ponto, uma das saídas seria, pensamos nós, o uso da Comunicação para o Desenvolvimento (CPD) nas comunidades, em paralelo com outras estratégias complementares e afins.

A Comunicação para o Desenvolvimento pode servir como um impulsionador que, havendo força de vontade e criatividade de quem de direito e competente, em coordenação com outros programas comunitários, possa ajudar para que as comunidades planifiquem e realizem projectos para o seu crescimento sócio-económico e cultural.

Se entendermos a Comunicação para o Desenvolvimento como sendo o estudo da mudança social resultante da aplicação da pesquisa de comunicação (na sua teoria e tecnologia), com vista a criar o desenvolvimento, este termo deve ser entendido como sendo um amplo processo participativo da mudança social numa determinada comunidade, que resulta em avanços sócio-económicos e culturais, como, por exemplo, saúde, educação, produção material e alimentar, igualdade, liberdade e outros valores objectivos e subjectivos que ajudam os membros dessa sociedade a controlarem o seu próprio ambiente, e não só.

Em termos teórico-práticos, os estudos da CPD começaram por volta da década de 1950, à mediada em que alguns países da América Latina, Ásia, Médio Oriente e África se iam libertando dos seus colonizadores, com o fim de melhorarem as suas condições sociais. As prioridades dessas nações residiam na criação de bases para uma relativa auto-condução política, no desenvolvimento económico e, em geral, na melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas nas zonas rurais e urbanas.

Apesar de alguns escritos sobre a Comunicação para o Desenvolvimento serem bastante antigos (mesmo que de maneira não muito coerente em termos de teoria), a maior parte de estudos feitos nesta área aparece depois de 1949, quando os Estados Unidos estabeleceram o “Point IV Program” para alargar o *Plano Marshall* às nações da América Latina, Ásia e África para a promoção do desenvolvimento.

Os elementos essenciais da CPD são os seguintes:

- (i) a noção de que as tecnologias de comunicação de massa de rádio, televisão, satélites e a internet podem produzir mensagens informativas e motivacionais para audiências de larga escala; e
- (ii) as pesquisas evidenciam que a exposição da *mídia* pode mudar o conhecimento, as atitudes e, se a orientação das mensagens for construtiva, abrir caminhos para o desenvolvimento social.

Assim, o paradigma original da Comunicação para o Desenvolvimento representa um certo grau do determinismo de tecnologias de informação e orientação dos efeitos da *mídia*. Os impactos das tecnologias de informação e comunicação, concretamente a televisão, os satélites e a Internet, têm sido estudados permanentemente. Em paralelo, são também realizados trabalhos voltados para o desenvolvimento sustentável, que satisfaçam as necessidades dos cidadãos sem perigar a sua existência futura.

Através de um processo de investigação empírica e de auto-crítica, os estudiosos da Comunicação para o Desenvolvimento foram questionando as suas suposições teóricas e modificando, gradualmente, o seu paradigma para linhas relativamente mais inovadoras. Na sequência disso, eles começaram a dar uma particular atenção ao desenvolvimento participativo, acreditando que a comunicação de massas pode não ter um papel directivo no processo de desenvolvimento, pelo menos da forma como esta teoria foi originalmente difundida (pura relação de causa-efeito, como se a audiência fosse simples receptora passiva das mensagens).

É assim que, mais tarde, os pesquisadores desta área reconhecem que o desenvolvimento sempre envolve um nível de mudança do sistema social e um nível de mudança de sistemas individuais e que as infra-estruturas organizacionais e sociais podem facilitar ou impedir esse desenvolvimento; por exemplo, como é referido no texto aqui em análise, as questões culturais.

A cultura, sob todos os pontos de vista, leva anos a ser transmitida às mentes e aos corações dos indivíduos. Dependendo de vários factores, chega uma certa altura em que as pessoas começam a tomar atitudes irracionais e até fatais em nome de tradições e de culturas. E aqui entra o papel daqueles que produzem Discursos para as massas, incluindo jornalistas, com objectivos educacionais, ou seja, com o objectivo de criar mudanças de hábitos e costumes que fazem mal ao cidadão e à sociedade em geral.

Como sabemos, a verdadeira alteração de hábitos e costumes deve ser um processo – definido por CORDER (1983: 15) como sendo um desenvolvimento contínuo que envolve um número de mudanças, ou uma sequência dinâmica de estágios diferentes de um indivíduo, de um objecto, ou de um sistema.

Assim, mais do que receitas pontuais, a educação pela mudança de pensamento e de atitude em relação a alguns aspectos que atrasam a vida e desvalorizam o próprio Homem exige planificação e realização de programas estratégicos, de forma sistemática, gradual e consistente. Nesta senda, encontramos a obra de Matos, que temos vindo a citar nesta tese.

A obra de Matos intitula-se “Comunicar para o Bem”. Filosoficamente, a palavra “bem” (do latim *bene*) é a qualidade de excelência ética que leva uma alma a ser bem vista pela sua afectividade, humildade e sabedoria. Um conjunto de boas acções favorece a manifestação de atitudes benignas, na existência e coexistência humanas, tanto do ponto de vista material como espiritual. O bem é, por vezes, visto como algo que implica a reverência pela vida, continuidade, felicidade ou desenvolvimento humano. O subtítulo da obra de Matos é “Rumo à Paz Comunicativa”, o que significa que a Paz, que pode resultar de uma boa comunicação, é um bem e uma condição primária para a geração desse desenvolvimento humano.

O que pretendemos observar é que o título e o subtítulo da obra deste autor, uma vez que não há desenvolvimento humano sustentável sem harmonia, suscitam, nas nossas consciências, a necessidade de se criar uma nova linha de comunicação especializada, que seria designada, por exemplo, Comunicação para a Paz e Desenvolvimento.

Um dos maiores desafios desta linha de comunicação especializada seria de criar e implementar estratégias não só linguísticas, técnicas e éticas, mas também estratégias retóricas adequadas a todos os factores que possam condicionar e envolver o processo de produção, difusão e avaliação de Discursos instrutivos e construtivos.

Esta ideia sustenta-se num dos pensamentos de Matos que defende que, no exercício do Direito Linguístico, argumentar é um grande desafio, não só do ponto de vista linguístico, mas também humanizador, porque exige que a pessoa que argumenta tenha um conjunto de qualidades, tais como “responsabilidade, humildade, igualdade, reciprocidade, bondade, reciprocidade, comunicabilidade e, de entre outras, a construtividade. Quando conseguimos materializar essas qualidades de forma integrada, atingimos a qualidade-mor: a humanidade” (MATOS, 2002: 22).

Artigo 3

“Recordar o ataque à Matola”

(Ver o texto na página 249)

Na nossa óptica, o artigo supracitado apresenta algumas falhas de forma e de conteúdo; por exemplo, começemos por observar a seguinte passagem:

“No dia 14, o Alto Comissariado da África do Sul em Moçambique vai comemorar o 28º aniversário do ataque à Matola por forças militares do antigo regime sul-africano de segregação

racial, vulgo ‘apartheid’, no qual morreram 16 cidadãos **da mesma nacionalidade** e uma pessoa de origem portuguesa.”

Em nosso entender, a expressão “da mesma nacionalidade” não deixa clara se essa nacionalidade é sul-africana, ou se as 16 pessoas que faleceram tinham a nacionalidade de um outro país, diferente da África do Sul. Sendo assim, o trecho não está em harmonia com a Máxima de Ambiguidade (não seja ambíguo), do Princípio de Clareza, e não se coaduna com a Máxima de Modo, do Princípio Cooperativo.

Um outro aspecto que constatamos tem a ver com a forma do texto que afecta o conteúdo do mesmo, visto que há omissão de um predicado (verbo), o que distorce o sentido do Discurso na seguinte passagem:

“Conforme dados na posse do “vt”, dentre diversas manifestações das celebrações de 30 de Janeiro de 1981, será recordado como Moçambique, país do exílio que apoiou o Movimento de Libertação Sul-africano, acto que continua válido através das relações de amizade e cooperação dos países.”

Ao lermos o trecho “será recordado como Moçambique”, ficamos à espera que a parte explicativa (“país do exílio que apoiou o Movimento de Libertação Sul-africano”) fosse seguida por algum verbo. Esta lacuna, que se pode confundir com a Máxima de Redução (o trecho é breve, mas não facilita a interacção com o leitor), pode, também, chocar com os Princípios de Ambiguidade e de Transparência.

Um outro dado a salientar é o seguinte: se quisermos ver como e em que extensão o país a que um parceiro internacional de Moçambique pertence pode influenciar no Discurso dos jornalistas, e se considerarmos que algumas variáveis independentes têm a ver com a cultura e o nível de desenvolvimento económico dos parceiros referidos na notícia, bem como os contextos

sócio-económicos de Moçambique, o texto em análise apresenta alguns elementos interessantes para a pesquisa; por exemplo, a passagem “país do exílio que apoiou o Movimento de Libertação Sul-africano, acto que continua válido através das relações de amizade e cooperação dos países” é um contraste entre o passado e o presente das relações entre a África do Sul e Moçambique, em que, mantendo uma linguagem de paz e amizade por causa do histórico laço entre os dois parceiros de cooperação, o jornalista é sujeito a mudar, na mesma notícia, de um Discurso de tensão e atraso para um Discurso de harmonia e desenvolvimento.

Do ponto de vista de impacto da mensagem sobre nós investigadores, o Discurso que sustenta o texto aqui em análise faz-nos lembrar a necessidade de os educadores, comunicadores e a sociedade em geral continuarem a envidar esforços para que as relações entre pessoas, entre comunidades e entre nações sejam harmoniosas. Só assim é que notícias do tipo “Recordar o ataque à Matola” poderão ser cada vez mais raras.

A este respeito, sabemos que a educação é a ferramenta mais poderosa que o ser humano pode usar para melhorar o mundo. Esta ideia é complementada por um outro pensamento que defende que a cultura pode ajudar o cidadão a lutar através de palavras, em vez de o fazer por meio de armas bélicas.

Na verdade, e em termos práticos, podemos concluir que se a educação e cultura forem conduzidas para dividir e inibir o desenvolvimento das pessoas, dividirão as pessoas e inibirão o desenvolvimento; se a educação e cultura forem orientadas para unir e possibilitar o desenvolvimento das pessoas, unirão os indivíduos e possibilitarão esse desenvolvimento.

Estes princípios são válidos também para a linguística e a comunicação. Por outras palavras, se a linguística e a comunicação forem conduzidas para dividir as pessoas e inibir o desenvolvimento humano, dividirão as pessoas e inibirão o desenvolvimento humano; se a

linguística e a comunicação forem conduzidas para unir os indivíduos e possibilitar o desenvolvimento humano, unirão os indivíduos e possibilitarão o desenvolvimento humano.

Em todos os campos sócio-culturais, especialmente na educação, é necessário que Moçambique preste muita atenção porque, como é sabido, ela é uma das principais chaves para o desenvolvimento integral de indivíduos e sociedades. Por isso, as eventuais forças hostis ao desenvolvimento moçambicano poderão, a todo o custo, tentar introduzir sistemas anti-progressivos, de modo a dificultarem e minarem todo um processo educacional que beneficiaria os cidadãos.

É assim que há séculos que o povo moçambicano tem sido perturbado e limitado nas suas acções e reacções na sua própria terra por diversos factores internos e, sobretudo, externos. Entre estes factores, estão a dependência política e económica. Ligado a isto, num passado relativamente recente, este povo teve que lutar pela sobrevivência nos regimes de escravagismo e colonialismo. Actualmente, ainda pressionado em diversas vertentes da vida, ele tem redobrado esforços não só para combater a pobreza, mas também, de forma gradual e persistente, conquistar a dignidade e respeito na região da África Austral, no continente africano e no mundo.

Conquistar a dignidade e o respeito implica, ao mesmo tempo, educar aqueles que pensam que os seus valores e modelos culturais são os mais importantes na face da Terra; significa ensinar, através de exemplos, aos formadores e seguidores de regimes expansionistas a respeitarem as diferenças no globo terrestre e apostarem na convivência baseada na cooperação e na negociação – e não na força física ou noutras formas de imposições.

Sobre este aspecto, MEYER (2007: 20) argumenta que nem todos temos os mesmos interesses, os mesmos entendimentos, os mesmos pontos de vista; porém, é preciso que convivamos uns com os outros e que debatamos tudo o que origina obstáculos, para chegarmos a um

delineamento de bem comum na Cidade. Da política ao direito e as suas alegações contraditórias, do Discurso literário ao da vida do dia-a-dia, o Discurso e a comunicação são inseparáveis da retórica. Esta mais se parece com “um comunicar” do que com “um mandar”. Desta forma, “o melhor antídoto da retórica é a própria retórica”.

No mundo actual, as oportunidades e os direitos básicos do Homem ainda variam de acordo com as categorias naturais e artificiais dos indivíduos. Por estas razões, para se alcançar um nível de relacionamento humano e justo, torna-se necessário e imprescindível combater a desunião de povos, através da educação e cultura, em prol de respeito e convivência pacífica.

Com vontade e trabalho de educadores, comunicadores e da sociedade em geral, é possível combater-se e evitar-se desentendimentos causados por diferenças de hábitos, costumes, sexo, religião, tribo, raça, etnia e tudo aquilo que serve de argumentos e comportamentos fundamentalistas e preconceituosos e que, conseqüentemente, inibem a paz e o desenvolvimento humano.

Artigo 4

“Zâmbia substitui Moçambique no CA da OIT”

(Ver o texto na página 250)

Ao contrário do que acontece, em termos gerais, na notícia anteriormente analisada (“Artigo 3”), a linguagem que molda o Discurso da paz e desenvolvimento não flui de forma espontânea no “Artigo 4”, que a seguir examinamos.

Com efeito, o “Artigo 4” é uma fonte de Discursos com traços linguístico-comunicacionais que violam as Máximas de Modo, Tacto, Modéstia e Respeito, enquadradas, essas máximas, nos Princípios Cooperativo, de Polidez e de Ironia. Analisemos, por exemplo, o seguinte parágrafo:

“Salienta-se o facto de os **poderosos do Continente** terem tentado, em vão, concorrer sem o aval das respectivas sub-regiões e do continente a que pertencem – a África – e terem sido excluídos dos processos, uma situação que ficou clara desde a reunião de Março último, em

Windhoek, como também dos ministros do Trabalho, que decorreu em Yaoundé (Camarões) – em Abril – mas, mesmo assim, preferiram avançar com uma candidatura solitária, sem representação regional ou continental.”

O uso do qualificador “poderosos do Continente”, para além de deixar o leitor sem saber quem são esses poderosos, a não ser que conheça os antecedentes da notícia, (visto que nenhuma passagem do artigo esclarece o facto de forma explícita), não observa a Máxima de Transparência do Princípio de Clareza, que aconselha o jornalista a ser transparente e a escrever de modo a que haja uma relação directa entre o texto e a mensagem que se pretende transmitir.

Além disso, uma vez que na mesma expressão consta um adjectivo qualificativo um tanto quanto pejorativo (devido ao contexto da sua aplicação), nota-se, também, a não observância da Máxima de Respeito do Princípio de Ironia, que recomenda o não uso de ironia ofensiva no processo de comunicação, caso o objectivo seja aquilo que Matos chama de *comunicar-se bem para o bem*. Sobre esta matéria, lembramos que o mesmo autor defende que dentre as faculdades de pessoas que aplicam o princípio de *comunicar-se bem para o bem*, evidencia-se o de saber comunicar com polidez. Um indivíduo comunicativamente competente e polido trata os outros com amabilidade, benevolência, delicadeza, educação, fineza, gentileza e afeição. O “como dizer” é tão significativo quanto as ideias positivas a transmitir.

Do ponto de vista do Princípio Cooperativo, o qualificador “poderosos do Continente”, por não ser antecedida ou seguida por um esclarecimento ou especificação sobre os tais “poderosos”, viola, também, a Máxima de Quantidade e, conseqüentemente, neste caso, por ser relativamente obscura, não observa a Máxima de Modo, que aconselha a clareza e não a obscuridade.

A notícia em análise ficou carregada por todas estas violações de Máximas Retóricas pelo facto do autor ter usado um qualificador opinativo pejorativo/conotativo, em vez de uma indicação

concreta/denotativa. Assim, julgamos que seria conveniente que, no lugar de “poderosos do Continente”, o jornalista escrevesse os nomes dos respectivos países. Procedendo desta forma, não haveria nenhum problema de interpretação induzida pelo jornalista, uma vez que se trata de uma notícia, de um facto (que os países “X” e “Y” tentaram, “em vão, concorrer sem o aval das respectivas sub-regiões e do continente a que pertencem – a África – e, por isso, foram excluídos dos processos...”).

Aliás, a passagem que se segue mostra que a imparcialidade do jornalista na notícia em análise poderia ser inquestionável se, no lugar de usar o qualificador “poderosos do Continente”, indicasse o nome ou os nomes dos mesmos, visto que o trecho retrata ou exemplifica o facto, ao referir que a Ministra do Trabalho (Moçambique), M. H. Taipo, observou na altura que era importante que os países membros da SADC fossem mais unidos e que pautassem pelas regras estabelecidas dentro do Bloco e, sobretudo, da Comissão dos Ministros do Trabalho, fazendo alusão ao facto de, em Abril de 2008, durante a reunião anual da Comissão, ter havido acordo sobre quem devia substituir Moçambique em Genebra, neste caso a vizinha Zâmbia.

Entretanto, através de uma notícia sobre o mesmo assunto, veiculada quase na mesma altura pela Rádio Moçambique (RM), soubemos que os “poderosos do Continente” a que a notícia divulgada no “vt” se refere, são a África do Sul e a Nigéria. Aquela emissora radiofónica, através da sua página na Internet, esclareceu que, apesar da insistência dos países aludidos, prevaleceu o Acordo de Maseru, que imperava o sistema de rotatividade definido pelos estatutos, suportado por Angola, Botswana, Congo Democrático, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, para além do próprio Zimbabwe.

Trata-se da Emenda de 1986, que visa adequar este organismo das Nações Unidas ao actual contexto sócio-político e económico, propondo o banimento dos lugares permanentes no seu Conselho de Administração, privilegiando o sistema rotativo e eleitoral, como tem sido para a

maioria dos membros. Tanto a África do Sul como a Nigéria reivindicam lugares permanentes para o Continente Africano naquele organismo, cujo requisito principal é o poderio industrial que deve ostentar um membro que aspire esse estatuto, o que se presume que estes dois países não rectificam a Emenda nessa perspectiva, dado o seu contexto sócio-económico e industrial relativamente alto face aos outros países.

Nesta fase de análise, importa reiterar que estamos a examinar notícias sobre a cooperação bilateral ou multilateral entre Moçambique e seus parceiros internacionais. Nesta cooperação, a linguagem usada pelo jornalista no seu Discurso, entre outros factores, como, por exemplo, o grau de sensibilidade em relação aos assuntos tratados pode, até certo ponto, influenciar, a curto, médio ou longo prazo, a qualidade das relações entre o nosso país e esses parceiros.

Outrossim, sabemos que a paz e a guerra, a amizade e a hostilidade, a cooperação e a desarticulação entre pessoas, comunidades ou países são o resultado de pensamentos e de acções do Homem. O ser humano é o autor da história da civilização e, ao mesmo tempo, um dos objectos dessa mesma história. Sendo assim, podemos afirmar que o estado das relações internacionais de cada fase da história corresponde, em grande medida, à visão dos intervenientes directos e indirectos nessas relações; e o jornalista tem um grande papel nesses processos e conexões.

Neste contexto, é importante que os jornalistas, na sua nobre missão de informar e educar, além da competência técnica, tenham competência ética e de responsabilidade, usando, por exemplo, uma linguagem que estimule a cooperação, paz e desenvolvimento e evitando fazer Discursos que firam sensibilidades e que, por isso, possam causar danos nas relações internacionais.

Um exemplo clássico de ferimento de sensibilidades, que causou algum abalo nas relações entre Moçambique e Angola, foi o trabalho realizado pelo então jornalista Carlos Cardoso. Conforme argumenta o jornalista Fernando Gonçalves (VASSOA, 2010: 154), em 1989, Carlos

Cardoso foi a Angola e escreveu um artigo sobre a “Batalha de Cuito Cuanavale”. Depois de regressar, divulgou o texto na Agência de Informação de Moçambique (AIM). As informações chegaram até Angola.

Na sequência, os líderes políticos de Angola tiveram acesso ao escrito de Cardoso e acharam que algumas informações não deviam ter sido veiculadas, porque comprometiam a estratégia de luta contra a UNITA. Esse facto foi alvo de tensões diplomáticas entre aquele país e Moçambique: primeiro, envolvendo os Ministros de Informação dos dois países; os Ministros de Informação não resolveram e o problema passou para os Ministros dos Negócios Estrangeiros. Estes não conseguiram ultrapassar a crise e o assunto passou para o nível dos dois presidentes.

Evidentemente, com o andar do tempo, as coisas em torno da matéria foram sendo resolvidas. Mas havia tentativas de imposição por parte dos angolanos que achavam que Carlos Cardoso devia ser repreendido pelo Governo de Moçambique, por causa do trabalho jornalístico que tinha realizado.

A crise de relações internacionais aqui relatada foi originada principalmente pela sensibilidade da matéria (segurança nacional). Entretanto, essa crise poderia ter sido causada não só por essa susceptibilidade, mas também pela linguagem usada na construção do Discurso, como é o caso da expressão “Poderosos da África”.

Artigo 5

“Moçambique continua menino bonito do FMI”

(Ver o texto na página 251)

“Como o jornalista avalia o seu país em matéria de cooperação com parceiros financeiros internacionais” poderia ser o título desta fase de análise; e a resposta poderia ser a seguinte: “o

jornalista vê o seu país como um ‘menino bonito’, mesmo que o mesmo jornalista apresente evidências, no seu próprio texto, que sugerem que a nação fez ou faz um esforço assinalável e merece elogio e consideração por parte do seu parceiro.

Sabemos que por detrás de cada expressão idiomática, há uma história que deve ser levada em conta no momento da sua aplicação; caso o escrevente não conheça ou não tome em consideração essa história, o uso de qualquer expressão idiomática poderá não se encaixar perfeitamente no texto e no contexto, o que criará problemas de interpretação ou mesmo causar aquilo que LEECH (1983) chama de falta de relação directa entre o texto e a mensagem. Sobre este aspecto, LOPES (2013b) defende ser fundamental a identificação de constrangimentos que enquadram e formatam os eventos da fala e da escrita, e que têm implicação na produção apropriada de enunciados, que se vão configurando e conformando com esses constrangimentos.

Tais constrangimentos são, sobretudo, sociais, culturais, cognitivos e históricos e, em grande medida, determinam o maior ou menor sucesso na construção e reconstrução dos enunciados...Tive oportunidade recentemente de, por um lado, reflectir sobre a revolução que o modelo inferencial produziu no âmbito dos estudos da comunicação e, por outro, argumentar a favor da complementaridade entre o modelo do código e o modelo inferencial para análises mais adequadas de diferentes segmentos discursivos, compostos ou reconstruídos num mundo de constrangimentos, como aqueles a que aludi anteriormente. Privilegiei aqui constrangimentos de natureza cognitiva, mas também de outra natureza, incluindo os de ordem cultural, sobretudo porque a área da idiomaticidade é aquela em que a linguagem está talvez mais próxima da cultura, sendo por esta mais intensamente permeada (LOPES, 2013b).

Em nosso entender, o uso do qualificador “menino bonito” no texto em análise reflecte problemas de constrangimentos de natureza cognitiva, histórica e cultural e é duplamente infeliz: primeiro, do ponto de vista de código/forma, por ter sido colocada no título sem aspas; segundo, do ponto de vista funcional, por não espelhar aquilo que a notícia diz e, conseqüentemente, constituir a não observância da Máxima de Transparência do Princípio de Clareza.

Para melhor interpretarmos o título “Moçambique continua menino bonito do FMI”, procurámos o significado da expressão “menino bonito” e ficamos a saber que a mesma quer dizer “pessoa muito querida, preferida, mimada”. Não conhecemos o ponto de partida da história desta expressão, mas sabemos que a mesma é entendida pelo leitor comum como uma pessoa preferida ou acariciada, mas sem merecer tanto essa preferência ou carícia. Entretanto, na base desta premissa, e lendo a maior parte do texto, podemos concluir que o Discurso nele contido está repleto de traços linguístico-comunicacionais que sugerem que o país é querido porque merece, fez um esforço, trabalhou.

Analisemos, por exemplo, o trecho que ressalta que o representante do FMI em Moçambique, Felix Fischer, deu nota positiva ao desempenho do Governo liderado pelo Presidente da República, Armando Guebuza, dizendo que os resultados macro-económicos estão conforme o programa acordado com a sua instituição, uma vez que “todos os critérios de avaliação quantitativos e estruturais até fim de Junho de 2008 foram cumpridos”.

Num outro desenvolvimento, o mesmo texto salienta que quanto às decisões tomadas pelo Conselho de Administração do FMI, em Washington, Fischer afirmou que as autoridades moçambicanas deviam ser felicitadas pelo vigoroso desempenho macro-económico, o qual deveu-se grandemente à implementação das políticas orçamentais prudentes, considerando o contexto internacional extremamente difícil. O FMI ainda congratulou o Governo de Armando Guebuza, pelos avanços registados nas reformas estruturais, em particular na implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE) até ao nível do Distrito, “permitindo a melhoria da execução das despesas de forma transparente, como também as reformas tributárias”.

Ora, se “todos os critérios de avaliação quantitativos e estruturais... foram cumpridos”. [...]; se “as autoridades moçambicanas devem ser felicitadas pelo vigoroso desempenho macro-económico, o qual deve-se grandemente à implementação das políticas orçamentais prudentes,

considerando o contexto internacional extremamente difícil”; e se o FMI congratula o Governo de Armando Guebuza, pelos avanços registados nas reformas estruturais, em particular na implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE) até ao nível do Distrito, “permitindo a melhoria da execução das despesas de forma transparente, como também as reformas tributárias”, então, julgamos que Moçambique não deve ser considerado como um “menino bonito” do FMI, mas sim um “menino esforçado”, que merece ser elogiado.

Sendo assim, a nosso ver, estamos diante de um **d**iscurso formalmente inapropriado, uma vez que as regras da organização textual não estão observadas, e diante de um **D**iscurso funcionalmente inapropriado, visto que a forma não reflecte exactamente as intenções comunicativas do escrevente (LOPES, 1986: 15).

Em todo o caso, se a expressão “menino bonito” foi usada no verdadeiro sentido pelo jornalista, a mesma cria também um outro problema macrolinguístico: a não observância da Máxima de Qualidade do Princípio Cooperativo, que aconselha o escrevente a não fazer declarações sem evidências, bem como a não observância da Máxima de Modo, que sugere o escrevente a ser perspicuo, isto é, a evitar expressões obscuras e ambíguas.

Não conhecemos a razão que fez com que o jornalista usasse a expressão “menino bonito” no título do seu texto: talvez pela natureza do FMI; talvez pela natureza de Moçambique; talvez pela natureza do assunto; ou talvez pela natureza da identidade do próprio escrevente. Seja qual for o motivo, julgamos que a aplicação de qualificadores relativamente irónicos numa notícia pode criar, no mínimo, um mal-estar das pessoas que estão directamente envolvidas ou ligados à matéria em causa – o que, linguisticamente, pode ser o resultado da violação da Máxima de Respeito do Princípio de Ironia.

A temporalidade dos factos também entra em causa no texto que aqui analisamos, se termos em conta que o título ressalta que “Moçambique **continua** menino bonito do FMI”. Se continua,

quer dizer que já vinha sendo, o que nos cria um certo vazio de leitura e interpretação e, ao mesmo tempo, nos desafia a entender os contextos da história da relação entre o país e o FMI, para podermos compreender desde quando é que a nação é classificada como “menino bonito” daquela instituição financeira internacional. Esta lacuna relativa, que para alguns pode ser um problema do leitor e não do jornalista, e vice-versa, resulta, do nosso ponto de vista como pesquisadores, da não observância da Máxima de Quantidade do Princípio Cooperativo, que recomenda que o escrevente deve dar a quantidade certa de informação.

Por esta razão, podemos argumentar que parece que não foi tomada em conta a importância de o enunciador considerar os contextos num processo de construção do Discurso, em que, de acordo com GEE (1990, xv), se deve combinar a linguagem com outras práticas sociais, tais como o comportamento, valores, maneira de pensar, ideologias, perspectivas, etc. Em nosso entender, por outras palavras e de forma específica, a não observância da Máxima de Quantidade do Princípio Cooperativo no texto aqui em análise ilustra aquilo que, em termos pragmáticos, CRUSE (2006: 28) chama de “base comum”, ou seja:

aspectos de conhecimento que os participantes num acto de comunicação assumem ser compartilhados e, por conseguinte, não são especificados/escritos. Estes aspectos incluem aquilo que pode ser percebido no contexto imediato, em articulação com a cultura geral e o conhecimento da língua, atitudes compartilhadas, etc.⁵

Teria, o jornalista, pensado numa base comum entre ele e os seus leitores em relação à matéria da notícia e à linguagem usada? Que implicações é que um Discurso sem base comum entre o emissor e o receptor pode ter no processo de criação e consolidação da paz e do desenvolvimento sustentável?

⁵ Aspects of knowledge that participants in an act of communication assume to be shared and therefore do not spelled out. It includes what can be perceived in the immediate context, together with knowledge of the language, general world knowledge, shared attitudes, and so on. (Tradução para Portug. por A.V.V.)

Artigo 6

“Burocracia pode minar circuito comercial”

(Ver o texto na página 252)

Aquiles foi um herói da Grécia, um dos participantes da Guerra de Tróia, o personagem principal e o maior guerreiro da *Ilíada*, de Homero. Aquiles tem ainda a fama de ter sido o mais gracioso dos heróis reunidos contra Tróia, assim como o melhor entre eles. Lendas subsequentes, que começaram com um poema de Estácio, no século I d.C., diziam que Aquiles era invulnerável em todo o corpo, menos no calcanhar. Ainda segundo estas versões, a sua morte teria sido provocada por uma seta envenenada, que o teria acertado exactamente no calcanhar. A expressão “calcanhar de Aquiles”, que indica a principal fraqueza de alguém, teria aí a sua origem.

Esta introdução histórica sobre a expressão “calcanhar de Aquiles” serve de base para concluirmos que, ao contrário do título do artigo anteriormente analisado, em que a expressão “menino bonito” não coaduna com o resto do texto, “a burocracia no registo de empresas é (mesmo) algo que constitui o ‘calcanhar de Aquiles’, podendo até minar o funcionamento pleno da actividade comercial em quase todo o mundo”.

Apesar do uso de uma expressão idiomática, este trecho é um bom exemplo de observância da Máxima de Transparência do Princípio Cooperativo que, conforme já nos referimos, preconiza que o jornalista mantenha, no seu Discurso, uma relação directa e transparente entre a semântica e a estrutura fonológica; porém, o que não ficou claro no texto é o porquê do uso da conjunção coordenativa adversativa “contudo”, na passagem que se segue:

“Ainda no tocante a registos de empresas, Costa explicou que se efectuou uma outra iniciativa: ‘casa pronta’, que é uma profunda simplificação de registos comercial, civil, predial e automóvel, com destaque para a eliminação da obrigatoriedade da celebração de escrituras públicas

para os actos da vida societária. **Contudo**, Alberto Costa salientou que a reforma nos registos “engloba registo predial *online*, de empresas e automóveis e ainda de outros vários serviços, como informação empresarial simplificada, publicação dos actos da vida societária recorrendo a ferramenta tecnológica”.

Em nosso entender, a conjunção “contudo” indica, em geral, uma oposição entre ideias. Neste caso específico, acreditamos que o autor do texto pretendia escrever algo como “com efeito” ou “adicionalmente”. Esta observação, analisada deste ponto de vista gramatical, pode parecer que se limita somente no plano microlinguístico; mas se olharmos para o efeito interpretativo que essa falha microlinguística causa na relação entre o texto e a mensagem, constatamos que estamos a entrar no campo macrolinguístico, em que não se observa a Máxima de Transparência do Princípio de Clareza.

Esta lacuna tem a ver com aquilo que SINCLAIR (1981: 1-23) chama atenção em relação ao uso do vocabulário. De acordo com este autor, o como usar o vocabulário é importante porque, num processo de comunicação, as palavras são sempre usadas para referir ou significar determinados eventos ou itens no mundo; mas isto só é possível em duas condições: (i) se houver, *à priori*, a partilha de conhecimentos/experiências na maneira de definir as palavras em determinados contextos; e (ii) se a estrutura do texto em que as palavras são usadas permitir o acesso dos verdadeiros significados e sentidos dessas palavras na situação.

É por isso que, de acordo com CARRELL (1984: 87-111), as falhas na compreensão podem ser causadas, em parte, por desencontros ou divergências entre a interacção de factores-chave que caracterizam o conhecimento reflectido no texto e a interacção de factores-chave que compõem o conhecimento do leitor no momento de leitura, análise e interpretação. Caso isso ocorra, verifica-se aquilo que THOMAS (1992: 91-112) chama de “falha pragmática”, que é a inability do ouvinte ou leitor entender o que se quer significar com aquilo que é falado ou escrito.

Um outro aspecto a salientar nesta análise é que, na transcrição do “Artigo 6”, omitimos algumas passagens, pelo facto de não as considerarmos relevantes no conjunto da notícia em causa. Isto implica que notamos a falta de aplicação da Máxima da Relação do Princípio Cooperativo, que preconiza que o escrevente seja relevante e, ao mesmo tempo, notamos também a não observância da Máxima de Redução do Princípio de Economia, que aconselha o escrevente a ser breve e a facilitar a interacção.

Estamos cientes de que a “relevância” é relativa. Por isso, ao chegarmos neste ponto, importa recordar que estamos a fazer uma análise/interpretação pragmática de Discursos que sustentam, implícita e explicitamente, os artigos sobre a cooperação internacional e podemos estar diante de uma situação em que possa haver um provável “desencontro” entre o nosso mundo (como leitores/pesquisadores/analistas, incluindo a nossa estrutura de conhecimento e sistema de valores) e a visão do mundo potencialmente veiculado no texto em análise.

Neste contexto, no lugar de tirarmos alguma conclusão taxativa sobre o assunto, recorreremos às noções de “saliência” e “relevância”, referidas por CAVALCANTI (1989: 70), para, eventualmente, articularmos alguma hipótese, em forma de pergunta.

CAVALCANTI (*op. cit.*: 70), no seu livro “Interacção Leitor-Texto: Aspectos de Interpretação Pragmática”, ressalta que podem existir problemas de interpretação pragmática se houver desencontro entre o que é *saliente* no texto e o que o leitor realmente selecciona como relevante; e entre o que está explícito no texto e o que o leitor infere como implícito.

E aqui questionamos: a não observância da Máxima de Redução do Princípio de Economia por parte do autor do artigo seria um simples excesso do jornalista, ou estaríamos diante de um desencontro entre o que é *saliente* no texto e o que nós seleccionamos como relevante?

Um outro dado a considerar no texto em análise é o papel que a comunicação, em geral, e o jornalismo, em particular, podem desempenhar para que os problemas levantados no artigo, no seu todo, que podem ser resumidos através do parágrafo que a seguir transcrevemos, sejam minimizados:

“Lembrar que o Presidente da República, Armando Guebuza, discursando no fim do retiro que decorreu no Município da Namaacha, considerou que a burocracia, para além de minar o desenvolvimento do país, atrasa a vida do cidadão e a mesma ‘não pode ser exercida pelo funcionário de Estado para dificultar a vida do cidadão’, mas sim, para ‘facilitar, pois, o funcionário público foi colocado no lugar para servir o público”.

Esta chamada de atenção do Presidente da República faz-nos ver a responsabilidade que existe no processo de educação e treinamento permanentemente do funcionário público e privado – estamos a falar de educação e treinamento que podem fazer com que o colaborador seja capaz de relacionar, na teoria, na prática e de forma integrada, o conhecimento, a tecnologia e a ética no local de trabalho. Esta postura pode fazer com que os resultados dos trabalhos burocráticos, e não só, desse profissional sejam bons em todos os sentidos, para ele, para o concidadão e para o país em geral.

O que sugerimos no parágrafo anterior significa que os impactos das novas tecnologias devem fazer parte das preocupações do Governo de Moçambique, para que haja humanização dos meios, dos processos e dos produtos e para que se desenvolva a justiça social.

Olhando para o papel da comunicação nestes processos todos, as iniciativas para minimizar o impacto da exclusão e do desequilíbrio no desenvolvimento cultural e social deverão ter em conta a cobertura física de uma oferta plural e democrática das informações, através de programas de comunicação adaptados às capacidades e realidades tecnológicas e socioculturais deste país.

Para que haja justiça social, é necessário que o trabalhador tenha como instrumento orientador a ética – que designa a maneira de ser, o carácter, a conduta, a melhor forma de se viver em sociedade no dia-a-dia.

A ética busca assentar o bom modo de viver pelo pensamento humano, o que comumente se chamaria de consciência, e pode ser considerada como uma espécie de equilíbrio interior e exterior entre direitos e deveres dos indivíduos e das sociedades.

Neste sentido, a ética está intimamente ligada aos valores supremos da cidadania e democracia. Sendo assim, a harmonia, o desenvolvimento integrado e sustentável e o bem-estar dos concidadãos devem ser o centro de todas as atenções dos funcionários do Estado, e não só. Esta filosofia de vida social e profissional requer mudanças de comportamento e de atitude de indivíduos e grupos que vivem na base de práticas e relações desastrosas.

Moçambique só pode eliminar os vários tipos e graus de pobreza se os cidadãos continuarem a ser instruídos e educados para a cidadania e democracia, ou seja, guiados por uma educação que torne as pessoas iguais em direitos, oportunidades e perante a lei; participativas e honestas, informadas e competentes, críticas e envolvidas, motivadas e éticas, activas e criativas, respeitadas e respeitosas, distintas e unidas, responsáveis e comprometidas com o progresso e o bem-estar familiar, comunitário, nacional e internacional.

Artigo 7

“Chineses Resistem à Crise”

(Ver o texto na página 253)

No geral, ficamos com a impressão de que o jornalista foi feliz na construção do seu Discurso, uma vez que usou linguagens relativamente suaves e imparciais. Esta postura discursiva

reflecte uma certa aplicação adequada de um conjunto de Máximas dos Princípios Retóricos, referidos no nosso Quadro de Categorias para a Análise de Dados.

A suavidade e a relativa imparcialidade da linguagem discursiva do artigo em análise, que constitui a identidade global do Discurso nele manifesto, é o resultado da miscelânea entre a identidade do autor, neste caso o jornalista, do entrevistado e da natureza do objecto, condicionadas ou influenciadas, essas identidades, de forma superficial ou profunda, por factores políticos, económicos, ideológicos e culturais.

Tentamos encontrar algumas linhas marcantes da retórica no texto supracitado e conseguimos identificar um terceiro interveniente no processo de construção textual e discursiva – a fonte viva da informação dada, ou seja, o entrevistado.

Com efeito, depois de analisarmos com maior profundidade o texto, constatamos que, consciente ou inconscientemente, o jornalista recorreu a uma estratégia redaccional específica, usando uma série de citações, resultantes da entrevista que o mesmo fez a um dos envolvidos no assunto. Esta estratégia retórico-didáctica deixou patente, de forma a clara, o uso da linguagem funcionando como um meio de construção de texto (a escrita em si, neste caso cheia de citações) e, ao mesmo tempo, o uso da linguagem funcionando como uma expressão de atitude de um indivíduo e influência sobre as atitudes de outros (a mensagem em si).

Quando analisamos as identidades acima descritas, pensamos na interacção dos intervenientes na comunicação escrita, sugerida por WIDDOWSON (1983a), que se refere a dois “actores” no processo de construção textual e discursiva, ou seja, o escrevente e o destinatário (o potencial leitor) e concluímos que, afinal, podemos identificar, no mesmo processo e neste caso específico, outros intervenientes como, por exemplo, a fonte (o entrevistado). Uma vez que esta fonte não é fictícia, visto que se trata de uma matéria noticiosa e o escrevente optou pelo uso de

citações baseadas numa procedência viva, a imaginação de cenários, vocabulários e linguagens do jornalista é relativamente limitada.

Esta limitação relativa, que tem as suas vantagens e desvantagens, poderia ser evitada se a construção textual fosse feita através de discursos indirectos. Entre as várias máximas retóricas que identificamos no artigo em estudo, enalteçemos a Máxima de Qualidade, do Princípio Cooperativo, visto que as citações ajudaram o texto a ser mais verdadeiro e evidente.

Do ponto de vista sociológico, achamos interessante as citações feitas pelo jornalista, que nos fazem lembrar que só há desenvolvimento em países onde permaneça a paz, ao afirmar, o entrevistado, que Angola é um dos países da África subsaariana com um mercado mais rentável porque, com abundantes recursos naturais, tais como o petróleo, diamantes e outros minérios valiosos, tornou-se numa nação economicamente rica, logo que no fim da guerra abriu as portas para investimentos estrangeiros.

Em termos de relações internacionais, consideramos agradável quando o escrevente enaltece que o expositor avaliou de forma positiva o mercado moçambicano, dizendo que não havia dúvidas que os produtos chineses tinham muita aceitação em Moçambique, dando como exemplo a presença em massa de empresários para a promoção de seus produtos.

Este contraponto discursivo apresentado pelo jornalista no texto, depois de uma passagem em que o entrevistado quase desqualifica o país anfitrião, neste caso Moçambique, pode servir de exemplo para os diplomatas e todos aqueles que se pautam pelo respeito mútuo e que, mesmo sabendo da ineficiência ou da falta dessa qualidade, nunca humilham os seus parceiros de cooperação internacional, com linguagens de arrogância e paternalismo. Esta postura de respeito e consideração cria e mantém um ambiente propício para um bom convívio político e socioeconómico.

É interessante, nesta fase em que estamos a falar de “ambiente propício para um bom convívio político e socioeconómico”, fazermos uma comparação entre o que o artigo “Chineses Resistem à Crise” enuncia na sua generalidade e aquilo que o “Artigo 26” (“BAD e FMI apresentam ‘Impacto da crise financeira em Moçambique’”) expõe, também na generalidade.

Esta comparação permite-nos avaliar, até certo ponto, os graus de dependência económica externa da República Popular da China e da República de Moçambique.

Analisemos, por exemplo, a seguinte passagem, referente ao texto “Chineses Resistem à Crise”:

“Empresas chinesas não temem a crise financeira internacional, porque possuem reservas suficientes para o auto-sustento ao longo do período que durar a recessão da economia dos países industrializados, segundo revelou ao “vt” Shu Hua, empresário do ramo de construção e parceiro de Herto Comercial, uma das 40 companhias daquele país asiático que participam, desde ontem, por cinco dias, na feira de produtos chineses em Maputo, afastando, desde já, a hipótese do impacto negativo da crise.”

E agora examinemos o seguinte trecho, que transcrevemos a partir do “Artigo 26”, intitulado “BAD e FMI apresentam ‘Impacto da crise financeira em Moçambique’”:

“A avaliação concluiu que o efeito da crise em Moçambique sentir-se-á mais na economia real, através da diminuição de procura nos mercados. Esta redução contribuirá para que os preços dos produtos, principalmente os afectados pelas crises de alimentos e petróleo, baixem. Apesar do potencial efeito positivo desta redução na balança de pagamentos, visto que Moçambique é um país importador de alimentos e petróleo, este efeito será provavelmente compensado pela diminuição de exportações resultante da redução da procura dos principais produtos de exportação.”

De forma clara, apesar de se tratar do mesmo assunto, na generalidade, os Discursos que sustentam o “Texto 7” e o “Texto 26” diferem consideravelmente, como o resultado não só de questões linguísticas e retóricas, mas também, e sobretudo neste caso, como o resultado de influências dos dissemelhantes contextos chineses e moçambicanos, do ponto de vista político, económico, ideológico, cultural, e filosófico.

Com efeito, podemos observar que o primeiro Discurso reflecte um contexto de uma relativa independência económica e financeira internacional, apresentando uma postura de prevenção e projecção; enquanto o segundo Discurso é expresso num contexto de grande dependência económica e financeira internacional.

Esta analogia serve para entendermos a dimensão em que os factores linguísticos e extralinguísticos podem influenciar o Discurso desses jornalistas, no uso de meios retóricos num contexto da Retórica Textual, à luz de um quadro analítico sobre a Paz e Desenvolvimento.

Artigo 8

“Apoio ao sector da justiça continua”

(Ver o texto na página 254)

O texto transcrito no anexo é aproximadamente um terço do artigo original, porque pretendemos nos debruçar principalmente sobre a palavra “talvez”, empregue na última parte do trecho. Queremos analisar esta passagem, porque nos lembramos que a notícia compõe a categoria do ambiente jornalístico, qualificada como uma narrativa técnica, e está condicionada à natureza linguística e não literária (que, no geral, revela traços de muita subjectividade e imaginação). A imparcialidade, no texto do tipo notícia, deve ser a palavra de ordem e a linguagem deve ser clara, objectiva e precisa, escusando-se, sempre que possível, de causar múltiplas interpretações do leitor.

Para contextualizarmos a nossa observação, analisemos o seguinte trecho:

“Alberto Costa disse que ‘para o reforço da capacidade técnica ou científica da investigação, Portugal disponibilizou 10 Kits de exame ao local de crime, um dos quais já foi entregue a Moçambique: equipamento fotográfico para fixação da prova no local do crime, seis computadores, duas impressoras portáteis e outra de alto débito’, acrescentado que ‘a oferta inclui 300 descartáveis’, num país que **talvez** a sua homóloga não tenha informado que numa semana, são detidas mais de 300 pessoas por delito comum...”

Ora, se o marcador discursivo “talvez” significa incerto, ou seja, “é possível que sim”, ou “é possível que não”, então, o seu uso nesta notícia é uma falha linguístico-comunicacional que, à primeira vista, pode parecer corriqueira; porém, se pensarmos nas reacções que a mesma pode provocar a vários públicos desta notícia, incluindo a própria ministra referida na matéria, e se quisermos falar de seriedade no trabalho jornalístico, essa mesma falha pode originar um mal-estar para aqueles que pautam por um jornalismo rigoroso e esperam que o jornalista seja uma fonte de certeza e paz na alma, nas relações sociais e internacionais dos leitores.

Do ponto de vista retórico, a falha linguístico-comunicacional a que nos referimos no parágrafo anterior representa uma violação da Máxima de Qualidade, que aconselha o escrevente a fazer contribuições verdadeiras, isto é, a não fazer declarações sem evidências.

Conforme nos referimos no Enquadramento Teórico desta tese, estamos cientes de que todos os Discursos são produtos de história; são Discursos definidos social e historicamente que falam entre si através do indivíduo. O único problema de tratar o Discurso somente neste ponto de vista é que não devemos deixar esta abordagem obscurecer um outro ponto importante: que os seres humanos, como conscientes e racionais, podem, até certo ponto, escolher o tipo de Discurso em que

pretendem pertencer e praticar em determinado contexto de tempo e espaço. E essas escolhas são, muitas vezes, escolhas morais.

O importante, reiteramos, é reconhecermos que a comunicação, por ser um factor social, tem a competência de difundir culturas, relacionar os seres humanos e imortalizar saberes, com ética e responsabilidade. É por isso que MATOS (2002), ao falar de deveres linguísticos de jornalistas, enaltece que estes devem exercer a liberdade de expressão com dignidade, à luz de princípios ético-deontológicos; fundamentar a sua crítica com factos, expressando-a construtivamente, e saber honrar a sua identidade linguística, empenhando-se para servir de modelo aos seus leitores.

Matos alerta, também, aos que fazem análise de textos jornalísticos, no sentido de serem capazes de identificar o grau de positividade da linguagem empregue, particularmente a incidência e a frequência de palavras ou expressões promotoras de uma paz comunicativa entre pessoas, grupos e comunidades.

Esta alerta é um sinal de reconhecimento de que, nas comunidades, no país e no mundo, há um certo grau de exclusão e de desequilíbrio no desenvolvimento sócio-económico e cultural, o que, no dia-a-dia, influencia as relações interpessoais, comunitárias, nacionais e internacionais.

Na prática, as iniciativas para minimizar o impacto da exclusão e do desequilíbrio no desenvolvimento sócio-económico e cultural deverão ter em conta a cobertura física de uma oferta plural e democrática das informações, através de programas de comunicação adaptados às capacidades e realidades tecnológicas e socioculturais. Esta visão exige a realização de pesquisas e planificações constantes.

Para o efeito, reconhecemos aqui a necessidade de criação de programas multidisciplinares e interdisciplinares, comunitários, nacionais e internacionais, que ajudem no melhoramento das

relações humanas a todos os níveis, em prol da paz e do desenvolvimento sustentável. Caso este trabalho não seja realizado permanentemente, o país estará sujeito a consumir diariamente notícias de cunho nacional, relacionadas com assuntos tratados no texto aqui em análise, ou seja, “as formas mais graves de criminalidade, tais como: corrupção, tráfico de seres humanos, terrorismo, crime organizado e transnacional”.

Para a colmatação destes e de outros males que desgraçam as nossas sociedades, conforme sugere VASSOA (2010: 69), acções baseadas em políticas de *não Sem-Terra, não Sem-Comida, não Sem-Tecto, não Sem-Educação, não Sem-Saúde e não Sem-Pátria* podem orientar e desenvolver as comunidades e o país em geral.

Caso não existam programas especiais de assistência e de ajuda às camadas mais desfavorecidas, através, por exemplo, de campanhas sistemáticas de educação, saúde, cultura, desporto, lazer, projectos de oficinas, cooperativas multifacetadas, bem como por meio de outras formas de trabalhos comunitários devidamente organizados, sempre haverá conflitos de vária ordem. Esses conflitos poderão causar grandes crises nacionais. Essas crises nacionais, dependendo da sua natureza e das suas dimensões, poderão arrastar-se para os níveis regional, continental e mundial.

Alguns programas de assistência e de ajuda às camadas desfavorecidas deverão ser desenhados e orientados não só para a sobrevivência das pessoas abrangidas, mas também, sobretudo, para a sua capacitação e integração na vida activa da sociedade. Assim, acções deste género, mais do que simples estratégias de segurança social, transportam consigo o factor *desenvolvimento humano*. Este é, realmente, a via ideal para o progresso.

Todavia, é necessário sublinharmos que sem planificação, correndo-se somente atrás de “jeitos” importados e/ou impostos, o verdadeiro progresso não se verificará. Sem um controlo feito

por meio de processos educativos e, em paralelo, por meio de instrumentos legais funcionais, as políticas, os objectivos e as metas dos programas de segurança social e de desenvolvimento humano serão sempre desviados para benefícios alheios, o que poderá fazer com que o país seja a origem ou o destino das “formas mais graves de criminalidade, tais como: corrupção, tráfico de seres humanos, terrorismo, crime organizado e transnacional”.

Artigo 9

“Serigrafias e Gravuras do Mestre Malangatana”

(Ver o texto na página 255)

Para facilitarmos a consulta ao potencial leitor desta tese, aproveitamos o facto de o texto aqui referido ser curtíssimo para transcrevê-lo na íntegra:

“Serigrafias e Gravuras do Mestre Malangatana”

“(Maputo) No âmbito das celebrações este mês de Junho de aniversário do Mestre Malangatana Valente Nguenha, é inaugurada hoje, no Consulado Geral de Portugal, a exibição de Serigrafias e Gravuras do mestre editadas pelo Centro Português de Serigrafia, quatro das quais estão ilustradas com poemas da autoria do Mestre Malangatana.”

O Quê, Quem, Quando, Onde, Como e Porquê constituem, na teoria do Jornalismo, aquilo que é designado por “lead” ou, na forma aportuguesada, *lide*, que seria uma espécie de guia para o leitor obter e entender, logo na primeira parte de uma notícia, a informação básica sobre o assunto exposto e sentir interesse para continuar a ler o desenvolvimento e a conclusão.

Como podemos constatar, o desenvolvimento e a conclusão não existem no texto supracitado. Este facto pode suscitar uma discussão não só do ponto de vista jornalístico, mas também do ponto de vista linguístico-discursivo: (i) seria, esta forma de escrever, uma notícia, ou

esboço de um anúncio publicitário, em forma de cartaz, em que faltaria somente arranjar melhor o texto de argumentação e persuasão e colocar o respectivo texto icónico (imagem)? (ii) Ou seria, esta forma de escrever, um bom exemplo de aplicação da Máxima de Redução, do Princípio de Economia (que recomenda o jornalista a ser breve e facilitar a interacção), ou a aplicação da Máxima de Quantidade, do Princípio Cooperativo, (que aconselha o escrevente a dar a quantidade certa de informação, isto é, a fazer uma contribuição informativa como é requerida)?

Estas perguntas, uma ligada ao jornalismo e outra à linguística, denotam que o nosso estudo se enquadra no campo da Linguística Aplicada Comunicacional e que, porque não se limita somente em matérias de forma, visto que a nossa preocupação final é de vermos as implicações nas relações sociais, políticas, culturais desta articulação linguístico-comunicacional, está situado (esse estudo) no plano macrolinguístico.

Se o texto em análise foi escrito em forma de notícia ou não, é uma discussão que deixamos de lado, pelo menos nesta fase, porque seria um debate que nos obrigaria a fazer um exercício argumentativo longo, uma vez que, no mínimo, teríamos que definir e caracterizar, do ponto de vista jornalístico, a “notícia”.

Por ora, pretendemos, isso sim, explorar mais e aclarar a questão das máximas retóricas acima mencionadas, ressaltando o seguinte:

- (i) acreditamos que se o jornalista quis aplicar a Máxima de Redução, do Princípio de Economia, foi *feliz* porque, reiteramos, o texto é breve e, apesar de algumas falhas na redacção, facilita a interacção com o leitor;
- (ii) porém, se o autor quis aplicar a Máxima de Quantidade, do Princípio Cooperativo, que aconselha o escrevente a dar a quantidade certa de informação, foi *infeliz*, porque a repetição desnecessária de ideias ou expressões num texto não obedece este

axioma linguístico-discursivo; por exemplo, no artigo em análise, escrito num único parágrafo de quatro linhas, a palavra “mestre” está repetida quatro vezes, o que, na nossa maneira de ver, é um acto desnecessário.

No capítulo das relações internacionais, o mesmo texto reflecte as boas afinidades culturais que existem entre Moçambique e Portugal. Esta realidade é salutar porque, para aqueles que estão preocupados em criar e manter climas de paz e desenvolvimento nos seus países, a cultura, assim como o desporto, é um bom meio para que esses fins sejam alcançados.

Esta postura pacificadora e progressiva, cuja representação textual deve ser moldada por Discursos cobertos por Máximas Retóricas construtivas, enquadra-se naquilo que os diplomatas chamam de Diplomacia Cultural, em que as pessoas envolvidas reconhecem que conversar e escutar combinam e facilitam o alcance da verdade e do mútuo entendimento; e que defendem que o diálogo para a paz não tem nada a ver com pessoas cépticas.

O diálogo para a paz requer ouvir, escutar e respeitar outras civilizações e outras culturas. Esta característica, conforme sublinham as Nações Unidas, descarta qualquer modalidade de imposição de padrões culturais rígidos.

Como tivemos a ocasião de nos referir no enquadramento teórico desta tese, uma consulta feita à literatura antropológica, sociológica e de estudos culturais evidencia a diversidade de concepções de cultura. Esta pode ser entendida como sendo conhecimentos compartilhados, modos de viver, instrumento mediador (entre seres humanos e entre estes e o meio ambiente), sistema de participação, conjunto de valores de um povo ou de uma pessoa, conjunto de criações de uma comunidade.

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, passou-se a compreender a “cultura” como um dos direitos fundamentais da pessoa humana, constituindo-se, assim, um dos

cinco direitos tradicionais: civis, políticos, económicos, sociais e culturais. Na base desta visão, MATOS (2002: 42) desafia os cidadãos a responderem a seguinte pergunta, que tem a ver com a responsabilidade dos indivíduos que se auto-estimam e têm a responsabilidade de investigar e divulgar as suas culturas. Adaptando à nacionalidade moçambicana, a questão seria: “além de moçambicanos, vocês são também moçambicanistas?”

Num outro desenvolvimento, Matos sublinha que, neste milénio, é importante que reflectamos sobre como é que nos relacionamos com os nossos “próximos culturais” e perguntemos quão humanizadores temos sido, ao compartilharmos as nossas diversificadas culturas. Este mesmo linguista convida os cidadãos a fazerem uma auto-avaliação em relação às suas responsabilidades culturais, respondendo as seguintes perguntas:

O que significa ser culturalmente co-responsável? Como podemos desempenhar o nosso papel de construtores da cultura? Como podemos honrar a nossa cultura nos diferentes contextos nacionais e internacionais? Quão estamos prontos para continuarmos a edificar a nossa cultura? De que forma entendemos a natureza da interacção língua-cultura? Percebemos como uma integração? Por outras palavras, percebemos a língua como constituindo o componente central da cultura?

Quão valorizadores somos das nossas tradições, hábitos, costumes e eventos culturais? Quão esclarecidamente questionadores somos de nossos sistemas de valores e padrões de perceber, avaliar e agir nas nossas culturas? Quão defensores somos dos direitos culturais de pessoas marginalizadas?

O que fazemos contra as discriminações culturais? Quão positivamente interpretamos questões da nossa cultura diante de pessoas de culturas diferentes? Quão explicitamente aplicamos o conceito de cultura? Por exemplo, temos consciência de que há “cultura ecológica”, “cultura visual”, “cultura de sensibilidade”, “cultura de espiritualidade” e “cultura de paz”?

Certamente, o Mestre Malangatana Valente Ngwenya (1936-2011), referido no texto aqui em análise e cujo apelido está escrito “Nguenha”, artista plástico e poeta moçambicano de renome nacional e internacional, autor de várias obras produzidas em diferentes suportes e meios, tinha respostas para todas estas perguntas, respostas com espírito e linguagens de liberdade, paz e desenvolvimento. Isto justifica, entre várias marcas da sua vida e obra, o facto de Malangatana ter sido um dos fundadores do “Movimento Moçambicano para a Paz”, ter sido um dos que fez parte dos “Artistas do Mundo contra o Apartheid” e ter sido distinguido como Doutor Honoris Causa, pela Universidade de Évora, de Portugal.

Artigo 10

“Mola’ para obras e fiscalização”

(Ver o texto na página 256)

O que é e como funciona o “Princípio de Proximidade” de uma notícia jornalística, na elaboração de um Discurso restrito ou local, com recurso a palavras ou expressões idiomáticas locais, e como esse Princípio (jornalístico) de Proximidade se relaciona com a Máxima de Relação, do Princípio (retórico) de Cooperação?

Evitámos, na análise do texto anterior, que fala acerca do Mestre Malangatana, fazer uma revisão sobre o conceito e a caracterização de “notícia”; porém, os contornos linguístico-comunicacionais que identificamos no presente texto, intitulado “Mola’ para obras e fiscalização”, nos levam a fazer aquele exercício, mesmo que seja de forma fraccionada e focalizada.

O que nos motiva a proceder desta forma é o facto de termos de falar sobre o papel da cultura na escolha de certo tipo de notícias por parte de leitores, bem como o papel da cultura no entendimento do Discurso patente em certas expressões nas notícias. E as palavras-chave desta

nossa análise são a “mola” e a “proximidade” – proximidade da forma/mensagem da notícia em relação ao leitor e proximidade do objecto (assunto) em evidência nessa mesma notícia.

A imputação deste nosso recuo estratégico recai sobre o título “*Mola*” para obras e *fiscalização*, mais concretamente sobre a palavra “mola”, que nos cria algumas dúvidas linguístico-comunicacionais e, conseqüentemente, algumas perguntas: para que tipo de público é destinado este título? Quem estaria interessado no Discurso nele expresso?

Só depois de revermos o conceito de *notícia jornalística* e as suas características, é que obtivemos as repostas das perguntas acima formuladas: a origem da palavra “notícia” provém do Latim, em que “*notitia*” significa “notoriedade; conhecimento de alguém; noção”. Em Jornalismo, uma notícia se caracteriza por um texto informativo de interesse público, que narra algum facto recente ocorrido no país ou no mundo, cujo conteúdo é constituído por um assunto político, económico, social, cultural, etc.

Portanto, notícia é um relato de eventos ou acontecimentos actuais, de interesse e importância da comunidade local, nacional e/ou internacional, capaz de ser compreendido pelo público. Trata-se de qualquer tipo de informação que apresenta um acontecimento novo e recente, ou que difunde uma novidade sobre alguma conjuntura já existente. A narração de uma notícia de género jornalístico deve ser feita sempre de forma exacta, objectiva e imparcial; a veracidade dos factos, a clareza da linguagem e a objectividade do conteúdo devem ser destacadas.

De acordo com alguns especialistas em teoria do Jornalismo, quatro princípios fundamentais influenciam na qualidade da notícia:

- (i) *Novidade*: a notícia deve abarcar informações novas e não repetir as já conhecidas;

- (ii) *Proximidade*: quanto mais próximo do leitor for o local do evento, mais interesse a notícia gera, porque afecta directamente na vida do leitor e, por isso, se torna relevante (este princípio, nesta Era da velocidade electrónica e do conhecimento global, marcada pela sofisticação dos meios de comunicação e informação que influenciam, sobremaneira, a cultura geral e a sensibilidade do público, pode ser questionado);
- (iii) *Tamanho*: tanto o que for demasiadamente grande quanto o que for deveras pequeno chama a atenção do público; e
- (iv) *Relevância*: a notícia deve ser importante, ou, pelo menos, significativa. Factos triviais, geralmente, não importam ao público.

Tivemos que fazer esta pequena revisão sobre as características de uma notícia jornalística, para entendermos a influência que elas podem ter na escolha de certo tipo de notícias por parte de leitores, bem como percebermos o papel que a cultura e outros traços linguísticos e extra-linguísticos podem desempenhar no entendimento dos Discursos patentes nos textos.

Quando lemos a palavra “mola”, no título do artigo em análise, tivemos que fazer um exercício de empatia, com o fim de tentarmos sentir o que os leitores que não conhecem o significado desta palavra no contexto aplicado sentiriam, por não fazer sentido para eles, por falta de uma base cultural relacionada com a mesma.

Na sequência desse exercício mental, descobrimos que “mola”, para além de ter significados gerais e comuns, como, por exemplo, “pega de roupa”, “mola de chassis ou de colchão”, “aquilo que impulsiona algo”, “o que é causa ou motivo principal”, pelo facto de a mesma palavra fazer parte, dentre outras aplicações, de uma expressão idiomática – “A mola que move o mundo”, ou

seja, “dinheiro” –, o “Princípio de Proximidade” numa notícia jornalística é muito importante no processo de construção de um Discurso.

Por outras palavras, apesar de estarmos na chamada “Aldeia Global”, o “Princípio de Proximidade” numa notícia jornalística ainda é essencial na elaboração de Discursos, quando se trata do uso de expressões idiomáticas, cujos significados e sentidos podem mudar de acordo com os contextos, principalmente de orem cultural.

Retomando a pergunta-base que colocámos no início desta análise, podemos concluir que o “Princípio de Proximidade” de uma notícia jornalística equivale, do ponto de vista linguístico-retórico, à Máxima de Relação, do Princípio Cooperativo, uma vez que ambos tratam de relevância relativa. Com esta conclusão, podemos sugerir que, afinal, todos os Discursos são relativamente relevantes, dependendo do contexto político, social, económico e, sobretudo, cultural, que definem a abrangência geográfica desse mesmo Discurso.

Sendo assim, podemos afirmar que, do ponto de vista macrolinguístico, em que, neste caso específico, as questões culturais entram em peso no processo de interacção jornalista-leitor, o artigo em análise, pelo título que apresenta, obedece à Máxima de Relação, do Princípio Cooperativo; e do ponto de vista comunicacional, satisfaz o Princípio de Relevância de notícia jornalística.

Em suma, esta conjugação linguístico-comunicacional no texto oferece uma relevância discursiva porque, como dissemos, a palavra “mola”, aplicada desta forma e no contexto moçambicano, é analogamente estimulante e tem um significado cujo sentido é contextualizado, devido à *proximidade* com o público-alvo da notícia.

A questão que colocamos nesta fase de análise é a seguinte: como é que o uso da linguagem local, aplicada num Discurso cujo fim é atingir não só o público local, mas também universal, por

outras palavras, fora das nossas fronteiras e culturas, pode afectar, de forma positiva ou negativa, os potenciais leitores.

Artigo 11

“Processos penderes preocupam governantes”

(Ver o texto na página 257)

Ao vermos esta notícia, ou melhor, antes de lermos o artigo, algo nos criou uma certa inquietação: a longa extensão textual. No original, contamos e vimos que o texto contém exactamente 10 (dez) parágrafos longos. E perguntamos: não seria possível responder às perguntas clássicas que compõem uma notícia (o quê, quem, onde, quando, como, porquê) num texto mais reduzido?

A partir dessa nossa razão superficial e precipitada, concluimos que se tratava de mais um exemplo da não observância da Máxima de Redução (seja breve e facilite a interacção), do Princípio da Economia. Entretanto, depois de lermos cuidadosamente o texto, reparamos que, na verdade, o mesmo foi composto em duas partes, tendo o jornalista usado um subtítulo no meio da notícia (“Moçambique vs. Portugal”).

Em nosso entender, esta “interrupção”, que do ponto de vista visual (psicológico), parecia provocar uma descontinuidade na leitura, serviu como uma estratégia que o escrevente usou não só para fazer a ligação entre as duas partes importantes da notícia, mas também para realimentar a motivação do leitor, de modo a continuar com o processo de leitura.

Para além disso, verificamos também que a informação constante na segunda parte do texto é complementar à primeira e importante para a compreensão global do fenómeno noticiado. Isto significa que o jornalista, apesar de não ter cumprido com a Máxima de Redução do Princípio da

Economia, obedeceu à Máxima de Quantidade do Princípio Cooperativo, que aconselha o escrevente a dar a quantidade certa de informação. De facto, toda a informação constante na notícia em análise é requerida, necessária e relevante.

Com estas constatações aparentemente contraditórias, pretendemos defender que, às vezes, num mesmo texto, podemos notar a violação de um princípio retórico que, pela natureza do texto, é compensado ou amortizado através da observância de um outro princípio retórico; por exemplo, neste caso, a não observância da Máxima de Redução do Princípio da Economia é relativamente compensada pela observância da Máxima de Quantidade do Princípio Cooperativo.

Achamos interessante como o nosso lado psicológico foi tocado pela “aparência visual do texto” (causada pela extensão textual que vimos antes da leitura) e pelo “Discurso incompleto” (causado pela aparente interrupção da nossa leitura, através do subtítulo introduzido no meio da notícia). Esta passagem natural de um impacto visual (imagem pontual superficial) para um impacto da forma textual e do Discurso (imagem processual profunda – identidade), isto é, a passagem do acto da compreensão visual, para o acto da compreensão textual e, em simultâneo, para o acto da compreensão discursiva, faz parte da lógica do processo da análise de Discursos que sustentam as notícias escritas.

É por isso que, conforme sustentam BROWN & YULE (1983: 27), a Análise do Discurso tem que ter em conta o contexto no qual esse Discurso ocorre; é por isso que analisar Discursos expressos através de notícias escritas, que resultam de um processo de reflexão, idealização, produção, reprodução e comunicação implícita entre o escrevente e o potencial leitor, é um exercício que se enquadra no nível macrolinguístico, em que a linguagem vai para além da forma e do enunciado e abrange elementos mais vastos, tais como os processos de construção discursiva e os contextos.

Em relação ao contexto, falámos, no início da análise do texto “Processos pendentes preocupam governantes”, que o jornalista usou o subtítulo “Moçambique vs. Portugal”, que serviu de estratégia não só para fazer a ligação entre as duas partes importantes da notícia, mas também para reanimar o interesse do leitor para prosseguir com a leitura, o que nos deixou satisfeitos como pesquisadores. Entretanto, ficamos sem entender o porquê do uso do termo “versus” (vs.) nesta situação.

Na hipótese de se tratar de uma possível agnosia da nossa parte em relação ao significado e sentido situacional do termo “versus”, consultámos vários dicionários da língua portuguesa e da língua inglesa e constatamos que “versus” é uma preposição que significa “em oposição a”, “em direcção a”, “que vai contra”, “que desafia”, “em competição com”. Se o campo semântico desta expressão termina por aqui, julgamos que o uso de “vs.” no subtítulo indicado não faz sentido, uma vez que o texto exposto sobre “Moçambique vs. Portugal” não denota contradição, competição ou oposição; pelo contrário, trata-se de uma matéria cujo Discurso tema ver com os contextos que envolvem a cooperação entre Moçambique e Portugal em matéria da justiça, apesar de descrever, no início, uma situação não satisfatória em termos de resultados dessa parceria.

Conforme dissemos no parágrafo anterior, para fazermos esta análise, começámos por colocar uma hipótese, obedecendo aquilo que GEE (1990) chama de princípios de exclusão e de inclusão nos processos de construção discursiva (feita pelo escrevente) e princípio de adivinhação no processo de análise discursiva (feita pelo leitor).

Sabemos que os princípios de exclusão e de inclusão implicam que o escrevente de uma certa língua pode significar uma série de factos ou abstractos com uma única palavra ou expressão, o que quer dizer que, no mínimo, o leitor nunca chega a ter certeza se essa significância múltipla do escrevente ocorre ou não. Nós só podemos fazer um julgamento acerca daquilo que a outra pessoa

quer dizer com uma determinada palavra numa situação, adivinhando que outras palavras é que essa pessoa exclui e inclui.

Seja como for, a notícia revela que a ministra da Justiça de Moçambique, Benvinda Levi, declarou que as relações de cooperação entre Moçambique e Portugal não registaram grandes avanços, por falta de uma perspicuidade dos objectivos dos acordos celebrados entre as duas nações na área da justiça; por exemplo, os Governos dos dois países assinaram um memorando de entendimento, para o triénio 2006-2009, nas áreas de “formação de quadros, reformas legislativas, administração da justiça, serviços prisionais, registo e notariado, documentação jurídica e utilização de novas tecnologias, bem como edições jurídicas”. O referido memorando não teve resultados satisfatórios. Constatada esta situação, Moçambique mostrou o interesse de renovar o acordo com Portugal, desta feita com propósitos concretos nos ramos aqui indicados. Por seu turno, o ministro da Justiça de Portugal, Alberto Costa, que esteve de visita em Moçambique, defendeu que o estado das relações na área da justiça iria melhorar.

Como podemos observar, este texto está repleto de Discurso que sugere irmandade e prosperidade, o que se enquadra perfeitamente na nossa proposta de tese, ou seja, na Retórica Textual e Comunicação para a Paz e Desenvolvimento.

Artigo 12

“Sindicalização: Vitória Diogo no Canadá”

(Ver o texto na página 258)

De acordo com a Agência de Informação de Moçambique (AIM), na sua edição de 30 de Abril de 2014, a Assembleia da República de Moçambique aprovou, nesta data e na generalidade, a lei de sindicalização na administração pública. Lendo a notícia que a aqui nos propomos a analisar

(“Sindicalização: Vitória Diogo no Canadá”), escrita no dia 12 de Julho de 2011, que faz referência a uma viagem de trabalho ao Canadá que a ministra da Função Pública fez, de 11 a 15 de Julho de 2011, no âmbito das actividades tendentes à criação das condições para a abertura sindical na função pública moçambicana, concluímos que valeu a pena o espírito de cooperação com parceiros internacionais abalizados na matéria – neste caso, o Canadá.

Falamos de “parceiros abalizados na matéria”, porque a pergunta que fizemos logo que acabamos de ler o primeiro parágrafo do artigo do “vt”, do dia 12 de Julho de 2011, foi a seguinte: porquê no Canadá?

Ditosamente, a nossa pergunta, que estava se transformando numa inquietação ideológica, foi respondida no parágrafo subsequente: “pois, este país (Canadá) é reconhecido como uma referência mundial nesta matéria, sendo ainda objectivo concreto desta visita de estudo das autoridades da função pública de Moçambique debruçar-se *in loco* sobre os passos e a experiência canadiana no domínio da sindicalização e diálogo social...”

Com estas correlações textuais e discursivas, observadas entre o primeiro e o segundo parágrafos do texto aqui em análise, bem como entre esta mesma notícia do “vt” (do dia 12 de Julho de 2011) e a notícia da AIM (do dia 30 de Abril de 2014), concluímos que a Máxima de Relação (seja relevante), do Princípio Cooperativo, é observado em duas vertentes:

(i) na vertente do objecto ou do tema, uma vez que, em matéria de cooperação internacional para a paz e desenvolvimento, a informação, tal como foi colocado no texto, é oportuna, estimulante e, por isso, relevante;

(ii) na vertente discursiva, porque o texto, ao esclarecer com uma linguagem clara e objectiva sobre o porquê no Canadá, introduziu elementos linguístico-discursos que tornaram a

mensagem esclarecedora, o que é importante para a eliminação de ambiguidades e para a orientação do leitor em relação ao assunto.

Por outras palavras, este é um exemplo típico de observância da Máxima de Relação do Princípio Cooperativo.

Entretanto, este mesmo texto (“Sindicalização: Vitória Diogo no Canadá”) não é um bom exemplo de aplicação da Máxima de Redução (seja breve e facilite a interacção), do Princípio da Economia, uma vez que apresenta algumas repetições desnecessárias, o que faz com que o mesmo seja extenso demais, comparando com aquilo que seria a principal mensagem a ser expressa. Referimo-nos, sobretudo, aos objectivos específicos da visita, que poderiam ser sistematizados e agrupados num único parágrafo. Para além disso, verificamos, também, a violação da Máxima de Modo do Princípio Cooperativo, que aconselha o escrevente a ser perspicuo, ou seja, a ser ordeiro e evitar a verbosidade desnecessária.

A leitura comparativa que efectuámos entre a notícia do “vt” (do dia 12 de Julho de 2011) e a notícia da AIM (do dia 30 de Abril de 2014), do ponto de vista do Discurso e do contexto, faz-nos retomar aquilo que escrevemos no Capítulo I desta dissertação: o nosso enfoque é sobre o Discurso com “D” maiúsculo, uma vez que pretendemos analisar artigos jornalísticos, em que estão reflectidos comportamentos, valores, ideologias, linguagens, maneiras de pensar e de expressar, perspectivas, entre outros aspectos que constituem formas de relações sociais em contextos nacionais e internacionais.

Neste caso específico, o contexto nacional de 2011, no que diz respeito ao nível de sindicalização em Moçambique, era de intenção e de busca de experiências internacionais, razão pela qual o Governo foi procurar suportes técnicos e morais num parceiro de cooperação internacional, competente no assunto. Como resultado, depois desta aprovação, pela Assembleia da

República, e realizadas todas as formalidades jurídicas e administrativas, Moçambique entra num outro contexto: implantação e exercício do sindicalismo público, cujos processos, se forem bem geridos e justos, poderão contribuir para a promoção do princípio de gestão e organização nas associações sindicais; e para a aplicação de métodos alternativos de solução de conflitos, como, por exemplo, a harmonização, mediação e a arbitragem.

Esses métodos de solução de problemas e de conciliação dos interesses dos colaboradores e das instituições empregadoras, sugeridos no parágrafo anterior, podem concorrer para a geração de ambientes de trabalho mais justos e harmoniosos, que inspirem confiança mútua e desenvolvimento integrado.

Nesta confiança mútua e desenvolvimento integrado no trabalho, uma vez que vivemos na Era das Organizações, que são variadíssimas do ponto de vista da sua composição humana, estrutura, visão, objectivos e missão, e porque nenhuma organização pode sobreviver sem um sistema de comunicação institucional planificado, o comunicador profissional tem a sua responsabilidade.

Com efeito, para que os conflitos possam ser minimizados, torna-se importante que esse comunicador profissional, no exercício das suas funções, faça algumas perguntas funcionais, tais como: a comunicação é clara, coerente, construtiva e incentivadora? A organização tem o seu próprio Código de Ética e Deontologia, resultante de uma discussão e de uma deliberação colectivas? A comunicação na organização tem o objectivo de formar uma nova consciência institucional, voltada para a cidadania, ética, identidade cultural e sustentabilidade sócio-económica? No diálogo empregador-colaborador, é usada, de forma frequente, uma linguagem de cometimento, honestidade, integridade, respeito e responsabilidade? A diversidade linguística na organização é entendida como impulsionadora na convivência comunicativa? A comunicação

organizacional estimula o respeito pela dignidade da pessoa humana, a valorização pessoal e profissional dos colegas, a consideração por sugestões, problemas e necessidades dos outros e o exercício da liberdade com responsabilidade no trabalho, bem como o espírito de equipa, de cooperação interinstitucional, regional e internacional? Que valores morais são observados na comunicação organizacional?

A todas estas perguntas, o profissional de comunicação é um dos responsáveis que deve responder, agindo de modo a que o sistema de valores que norteiam o seu trabalho esteja em harmonia com o sistema de valores da instituição. Nesta situação, o público é o avaliador desse alinhamento que deve existir entre os modos individuais e os modos institucionais. Conforme escreve SRIDHAR (1981: 207-239), num artigo inserido no livro editado por FISIÁK (1981), um dos elementos cruciais na identificação e descrição do sistema de valores de um escrevente é a correcta ou, pelo menos, a aproximada interpretação de enunciados desse escrevente, feita pelo leitor, através de uma reconstituição do Discurso produzido por esse escrevente.

Artigo 13

“Fundo para actores não estatais”

(Ver o texto na página 259)

Três princípios retóricos não são observados neste texto: Economia, Clareza e Cooperativo.

Por um lado, ao contrário do texto expresso no “Artigo 11” - “Processos pendentes preocupam governantes”), em que a não observância da Máxima de Redução do Princípio da Economia foi amortizada e justificada pela necessidade de aplicação da Máxima de Quantidade do Princípio Cooperativo, o presente artigo viola extensivamente a Máxima de Redução, por ser longo demais, apresentando uma série de repetições redundantes.

Por outro lado, quando o texto fala sobre o montante global disponibilizado para o referido “fundo para actores não estatais”, apresenta somente o número **3.000.000**, sem mencionar a moeda a que essa importância se refere; por outras palavras e em forma de pergunta, seriam 3.000.000 de Meticais, ou 3.000.000 de Euros, ou 3.000.000 de Dólares norte-americanos?

Esta falha implica a não observância da Máxima de Transparência do Princípio da Clareza que, lembramos, aconselha o escrevente a manter uma relação directa e transparente entre a mensagem e o texto. Esta omissão não observa, também, a Máxima de Ambiguidade (não seja ambíguo) do mesmo Princípio, bem como a Máxima de Quantidade (dá a quantidade certa de informação) do Princípio Cooperativo.

Um outro dado particular que verificamos neste artigo é o uso indevido do termo “recordar”. Aliás, notamos que este termo é uma espécie de marca de fecho de alguns textos até aqui analisados, como podemos observar nos seguintes exemplo:

- (i) Artigo 11: “**Recordar que** a visita de Alberto Costa é em resposta a um convite formulado pela ex-ministra da Justiça, aquando da sua visita a Portugal em Maio de 2006, onde avaliou a cooperação entre os dois países nesta área.”
- (ii) Artigo 12: “**Recordar que** acompanham a Ministra da Função pública ao Canadá, dirigentes e quadros seniores da instituição e outros quadros dos Ministérios da Educação e da Saúde, instituições do Estado com maior número de funcionários, e representantes da OTM Central Sindical.”
- (iii) Artigo 13; “**Recordar que** os projectos devem estar orientados para: ‘aumentar a capacidade dos cidadãos e das suas organizações; para articular e representar interesses, promovendo parcerias, redes e alianças entre intervenientes...’”

A nossa observação não se restringe somente no facto do termo ser repetido nos artigos, como uma forma de fecho. O que nos inquieta é que esta palavra está a ser indevidamente aplicada, uma vez que “recordar” significa “lembrar”; e, nos casos aqui transcritos, ela não tem esse significado, porque não há nada a ser lembrado, mas sim a ser referido pela primeira vez.

Sendo assim, o uso de um termo que significa algo para dizer outro algo implica a não observância da Máxima de Transparência (mantenha uma relação directa entre a mensagem e o texto) e a Máxima de Ambiguidade (não seja ambíguo), ambas do Princípio da Clareza.

Entretanto, do ponto de vista dos princípios retóricos, o texto aqui em análise (“Artigo 13”) está cheio de elementos com características que sugerem o exercício da cooperação para a paz e desenvolvimento. De facto, abraçando esse propósito, a Delegação da Comissão Europeia na República de Moçambique lançou, na altura, um convite para a exposição de propostas referentes ao “Programa Temático para Actores Não Estatais e Autoridades Locais no Desenvolvimento”, com o fim específico de promover uma sociedade que prestigie os princípios da integração e autonomia, facilitando a participação em estratégias de redução da pobreza e promoção de um desenvolvimento sustentável.

Com o objectivo de entendermos melhor o que são, como funcionam e em que âmbitos operam os “actores não estatais”, consultámos a página da Delegação da União Europeia na República de Moçambique na Internet e encontramos a informação pertinente.

De acordo com aquela página, os actores não estatais (ANEs) desempenham um papel importante, ajudando no avigoramento de um ambiente político estável e democrático, com o objectivo de elevar à apropriação dos processos de desenvolvimento, dinamizar novas parcerias público-privadas (PPP) e garantir uma maior sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento.

A vantagem das ANEs reside no facto das autoridades comunitárias estarem mais próximas dos cidadãos e, por isso, conhecerem perfeitamente essas comunidades e as suas respectivas redes de actuação.

Através das redes de actuação, uma vez obtidas as informações importantes sobre os contextos sociais, económicos, culturais e de infra-estrutura, fica mais fácil determinar as reais necessidades de desenvolvimento das comunidades locais, aplicar os recursos e monitorizar projectos.

Um outro dado importante tem a ver com o facto de os ANEs abarcarem ONGs, “as organizações de base, as cooperativas, os sindicatos, as associações profissionais, as universidades, os órgãos de comunicação social e as fundações independentes”.

De forma clara, a nosso ver, as ANEs são um bom exemplo de modalidade de cooperação internacional, preocupada e voltada para a criação de alicerces propícias para a paz espiritual dos cidadãos envolvidos e para o desenvolvimento humano, ao nível das comunidades e do país.

Artigo 14

“Moçambique longe de atingir ODM”

(Ver o texto na página 260)

A transcrição que mostramos no anexo (“Artigo 14”) é metade do texto original, o que, na nossa óptica, uma vez que o mesmo podia ser menos extenso sem perder a essência da mensagem, constitui a não observância da Máxima de Redução, do Princípio da Economia.

Do ponto de vista cognitivo e moral, como matéria de reflexão que mexeu com a nossa consciência, o que nos chama a atenção nesta notícia é o facto de a taxa de mortalidade materno-infantil ter sido considerada como “indicador mais fíavel do estado de Saúde de um país”. De facto,

este fragmento discursivo remete-nos para uma imagem triste e desoladora sobre a situação da saúde em Moçambique e faz-nos questionar acerca do papel das autoridades competentes ao nível nacional e, em simultâneo, sobre o papel da Comunidade Internacional nesta área vital.

E aqui, porque sentimos o impacto da mensagem constante na notícia em análise, entendemos a razão que fez com que LEECH (1983:15), ao falar da retórica, nos esclarecesse que torna-se necessário analisá-la do ponto de vista do uso efectivo da linguagem no seu sentido geral, tendo em conta os contextos e objectivos do Discurso, em que um indivíduo ou grupo de indivíduos usa a linguagem para originar um determinado efeito na mente do outro indivíduo ou grupo de indivíduos.

Os problemas de saúde são uma preocupação não só para Moçambique, mas também para o mundo inteiro. Como afirmámos no início da análise deste texto (“Moçambique longe de atingir ODM”), a transcrição que apresentamos referente ao artigo é metade do texto original, cujo corpo expõe, na totalidade, a situação da saúde materno-infantil em Moçambique, no ano de 2009. Entretanto, apesar de tratar exclusivamente de saúde no nosso país, esta notícia tem a ver, também, em grande medida, com a cooperação internacional, visto que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) são o resultado de uma Declaração Global feita sob os auspícios das Nações Unidas.

Com efeito, em Setembro do ano de 2000, pouco mais de uma centena de Chefes de Estado e de Governo, reunidos a nível de Cimeira, aprovaram a Declaração do Milénio. Um ano depois da assinatura da supracitada declaração, o então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, anunciou um projecto contendo oito medidas basilares para que a Declaração do Milénio pudesse ser cumprida até o ano de 2015 – os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Na área da Saúde, de acordo com o referido documento, até o ano de 2015, os Estados Membros das Nações Unidas comprometeram-se a reduzir a mortalidade de crianças, diminuindo, em dois terços, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos; melhorar a saúde materna, reduzindo, em três quartos, a taxa de mortalidade materna; combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças, detendo e reduzindo a propagação do HIV/SIDA, retendo e afrouxando a ocorrência da malária e de outras doenças graves.

Do ponto de vista de necessidades básicas, para além da fome, os problemas da saúde poderiam ser considerados os mais prioritários actualmente para a maior parte dos países africanos. Evidentemente que o alcance destas metas só poderia ser possível com a combinação e a integração de uma série de acções ligadas a outros objectivos indicados na referida declaração, como, por exemplo, os da Educação e Cultura, caso se pretendesse algo mais consistente a médio e longo prazo.

De acordo com VASSOA (2010: 96-99), vontade política, capacidade em recursos humanos, financeiros e materiais, ética, justiça, pesquisa, planificação, execução, controlo e avaliação seriam as palavras-chave para o sucesso deste programa.

Ligado à operacionalidade dos ODM, colocamos aqui as seguintes perguntas, entre outras: estaria, o mundo, em condições e preparado para este desafio de cooperação e, mais do que isso, de solidariedade? Uma vez que o alcance dos objectivos aqui propostos estaria implicitamente associado aos países pobres, estariam os países ricos interessados neste programa? Em que condições e em que proporções?

Quando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio passarem para a história, caberá aos cientistas e políticos analisarem, cada um a partir do seu ponto de vista, o que os ODM significaram para os países e os povos em termos económicos, políticos, sociais e culturais; por exemplo, depois

do ano de 2015, ao se fazer uma avaliação geral e específica sobre os ODM, comparando-se os propósitos e os resultados alcançados ao longo do período estipulado, far-se-á, entre outras, a seguinte pergunta: como e até que ponto a variável “Educação e Cultura” determinou ou não determinou a quantidade e a qualidade dos efeitos dos programas e projectos ligados a esses objectivos?

Em nosso entender, mais do que receitas importadas e pontuais, a educação pela mudança de pensamento e de atitude em relação a alguns aspectos que, em nome de tradições e de culturas, atrasam a vida e desvalorizam o próprio ser humano, deve ser uma acção interdisciplinar, progressiva e com valores libertadores.

Para que uma certa comunidade ou um país se desenvolva, é imprescindível que, antes das coisas serem vistas do ponto de vista material e generalista, sejam desencadeadas acções que possam preparar e desenvolver as mentalidades.

As mentalidades só podem ser desenvolvidas através de uma educação libertadora, que olhe o Homem e a Natureza não como objectos a serem aniquilados e separados, mas como valores a serem protegidos, desenvolvidos e unidos. Para isso, esse Homem e essa Natureza devem constituir o centro do conhecimento – um conhecimento capaz de proporcionar o desenvolvimento humano, social e sustentável.

A Comunicação Social, através das suas variantes, de forma especializada e integrada, tem um papel preponderante no processo de concretização de projectos de desenvolvimento das comunidades e dos países africanos.

Entre várias articulações e interdisciplinaridade, pode-se apostar, por exemplo, em trabalhos de Comunicação para o Desenvolvimento, coadjuvados por estudos culturais e interculturais, que

servirão de bases de sustentação e, conforme propusemos nesta tese, em trabalhos de Comunicação para Paz e Desenvolvimento, suportados por estudos linguístico-discursivo-comunicacionais.

A nossa convicção é de que, com base nas capacidades, habilidades e competências dos africanos iluminados, com a colaboração de parceiros internacionais que apostam e trabalham para o desenvolvimento humano neste continente, acredita-se que existem estratégias que podem funcionar para virar, positiva e gradualmente, a situação da África.

Através de vários esforços combinados, incluindo esforços de jornalistas que se pautam por Princípios de uma Comunicação para a Paz e Desenvolvimento, é possível o desenvolvimento de valores que não cultivem *fábricas de guerras civis* e que não levem à realização da *Segunda Conferência de Berlim*, à eclosão da *Terceira Guerra Mundial* e da *Segunda Guerra Fria*. Portanto, é possível a edificação e a consolidação de um contexto onde a cultura da paz, do respeito e da cooperação deverão ser as principais regras das relações e dos processos sociais, políticos e económicos, ao nível nacional e internacional.

Artigo 15

“Verticais”

(Ver o texto na página 261)

Por conveniência e pela praticabilidade que a curtíssima extensão do “Artigo 15” oferece, temos o ensejo de transcrevê-lo na íntegra, conforme se segue:

“*Verticais (1)* (Maputo) Dos 105 médicos graduados ano passado pelas Universidades Eduardo Mondlane (UEM) e a Católica de Moçambique (UCM), 80 deles já se apresentaram nos novos postos de trabalho, segundo revelou o Ministro da Saúde (MISAU), Paulo Ivo Garrido, frisando que “com outros 80 médicos a terminar o curso este ano, o rácio vai fixar-se em 1 médico

por 25 mil moçambicanos”, uma meta ainda longe da pretendida pelo executivo de Armando Emílio Guebuza, ou seja, também bem distante da dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).”

Ao longo das leituras que fomos fazendo a vários textos do “Vertical”, analisámos a extensão das notícias inseridas na série “*verticais*” e concluímos que, esperamos que não seja de forma errónea, as mesmas podem corresponder àquelas que noutros jornais são escritas na série “breves” ou “curtas”.

Por outras palavras, devido às suas características, a extensão dos textos nessas secções é limitada, o que, do ponto de vista dos princípios retóricos de LEECH (1983), esses escritos podem ser considerados, à primeira vista, como estando na linha dos que observam a Máxima de Redução, do Princípio de Economia, bem como a Máxima de Quantidade, do Princípio Cooperativo.

Dizemos “à primeira vista” porque, no presente artigo, por exemplo, notamos também que esta curtíssima extensão do texto (produto) é um grande desafio para nós pesquisadores que pretendemos fazer a análise do Discurso (processo), uma vez que há uma série de perguntas do nível macrolinguístico que não estão explicitamente respondidas no enunciado. A primeira constatação é que a obediência às Máximas de Redução e de Quantidade, referida no parágrafo anterior, é aparente ou, pelo menos, incompleta. O nosso argumento é que, em nosso entender, o texto não facilita a interação com o leitor que queira conhecer, por exemplo, as metas pretendidas pelo executivo de Armando Emílio Guebuza e pelos mentores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no que respeita aos rácios médico/número de pacientes, ao nível nacional e internacional, respectivamente.

Não tendo estas respostas no texto, teremos de recorrer a outras fontes para obtermos a informação (em falta) e relacionarmos com os contextos que possam envolver o Discurso em

análise. E aqui cabe-nos lembrar aquilo que LOPES (2004: 169) nos ensina: é importante reconhecermos que para que o escrevente se comunique eficaz e eficientemente com o seu público-alvo, os intervenientes no processo de comunicação devem ter conhecimentos partilhados não só do código linguístico, mas também das convenções retóricas e de outras dimensões não-linguísticas da experiência, incluindo o nível literário e visão do mundo.

Como pesquisadores que pretendemos obter respostas pragmáticas, sentimos que estamos diante de uma situação em que não possuímos, pelo menos na nossa memória humana, certas dimensões não-linguísticas da experiência como, por exemplo, alguns dados numéricos que não estão expostos no texto, relativos às metas do Ministério da Saúde de Moçambique e da Organização das Nações Unidas.

É por isso que, como já referimos, um jornalista é confrontado por dois tipos de tarefas e sofre dois tipos de perda: ele tem que conduzir uma interação imaginária com um hipotético interlocutor e registar a sua participação pessoal, de modo a que o leitor possa ser capaz de extrair um Discurso a partir desse registo; ou seja, ele tem que produzir um texto que tenha um potencial apropriado de um Discurso.

Neste contexto, por exemplo, o escrevente, ao sobretexualizar, perde por ser muito verboso ou extensivo e, conseqüentemente, pode não estar de acordo com a Máxima de Modo (do Princípio Cooperativo), que aconselha o escrevente a ser breve e evitar prolixidade desnecessária; e ao subtextualizar, como é o caso do texto aqui em análise, perde por ser relativamente obscuro e, naturalmente, pode não obedecer à Máxima de Quantidade, também do Princípio Cooperativo, que recomenda o escrevente a fazer a sua contribuição informativa como é requerida.

Estas premissas justificam a ideia que defende que a interpretação do Discurso como um texto, feita pelo escrevente, é mais difícil que a interpretação do texto como um Discurso, feita pelo

leitor. Para este último caso, que é a nossa situação, depende do objectivo do leitor; algumas direcções do escrevente no Discurso são ignoradas e outras valorizadas pelo leitor.

É por isso que identificamos algumas perguntas não respondidas no texto em análise, o que justifica a máxima que ressalta que uma leitura efectiva, como uma actividade social normal, não é uma questão de complementação ou de perfeição, mas de conveniência e de adequação. Mesmo assim, e por essa razão, o jornalista deve trilhar o seu caminho tendo em conta todo o tipo de reacções possíveis, desenhando textos com um bom padrão, que o leitor pode até ignorar e procurar outras estratégias no processo de busca de informação de que necessita para entender o Discurso.

E a estratégia, no nosso caso específico, tem a ver com a decisão que tomamos em analisar o presente texto logo a seguir ao “Artigo 14”, que trata do mesmo tema, intitulado “Moçambique longe de atingir ODM”. Para obtermos alguns subsídios informacionais que nos possam permitir entender, pelo menos na generalidade, o problema colocado pelo presente artigo, tivemos que reler a notícia anterior, que ressalta que, na área da Saúde, até o ano de 2015, os Estados Membros das Nações Unidas comprometem-se a reduzir a mortalidade de crianças, diminuindo, em dois terços, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos; melhorar a saúde materna, reduzindo, em três quartos, a taxa de mortalidade materna; combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças, detendo e reduzindo a propagação do HIV/SIDA, bem como retendo e afrouxando a ocorrência da malária e de outras doenças graves.

Mesmo com estas informações de dimensões não-linguísticas da nossa experiência, extraídas num texto similar e expostas no parágrafo anterior, continuamos sem conhecer as metas do Governo de Moçambique e das Nações Unidas referentes aos rácios médico/número de pacientes, no período indicado no presente artigo. Isto implica que, havendo a imperiosidade de obtermos esta informação, teremos, eventualmente, que recorrer aos documentos-base dos dois organismos, ao nível nacional e internacional.

Fazendo um pequeno exercício de analogia entre os artigos “14” e “15”, importa referir que notamos que, do ponto de vista retórico, está claro que os dois textos estão em patamares opostos: enquanto o anterior está sobretexualizado, o que viola, como já referimos, a Máxima de Redução do Princípio de Economia, o actual está subtextualizado, não obedecendo às Máximas de Quantidade e de Modo, ambas do Princípio Cooperativo. Isto implica que o jornalista, no seu exercício de construção discursiva, tem de encontrar um meio-termo na extensão do seu texto, procurando expor as principais ideias e facilitando, ao mesmo tempo, a vida ao leitor de modo a que este esteja perante um Discurso que o possa satisfazer, na medida do possível.

Estamos cientes de que encontrar esse meio-termo ou equilíbrio entre as Máximas de Redução, de Quantidade e de Modo exige do jornalista um exercício de imaginação muito grande, durante o processo de construção do seu Discurso. Em todo o caso, esse relativo equilíbrio pode ser aproximado se o escrevente, tendo em conta não só o seu objectivo, mas também os vários contextos que envolvem o tema em causa, fizer algumas perguntas-orientadoras, tais como: até que ponto ele está próximo ou afastado dos potenciais leitores? Qual o nível de poder é que o potencial leitor tem sobre o jornalista? Até que ponto é importante o que o jornalista pretende enunciar, para ele e para os potenciais leitores? Que nível de ênfase é que o jornalista e os potenciais leitores dão à necessidade de aparecer em público ou de se manter em privado na circunstância, tendo em conta vários factores situacionais e culturais? Como é que o contexto em que ambos se encontram pode influenciar a resposta à questão anterior? Será que os potenciais leitores responderiam às questões aqui colocadas da mesma forma como seriam respondidas pelo jornalista? Em que proporções e com que pesos?

Estas e outras perguntas relativas aos contextos e às formas de interacção, e que podem ser extensivas até aos âmbitos linguístico, retórico e funcional, demonstram que o acto de escrever,

como um processo intelectual de construção sistematizada é um exercício que exige um enorme esforço.

Colocar ideias num exercício de escrita é uma luta que envolve várias batalhas, porque escrever é uma actividade linguístico-discursivo-comunicacional que é levada a cabo tendo em conta os princípios que pressupõem e exigem o uso da linguagem em comunicação. É este desafio que o jornalista deve ter em consideração se quiser que o seu Discurso seja eficaz e eficiente, do ponto de vista linguístico, discursivo e comunicacional.

Artigo 16

“Uma data para a história: Barack Obama toma posse e Guebuza completa 66 anos”

(Ver o texto na página 262)

Em nosso entender, se o autor do presente artigo pensou, ao longo do processo de construção do seu Discurso, em criar um certo impacto no potencial leitor, ele conseguir atingir esse objectivo, de uma ou de outra forma.

Inicialmente, a notícia causou-nos uma certa inquietação; porém, logo a seguir, ficámos cientes de que estávamos a ler o texto como investigadores e que, por isso, no lugar de libertarmos emoções descontroladas, teríamos de nos concentrar na ciência e na razão deste trabalho.

Neste contexto, voltamos a analisar o artigo de maneira mais pensada, tentando reconstituir o exercício de interacção hipotética realizado pelo jornalista, durante o processo de construção do Discurso.

Conforme já nos referimos, é um exercício comum para um escrevente, durante o processo de construção do Discurso, desempenhar, também, o papel do potencial leitor, imaginando

possíveis perguntas que este possa vir a fazer. Isto significa que o jornalista tem de conduzir a sua interacção, activando funções dos dois intervenientes, em que a função do segundo participante na comunicação é executada através de um processo de reconstituição feita pelo autor. Por isso, uma das formas que o jornalista usa é tentar responder, na medida do possível, às seis perguntas clássicas que formam o “lead” de uma notícia jornalística: quem, o quê, quando, onde, como e porquê.

E aqui, olhando para o texto em análise, nós perguntámos: será que estas seis perguntas clássicas são suficientes para a construção de um Discurso que tem um “d” maiúsculo? Teria, o autor do presente artigo, respondido a todas estas perguntas? Sim, em nosso entender, até certo ponto.

Até certo ponto porque, neste modelo das seis perguntas clássicas que formam o “lead” de uma notícia jornalística, se as respostas hipotéticas não forem acompanhadas ou moldadas por contextos ou situações que ocasionam a notícia-Discurso, esta notícia pode ser relativamente vazia. Consequentemente, o leitor pode ter dificuldades em situar o Discurso, interpretando e entendendo sob vários ângulos imaginários.

Por essa razão, para além das seis perguntas clássicas que formam o “lead” de uma notícia jornalística, a macrolinguística ensina que há outras questões que devem ser tomadas em consideração; por exemplo, em que situação, em que condições, em que contextos e com que efeitos? É por isso que LOPES (2004: 169) salienta que o comunicador deve ser capaz de reconhecer os contextos sócio-culturais que, de alguma forma, determinam o que e o como ele deseja comunicar, “e assim agir de acordo com os constrangimentos extra-linguísticos impostos”.

Adicionalmente, SCARCELLA (1984: 671-688) fala sobre a necessidade do escrevente situar e orientar o seu potencial leitor, de modo a que este possa identificar e entender o tema e as principais ideias no texto, evitando ambiguidades e proporcionando interesse.

Neste sentido, julgamos que o jornalista da matéria aqui em análise foi feliz por ter criado condições para que o leitor, por sua vez, também reconhecesse os contextos sócio-culturais, não só através da notícia em si, mas também pela breve indicação das características dos dois personagens e das suas respectivas nações:

- (i) “O homem mais poderoso do Planeta” (Obama) e “um homem especial para todos os moçambicanos” (Guebuza);
- (ii) O “Governador do mundo” (EUA) e “A Pérola do Índico” (Moçambique).

Esta forma de qualificar os chefes de Estado e as suas respectivas nações, analisada do ponto de vista retórico, faz-nos lembrar aquilo que FERREIRA (2010: 66) chama de “lugares retóricos” – uma espécie de grandes armazéns de argumentos empregues para estabelecer um acordo com o público. Dessa forma, são utilizados valores, cuja representação é dada por premissas de ordem ampla e geral, com o objectivo de “hierarquizar as crenças do auditório”.

De entre os vários “lugares retóricos” referidos por Ferreira, os que se aplicam no contexto desta Análise do Discurso, especificamente nesta fase de qualificação dos chefes de Estado, destacam-se o “lugar da essência” e o “lugar derivado do valor da pessoa”.

De acordo com o mesmo autor, o “lugar da essência” consiste em afirmar a superioridade dos indivíduos que melhor representam a classe a que pertencem, sendo bem caracterizados como modelos de essência, de um padrão, de uma função. Trata-se de distinguir o excelente numa comparação entre os diversos membros da mesma natureza. O autor dá exemplos de Pelé, como

símbolo da essência do futebol para os brasileiros, e de Maradona para os argentinos. Para FERREIRA (*op. cit.*: 74-75), “a essência do desapego e da caridade é encontrada em Madre de Calcutá. Alguns políticos representam a excelência da sua classe, outros a vilania (o pior dos piores).

O “lugar derivado do valor da pessoa” é representado pelo argumento que incide sobre o mérito de um acto realizado por um indivíduo, para ressaltar preceitos éticos ou morais como, por exemplo, a dignidade, autonomia, coragem e justiça. A pessoa é hierarquizada de forma a perceber o seu ilustre valor no acto retórico, ou seja, ela é elevada sobre todas as coisas. O autor que aqui citamos faz-nos compreender este tipo de lugar retórico, dando um exemplo aplicado num artigo difundido na revista *Veja*, de 14 de Maio de 2008, respeitante ao assassinato da Irmã Dorothy Stang. Os valores atribuídos à pessoa da missionária foram: “fervorosa defensora da Amazónia”; e “tentava implantar um projecto de desenvolvimento”.

Se pensarmos sobre o que o jornalista quis realmente comunicar com o texto em análise, verificamos que ele pretende simplesmente falar sobre os dois estadistas e não acerca das relações entre eles, nem sobre as relações entre os Estados Unidos da América e a República de Moçambique.

Feita esta observação, e porque pretendemos chegar a uma segunda observação associada à primeira, entramos agora na fase da Análise do Discurso do ponto de vista retórico, ressaltando que o autor foi feliz ao cumprir com a Máxima de Transparência, que recomenda que o jornalista mantenha uma relação directa e transparente entre a mensagem e o texto, do Princípio de Clareza. Neste caso, como exemplo, estamos a falar da relação entre o texto e a mensagem no título do artigo, bem como entre o título e o corpo do artigo na globalidade.

Por outras palavras, no artigo “Uma data para a história: Barack Obama toma posse e Guebuza completa 66 anos”, podemos observar que o texto tem uma relação directa com a mensagem, tanto no título em si como no corpo da notícia em geral.

Esta obediência rigorosa à Máxima de Transparência no texto em análise, confessamos, e aqui está a nossa segunda observação, cria-nos uma certa insatisfação, porque pensávamos que o autor fosse aproveitar a oportunidade para falar, de forma explícita, um pouco sobre as relações políticas, económicas, culturais, históricas ou diplomáticas entre os Estados Unidos da América e a República de Moçambique.

No parágrafo anterior, usamos a expressão “de forma explícita” porque, implicitamente, o texto já sugere que Moçambique (e o resto dos países do mundo) é governado pelos Estados Unidos da América, ao registar que do lado do Continente Americano, o mundo estaria de olhos postos para Washington, para testemunhar a tomada de posse do homem mais poderoso do Planeta, Barack Hussein Obama, um jovem que um dia sonhou governar o mundo, via EUA.

O que nos estimula é que, logo a seguir, essa nossa insatisfação causada pelo facto do jornalista não ter aproveitado a oportunidade para falar, de forma explícita, reiteramos, acerca das relações entre os Estados Unidos da América e a República de Moçambique, foi superada quando nos lembramos que, embora a pragmática seja essencialmente “orientada por objectivos” e ser avaliadora, o objectivo do escrevente pode não coincidir com o objectivo do leitor, muito menos com o objectivo do pesquisador que procura, com “lupas” mais atentas, alguns traços macrolinguísticos específicos no Discurso.

E aqui fica claro o lado pragmático da máxima de LEECH (1983:15), segundo a qual temos que entender a retórica do ponto de vista do uso efectivo da linguagem no seu sentido geral, tendo em conta os contextos e objectivos do Discurso, em que um sujeito ou grupo de sujeitos usa a

linguagem para produzir um determinado efeito na mente do outro indivíduo ou grupo de indivíduos.

Uma vez que a Análise do Discurso, por um lado, inclui o estudo de formas linguísticas e as regularidades das suas distribuições e, por outro, envolve princípios gerais de interpretação através dos quais as pessoas normalmente dão sentido ao que ouvem ou lêem (BROWN & YULE, 1983:x), reiteramos o entendimento de que essa análise não pode ser restrita à descrição de formas linguísticas, sem termos em conta os propósitos ou funções para os quais essas formas são construídas.

Nós concordamos plenamente com o que os dois autores mencionados no parágrafo anterior afirmam. Como um dos exemplos dessas asserções, analisemos algumas passagens do artigo aqui em estudo, nos seguintes trechos:

“...Hoje, Barack Obama prestará juramento como o 56º chefe de Estado dos EUA e nesta tomada de posse os números que nos são adiantados falam por si: cerca de 75 milhões USD para custear a tomada de posse de Obama, o primeiro Estadista negro norte-americano. **Obra! Mas**, bem distante dos EUA, neste berço da Humanidade, chamado Moçambique – Pérola do Índico – temos um **Homem especial** para todos os moçambicanos que celebra mais um ano de vida...”

“...Trata-se do nosso Presidente da República (PR), Armando Emílio Guebuza que completa justamente nesta data, 66 primaveras. Uns dirão que é a obra ou destino mas, **para o “vt” é Bênção de Deus** ter-nos dado a oportunidade de cruzarmos nesta caminhada das nossas vidas com esta figura e termos privilégio e orgulho de o termos como o nosso Chefe de Estado...”

Queremos, nestes trechos, analisar o uso das palavras “obra” e “mas”, bem como o uso da expressão “Bênção de Deus”. Numa primeira fase, esta análise pode ser confundida como estando apenas no nível da microlinguística; porém, o que nós pretendemos examinar é como essas palavras

e essa expressão são usadas, quais são os seus significados e sentidos nos contextos em que elas são aplicadas e que funções é que desempenham, do ponto de vista de enunciado (feito pelo jornalista) e de impacto no leitor.

Não sabemos se o jornalista considera “obra” o facto de Obama ter sido o primeiro Estadista negro norte-americano, ou pelo facto de terem sido gastos cerca de 75 milhões USD para custear a tomada de posse. Seja qual for a razão, quando nós acabámos de ler este trecho, ficámos com a impressão de que o escrevente quis dizer que se tratava de uma “Obra de Deus”. Entretanto, logo a seguir, quando lemos a parte que fala sobre o Presidente Armando Guebuza, constatamos que estávamos equivocados, porque o jornalista escreve o seguinte: “...uns dirão que é a **obra** ou destino mas, **para o “vt” é Bênção de Deus** ter-nos dado a oportunidade de cruzarmos nesta caminhada das nossas vidas com esta figura e termos privilégio e orgulho de o termos como o nosso Chefe de Estado!”

Está aqui mais um caso de falta de conhecimentos compartilhados do código linguístico, das convenções retóricas e de outras dimensões não-linguísticas da experiência entre o jornalista e nós leitores/investigadores. A nossa experiência e a nossa visão do mundo impelem-nos a entender o significado da palavra “obra” no texto como sendo uma “obra divina”, uma vez que, pelo menos no contexto em que ela está empregue, não pode ser analisada como uma obra de literatura, de engenharia, de arquitectura ou da arte, ou analisada do ponto de vista da Economia.

A falta de partilha de conhecimentos entre o jornalista do artigo em análise e o leitor, neste caso nós investigadores, não se verifica somente em questões de experiência ou visão do mundo. Esse desencontro nota-se também no nível do uso do código; por exemplo, ficamos sem entender o porquê do emprego da palavra “mas”, na passagem entre a notícia de Obama e a notícia de Guebuza, nos seguintes termos: “...o primeiro Estadista negro norte-americano. Obra! **Mas**, bem

distante dos EUA..., temos um Homem especial para todos os moçambicanos que celebra mais um ano de vida...”.

A nosso ver, se “mas” é uma conjunção adversativa, uma oposição ou restrição, ou causa de uma acção, julgamos que o uso desta palavra no trecho aqui transcrito não faz sentido no contexto. Não fazendo sentido, significa que o emprego inadequado do termo aqui referido deturpa a mensagem no enunciado, que não sugere nenhuma adversidade explícita nas relações entre os dois estadistas, nem entre nas relações os dois Estados.

Artigo 17

“Barack Obama agradece à América”

(Ver o texto na página 263)

Dois aspectos importantes chamam-nos a atenção neste artigo: o primeiro é de índole retórica e o segundo, de índole de contextos histórico, político e económico.

Do ponto de vista retórico, o texto apresenta-se fora dos padrões sugeridos por LEECH (1983), no que respeita à Máxima de Redução, do Princípio de Economia. Por essa razão, no anexo, expomos uma transcrição incompleta do mesmo, omitindo alguns trechos que, em nosso entender, são desnecessários para a compreensão da principal mensagem do Discurso.

Um outro aspecto a salientar é a forma retórica usada no texto para mostrar ao leitor o ambiente que se vivia no local do evento, na hora da sua realização, ou seja, o uso de uma técnica retórico-cinematográfica: registo da visão panorâmica do lugar no momento dos acontecimentos, através da descrição de factos aparentemente marginais.

Esta técnica de apresentação panorâmica do espaço no momento do evento noticiado chama-nos a atenção pelo facto de ser diferente das formas de exposição dos textos anteriormente analisados; e a justificação é que, verificamos no final do artigo, afinal, o “vt” não é o autor, mas, sim, co-autor da matéria em apreço.

Vejamos, por exemplo, os seguintes trechos: “Obrigado América!”, agradeceu anteontem o Presidente eleito dos Estados Unidos Barack Obama, aplaudido em delírio por uma multidão que encheu completamente o relvado do *Mall* da capital norte-americana... “Bem-vindos à celebração da renovação da América”, cumprimentou Obama, que escolheu as escadas do memorial de Abraham Lincoln, o Presidente republicano responsável pela abolição de escravatura e a união do país depois da guerra civil e que é o seu herói político, para o início oficial das comemorações da transição do poder... “Este é um dia muito feliz, muito feliz”, repetia Monica Stewart, que caminhava com os filhos pequenos pela mão para lhes mostrar o que é que parecia esperança. “Basta olhar para este mar de gente, de todas as cores, a acenar e a sorrir”... “O nosso país está em guerra e a nossa economia está em crise”, lembrou o futuro Presidente.

Com esta apresentação panorâmica feita no artigo, conseguimos ter uma ideia do ambiente que se vivia no momento de tomada de posse do Presidente Barack Obama, naquele dia emocionante; porém, acreditamos que por mais que os compositores do texto aqui em análise tivessem usado uma máquina de filmagem, tanto no local de tomada de posse como em todo o território dos Estados Unidos da América, não teriam retratado nenhuma imagem que representasse um país em “guerra” – pelo menos do tipo de conflito armado entre duas facções político-militares.

E aqui entramos na análise do significado do segmento “o nosso país está em guerra”, pronunciado pelo presidente naquele ambiente festivo: qual seria o significado do trecho “o nosso país está em guerra” naquele contexto? Denotaria que os turistas poderiam accionar minas ou serem

bombeados se fossem passar férias nos EUA? Ou que seria arriscado, para os homens de negócio, investirem nos EUA?

O que é que o mesmo trecho poderia significar se tivesse sido extraído, por exemplo, de um Discurso do então presidente moçambicano Joaquim Chissano, em plena “Guerra dos 16 anos” em Moçambique?

Acreditamos que leitores distraídos ou fora do contexto das relações internacionais contemporâneas entenderiam que aquele país norte-americano estaria em guerra do tipo que se viveu, por exemplo, em Moçambique (dentro do território nacional), durante a chamada “guerra dos 16 anos”, que ocorreu depois da Independência Nacional, entre a Renamo e o Governo da Frelimo. Ligado a isto, surgem, nas nossas mentes, algumas inquietações de ordem prática que SEARLE (1969: 3) também levanta, teoricamente. Este autor, reconhecendo a força das palavras e dos enunciados nas relações humanas, pergunta como é que essas palavras e esses enunciados estão relacionados com o mundo; questiona também sobre a diferença entre falar algo e significar esse algo e falar algo sem significar esse algo; bem como a diferença entre o significado ameaçador de um enunciado e o significado com um impacto feliz.

Cabe-nos também lembrar que num Discurso, o contexto é um acto mental: toda a palavra e todas as coisas que o escrevente sabe e acredita, ou viu, ou viveu, são potencialmente parte do contexto. Assim, o leitor deve assumir (imaginar) o quanto tudo isso é relevante e faz realmente parte do contexto. Por isso, na pragmática, existem variações em termos do significado de palavras e enunciados, ou seja, os significados mudam de acordo com esses contextos.

A estas variações do significado da mesma palavra em contextos diferentes, GEE (1990) chama de “princípio de contexto”. Este autor defende que adivinhações sobre o que as palavras significam são sempre relativas às suposições sobre o contexto. Assim, o contexto assumido

funciona para direccionar as suposições da parte do leitor acerca do campo semântico, tendo em conta as exclusões e inclusões que são feitas pelo escrevente ou leitor. Ainda sobre esta matéria, este mesmo autor ensina que os modelos culturais são a base do significado; são como uma espécie de “filme”, “vídeo-clipe”, “fita-áudio”, podendo tomar características próprias e serem diferenciados de acordo com distintos grupos culturais.

Por essa razão, o enunciado “o nosso país está em guerra...”, feito pelo Presidente dos Estados Unidos aquando da cerimónia de tomada de posse, só pode ser entendido por aqueles que sabem que o palco da referida guerra não era interno, mas, sim, externo, tal como aconteceu durante a Guerra Fria, em que o cenário das operações militares efectivas era sempre fora dos territórios dos principais beligerantes (EUA e URSS). Neste caso específico, os locais da guerra referida na notícia em análise eram, entre outros, o Iraque e o Afeganistão.

Quando falamos de guerras, falamos de armas e seus impactos no cidadão; e quando falamos de notícias jornalísticas, falamos de enunciados e seus impactos no cidadão. E aqui cabe lembrar que estamos diante de uma tese cujo método é a Análise do Discurso. Isso significa que estamos a trabalhar com palavras, enunciados e Discursos escritos por profissionais que sabem o que querem quando compõem os seus artigos. Armas e palavras/enunciados são instrumentos através dos quais os indivíduos podem atingir as suas intenções e metas, de forma consciente ou inconsciente, implícita ou explícita, pontual ou por hábito.

O que nos encoraja, como pesquisadores preocupados com a criação e manutenção da paz e desenvolvimento sustentável ao nível nacional e internacional, é que, do ponto de vista do Discurso e da retórica, as “fitas” referidas por Gee (modelos culturais), se não forem pela harmonia e pelo progresso humano, podem ser mudadas com o tempo, acompanhando várias transformações sociais.

Neste contexto, temos que ter em conta que, como acontece quando se usa uma arma branca ou de fogo, as pessoas podem magoar ou matar outras pessoas por meio de palavras ou enunciados.

Como lições que demonstram que é possível haver mudanças de “fitas” nas relações humanas, em geral, e nas relações internacionais, em particular, o texto em análise reporta-se a modelos culturais que exaltavam a escravidão e o racismo no mundo, que foram alterados por pessoas que valorizavam a dignidade humana e a humanização dos indivíduos. Analisemos, por exemplo, os seguintes trechos:

“Bem-vindos à celebração da renovação da América”, cumprimentou Obama, que escolheu as escadas do memorial de Abraham Lincoln, o Presidente republicano responsável pela abolição de escravatura e a união do país depois da guerra civil...” [...] “Queen Latifah lembrou Marion Anderson, uma cantora negra impedida de participar num concerto na capital por causa da cor da pele, e mais tarde convidada para actuar naquela mesma escadaria pela antiga Primeira-dama Eleanor Roosevelt. William e Sheryl Crow fizeram todos saltar com a sua interpretação de One Love”

“One Love”, ou seja, “um Amor”. Quando os sábios dizem “amem-se uns aos outros!”, estão a ensinar as raízes da paz e do bem-estar do ser humano. Essa exortação faz-nos lembrar aquilo que Archibald McLeish (7 de Maio de 1892 – 20 de Abril de 1982), poeta e escritor norte-americano, disse um dia: “Uma vez que as guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que se devem erguer as defesas da paz” porque, de acordo com Nelson Mandela (18 de Julho de 1918 – 5 de Dezembro de 2013), advogado, primeiro Presidente da África do Sul pós-apartheid (1984-1999) e vencedor do Prémio Nobel da Paz de 1983), “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

Sendo assim, a passagem de valores aos cidadãos sobre o amor, a paz, o respeito-mútuo e o espírito de trabalho honesto deve ser uma constante nos processos de educação – uma educação que deva ser implementada por todos os actores da sociedade, como sejam as famílias, escolas, comunidades, igrejas, entre outros. A justificação desta postura é que quanto mais soubermos lidar com Discursos cujas bases têm origens em valores e princípios da harmonia e do bem-estar, mais possibilidades teremos de nos comportar de acordo com esses modelos universais de vivência e convivência.

Artigo 18

“Estados Unidos escolheram ‘esperança em vez do medo’”

(Ver o texto na página 264)

No presente artigo, começemos por fazer uma análise na base dos princípios retóricos de LEECH (1983). A nosso ver, o escrevente foi feliz por ter conseguido encontrar um meio-termo entre a Máxima de Redução, do Princípio da Economia, e a Máxima de Qualidade, do Princípio Cooperativo porque, apesar do texto ser breve, o mesmo apresenta uma quantidade de informação relativamente satisfatória, para além de facilitar a interacção com o leitor.

Em analogia e por equivalência, na mesma linha de análise, notamos também que o jornalista recorre a um ponto de equilíbrio entre as Máxima de Quantidade e de Modo, ambas do Princípio Cooperativo, visto que, por um lado, ele passa a notícia requerida e, por outro, evita a obscuridade de expressões, a ambiguidade e a prolixidade.

Em termos gerais, o Discurso que identificamos no texto está claro do ponto de vista retórico, histórico e político. Isto quer dizer que as nossas perguntas, como públicos-alvo da mensagem, foram imaginadas e respondidas pelo jornalista ao longo do processo de construção desse Discurso. Por outras palavras, isto quer dizer que em relação ao assunto referido no título e

detalhado no corpo do texto, há um certo compartilhamento de conhecimentos do código linguístico, das convenções retóricas e de outras dimensões não-linguísticas da experiência e da visão do mundo entre o escrevente e nós leitores-pesquisadores.

Acreditamos que esta nossa satisfação como leitores-investigadores tem a ver com aquilo que temos vindo a ler e acompanhar sobre as relações internacionais no mundo contemporâneo e um pouco acerca da situação político-económica de alguns actores mais vigorosos nessas relações, como é o caso dos Estados Unidos da América.

O próprio título do texto aqui em análise (“Estados Unidos escolheram ‘esperança em vez do medo’”) constitui uma boa fonte para a realização de Análise do Discurso, porque é um daqueles títulos que tem significados por fora, por dentro, por cima e por baixo, ou seja, tem traços retóricos com significados e sentidos implícitos e explícitos.

Depois de uma leitura mais aprofundada, o que mais nos chama a atenção na notícia, para além das máximas dos princípios retóricos existentes na matéria, é o facto de o artigo ter expressões e enunciados com características claramente ideológicas. Este facto, que exemplificamos mais adiante, leva-nos a abrir um parêntesis para falarmos um pouco sobre o conceito da ideologia – o convergir de múltiplos contextos e valores no sentimento, no pensamento, na acção e na reacção de pessoas ou sociedades.

Porém, antes disso, convém lembrar que um Discurso inclui muito mais do que a linguagem. É por isso que ele é constituído (i) pelas regras da língua (a gramática), e isto é o que a linguística estuda, e (ii) pelas associações da língua (e da gramática) aos usos que dele faz o utente (falante ou escrevente), incluindo as relações com o contexto, envolvendo questões sociais, económicas, culturais, ideológicas e históricas.

Convém também lembrar que na presente tese, uma vez que estamos a analisar artigos jornalísticos, em que estão reflectidos comportamentos, valores, ideologias, linguagens, maneiras de pensar e de expressar, perspectivas, entre outros aspectos que constituem formas de relações sociais em contextos nacionais e internacionais, o nosso enfoque é sobre o Discurso com “d” maiúsculo, tal como GEE (1990: 142) o aborda: quando combinamos a linguagem com outras práticas sociais (comportamento, valores, maneira de pensar, vestir, a comida, as perspectivas, etc.) dentro de um determinado grupo, estamos a utilizar o Discurso com “d” maiúsculo.

O Discurso e a linguagem, de acordo com GEE (*op. cit.:* xx), estão estreitamente ligados à ideologia e não podem ser analisadas ou entendidas desligadas desta.

O que seria, então, ideologia? Depois de dar uma série de conceitos que acompanharam os percursos históricos do termo e do seu significado, Gee esclarece que cada Discurso, geralmente, incorpora uma certa teoria que determina quando é que uma pessoa pode ser considerada *normal* e quais as *melhores* maneiras de pensar, sentir, agir e reagir.

Estas teorias envolvem crucialmente pontos de vista no processo de distribuição de bens sociais, que podem determinar o estado de espírito das pessoas e entre pessoas, como, por exemplo, *status*, riqueza e ganhos materiais na sociedade (quem deve e quem não deve possuir). Tais teorias, que são parte de cada Discurso e ditam o uso da linguagem em todos os casos, constituem o que GEE (*op. cit.:* xx) chama de “ideologia”. A linguagem está estreitamente ligada à ideologia e não pode ser analisada ou entendida desligada desta.

O mesmo autor enaltece que ideologia é uma teoria social (implícita ou explícita, primária, distante, ou deferida) que envolve generalizações (crenças, reclamações) sobre as formas nas quais os “bens” são distribuídos na sociedade.

Quando fala de *envolvimento*, o autor quer dizer que a teoria contém generalizações sobre a distribuição de bens ou, pelo menos, generalizações que implicam reclamações sobre a distribuição desses bens – tudo aquilo em que as pessoas na sociedade geralmente acreditam ser benéfico, por possuir, ou prejudicial, por não possuir (seja a vida, o espaço, o tempo, boas escolas, a saúde, *status*, o poder, ou o controlo).

A “sociedade” é descrita como sendo qualquer grupo de pessoas que compartilha as mesmas crenças acerca do que é um “bem” e, visto que todos os seres humanos compartilham alguns desses “bens”, toda a humanidade conta como um tipo de sociedade. E, em última instância, por definição, todos pertencemos a muitas sociedades locais, nacionais, regionais, continentais e mundiais.

Uma vez que tudo o que nos faz *humanos*, no sentido honorífico do termo, são os “bens” nas sociedades (a habilidade de pensarmos livremente, as crenças, desejos, sentimentos, e a capacidade de criarmos, com os outros, um mundo material, cujos recursos compartilhamos), então, a ideologia constrói não só o mundo humano, mas também o próprio Homem.

Para entendermos o funcionamento da ideologia na linguagem, sublinha GEE (*op. cit.:* 73), é necessário compreendermos o que quer dizer *língua e significado*. E aqui recuamos para revisitar aquilo que registámos na análise do texto anterior (“artigo 17”), intitulado “Barack Obama agradece à América”: que os modelos culturais são a base do significado. Os modelos culturais são como uma espécie de “filme”, “vídeo-clipe”, “fita-áudio”, podendo tomar características próprias e serem diferenciados de acordo com distintos grupos culturais.

Na base de toda esta explanação contemporânea sobre ideologia, modelos culturais e significado, examinemos os seguintes enunciados, expressos no artigo aqui em análise, intitulado “Estados Unidos escolheram ‘esperança em vez do medo”:

“...Aos inimigos da América, Obama deixou uma mensagem dura: ‘não vão mudar a nossa maneira de ser. E nós vamos derrotar-vos’, afirmou o primeiro negro a ocupar o mais alto cargo do país mais poderoso do mundo...”

Quais seriam, então, no fundo, os significados e os sentidos dos enunciados expressos no trecho aqui citado?

Para respondermos cabalmente à pergunta que aqui colocamos, teríamos de, obviamente, não só falar sobre os contextos históricos, económicos, políticos, culturais e ideológicos, incluindo a filosofia da política externa contemporânea dos Estados Unidos da América, mas também fazer uma reconstituição do que está por detrás das palavras e dos enunciados.

Nesta ordem de ideias, depois de uma análise global do texto, constatamos que o presente artigo é um exemplo que demonstra que, para além de factores linguísticos, os factores extralinguísticos também influenciam acentuadamente o Discurso do jornalista.

Quando falamos de inimigos, como os referidos no Discurso do Presidente Barack Obama, queremos dizer que temos opositores que se manifestam através de ideias e/ou por meio de métodos belicistas. É por isso que GEE (*op. cit.*: 24) declara que pelo facto das ideologias serem implícitas, distantes ou aprovadas e auto-vantajosas, constituem a raiz do *lado mau do ser humano*, deixando-nos em cumplicidade com esse mal e, como tal, responsáveis por essa malvadez no mundo.

Não podemos, talvez, remover a maldade no mundo, mas podemos suprimir a nossa cumplicidade moral, criando tipos de linguística, nomeadamente a Análise do Discurso, explicando as nossas teorias implícitas, explícitas e distantes/aprovadas, especialmente as nossas ideologias tácitas, manifestas, e afastadas/aceites.

É por isso que a linguística é uma matéria de moral e, no final e, em particular, é por essa razão que a linguística aplicada nos importa e nos interessa: pode contribuir, até certo ponto, para a construção e consolidação de sociedades mais livres, pacíficas, justas, cooperativas e progressivas.

Artigo 19

“Segurança Aeroportuária eficaz”

(Ver o texto na página 265)

O presente artigo é um bom exemplo que demonstra que a não observância das Máximas de Transparência (mantenha uma relação directa e transparente entre o texto e a mensagem) e de Ambiguidade (não seja ambíguo), ambas do Princípio da Clareza, pode ser causada por um problema que ocorre na gramática (forma/estrutura) ou por um problema que ocorre na pragmática (contexto/função/efeito); e que quando essa lacuna ocorre na gramática (forma e estrutura informacional), pode também afectar a pragmática (processo discursivo-comunicacional).

Ficamos um pouco perplexos quando acabámos de ler o seguinte trecho, que constitui o primeiro parágrafo do artigo em análise:

“A formação em matéria de segurança e **controle de tráfico aéreo** é um elemento chave e crucial para prestação de serviços de elevada qualidade, conforme revelou João Loureiro, Presidente interino do Conselho de Administração (PCA) da empresa Aeroportos de Moçambique (ADM), na abertura do Curso de Formação em Gestão da Segurança Aeroportuária que desde antontem decorre em Maputo até dia 30 de Janeiro corrente.”

A nossa perplexidade tem a ver com o emprego da expressão “tráfico aéreo”, no parágrafo acima referido. Será que, perguntamos nós, o jornalista quis mesmo significar o que ele escreveu? Será que pretendeu declarar que o controlo das acções ilícitas feitas através dos transportes aéreos era um elemento-chave e primordial para a prestação de serviços de alta qualidade?

Só depois de continuarmos a ler o artigo, é que obtivemos a resposta certa à pergunta: não! O autor quis dizer, isso sim, o seguinte: “a formação em matéria de segurança e **controlo do tráfego aéreo...**”. Este é um exemplo apropriado do que CLARK e CLARK (1977: 80-82) e LEECH (1983: 66-67) designaram por “garden path’ ambiguity”, isto é, uma ambiguidade gramatical que é temporária e que é resolvida por uma parte posterior da mesma frase ou outra parte do contexto. O exemplo de Leech é “*Antes de começarmos a comer a mesa estava completamente cheia de acespipes*”⁶.

O que nos leva a esta conclusão, para além do contexto global do artigo, é o segundo parágrafo do mesmo, em que o jornalista emprega as palavras “tráfico” e “tráfego” para significar a mesma coisa no mesmo contexto, ao escrever o seguinte:

“Sob a égide da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), o curso conta com a participação de 20 elementos, dentre gestores de segurança e chefes de serviços de **tráfego aéreo** e, segundo Loureiro, o mesmo tem como objectivo ‘dotar os participantes de conhecimentos avançados sobre o sistema de gestão de segurança aeroportuária e de **controlo de tráfego aéreo**’, bem como ‘dos padrões e práticas recomendadas pelo ICAO’.

Como já aconteceu noutros casos similares anteriormente analisados, a aplicação das palavras “tráfico” e “tráfego” para significar a mesma coisa no mesmo contexto pode parecer uma simples falha do nível microlinguístico; porém, quando entramos nos significados, nos contextos e nos sentidos, a leitura muda de ângulo.

Para além disso, este caso específico é reforçado pelo facto do emprego inadequado da palavra “tráfico” não ser um problema de “erro ortográfico” mas, sim, um problema de uso lexical,

⁶ “*Before we started eating the table was absolutely loaded with delicacies*”. (Tradução para Portug. por A.V.V.)

o que também faz com que o desalinhamento entre o texto e a mensagem se situe, sobretudo, a nível macrolinguístico.

Esta relação entre a gramática e a pragmática reflecte a ideia que defende que o escrevente tem que produzir um texto que, ao mesmo tempo, seja adequado e coeso como um artefacto linguístico e discursivo e esteja de acordo com os padrões de aceitabilidade social. Nesta fase de análise, somos levados a reiterar que a comunicação é um acto que consiste na transferência de informações de vários tipos do contexto do conhecimento do mundo de “X” para “Y” e vice-versa; neste processo, as regras linguísticas são um meio para um fim e não um fim em si.

Sendo assim, não é suficiente ter-se conhecimento de regras linguísticas; é basilar saber como usar essas regras. É por essa razão que LOPES (2004: 174) sublinha que o aprimoramento no domínio de uma língua procederá sempre de uma aprendizagem de regras gramaticais que contribuem para a adequação formal e coesão textual, assim como de uma aprendizagem de regras de uso linguístico que contribuem para a adequação funcional e coerência discursiva do que enunciamos.

Na mesma linha de pensamento, WILLIAMS (1983: 35-53) refere que a coesão textual tem a ver com as relações semânticas num determinado texto, de tal modo que a habilidade que o leitor tem de interpretar um elemento textual particular depende da sua habilidade de interpretar e relacionar outros elementos textuais. Sendo assim, a coesão semântica entre elementos é um dos principais instrumentos que faz com que os leitores fluentes possam distinguir a diferença que existe entre, por um lado, um texto e, por outro, uma simples série casual e arbitrária de palavras e frases. Isto significa que, caso haja problemas de coesão textual, a nossa análise pragmática pode ser afectada, porque as palavras não são adequadamente usadas (do ponto de vista do discurso textual e, conseqüentemente, do ponto de vista do Discurso funcional).

Neste contexto, se as regras linguísticas são um meio para um fim e não um fim em si, então, o jornalista, cujo fim é comunicar da melhor forma possível, se quiser atingir esse objetivo sem criar muitos problemas de leitura e interpretação por parte do leitor, tem que ter a capacidade de produzir artigos que resultem de uma eficiente adequação formal e apropriada coesão textual, bem como artigos que resultem de uma eficiente adequação funcional e apropriada coerência discursiva. Isto porque, conforme explica JAMES (1980: 103), um texto pode ser inapropriado do ponto de vista formal e também do ponto de vista funcional. A inadequação formal (no contexto da gramática) resulta da incoesão do texto; enquanto que a inadequação funcional (no contexto da pragmática) tem a ver com uma certa quebra da comunicação, como resultado da incoerência discursiva.

Se este tipo de lacunas, associadas à inadequação funcional e à incoerência discursiva não for imediatamente identificado e corrigido, tal situação pode levar a interpretações indesejáveis, principalmente se o leitor não tiver em conta o contexto e o significado global do Discurso em causa. Examinemos, por exemplo, a seguinte passagem, que corresponde a uma parte do terceiro parágrafo do texto aqui em análise:

“Na opinião de João Loureiro, ‘há algumas melhorias’; no entanto, ‘é necessário tirar proveito do crescimento do tráfico’ ou seja, ‘ir ao encontro das exigências do mercado que é cada vez mais competitivo...”

Sabemos que as palavras “tráfico” e “tráfego” existem na língua portuguesa e estão certas; porém, apesar de alguns dicionários ensinarem que as duas têm o mesmo significado, na contemporaneidade elas são distintas e devem ser aplicadas em contextos também distintos. “Tráfico” e “tráfego” fazem parte das chamadas palavras *parónimas*, por terem grafias e pronúncias parecidas; como acontece, por exemplo, com comprimento/cumprimento, precedente/procedente, etc.

Neste caso específico de confusão entre “tráfico” e “tráfego” no texto aqui em análise, suponhamos que um professor de língua portuguesa pergunte aos alunos se a pessoa que deu a opinião expressa no trecho anterior inspira honestidade ou não, e porquê.

Certamente que os alunos diriam que a referida pessoa inspira desonestidade, porque pratica ou está ligada a algum tipo de tráfico (de drogas, ou de seres humanos, etc.). Obviamente que os mesmos educandos mudariam de opinião se, no lugar de “tráfico”, o professor escrevesse “tráfego”.

Lembramos que a nossa pesquisa tem também a ver com o papel do jornalista no processo de construção e consolidação da paz e desenvolvimento sustentável. Para tal, estamos à procura, através da Análise do Discurso, das dimensões qualitativas da influência de factores linguísticos, extralinguísticos e interactivos que envolvem os jornalistas que escrevem notícias internacionais. E o texto aqui em análise tem a ver com a cooperação na área da aviação civil, porque o curso em matéria de Segurança e Controlo Aéreo, referido no texto em análise, foi realizado sob a égide da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), portanto, um parceiro internacional.

Sendo assim, uma notícia contendo deturpação funcional com proporções aqui constatadas pode, mais do que virar uma piada, manchar a imagem da classe jornalística moçambicana e constituir motivo para que o parceiro tome uma atitude para a rectificação do conteúdo da matéria em causa.

Todas estas observações vão desaguar na ideia que defende que, como comunicadores, em geral, e como jornalistas, em particular, para que desenvolvamos excelentemente as nossas actividades, não basta a vontade e o espírito de nos comunicarmos *bem e para o bem* com o nosso concidadão nacional ou mundial.

É preciso também, reiteramos, que tenhamos a capacidade de produzir textos que resultem de uma eficiente adequação formal e apropriada coesão textual, bem como redigir artigos que

resultem de uma eficiente adequação funcional e apropriada coerência discursiva. Por isso, uma boa formação, do ponto de vista linguístico, técnico, ético e de cultura geral, é fundamental para o desempenho pleno das nossas funções.

Artigo 20

“Auditoria IOSA – IATA: LAM obtém resultados satisfatórios”

(Ver o texto na página 266)

Este texto apresenta uma combinação de uma série de máximas retóricas; por exemplo, há um certo equilíbrio entre a Máxima de Redução, do Princípio de Economia, e a Máxima de Quantidade, do Princípio Cooperativo. Esse facto faz com que, apesar do artigo ser relativamente curto, o leitor encontre a quantidade certa de informação relacionada com o tema em apreço.

Identificamos, também neste texto, a observância da Máxima da Iconicidade do Princípio da Expressividade em que, de acordo com LEECH (1983: 68), o escrevente se preocupa mais com a efectividade no sentido lato, que inclui questões expressivas e estéticas da comunicação, do que simplesmente com a eficiência. Isto porque notamos existir uma boa correlação entre a forma e a função, ou seja, entre o código linguístico (expressão) e o seu designativo (conteúdo).

No texto em análise, a observância da Máxima de Iconicidade a que nos referimos verifica-se nas suas três vertentes: quantidade, integração e ordenação linear. Por exemplo, podemos observar que a quantidade de informação acompanha, quase na mesma proporção, a quantidade da forma; e o nível da complexidade da argumentação patente no texto reflecte-se no nível da complexidade das expressões.

No âmbito da integração, podemos observar que os conteúdos que se encontram mais próximos do ponto de vista cognitivo estão, de forma manifesta no artigo, também mais integrados do ponto de vista da codificação; analisemos, por exemplo, o seguinte trecho:

“Conforme fontes próximas do processo de auditoria, ‘a avaliação realizada demonstra claramente que a LAM é uma companhia que nas suas operações cumpre com os requisitos técnico-operacionais estabelecidos na Indústria da Aviação Civil, sendo por isso uma empresa segura e de confiança para os clientes’. Segundo a mesma fonte, os resultados da Companhia Aérea de Bandeira Nacional ‘representam um gigantesco passo de re-credibilização do Sistema Moçambicano de Aviação Civil às entidades Internacionais da indústria de Aviação”.

Por fim, podemos também observar que o texto apresenta uma sequência de elementos no enunciado que revela a sua ordem de importância para o jornalista, começando pelas informações mais importantes para as menos importantes:

- (i) a auditoria feita à empresa *Linhas Aéreas de Moçambique*;
- (ii) o resultado da auditoria;
- (iii) o significado e o impacto do resultado dessa auditoria para a empresa;
- (iv) a credibilidade dos auditores e as suas áreas de actuação ao nível internacional; e
- (v) a quantidade dos membros que os auditores congregam no mundo.

Um outro dado a considerar neste texto é que o jornalista demonstra, no seu artigo, que para além de ser um profissional comprometido com a postura de *comunicar bem e para o bem*, é também um *patriota* que tem orgulho do seu país, em geral, e da sua companhia aérea, em

particular. Esta conclusão é suportada pela forma como o escrevente designa a empresa *Linhas Aéreas de Moçambique*, na seguinte passagem:

“Segundo a mesma fonte, os resultados da *Companhia Aérea de Bandeira Nacional*, ‘representam um gigantesco passo de re-credibilização do Sistema Moçambicano de Aviação Civil às entidades Internacionais da indústria de Aviação”.

Igualmente, achamos interessante como o jornalista (i) menciona a fonte de informação (mesmo que de forma relativamente abstracta [“Segundo a mesma fonte”, “fontes próximas do processo de auditoria”]) e (ii) usa uma citação para dar maior credibilidade à sua notícia. Este comportamento do jornalista leva-nos a duas conclusões:

a) que o autor observa a Máxima de Qualidade – faça com que a sua contribuição seja verdadeira; não faça declarações sem evidências – do Princípio Cooperativo; e

b) que o autor usa a evidencialidade como estratégia que lhe permite não só dar maior credibilidade aos seus enunciados, mas também para mostrar, através da indicação das fontes, o seu grau de comprometimento ou descomprometimento, distanciamento ou aproximação, tanto em relação a essas fontes como, conseqüentemente, em relação ao que ele escreve como notícia (sobretudo no que diz respeito ao conteúdo, à função e ao impacto dos enunciados no leitor). Sobre esta matéria, cabe esclarecer que, de acordo com VENDRAME (2010: 16), a evidencialidade corresponde, em termos gerais, à indicação da fonte da informação num determinado enunciado.

Nisto tudo, o importante é que, durante o processo de construção do Discurso, o jornalista que se preocupa com a paz e desenvolvimento sustentável deve recorrer à evidencialidade como uma categoria e estratégia linguística, usando evidências/fontes directas/primárias (ele como testemunho directo do acontecimento noticiado) ou indirectas/secundárias (inferidas por ele ou relatadas por terceiros).

O jornalista deve recorrer à evidencialidade não para fugir das suas responsabilidades éticas e morais, mas para ter bases/suportes que possam sustentar e dar maior fiabilidade ao Discurso. Isto porque ele trabalha com notícias objectivas, baseadas na informação clara e limitada a narrar os factos.

Por isso, no exercício das suas actividades, o jornalista deve sempre observar não somente a competência linguística e técnica, mas também a competência ética e legal, nos âmbitos nacional e internacional.

Quando nos preocupamos com a evidencialidade no Discurso constante numa notícia, estamos a pensar não só na reacção imediata que se pode ter após a leitura e interpretação, mas também do impacto que essa notícia pode criar a médio-longo prazo; por exemplo, quando o jornalista escreve que fontes próximas do processo de auditoria disseram que a avaliação realizada demonstrava claramente que a companhia aérea aqui referida cumpria com os requisitos técnico-operacionais estabelecidos na Indústria da Aviação Civil sendo, por isso, uma empresa **segura e de confiança** para os clientes, ele quer dizer a esses clientes (activos e vindouros) que podem viajar através daquela companhia, sem receios.

Artigo 21

“Usar Ajuda para Acabar com Dependência da Ajuda: Os passos que o país tem que dar”

(Ver o texto na página 267)

Este artigo é um bom exemplo que demonstra que, se não for possível atingir a intenção do Discurso através do uso de algumas máximas retóricas no texto, o escrevente pode evitar algumas delas; por exemplo, ele pode contornar a Máxima de Redução, do Princípio da Economia, para dar informação certa ou requerida (observando a Máxima de Quantidade, do Princípio Cooperativo),

desde que empregue a Máxima de Relação, do Princípio Cooperativo, ou seja, desde que seja relevante em relação ao objectivo pretendido e desde que facilite a interacção com o leitor.

O lado negativo deste tipo de subterfúgio discursivo para atingir um determinado objectivo, que consiste, por exemplo e no caso específico do texto em análise, em contornar a Máxima de Redução, é que se trata de um procedimento que pode, por um lado, ser entendido como incapacidade do jornalista em ser conciso e breve nos seus escritos e, por outro, devido à grande extensão do texto, este pode causar desinteresse ou desistência na leitura por parte do destinatário.

Achamos também interessante como o título do artigo aqui em análise é formulado. A nossa expectativa era de que encontrássemos, ao longo do texto, os passos que o país tinha que dar para “usar ajuda para acabar com a ajuda”; e encontrámos. Isto quer dizer que o jornalista observa a Máxima de Transparência, do Princípio de Clareza, uma vez que ele mantém uma relação directa e transparente entre a mensagem e o texto.

O título a que nos referimos, que apresenta uma relação directa entre a mensagem e o texto, contém uma força discursiva poderosa e tem a sua razão de ser: a situação da dependência de Moçambique da ajuda externa, à época, era assustadora, conforme podemos apreender na seguinte passagem:

“Interacções com vários intervenientes, especialmente oficiais do Governo moçambicano, e uma análise da evidência disponibilizada à Missão de Revisão do MARP por vários Ministérios e Departamentos do Governo, sugerem que Moçambique se tornou fortemente dependente da ajuda internacional numa forma multidimensional, estrutural e dinâmica, nomeadamente, no que respeita a finanças, escolha de políticas, capacidade institucional, cultura do serviço público, organizações da sociedade civil, e mesmo o desenvolvimento e a dinâmica das instituições políticas e económicas”

O trecho aqui citado, cujo original está escrito logo depois do título do artigo em análise, para além de espelhar a tal situação assustadora da dependência externa que se vivia à época em Moçambique, mostra claramente que os múltiplos factores extralinguísticos influenciam, acentuadamente, o tipo de linguagem e do Discurso que esses jornalistas apresentam nos seus artigos noticiosos.

Em relação ao impacto do mesmo trecho, um leitor atento pode deter-se e perguntar o seguinte:

- (i) No momento em que o artigo foi escrito, em que nível é que Moçambique se encontrava em termos da sua independência e autonomia como Estado e Governo, uma vez que o país estava fortemente dependente da ajuda internacional numa forma multidimensional, em quase todas as frentes estratégicas, do ponto de vista da missão, da visão e de políticas institucionais?
- (ii) Como é que a dependência externa, do tipo e do grau aqui referidos, pode afectar os processos de construção e consolidação da paz e desenvolvimento sustentável num país?
- (iii) O que é que, numa situação destas, pode ser feito para que a nação possa “respirar”, usando o seu próprio “ar” e, conseqüentemente, para que a vida dos cidadãos melhore gradualmente?

O que pode ser feito para usar a ajuda para acabar com a dependência externa? A primeira ideia geral que nos vem à mente quando lemos o título do artigo aqui em análise é referente à necessidade da existência da força de vontade e criatividade dos vários actores da sociedade, que podem contribuir para que o processo de desenvolvimento sustentável de Moçambique, em geral, e das comunidades, em particular, tenha resultados melhorados e consistentes.

Por isso, mesmo antes de lermos o resto do texto, começámos a imaginar os passos que Moçambique pode dar para “usar a ajuda para acabar com a dependência da ajuda”. Na nossa análise, concluímos que esses passos podem ser identificados e factíveis. O problema é como a força de vontade e a criatividade podem ser desdobradas e transformadas em acções para a melhoria da vida social, económica, política, cultural e tecnológica das populações.

Ligado a tudo isso, e olhando para a nossa área de pesquisa, cabe também entendermos o papel da Linguística e da Comunicação, nas suas especialidades e de forma integrada, nos processos do desenvolvimento do país. A estas questões, talvez por causa do contexto e dos níveis sócio-culturais e económicos da maior parte das nossas populações, a resposta que nos aparece à primeira vista tem a ver com a Literacia (no seu sentido mais lato e contemporâneo), combinada com a Comunicação para o Desenvolvimento (CPD), conforme nos referimos na análise do “Artigo 2”.

Antes de reflectirmos sobre o papel da literacia no seu sentido lato e contemporâneo, colocamos a seguinte questão: o que é que a literacia e a Comunicação para o Desenvolvimento têm a ver com esta tese, cuja base é a análise de Discursos expressos através de notícias sobre a cooperação internacional?

Estas matérias têm a ver com a presente dissertação porque sem os feitos e benefícios da literacia e da comunicação nada poderá ser feito nas relações internacionais contemporâneas; por exemplo, o texto “Usar ajuda para acabar com dependência da ajuda: os passos que o país tem que dar” está repleto de traços linguístico-discursivo-comunicacionais, que sugerem teorias ligadas ao tipo de relações que podem existir entre parceiros nos processos de distribuição de bens, ou seja, ideologia, que é uma das bases morais da Análise do Discurso. Como sabemos, cada Discurso, geralmente, incorpora uma certa teoria que determina quando é que uma pessoa pode ser considerada *normal* e quais as *melhores* maneiras de pensar, sentir, agir e reagir. Estas teorias

envolvem crucialmente pontos de vista no processo de distribuição de bens sociais como, por exemplo, *status*, riqueza e ganhos materiais na sociedade.

Com efeito, o próprio texto, no trecho que se segue, já nos sugere o uso da literacia como uma das estratégias seguras para a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades e no país em geral, ao expor o seguinte:

“Parte do que vem acima escrito ‘inclui a criação de um forte ambiente favorável ao desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME)’, o que ‘exige um investimento consistente e adequado na educação e no desenvolvimento de recursos humanos’. Por seu turno, o Painel de Personalidades Eminentíssimas recomenda que para Moçambique atingir aqueles objectivos, (o país) deve iniciar ‘programas de capacitação para as comunidades locais e Organizações da Sociedade Civil para que sejam capazes de participar de forma efectiva nos processos de planificação, implementação, monitoria e avaliação, para uma melhor prestação de serviços’”.

Portanto, só com a educação e com a formação técnico-profissional de recursos humanos, é que estes podem participar efectivamente nos processos atinentes ao desenvolvimento. É aqui onde entra a noção da literacia, no seu sentido lato, linguístico e contemporâneo. Sobre este aspecto, GEE (1990: 137) explica que de alguns anos a esta parte, um novo campo de estudo emergiu em torno da noção de *literacia*. Este campo visa integrar abordagens da linguagem e da cognição, a partir de uma gama de disciplinas, incluindo a linguística, psicolinguística, antropologia, sociologia, teoria política e educação.

Enquanto a literacia já foi o enfoque de pesquisas durante muito tempo, o que é novo aqui é o surgimento de uma série de postulados e metodologias, que poderão constituir o centro de curriculum para todos os futuros professores e pesquisadores, como também tornar-se numa

disciplina para servir como cerne de estudos educacionais renovados e sócio-culturalmente situados. Este campo emergente é o que o autor chama de “novos estudos de literacia”.

O que significa, então, “literacia”? Para responder a esta pergunta, LOPES (1992: 19-31) apresenta uma definição inspirada e enquadrada na época pós-independência em Moçambique: literacia como instrumento de libertação da iniciativa criadora do povo moçambicano, bem como um meio para as massas populares usarem as suas energias para o alcance da sua independência completa e para a reconstrução nacional. Valendo-se da sua experiência, Lopes faz, a seguir, uma reflexão sobre algumas suposições que giram em volta de um conjunto de definições da literacia.

Primeiro, o autor defende que não há razões para considerarmos literacia como aquisição do conhecimento da literatura, nem da inteligência. A noção da literacia tem a ver claramente com a quantidade de leitura e escrita que é requerida pela sociedade para qualificar um indivíduo como literato.

Adicionalmente, a realidade e o tempo podem determinar ajustes nesta visão para incluir habilidades práticas ou outras como componentes da literacia. Com o registo crescente de complexos meios e métodos de gestão das vidas humanas nas sociedades modernas, a literacia pode ser vista como um “chapéu” que agrupa tanto aquilo que tradicionalmente é chamado de educação de adultos, como a própria educação formal. A definição da literacia deve ter em conta a função associada à literacia, assim como com a função associada ao domínio da sociedade.

A segunda questão da discussão que Lopes levanta em torno desta matéria tem a ver com o tipo de programas de promoção da literacia como política governamental; por exemplo, o que aconteceu em Moçambique logo após a independência e nos anos decorrentes determinou, de forma evidente, o tipo de programas então adoptados. Em diversos quadrantes deste país, é amplamente reconhecida a ideia de que outras contribuições, para além de soluções políticas, podem fazer a

diferença na resolução de problemas da iliteracia; por exemplo, o envolvimento de igrejas e organizações privadas.

As pesquisas em literacia são um empreendimento da linguística aplicada, visto que requerem a aplicação de conteúdos da linguística e de informação de várias fontes, tais como política, economia, sociologia, filosofia, pedagogia, comunicação e outros campos relacionados e afins. Lopes assevera que um pré-requisito para a planificação da literacia é que os programadores das discussões devem estar bem informados sobre questões fundamentais; por exemplo, que grupos de populações numa certa comunidade usam determinadas línguas e em que extensão, com que propósitos e em que circunstâncias. Um conhecimento profundo sobre o tipo de literacias válidas e não válidas em contextos diferentes é igualmente crucial para a devida planificação.

Ao falar de planificação, que inclui métodos, meios, conteúdos, o nível de qualificação dos formadores e outros factores do processo de ensino-aprendizagem de literacia, Lopes afirma que a maior preocupação dos profissionais desta área deve ser a de desenvolver programas que promovam grandes preocupações/atensões linguísticas e culturais nos indivíduos; e que também é necessário convencer políticos e autoridades impacientes que os resultados advêm do lento e laborioso processo de educação linguística e, em última instância, da habilidade dos moçambicanos em entenderem e aceitarem os outros como concidadãos que compartilham o mesmo mosaico social e cultural, a nível nacional.

O mais importante é que as pessoas que tomam decisões devem estar bem informadas sobre como as populações percebem a recompensa associada ao alcance da literacia e acerca da motivação individual dos participantes para desenvolverem as suas habilidades.

A conclusão feita no parágrafo anterior é válida também para aqueles que, ao lado da literacia e com literacia, se preocupam em usar a Comunicação para o Desenvolvimento na planificação de actividades relacionadas com a melhoria da vida das comunidades.

Analisemos, por exemplo, a seguinte passagem, retirada do texto “Usar Ajuda para Acabar com Dependência da Ajuda: Os passos que o país de que dar”:

“Por outro lado, o Painel de Personalidades Eminentíssimas é da opinião de que seja assegurada ‘a representação e participação de todos os grupos marginalizados no processo de desenvolvimento’ e que seja ‘reforçado o papel do Observatório de Desenvolvimento para garantir que as opiniões dos cidadãos possam ser tratadas de forma adequada e que é dado *feedback*’, além de que deve-se, por outro lado, ‘reforçar a disseminação da informação e sensibilização sobre as leis que promovem uma participação com uma ampla base.’”

Sendo assim, a Comunicação para o Desenvolvimento, por sua vez, como já referimos aquando da análise do “Artigo 2”, é um outro impulsionador que, havendo força de vontade e criatividade de quem de direito e competente, em coordenação com os programas da literacia nos termos tratados por GEE (1990) e LOPES (1992), pode ajudar as comunidades a planificarem e realizarem programas para o seu crescimento sócio-económico e para o seu bem-estar.

Em termos práticos, estamos a sugerir que haja uma combinação de esforços individuais e colectivos dos profissionais que trabalham com a Literacia e com a Comunicação para o Desenvolvimento.

Obviamente que, se a Comunicação para o Desenvolvimento trabalha mais com as comunidades, é imperioso que os habitantes dessas comunidades tenham conhecimentos que lhes possam possibilitar a participação efectiva nos projectos locais. Sobre este aspecto, se olharmos, por exemplo, para a necessidade do uso das rádios e canais televisivos comunitários, teremos de

olhar, também, para a necessidade dos cidadãos poderem compreender as mensagens difundidas através de diversos tipos de textos.

É por isso que, nestas matérias, diversas pesquisas científicas são desenvolvidas com o objectivo de se entender as razões que podem fazer com que os leitores e ouvintes, de variados tipos e graus académicos, não percebam alguns textos. De entre essas pesquisas, destacamos a de HOLMES (1984: 4-5), em que conclui que, muitas vezes, esse não entendimento provém, entre outras razões, de problemas da língua e de literacia, bem como da falta de contextualização nos textos. Caso essa contextualização seja feita, o não entendimento pode também resultar de possíveis desencontros entre, por um lado, os factores de contextualização expressos no texto e, por outro, os conhecimentos e a experiência dos ouvintes ou leitores.

Como já nos referimos anteriormente, em termos práticos, estamos a propor que haja uma congregação de energias individuais e colectivas de profissionais que trabalham com a literacia e com a Comunicação para o Desenvolvimento.

Combinar esforços individuais e colectivos é o que, mesmo de forma implícita, o artigo “Usar Ajuda para Acabar com Dependência da Ajuda: Os passos que o país tem que dar”, que temos vindo a fazer referência nesta análise, sugere, ao fazer alusão aos grandes montantes que foram sendo desembolsados ao longo da década de 1990 e no período de 2000 a 2007, nos seguintes termos:

“... Mas, ‘apesar da sua magnitude (dos montantes), o nível de dependência é provável que seja maior do que os números sugerem, uma vez que para além da grande dependência de fundos que são disponibilizados pelos doadores e pela comunidade financeira – a limitação causada pela lacuna financeira – torna o país como dependente de técnicos estrangeiros em todas as áreas da

economia – a limitação causada pela lacuna de capacidade – que dentro do Governo é normalmente fornecida em forma de programas de assessoria técnica.”

Por outras palavras, caso Moçambique não siga caminhos e estratégias que lhe permitam ser auto-suficiente em termos de recursos humanos qualificados e integrados nos processos de desenvolvimento do país, este continuará a depender do estrangeiro não só financeira e tecnologicamente, mas também em termos de pessoas pensantes e executantes. Neste caso, já não podemos falar de cooperação ou de parcerias internacionais, mas, sim, de dependências e humilhações estrangeiras – situação que pode ser uma fonte para a inibição à paz e ao verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Artigo 22

“FMI alvo de ‘grande e sofisticado’ ataque informático”

(Ver o texto na página 268)

Este texto apresenta uma série de máximas retóricas, observadas de forma equilibrada e integrada; por exemplo, o mesmo obedece às máximas de Redução, de Iconicidade e de Quantidade, uma vez que é breve, facilita a interação, é expressivo e contém a quantidade de informação requerida. Para além disso, notamos que toda a informação apresentada é relevante para a interpretação e significação do Discurso, pelo que o artigo observa também a Máxima de Relação, do Princípio Cooperativo.

Até aqui, em todo este processo de Análise do Discurso, deixamos sempre de lado o exercício de busca de um “texto perfeito”, do ponto de vista das máximas dos princípios retóricos de LEECH (1983). Aliás, este não é o objectivo principal desta pesquisa. Para além disso, se entendermos que a perfeição caracteriza um ser ideal que agrupa todas os atributos e sem nenhuma deformidade, ou que a perfeição tem a ver com uma obra ou circunstância que não pode mais ser aprimorada, então,

seria tendencioso da nossa parte fazer esse tipo de julgamento, porque não estamos a trabalhar com Ciências Exactas.

A perfeição de ensaios ou pesquisas em Linguística, Ciências Sociais e Ciências da Comunicação é sempre em relação a alguma coisa; por exemplo, pode ser em relação aos objectivos e aos métodos de estudo, bem como em relação aos contextos cognitivos, culturais e sociais (do autor ou do destinatário, ou de ambos, no momento da realização, da análise ou da aplicação dos resultados desse estudo).

Por isso, a perfeição em si não é um produto acabado e estático, mas um processo cujas ondas variam de acordo com as mudanças de valores e tecnologias, que ocorrem nas circunstâncias e nos contextos que envolvem os indivíduos ou sociedades.

Neste sentido, a única ferramenta até certo ponto constante a que nos agarramos como pesquisadores para fazer o presente trabalho é o método científico que o circunscreve, o que faz desta tese uma plataforma de manuseamento e entrelaçamento entre as teorias linguístico-discursivo-comunicacionais sugeridas na revisão bibliográfica (e não só) e as práticas que desaguam nos processos e produtos da Linguística Aplicada Comunicacional; neste caso, estamos a falar da aplicação do método da Análise do Discurso – uma análise que é baseada nas teorias linguísticas, retóricas, da interacção dos intervenientes no processo da comunicação, da contextualização e na teoria do impacto da linguagem e do Discurso nas relações humanas contemporâneas.

Isto significa que a “unidade de medida” da nossa relativa perfeição nestas matérias chama-se “atingir o objectivo pretendido num processo de comunicação com determinados intervenientes, no momento certo e no lugar certo, em determinados contextos e condições”.

Esta parte preambular da análise do Discurso no texto “FMI alvo de ‘grande e sofisticado’ ataque informático” tem a ver com o facto de termos identificado, para além de uma série de máximas retóricas, alguns traços linguístico-discursivos novos em comparação com os que são evidentes nos textos anteriormente analisados. Isto exige o uso de outros elementos teóricos para a realização da análise, interpretação e atribuição de significado aos enunciados: estamos a falar, concretamente, de trechos que obrigam o leitor a fazer algumas inferências no processo de busca do significado e do sentido no Discurso, patente nesses excertos.

E aqui perguntámos: será que é certo e perfeito, do ponto de vista linguístico-discursivo-comunicacional e na linha da máxima de *comunicar bem e para o bem*, haver passagens até certo ponto insinuantes num artigo jornalístico de cunho noticioso, que podem induzir o leitor a fazer interpretações à sua maneira? A nossa resposta é sim e não, ou seja, depende das situações. Analisemos, por exemplo, a seguinte passagem:

“Trata-se de uma brecha enorme e que durou vários meses’, avaliou uma dessas fontes, sob anonimato, segundo a qual o ataque informático ocorreu ainda antes do estalar do escândalo sexual, em meados de Maio, envolvendo o entretanto afastado director da instituição, Dominique Strauss-Kahn, que é acusado de agressão sexual, por uma empregada de um hotel de Manhattan”.

Sobre este assunto, o que sabemos é que antes do afastamento do então director do FMI, Dominique Strauss-Kahn, existiam alguns rumores internacionais que colocavam a hipótese do funcionário em causa ter estado a enfrentar uma espécie de complô por parte de um grupo de pessoas ou instituições, com interesses político-financeiros, para o destituir daquele cargo. Será que o jornalista quis dizer que aquele “grande e sofisticado’ ataque informático” foi mais uma dessas tentativas de conspiração?

Um outro exemplo que o jornalista usa no seu Discurso, cujo significado não é claro ou explícito, é o que consta no seguinte trecho:

“No início deste mês, o grupo de piratas informáticos ‘Anonymous’ apelou a um ataque informático contra o FMI, como forma de protesto contra as severas restrições impostas pela instituição à Grécia, no quadro do pacote de ajuda financeira concedido àquele país. O ataque contra o FMI surge aliás num fluxo de outros incidentes que tomaram por alvo instituições de vulto, maioritariamente com o objectivo de aceder a segredos com enormes implicações económicas, que incluem o grupo financeiro Citigroup, a Sony e a empresa de defesa, segurança e tecnologia aeroespacial Lockheed Martin.”

A partir desta passagem, surgem outras perguntas, cujas respostas só poderão ser dadas na base de inferências: o que é que o jornalista quis significar com o enunciado no trecho atrás transcrito? Quis significar que o grupo de piratas informáticos “Anonymous” era o autor do “grande e sofisticado ataque informático” ao FMI? E que o mesmo grupo, para além de ter atacado esta organização intergovernamental financeira, assaltara também outras instituições como, por exemplo, o grupo financeiro Citigroup, a Sony e a empresa de defesa, segurança e tecnologia aeroespacial Lockheed Martin?

Como já referenciámos na parte preambular da análise do presente artigo, identificamos no presente texto, para além de uma série de máximas retóricas, alguns traços linguísticos e discursivos novos que exigem a necessidade do uso da inferência no processo da análise e interpretação por parte de pesquisadores, como resultado de uma relativa lacuna na coesão entre as partes do Discurso facultado pelo jornalista.

Um outro dado particular e comparativamente marginal, mas que julgamos ser digno de ser referido nesta análise, é o facto da novidade a que nos referimos ser encontrada num texto exposto

no “vt”, cujo original não é de nenhum jornalista deste órgão de comunicação social. É um artigo da “Reuter”. Portanto, trata-se de uma tradução ou uma transcrição feita a partir de um outro jornal. Daí que se justifica a observância de um estilo jornalístico diferente em relação ao que temos vindo a observar noutros textos.

A relativa falta de coesão entre alguns trechos do texto em análise criou uma espécie de “marca de ostensão silenciosa ou implícita”, uma vez que, ao não criar essa coesão, o autor usa uma espécie de “reticências invisíveis”. Isto chama a atenção ao leitor e obriga-o a interpretar e dar significado por sua conta, através da inferência e de maneira mais ou menos coerente, àquilo que o escrevente expõe no contexto global do Discurso.

Esta espécie de “reticências invisíveis”, que corresponde àquilo a que chamamos de “marca de ostensão silenciosa ou implícita”, faz-nos entender que, assim como numa interacção falada, o silêncio diz e significa, também numa interacção escrita, as reticências dizem e significam.

Neste caso, as “reticências invisíveis” do jornalista constituem o comportamento ostensivo expresso por ele de forma implícita, o que, mesmo assim, nesta determinada situação, providenciam evidências do pensamento do escrevente no momento do seu enunciado.

A questão crucial neste assunto é que um acto ostensivo é portador da garantia de relevância, e que este facto – que SPERBER e WILSON (1986: 50) chamam de *princípio de relevância* – faz manifestar a intenção subjacente à ostensão. Estes dois autores ressaltam que a identificação da intenção subjacente à ostensão é fundamental para o processamento eficiente da informação. Se alguém não reconhecer essa intenção, pode falhar no reconhecimento da informação relevante num processo de comunicação e, conseqüentemente, fracassar na interpretação do Discurso, sobretudo no caso do leitor, devido à interacção ruidosa na relação entre os intervenientes.

O texto “FMI alvo de ‘grande e sofisticado’ ataque informático” chama-nos a atenção para uma outra discussão, referente a um outro assunto que gira em torno do problema da interacção humana: as tecnologias de informação e comunicação usadas nesse processo, na contemporaneidade. Na Era Actual, em que as tecnologias condicionam a velocidade e a qualidade de informação, cabe aos profissionais da Comunicação Social sistematizar essa informação, de modo a que cada povo aprenda com os demais, informando-se ao mesmo tempo sobre como conceber a sua própria condição e a visão que tem dos assuntos mundiais. Quando este objectivo for alcançado, numa perspectiva de actividades que exigem parcerias internacionais, a humanidade terá dado um salto significativo rumo à liberdade, à democracia e à solidariedade, porque ninguém coopera abertamente sem conhecer o parceiro.

Há, assim, ao nível das instituições do ensino superior, um desafio permanente para os pesquisadores, planificadores e executores das funções articuladas de ensino, pesquisa e extensão no sentido de se criar um corpo do saber constituído pela actuação agregada da Filosofia, da Ciência e da Tecnologia, em prol da humanização das relações interpessoais e internacionais.

Artigo 23

“Prestígio da ‘Marca Moçambique’ em jogo!”

(Ver o texto na página 269)

Tivemos que reler este artigo várias vezes, tanto na globalidade como nas suas partes, com o objectivo de identificarmos algum traço linguístico, retórico, discursivo ou comunicacional particular e invulgar, que pudesse servir de ponto de partida da nossa análise; e encontrámo-lo. Na verdade, procuramos entender o que o jornalista quer dizer com a expressão “em jogo” no título do texto: quererá significar “em risco”, “em causa”, “em perigo” ou “dependente de alguma coisa”?

Esta multiplicidade de significados da expressão “em jogo”, usada num título, pode criar ambiguidade na interpretação e na atribuição de significado ao enunciado, o que, do ponto de vista retórico, viola uma série de máximas; por exemplo, provavelmente porque o nosso campo semântico referente a esta expressão é limitado em relação ao do autor, pensamos que não há observância da Máxima de Transparência e da Máxima de Ambiguidade, do Princípio da Clareza.

Outrossim, por causa desta nossa falta de partilha de aspectos cognitivos e linguísticos com o escrevente, mesmo depois de lermos o texto na íntegra e de o situarmos do ponto de vista dos vários contextos que o circunscrevem, não conseguimos enquadrar e relacionar de forma funcional a expressão “em jogo” no Discurso, uma vez que – se tivermos em conta que o verbo “estar” se encontra subentendido no título –, o texto, no seu contexto global, não apresenta elementos discursivos que sugiram que o prestígio da “Marca Moçambique” *estaria* em jogo, ou em causa, ou em risco, ou em perigo.

Pelo contrário, como podemos constatar no próprio texto, “A Marca Moçambique” foi lançada “com pombas e circunstâncias” pelo Presidente da República, Armando Guebuza, e os passos subsequentes do evento (Cimeira Africana de Investimento Turístico e Gala de Prémios de Investimento Turístico 2008) prometiam uma boa divulgação e sucessos em termos do projecto, ao nível nacional e internacional.

No cômputo geral, apesar de existir um certo desencontro entre o título e o corpo do texto, este apresenta uma rica concordância entre as Máxima de Quantidade, de Qualidade, de Relação e de Modo, todas do Princípio Cooperativo, uma vez que o artigo se apresenta de forma expressiva, expõe a quantidade informativa requerida, adequada e com evidências.

Tal como acontece no texto “Auditoria IOSA-IATA: LAM obtém resultados satisfatórios”, correspondente ao “Artigo 20”, a observância da Máxima de Iconicidade verifica-se, no texto aqui

em análise, nas suas três vertentes: quantidade, integração e ordenação linear. Por exemplo, podemos observar que a quantidade de informação acompanha, quase na mesma proporção, a quantidade da forma; e o nível da complexidade da argumentação nele patente reflecte-se no nível da complexidade das expressões.

Para além disso, notamos também que os elementos que constituem o enunciado estão ordenados do mais importante para o menos importante, o que corresponde àquilo que, no jornalismo, é designado de “Pirâmide Invertida” – uma abordagem jornalística que, segundo alguns pesquisadores, está a ser gradualmente superada, principalmente nos textos expostos na internet, uma vez que a maior parte dos internautas não está interessada na ordem de importância do que é noticiado, mas, sim, naquilo que lhes pode proporcionar mais conhecimento: o processo de contextualização. Este facilita a identificação da relevância, da fiabilidade, da precisão e da importância do que é textualizado.

Um outro dado que observamos no texto em análise é que o jornalista recorre à evidencialidade, indicando as fontes de informações para dar maior credibilidade aos seus enunciados e para demonstrar o seu nível de envolvimento ou não-envolvimento, de afastamento ou aproximação, tanto em relação às fontes, como em relação ao que apresenta como notícia, sobretudo, reiteramos, no que respeita ao conteúdo, à função e ao impacto do seu Discurso.

Porque uma das nossas expectativas nesta pesquisa consiste em entender como o jornalista pode contribuir para a construção da paz e desenvolvimento sustentável, ficámos satisfeitos por verificar que a “Marca Moçambique” era um projecto que agregava (e agrega) valores sociais, económicos e culturais de Moçambique, voltado para a promoção das capacidades turísticas e com o objectivo de demonstrar ao mundo que o país era um local seguro para investimentos nacionais e estrangeiros.

Sobre este aspecto, reiteramos a ideia de que o país deve aproveitar todas as áreas de actuação (social, económica, política e cultural) para promover a boa imagem nacional, melhorar a qualidade das relações humanas, em geral, e das relações internacionais, em particular, e atrair investimentos. Como é sabido, o desenvolvimento do turismo sustentável é uma das estratégias sócio-económicas e culturais que pode contribuir para que Moçambique tenha ganhos consideráveis nas diversas dimensões da vida humana e do meio ambiente.

Ao nível internacional, o desenvolvimento do turismo num determinado país está estreitamente ligado, entre outros factores, à imagem que o exterior tem desse lugar. Por isso, Moçambique, ao divulgar, no exterior, as suas potencialidades e particularidades de turismo, está, de forma activa e intensa, a contribuir para a divulgação internacional dessa imagem. Se o país estiver em guerra, não haverá turismo no verdadeiro sentido da palavra, uma vez que, teoricamente, não conhecemos nenhuma modalidade turística designada por “turismo de guerra”.

O turismo é uma actividade que se realiza em tempos de paz e os contactos interculturais durante o processo das viagens podem ser um grande dinamizador da consolidação dessa paz. Por isso, qualquer sinal de conflito em lugares turísticos pode fazer com que haja cancelamentos massivos de viagens de turistas para esses locais. Neste contexto, algumas organizações que se ocupam desta matéria acreditam que o turismo internacional pode ajudar na resolução de discórdias políticas.

Uma política de turismo voltada para o desenvolvimento sustentável impõe que as comunidades locais façam parte dos processos de planificação, execução, controlo e avaliação das actividades dessa indústria. Mais do que isso, as comunidades devem organizar-se para que, logo que possível, sejam elas mesmas a fiscalizarem o negócio turístico e as suas actividades.

Só uma política de turismo sustentável pode permitir que os promotores criem condições para que os turistas desfrutem dos locais, de forma consciente. Tudo deve ser planificado de modo a que haja um bom convívio entre visitantes e anfitriões, evitando-se a ruína do meio ambiente e para que os recursos oferecidos sejam usados ou explorados sem se comprometer as gerações futuras.

Este nosso pensamento sobre o papel do turismo na promoção da paz e desenvolvimento, bem como na melhoria da qualidade das relações humanas significa que o profissional da comunicação social, em geral, e do jornalismo, em particular, deve estar permanentemente em acção, divulgando as actividades dos planificadores, executores e dos beneficiários dos diversos projectos comunitários, nacionais e internacionais. Isto porque, sem a acção dos que trabalham com a comunicação de massas e com comunicação para públicos segmentados, pouco ou quase nada poderá ser apreendido pela maioria da população nas comunidades, no país e no mundo.

Artigo 24

“Biomassa: Potenciar comunidades constitui maior desafio”

(Ver o texto na página 270)

O título deste artigo faz-nos lembrar que os Discursos estão intimamente relacionados com a distribuição de poder social e com a estrutura hierárquica na sociedade – razão pela qual o Discurso é sempre cultural e ideológico em toda a parte.

Porquê potenciar as comunidades em matéria de Biomassa em Moçambique? Porquê e para quem esse exercício é um desafio? Para as comunidades, para o Governo ou para os especialistas nacionais e internacionais? Quem vai potenciar e com que meios? Estas perguntas são nossas, porque são elas que, de acordo com os nossos objectivos e expectativas, nos interessam como leitores-investigadores.

As respostas às perguntas colocadas no parágrafo anterior estão patentes no corpo do texto que aqui passamos a analisar e a maioria das questões está esclarecida no trecho que se segue:

“A potenciação da comunidade na gestão da Biomassa (energia produzida pelo carvão e lenha) é uma das soluções efectivas, apontada por especialistas desta área, para fazer face aos desafios da energia, conforme constatou o “vt” à margem do lançamento do processo de elaboração da Estratégia Nacional de Biomassa, realizado semana passada, processo que é liderado pelo Ministério da Energia e cuja equipa integra ainda os Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e financiada pela União Europeia.”

Isto quer dizer que o jornalista, no nosso ponto de vista, ao longo do exercício de construção do seu Discurso, fez uma interacção imaginária com o potencial leitor, formulando possíveis perguntas e dando presumíveis respostas que coincidem, até certo ponto, com as nossas preocupações/expectativas. Esta coincidência aproximada entre o que o jornalista escreve e as nossas expectativas justifica-se pelo facto de termos mergulhado no tempo e no espaço e idealizado aquilo que poderia ser o contexto e objectivo do Discurso apresentado.

Em termos teóricos, diríamos que recorremos ao “princípio do contexto”, que defende que adivinhações sobre o que as palavras e os enunciados significam são sempre relativas às suposições sobre o contexto. Este funciona para direccionar as suposições da parte do leitor acerca do campo semântico, tendo em conta as exclusões e inclusões que são feitas pelo escrevente.

O contexto é um acto mental: toda a palavra e todas as coisas que o escrevente sabe e em que acredita, ou viu, ou viveu, são potencialmente parte do contexto. Foi assim que, como leitores-investigadores, imaginámos e assumimos aquilo que poderia ser relevante no Discurso agora em análise; e que poderia fazer parte do contexto em que a necessidade de potenciar as comunidades em matéria de Biomassa constituiria um desafio para o executivo do Governo moçambicano.

Na verdade, este exercício ou “acto mental” praticado por nós, que culmina com a coincidência entre o Discurso construído pelo escrevente e as nossas expectativas como leitores, tem o resultado que tem porque, adicionalmente, associado ao que expomos nos parágrafos anteriores não numa relação de “causa e efeito”, mas numa relação de complementaridade, o jornalista observa a Máxima de Transparência do Princípio de Clareza. Com efeito, tanto no título como no próprio corpo do artigo, o escrevente arquitecta uma correspondência directa entre a mensagem e o texto. Para além disso, ele emprega também a Máxima de Ambiguidade, do mesmo Princípio, bem como, entre outras, as Máximas de Qualidade, Quantidade, Modo e Relação, todas do Princípio Cooperativo.

Examinando, agora, o que o Discurso que sustenta o presente artigo sugere em termos de acções concretas, enfoquemos a nossa análise para aquilo que poderá ser o papel das pesquisas em Linguística Aplicada Comunicacional, em particular, e das Instituições de Ensino Superior, em geral, na potenciação das comunidades na sua gestão da biomassa e de outras áreas de interesse social, económico e cultural.

Nesta ordem de ideias, destacamos o facto do texto aqui em análise ser uma boa base de reflexão sobre os métodos, meios, estratégias e processos necessários para o desencadeamento de actividades atinentes ao desenvolvimento sustentável das comunidades. Analisemos, por exemplo, o trecho que anteriormente citámos, e aqui repetimos para facilitar a leitura:

“A potenciação da comunidade na gestão da Biomassa (energia produzida pelo carvão e lenha) é uma das soluções efectivas, apontada por especialistas desta área, para fazer face aos desafios da energia, conforme constatou o “vt” à margem do lançamento do processo de elaboração da Estratégia Nacional de Biomassa, realizado semana passada, processo que é liderado pelo Ministério da Energia e cuja equipa integra ainda os Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e financiada pela União Europeia.”

O que se depreende a partir desta passagem pode ser interpretada da seguinte forma:

- (i) Há um problema a ser evitado ou a ser resolvido (escassez de meios financeiros, por parte da população, para o uso de energia da rede eléctrica);
- (ii) Como alternativa, recorre-se ao uso de energias produzidas localmente (biomassa).
- (iii) No processo de busca, produção e utilização de energias alternativas, as comunidades usam indiscriminadamente os recursos e danificam o meio ambiente, comprometendo a sustentabilidade da vida social e económica.
- (iv) Por isso, há necessidade de promoção de educação das populações sobre as formas de produção e uso sustentável de energia local e de outros serviços/produtos afins.
- (v) Há necessidade de desencadeamento de parcerias entre as autoridades locais, o Governo central, as instituições de ensino/pesquisa e parceiros internacionais (em recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros).
- (vi) Há necessidade de planificação e realização de actividades, tendo em conta os contextos do local onde os projectos são implementados.
- (vii) Há necessidade de criação de bases para que a própria população, paulatinamente, possa gerir e explorar a energia local de forma sustentável e crescente.

Esta parceria multisectorial, que envolve actores locais, nacionais e internacionais, pode fazer com que, no final de cada projecto desencadeado, os resultados dos trabalhos proporcionem não só o desenvolvimento sustentável em si, mas também um bem-estar global, incluindo o sentimento de liberdade e o estado de tranquilidade nas almas humanas.

Em relação à filosofia destas parcerias inteligentes multisectoriais, que podem ter um efeito sinérgico, o que se verifica é que, lamentavelmente, em Moçambique, existe uma certa “distância de sincronização espiritual e funcional ” entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e o Governo

nos processos de planificação, implementação e avaliação de projectos de vária ordem para o desenvolvimento comunitário e nacional.

Por isso, julgamos ser necessário que exista uma espécie de fórum de coordenação entre as Políticas do Governo e as actividades pertinentes ao ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior, para que se possa melhorar mais esta aproximação. Obviamente que este “fórum de coordenação” ou algo similar, a ser criado, não deve comprometer a liberdade de pensamento, expressão e acção em matérias técnico-científicas e académicas e noutras áreas próprias da filosofia e da prática das IES, sob o risco de estas serem transformadas em simples centros de reprodução tecnocrática, sem visão nem estratégias apropriadas.

Através de uma coordenação bem-feita, as IES poderiam contribuir de forma mais realista e efectiva nos processos de desenvolvimento social, económico e cultural das comunidades e do país, em geral, não só formando quadros, mas também realizando trabalhos de pesquisa e extensão de vária ordem, resultantes dessa articulação multissectorial.

Falamos de articulação multissectorial porque, na conjuntura, esta coordenação entre o Governo e as IES envolveria, também e por extensão, os grupos-alvo dos projectos e, dependendo de cada situação, outros parceiros nacionais e internacionais, comprometidos com a paz e desenvolvimento sustentável de Moçambique.

Artigo 25

“Falhas na monitoria precipitou a crise financeira internacional”

(Ver o texto na página 271)

Começamos esta análise, com uma parte preambular relativamente marginal, mas pertinente, para esta pesquisa, para falarmos um pouco sobre algo que já foi muito discutido e explicado por filósofos, psicólogos, médicos, físicos, químicos, linguistas, comunicadores, educadores,

engenheiros, arquitectos, antropólogos e artistas dos mais variados campos de especialização: as diferenças entre *a intuição* e *o pensamento* e as suas relações na vida, em geral, e nos trabalhos de pesquisa, em particular.

Esta reflexão, se for criteriosa, pode ser importante para o investigador da área da Linguística Aplicada para que ele perceba a necessidade de prestar atenção a esses processos mentais, de modo a que, em última instância, possa situar e sustentar os seus processos e produtos de investigação no eixo do pensamento lógico.

Assim, se entendermos a intuição como sendo o raciocínio automático de uma pessoa ou reacção à primeira vista, é necessário que identifiquemos o fio dessa intuição através da análise do pensamento, neste caso específico através do pensamento baseado no método científico. Não estamos aqui a tirar o reconhecido mérito da importância da intuição nos processos de percepção e de busca da verdade, mesmo nos processos científicos, pois essa intuição, como é sabido, é uma das bases primordiais de todos os conhecimentos humanos procedentes das ciências empíricas, e não só.

Com efeito, é interessante verificarmos que, à medida que vamos analisando os artigos, nos apercebemos que, dependendo daquilo que está mais evidente/perceptível no texto para nós pesquisadores no momento da leitura, somos impelidos ou quase condicionados a fazer a análise obedecendo a uma certa ordem. No presente artigo, este facto psicológico induz-nos a começar, através do pensamento, pela Análise do Discurso, do ponto de vista dos impactos por ele produzidos.

Depois nos apercebemos que, mesmo ao longo desta fase da análise dos impactos ou efeitos, em simultâneo e quase que intuitivamente através de uma espécie de “verdades provisórias” captámos, nas nossas mentes, a manifestação da interacção entre o jornalista e o seu potencial

leitor, bem como a manifestação dos contextos envolvidos. Por fim, fomos impelidos a analisar metodicamente o Discurso, olhando para as máximas dos princípios retóricos de LEECH (1983), que podem avaliar e explicar, também através do pensamento, as formas e os níveis de manifestação dessa interacção, dessa contextualização e desses impactos ou efeitos.

No entanto, para a análise metódica do presente artigo, como já referimos, a ordem atrás descrita, por ser o resultado de uma certa “conversa” inicial entre a intuição e o pensamento, fica somente no plano abstracto, como um simples registo da nossa constatação marginal, mas pertinente.

Para o nosso registo mais centrado e desenvolvido, vamos iniciar esta análise examinando a aplicação das máximas retóricas no Discurso.

Como ponto de partida, começemos por observar a relação que existe entre o título e o corpo do texto. Nesta relação, notamos que há coerência assinalável entre eles, uma vez que, de facto, tudo o que está escrito no corpo da notícia exhibe uma conexão de significados e dá sentido ao que se enuncia no título. Observa-se, assim, uma ligação lógica entre ideias, situações e acontecimentos narrados. Esta coerência, que também se verifica em todo o artigo, dá força retórica ao texto, do ponto de vista da aplicação das Máxima de Transparência e de Ambiguidade, do Princípio da Clareza.

Analisemos, por exemplo, o seguinte trecho, que corresponde ao primeiro parágrafo do texto em que, apesar de alguns problemas de coesão, é coerente:

“Nos últimos anos, os países mais industrializados falharam bastante na monitoria e regulamentação do mercado internacional, constituindo este, uma causa da mais recente crise financeira que está a abalar quase todo mundo. No entanto, é urgente uma nova gestão pública pois, o modelo virado ao mercado, onde o controle económico passou do sector público ao privado,

demonstrou ineficácia, conforme referiu Jim Bjorkman, Professor Catedrático e com larga experiência na docência na área de reformas de políticas públicas no Instituto de Estudos Sociais de Haia, na Holanda.”

O mesmo acontece na passagem que se segue, que corresponde ao quarto parágrafo do texto em análise e que se apresenta de forma coerente em relação ao conteúdo da citação anterior:

“Jim Bjorkman defendeu ainda que ‘os actuais deslizos económicos podem ter iniciado há cinco anos atrás mas, a característica humana de não se preocupar quando tudo anda bem é o que levou os Governos a não actualizar a tendência económica. Contudo, o perfil da gestão pública para que possa ser superada a crise requer várias alternativas; não se deve entregar de novo todo controlo ao mercado porque o mundo já aprendeu dos erros cometidos no passado”.

Um outro aspecto que nos chama a atenção no presente texto tem a ver com o tema e o contexto em que o mesmo se circunscreve: crise financeira internacional. E aqui vem a questão da nomenclatura desta crise: é internacional ou mundial?

A pergunta que formulámos no parágrafo anterior tem a ver com o nível e o grau de abrangência dessa crise no mundo; ou seja, em nosso entender, o ser internacional não implica ser global ou mundial. Isto significa que uma crise pode atingir apenas uma parte dos países do mundo (o que seria internacional, e não mundial); e que o grau da mesma crise pode variar de país para país. Este pensamento pode ser sustentado pela comparação que realizamos entre o que se regista neste artigo como tendo sido a razão principal da eclosão da crise (“Falhas na monitoria precipitou a crise financeira internacional”) e o que se regista num outro texto já analisado (“Artigo 7”: “Chineses resistem à crise”).

De facto, enquanto alguns actores financeiros que mexem com a economia internacional falharam nos processos de monitoria, a República Popular da China, que é um desses actores na

contemporaneidade, criou condições para a sua prevenção, tendo resistido à crise. Analisemos, por exemplo, a seguinte passagem, correspondente ao parágrafo do “Artigo 7”, ou seja, “Chineses resistem à crise”:

“Empresas chinesas não temem a crise financeira internacional, porque possuem reservas suficientes para o auto-sustento ao longo do período que durar a recessão da economia dos países industrializados, segundo revelou ao ‘vt’ Shu Hua... afastando, desde já, a hipótese do impacto negativo da crise... Shu Hua... disse ao ‘vt’ que ‘as empresas chinesas não têm medo dos problemas financeiros que abalam a economia mundial porque, antes da crise, acumularam riquezas suficientes para aguentar com a mesma”.

E a pergunta que colocamos neste momento é a seguinte: porque é que alguns actores financeiros se desleixaram e outros se precaveram? Uma das explicações está exposta nas linhas que se seguem. De forma resumida, tudo tem a ver com as políticas e culturas de gestão da economia, visto que, nas relações sócio-económicas da contemporaneidade, as culturas podem ser consideradas como interações e variações de dois tipos de visões e ideais: o “individualismo” e o “comunitarismo”.

Por um lado, o individualismo sugere um entendimento egoísta da sociedade. Exalta a iniciativa, a tomada individual de decisões e a realização individual. Os interesses das comunidades são estimulados pela concorrência, com interesses individuais, entre vários proprietários.

Por outro lado, o comunitarismo pauta-se por uma visão mais orgânica. Enfatiza o valor de se fazer parte de grupos e organizações que decidem e protegem as pessoas em troca de sua dedicação e lealdade (KOTLER, JATUSRIPITAK e MAESINCEE, 1997).

Na contemporaneidade, uma vez que o antagonismo económico entre o capitalismo e o comunismo acabou, a competição observa-se entre diferentes modelos de capitalismo. Na prática,

as variantes individualistas do capitalismo (como a britânica e a norte-americana) irão confrontar a maneira do capitalismo comunitário (a japonesa, a do leste asiático e a alemã, por exemplo).

Sobre estas práticas antagónicas do capitalismo, alguns estudiosos afirmam que ingleses e americanos pensam em termos de dicotomias claras e precisas: livre comércio, livre mercado e concorrência que são bons; enquanto o proteccionismo, a intervenção governamental e a cooperação são maus. Neste cenário, cada empresa individual luta para maximizar os lucros e esquivar à necessidade de cooperar com as outras. Ao contrário, os benefícios competitivos do Japão, por exemplo, são mais subtis do que tais dicotomias propõem.

O Governo japonês protege as suas firmas até estas serem competitivas internacionalmente. O Governo lidera na visão, mas permite que os negócios privados se desenvolvam livremente. As suas empresas concorrem de maneira renhida, mas a cooperação entre elas também é grande. O efeito de todas essas maneiras de funcionamento é o de criar harmonia – o que os ocidentais olham como um paradoxo.

As diferenças do tipo de economia que o ocidente e o leste asiático abraçaram indicam evidentemente que muito tem a ver com a cultura predominante nesses lugares geográficos: o individualismo ou o colectivismo.

Depois desta análise dicotómica, viramos a nossa atenção para analisarmos aquilo que acontece no nosso contexto nacional e, assim, colocamos as seguintes perguntas: quais são as tendências culturais de Moçambique e dos seus principais parceiros internacionais nestas matérias? Estarão em congruência? Em que proporções? Que outras variáveis políticas, económicas, sociais e culturais podem influenciar o tipo de economia de Moçambique na contemporaneidade?

Nesta fase final da análise, olhando para aquilo que poderá ter causado a crise financeira internacional, o mais importante é estarmos cientes sobre a função integrada dos especialistas e pesquisadores de várias áreas do conhecimento, para que situações similares não assolem o país.

Para tal, todos os actores devem, antecipadamente e de forma coordenada, identificar, analisar e precaver todos os factores nacionais, regionais e internacionais que possam impedir a recriação e aplicação de modelos de produção e de desenvolvimento económico viáveis e sustentáveis, do ponto de vista humano, financeiro e tecnológico.

No mundo contemporâneo da interdependência internacional e de ambiente em constante transmutação, gerar e sustentar a riqueza de uma nação é possível somente quando os recursos dessa nação forem bem geridos, com enfoque no desenvolvimento humano sustentável.

Artigo 26

“BAD e FMI apresentam impactos da crise financeira em Moçambique”

(Ver o texto na página 272)

No presente artigo, o que nos chama a atenção logo no início da nossa leitura é o facto de termos constatado o uso de uma série de siglas, do princípio ao fim da notícia, e o facto de termos verificado que elas estão relacionadas entre si e, obviamente, com a matéria em causa.

Para ilustramos a essência desta nossa parte introdutória, apresentamos a lista das siglas referidas e os seus significados: FMI (Fundo Monetário Internacional), BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), IDE (Investimento Directo Estrangeiro), AOD (Assistência Oficial ao Desenvolvimento) e PAP (Programa de Parceria para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento).

Adicionalmente, para além de termos identificado as áreas geográficas a que a notícia se refere (Moçambique e, de forma atrelada, a África do Sul, nos contextos nacional, regional e

mundial), notamos também o emprego de termos, linguagens e expressões que pertencem ao mesmo âmbito económico-financeiro, referente à época em causa; por exemplo, crise financeira, banco, crédito, análise, mercado, procura, oferta, preços, balança de pagamentos, lubrificação da economia, risco, importação, exportação, produtos, incerteza na provisão, resgate financeiro, crescimento económico, indicadores macro-económicos.

É com estas expressões que o jornalista, fazendo um exercício linguístico e pragmático adequado, usando os seus conhecimentos teóricos, técnicos e éticos, dinamizando uma interacção hipotética com o seu potencial interlocutor e observando todos os contextos que podem estar relacionados com o assunto em causa, constrói o Discurso que deve ser reconstituído por nós investigadores a partir dos vários elementos expressos no texto, de maneira explícita e implícita.

Com estes enunciados introdutórios, pretendemos ilustrar o facto de, mais uma vez, termos constatado que factores linguísticos e extralinguísticos influenciam muito o Discurso desses jornalistas. Esta realidade é captada de forma evidente quando analisamos o Discurso não só na base dos nossos “modelos culturais” e da teoria da interacção entre o escrevente e o leitor, mas também quando a análise é feita do ponto de vista dos princípios retóricos, à luz de um quadro analítico sobre a Paz e Desenvolvimento.

Esta conclusão explica-se pelas seguintes razões:

- (i) Se o artigo aqui em análise tivesse sido escrito por um outro jornalista, portador de um nível diferente de factores linguísticos, técnicos, éticos, culturais e ideológicos, mesmo que a essência do texto fosse aproximada em relação ao que aqui estamos a examinar, o seu Discurso poderia ser diferente, do ponto de vista de aplicação das máximas dos princípios retóricos de LEECH (1983).

- (ii) O Discurso pode ser também afectado se mudarmos, por exemplo, os contextos históricos, económicos, ideológicos e o tipo de relações existentes entre os actores envolvidos na matéria em discussão; por exemplo, se o título do artigo fosse “FMI apresenta impacto da crise financeira na China”, certamente que o Discurso não espelharia uma situação de dependência económica e financeira quase-total daquele país em relação ao estrangeiro.

Podíamos continuar a dar mais exemplos sobre a influência de factores linguísticos e extralinguísticos nos Discursos do jornalista; entretanto, o mais importante, nesta fase, é reiterarmos que todos esses exemplos desaguam naquilo que LOPES (2004: 169) nos ensina, ao referir que os engenhos retóricos, ou seja, “as convenções para a expressão do pensamento e do argumento” são específicas da língua e da cultura em questão. Sendo assim, para que os jornalistas se comuniquem com sucesso, estes devem ter conhecimentos partilhados do código linguístico, das convenções retóricas e de outras dimensões não-linguísticas da experiência, incluindo o seu nível académico e o modo como eles vêem o mundo.

Por outras palavras, vale também afirmarmos que, através da Análise do Discurso, podemos avaliar não só a adequação do uso das máximas dos princípios retóricos, mas também detectar outros traços ou elementos linguísticos, técnicos, éticos, culturais e ideológicos que são expostos no texto, de modo manifesto ou tácito. E este é o exercício que temos vindo a fazer nesta tese.

No presente artigo, identificamos a observância de uma série de máximas retóricas que se articulam e, em concordância com os aspectos contextuais, dão forma, conteúdo, significado, sentido e força aos enunciados patentes no Discurso; por exemplo, o jornalista usa a Máxima de Redução do Princípio da Economia sem, no entanto, violar a Máxima de Quantidade, do Princípio Cooperativo. Outras Máximas que são observadas pelo escrevente são as de Transparência, Iconicidade, Ambiguidade e Relação.

Identificamos a aplicação adequada da Máxima de Relação por parte do escrevente do texto em análise, porque há uma certa coincidência entre aquilo que o jornalista apresenta como relevante e aquilo que para nós pesquisadores, na base da nossa visão do mundo, da nossa estrutura de conhecimento e sistema de valores, dos nossos modelos culturais e dos nossos objectivos, também vemos como relevante.

Isto significa que esta relevância pode não ser identificada por outras pessoas, detentoras de outras formas de ver o mundo, possuidoras de outros conhecimentos e modelos culturais, ou que tenham objectivos diferentes dos nossos nesta pesquisa. Portanto, reiteramos que a questão da “relevância” é relativa.

Por isso, uma vez que estamos a fazer a análise de Discursos que sustentam, implícita e explicitamente, os artigos sobre a cooperação entre Moçambique e parceiros internacionais, e porque este tema é abordado no texto aqui em análise, ficámos atentos e curiosos logo a partir do próprio título da notícia. Consequentemente, ao longo da leitura, fomos procurando os principais traços discursivos e outros elementos que constituem as causas, os processos e os efeitos dessa crise financeira internacional em Moçambique.

Nesta busca de informação, verificámos que, como se fosse uma espécie de respaldo de algumas ideias apresentadas nos dois artigos imediatamente anteriores, este texto mostra como Moçambique sobrevive(u) à crise financeira internacional aqui referida.

Com efeito, ficámos a saber que, entre outros aspectos, a avaliação feita pelo BAD e FMI concluiu que o efeito da crise em Moçambique se sentiria mais na economia real, através da diminuição de procura nos mercados. Esta redução contribuiria para que os preços dos produtos baixassem, principalmente aqueles produtos afectados pela crise de alimentos e do petróleo. Apesar do possível efeito positivo desta redução na balança de pagamentos, visto que o país é importador

de alimentos e petróleo, este efeito seria presumivelmente contrapesado pela redução de exportações, resultante da diminuição da procura dos principais produtos de exportação.

Na fase final da análise do artigo anterior a este, intitulado “Falhas na monitoria precipitou a crise financeira internacional”, considerámos que, tendo em conta àquilo que poderia ter causado a crise financeira internacional, o mais importante seria estarmos cientes sobre a função integrada dos especialistas e pesquisadores de várias áreas do conhecimento, para que acidentes financeiros análogos não devastassem o país.

Em ligação a esta ideia, mesmo que de forma ínfima e embora a avaliação geral feita pelo BAD e FMI no presente artigo aponte para uma incerteza na provisão da assistência oficial ao desenvolvimento, especialmente a que advém das nações que alocaram grandes somas nos planos nacionais de recuperação dos seus sectores financeiros, observámos que alguns trechos do texto em análise já apresentam Discursos voltados para a prevenção ou solução do problema. Este facto pode equilibrar um pouco a balança entre o “desespero” e a “esperança” dos cidadãos. Analisemos, por exemplo, a seguinte passagem:

“Quanto ao sector bancário e financeiro, apesar de haver uma elevada percentagem de instituições financeiras que são subsidiárias de instituições internacionais, a sua gestão conservadora e independente as defendeu dos efeitos de curto-prazo da crise.”

Sem querermos entrar no julgamento sobre o nível da funcionalidade da estratégia sugerida no trecho aqui citado, o importante é que, neste ambiente internacional contemporâneo da interdependência de recursos e valores, o país tem de procurar, sistematicamente e de forma proactiva, saídas inteligentes capazes de evitar que as populações se sintam marginalizadas e fiquem sem meios para o seu sustento e para conquistar a sua auto-estima – condições materiais e

morais básicas para que haja paz e desenvolvimento sustentável, que todo o ser humano normal almeja para si e para os outros.

Artigo 27

“Janeiro & Maio 2011: Receita cobrada encoraja o Estado”

(Ver o texto na página 273)

O primeiro aspecto que nos chama a atenção, mesmo antes de lermos este texto, é a sua longa extensão. Depois de lermos o artigo, concluímos que o jornalista não emprega a Máxima de Redução, do Princípio de Economia, não porque não seria possível ser breve sem ferir o cerne da mensagem constante no Discurso, mas porque viola, também, a Máxima de Quantidade e, até certo ponto, a Máxima de Relação, ambas do Princípio Cooperativo.

Ainda no plano da Análise do Discurso do ponto de vista retórico, observamos que o escrevente não aplica as Máximas de Ambiguidade e de Transparência, do Princípio da Clareza. A explicação é que, para além de ser ambíguo, o título não se coaduna com a verdadeira mensagem, tanto consigo mesmo como em relação ao desenvolvimento do assunto no texto, no seu contexto global.

Como exemplo do que afirmámos no parágrafo anterior, analisemos, por exemplo, a forma como o título está escrito (“Janeiro & Maio 2011: Receita cobrada encoraja o Estado”) e o que está noticiado no primeiro parágrafo do texto, que a seguir transcrevemos:

“O ministro das Finanças (MF), Manuel Chang, disse ontem em Maputo que o facto da receita arrecadada e acumulada no período de Janeiro a Maio último ter atingido os 32.132,32 milhões de Meticais, contra os 31.626,60 milhões de Meticais programados para o mesmo período e já incorporando os ajustamentos resultantes do orçamento revisto era encorajador pois, aquele

nível de realização ‘correspondeu a 101,6% da meta para o período e a 40,6% da receita total programada em 2011, após a revisão do Orçamento”.

Ora, se consideramos que o símbolo “&”, usado neste contexto, é um caracter que deve ser aplicado para substituir a conjunção “e”, então, não há uma relação directa entre a mensagem e o texto, porque o jornalista escreve uma coisa para significar outra. Na verdade, conforme pudémos constatar no trecho anteriormente transcrito, a receita acumulada não é referente aos meses de Janeiro e Maio, mas referente ao “período de Janeiro a Maio último”.

Estas lacunas, em termos práticos – se não forem atempadamente detectadas, analisadas e corrigidas – podem criar transtornos aos eventuais usuários dos enunciados constantes nos textos em causa; por exemplo, em termos absolutos, os meses de Fevereiro e Março estão literalmente excluídos no título “Janeiro & Maio 2011: Receita cobrada encoraja o Estado”.

Um outro aspecto crucial que notamos nesta análise é o uso de alguns termos ou expressões em contextos inapropriados como, por exemplo, a aplicação do termo “opinião” no terceiro parágrafo do texto em análise.

De acordo com alguns especialistas em vocabulário da Filosofia, a opinião é a ideia confusa sobre a realidade e que pode não coincidir com o conhecimento da verdade. Sendo assim, acreditamos que as análises baseadas em opiniões são bem distintas das ideias baseadas na observação metódica dos factos.

Em conformidade, no termo “opinião”, entre as distintas acepções, duas características fundamentais são geralmente verificadas: que as opiniões ocorrem em volta de temas controversos ou discutíveis e que são capazes de fundamentação racional.

A primeira questão crucial é que não se pode ter uma opinião acerca de um assunto de verdade ou falsidade demonstrável; por exemplo, não se pode ter opinião nem se pode licitamente argumentar que Moçambique não existe.

A segunda questão a salientar é que não existe conexão certa entre as atitudes de uma pessoa e a sua opinião expressa sobre uma situação específica, porque a opinião enunciada pode ser o resultado de duas atitudes presumivelmente conflitantes: uma em relação ao próprio estímulo e a outra em relação aos contextos em que deve ser manifesta.

Sendo assim, tendo em conta, sobretudo, a relação directa que existe entre opinião e temas controversos ou discutíveis, não faz sentido que o jornalista use este termo na seguinte passagem:

“Sobre o Memorando assinado, Chang foi da **opinião** de que o mesmo destina-se ‘a facilitar o maior envolvimento e participação da Comunidade dos Países e Organizações estrangeiras no esforço de melhoria e modernização da Administração Tributária em Moçambique, no âmbito do Programa de reformas levadas a cabo pelo Governo, tendo em vista a capacitação e modernização da AT, tendo como objectivo de maximizar a colecta das receitas do Estado e prestação de serviços de excelência ao cidadão, no processo da execução da política fiscal e aduaneira.”

Neste trecho, o termo “opinião” é usado inadequadamente pelo jornalista, porque o Ministro Chang não está a opinar ou falar de algo incerto ou controverso, mas, sim, a relatar ou descrever um facto, ou seja, aquilo que está escrito no “Memorando de Entendimento entre a instituição que dirige e os Parceiros de Cooperação no âmbito do Fundo Comum da Autoridade Tributária de Moçambique”.

Como já referimos anteriormente, o uso inadequado de palavras num enunciado, à primeira vista, parece situar-se somente no plano da gramática; porém, neste caso específico, uma vez que

estamos a analisar como o termo “opinião” é usado num determinado contexto da comunicação, estamos a entrar para o plano da pragmática, na relação entre a linguagem, o enunciado, o contexto, o significado, o sentido e a função.

A propósito de *sentido* e *função*, em termos de impacto do texto global aqui em análise, importa referir que ficámos sensibilizados com o facto do Discurso nele expresso ter uma visão não paternalista dos parceiros internacionais em matérias de cooperação com Moçambique. Como exemplo disso, o Embaixador da República Federal da Alemanha, que assinou o Memorando de Entendimento do Fundo Comum em representação dos Parceiros de Cooperação, faz notar que a missão da recolha de receitas fiscais é parte da política central de um Estado, que tem a obrigação de financiar as suas tarefas. Mais adiante, e no mesmo espírito, este diplomata alemão saúda o país pelo aumento das receitas fiscais e aduaneiras, uma vez que elas podem servir como um impulsionador para o combate contra a pobreza e para a capacitação multifacetada da nação.

Com esta capacitação multifacetada, incluindo as boas práticas na governação e gestão de bens públicos, Moçambique pode, no futuro, ser mais independente em relação ao apoio externo e gerir melhor os mega-projectos na área dos recursos minerais e energéticos, visto que só deste modo se pode assegurar a utilização desses recursos para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Artigo 28

“Vibeiras estreia no mercado moçambicano”

(Ver o texto na página 274)

Este artigo reúne uma série de máximas retóricas dos Princípios da Clareza, Economia, Expressividade e Cooperativo. Com efeito, não é ambíguo e mantém uma relação directa e

transparente entre a mensagem e o texto; é expressivo e breve; apresenta enunciados com evidências, contendo informações requeridas e relevantes. Para além disso, o escrevente apresenta o texto de maneira ordeira, sem obscuridade no seio das expressões usadas e facilita a interacção com o leitor.

Como leitores-investigadores, o tema tratado não nos deixa indiferentes. Devido à facilidade de interacção que o artigo proporciona, combinada com o uso de outros traços linguísticos e retóricos adequadamente aplicados no Discurso que reconstituímos, a notícia ganha interesse em nós, porque apreciamos a estética e entendemos que os espaços públicos destinados ao lazer como, por exemplo, parques e jardins, são importantes para a vida dos cidadãos.

Por isso, depois da leitura, tivémos a ocasião de fazer um pequeno passeio pelas cidades de Maputo e Matola, onde vimos lugares que outrora funcionavam como parques e jardins e que agora estão irreconhecíveis, ou estão quase abandonados ou, ainda, transformados nouro tipo de infra-estruturas. Este é o lado infeliz do impacto que a notícia tem sobre nós.

O lado feliz do impacto da notícia sobre nós chama-se “esperança”. A nossa esperança é que as autoridades desses e de outros aglomerados urbanos e rurais, em parceria com outras entidades públicas e privadas, aproveitem o conhecimento e os serviços não só da empresa referida no texto aqui em análise, mas também de outras firmas análogas, nacionais e internacionais, para a recuperação, criação ou manutenção desses espaços importantíssimos para a saúde, lazer e educação e, no geral, para o bem-estar de crianças, jovens, adultos e velhos.

Olhando para o que está escrito no texto em análise, notamos que esse nosso lado feliz (a esperança) começa a ser transformado em certeza ainda no próprio artigo, quando nos deparamos com o seguinte trecho:

“Presente no acto de inauguração da nova empresa, o Presidente do Conselho Municipal da Matola, Arão Nhancale, referiu que a Vibeiras representa um ‘ganho empresarial para Matola, pois se trata duma cidade com vários espaços verdes, o que abre uma parceria útil entre a empresa e o município”.

Esta cooperação entre as empresas estrangeiras e as instituições nacionais, incluindo as comunidades, é importante para que os produtos ou serviços oferecidos por esses parceiros internacionais sejam realmente funcionais em Moçambique. Isto porque, por exemplo, um produto ou serviço pode funcionar em Lisboa, mas não ser adequado para Maputo, uma vez que os contextos culturais, ambientais e económicos são diferentes.

O que ressaltámos no parágrafo anterior encerra a ideia de que que, tal como outras actividades humanas, a arquitectura paisagística – entendida como a arte e ciência de fazer projecto, planificação, gestão e conservação de espaços livres, urbanos ou não, com o fim de criar ou recriar paisagens de várias dimensões – exige um conhecimento profundo do contexto físico e cultural do local da sua aplicação.

Em termos práticos, a esse profissional que trabalha muito com o meio ambiente, lhe é exigido um comportamento responsável, para que o processo e o produto do seu trabalho sejam sustentáveis. Por isso, é importante que o arquitecto paisagístico desenvolva as suas actividades, sempre que possível e em algum momento, em coordenação com ambientalistas profissionais, que consideram a educação ambiental como um dos instrumentos indispensáveis para a construção da cidadania.

Se consideramos o meio ambiente como sendo um conjunto das condições naturais – físicas, químicas, biológicas – e culturais em que habitam os organismos vivos, há que se fazer esta definição tendo em conta um aspecto importantíssimo das relações entre os seres humanos e esse

meio ambiente: o linguístico, porque nós somos não só seres ecológicos, mas também eco-linguísticos, conforme nos ensina MATOS (2002).

Através das línguas que falamos, representamos as nossas percepções dos seres e das coisas existentes no ecossistema em que vivemos. Neste contexto, podemos considerar que há uma dupla responsabilidade dos educadores ambientais.

A primeira responsabilidade tem a ver com a capacidade que o educando deve ter para saber falar do meio ambiente de forma construtiva, usando uma linguagem ecologicamente adequada. A segunda responsabilidade é concernente às acções que contribuem para conservar o ecossistema. Ao aprender e ao aplicar esta dupla responsabilidade, o cidadão está a contribuir para que a sua comunidade, o seu país e o mundo, em geral, se desenvolvam de forma sustentável.

Analogamente, se existe uma dupla responsabilidade dos educadores ambientais através da teoria eco-linguística aqui referida, podemos afirmar que existe uma grande responsabilidade por parte do jornalista que trata estas matérias, ao proceder a abordagens eco-linguístico-comunicacionais.

De facto, o jornalista, ao informar adequadamente sobre aspectos ligados ao meio ambiente, recorrendo a estratégias e meios linguísticos, discursivos e comunicacionais em determinados contextos e com intenções construtivas, está também a educar o seu concidadão; está a contribuir para que este tenha consciência sobre a necessidade de se produzir uma boa relação entre o ser humano e a natureza como um todo, para que o ecossistema não seja prejudicado e, conseqüentemente, para que a vida na comunidade, no país e no planeta Terra seja defensável.

É por isso que, no campo da Linguística Aplicada Comunicacional, há a necessidade de reflectirmos sobre os valores ecológicos, educacionais, éticos, sociais, políticos e morais. Nesta visão de responsabilidade linguístico-discursivo-comunicacional, é preciso que os profissionais

apliquem princípios que levem a um convívio pacífico e construtivo; princípios que possam contribuir para que o investigador seja capaz de ler um texto sempre contextualmente, perceber o mundo de forma holística e integrada, contribuindo para mudar esse mesmo mundo, pois, conforme nos alerta MATOS (*op. cit.:* 45), aqui no nosso ecossistema, *somos todos transformados e transformadores.*

É por isso que, em termos pragmáticos, uma vez que o jornalismo reflecte os múltiplos aspectos da condição humana, Matos afirma haver motivo de questionarmos até que ponto esse mesmo jornalismo tem exercido, de maneira humanizadora, o seu dever de publicar bem, divulgando para o bem: pessoal, interpessoal, grupal, comunitário, nacional, regional e internacional, sem prejuízo do exercício da liberdade de expressão, com dignidade, à luz de princípios ético-deontológicos, à adequação de análises ao público-alvo, à fundamentação de textos com factos e honrando a identidade linguístico-comunicacional, reflectida no Discurso.

Artigo 29

“Verticais” (2)

(Ver o texto na página 275)

Temos o ensejo de transcrever este artigo na íntegra, com o fim de demonstrar que o mesmo se enquadra na série “verticais” do jornal “vt”, que acolhe artigos com características idênticas àquelas observadas em textos escritos nas séries “breves” ou “curtas” – ou seja, textos curtíssimos:

“*Verticais* No âmbito das comemorações do Centenário dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique (CFM), é inaugurada hoje, na estação central dos CFM, a exposição ‘Caras e Citações’, uma interpretação estética sobre Universidade, Cultura e Desenvolvimento, da autoria de Ana de Macedo e com o apoio do Instituto Camões”.

Devido à curtíssima extensão, este texto, à primeira vista, parece um anúncio publicitário, com o objectivo de persuadir ou induzir o leitor a prestar atenção, de molde a interessar-se, a desejar, a memorizar e a tomar alguma acção em relação ao que se divulga – ou seja, a aplicar o chamado AIDMA (Atenção, Interesse, Desejo, Memorização, Acção); porém, se for analisado sob diferentes ângulos, o texto não pode ser considerado publicitário, porque não usa figuras de linguagem (como a metáfora e prosopopeia), não recorre a verbos no imperativo, não tem imagens, não emprega a gíria e a sua estrutura textual é típica de uma notícia jornalística, tanto do ponto de vista gráfico e da gramática, como do ponto de vista discursivo-comunicacional.

Se analisarmos o texto no âmbito dos princípios retóricos, verificamos que o mesmo não observa na íntegra a Máxima de Redução do Princípio da Economia, porque não facilita a interacção com o leitor. Este, na sua ânsia de obter informação completa referente à matéria tratada na notícia, terá de recorrer a outras fontes para completar as respostas às suas perguntas básicas, que são normalmente feitas quando se trata de assuntos do género “evento”; por exemplo, quanto tempo vai durar a exposição e em que horário vai funcionar. Outrossim, o artigo em análise não contempla a Máxima de Quantidade, do Princípio Cooperativo.

Contudo, embora o texto nos estimule a recorrer a outras fontes para completarmos a informação que nos interessa, o seu impacto sobre nós é grande. Na sua curtíssima extensão explícita, o mesmo presta uma vasta extensão implícita de relações multidimensionais, que se observam nas nossas sociedades comunitárias, nacionais e internacionais, do ponto de vista político, histórico, tecnológico, social, cultural e económico.

Analisemos, por exemplo, as seguintes relações constantes do artigo:

1. “Centenário dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique” e “exposição ‘Caras e Citações’”; e

2. “Interpretação estética sobre Universidade, Cultura e Desenvolvimento” e “Apoio do Instituto Camões”.

Como cidadãos e investigadores que se preocupam em conhecer a relação que existe entre Cultura, Universidade e Desenvolvimento que, de forma mais ou menos directa, tem a ver com a nossa maior preocupação nesta tese (a retórica, o Discurso e as bases para uma comunicação para a paz e desenvolvimento sustentável), vamos, nas próximas linhas, debruçar-nos sobre estes aspectos.

Nas nossas comunidades e no nosso país, como um povo, fazemos parte de uma sociedade estruturada, ou seja, constituímos um sistema de inter-relações que vinculam indivíduos organizados segundo algumas relações sociais, que se baseiam numa cultura contextual.

Portanto, podemos dizer que a cultura é o elemento primordial que dá unidade a uma sociedade e se cria com base naquilo que faz sentido no respectivo contexto. Entretanto, como o mundo está cada vez mais conectado por meios sofisticados de comunicação e informação, é básico que reconheçamos, também, que a sociedade comunitária convive com as sociedades nacionais, regionais e internacionais em simultâneo, num contexto em que distintas ordens de acção social se relacionam em competências e graus distintos: no plano individual, das sociedades nacionais, do sistema mundial e da humanidade em geral.

Ao afirmarmos que as relações sociais se baseiam em diferentes culturas, queremos reconhecer que essa cultura desempenha um papel primordial na superação de barreiras convencionais que separam povos. Para além disso, a cultura desempenha um papel importante na protecção ou no estímulo de mecanismos de compreensão mútua e na criação de familiaridade ou redução de desconfianças e conflitos. Por outras palavras: além dos seus méritos intrínsecos, as boas relações interculturais viabilizam, com eficácia, outros tipos de objectivos do Estado nos planos social, político, económico ou comercial.

Neste contexto, a cultura moçambicana é um elemento integrador do nosso povo e, como tal, deve estar na pauta do cenário nacional, actuando com o seu potencial de unificação de identidade, geração de economia e turismo, actuando como elemento revitalizador e ampliador da auto-estima.

A cultura moçambicana deve constituir matéria-prima para a consolidação da unidade nacional, para o incremento da solidariedade nacional, como discute ARAKAKI (2014), bem como para a cooperação bilateral, regional e internacional com outros povos e governos. O conceito de ARAKAKI (2014: 170) ocorre no âmbito da dissertação que faz de uma política linguística de solidariedade nacional que não esteja apenas alicerçada em preferências linguísticas, mas sim e sobretudo alicerçada numa interacção sócio-comunicativa embasada na pertinência de inserir o cidadão na realidade multilingue e multicultural do seu país, proporcionando-lhe as condições necessárias para uma movimentação confortável e segura no âmbito das diversas redes sociais.

No plano da cultura e das relações interculturais, para que haja esta movimentação confortável e segura do cidadão, no âmbito das diferentes redes sociais, é importante que haja uma correspondência não só entre a vontade política do Governo (expressa nos seus planos periódicos) e as actividades e manifestações culturais e artísticas populares, mas também uma correspondência entre essa vontade, as manifestações linguístico-culturais e as acções sistematizadas de estudos e pesquisas científicas nestas áreas integradas.

Esta correlação entre a vontade política governamental, as manifestações populares e os trabalhos de investigação científica é que pode fazer com que as nossas acções e criações culturais contribuam, realmente, para a manutenção da paz, para o progresso do nosso país e para o bem-estar das populações – condições básicas para que, nas relações internacionais, saíamos do plano de total dependência para o plano de interdependência, ou seja, para o plano da verdadeira cooperação, da verdadeira parceria. E aqui entra o papel das instituições moçambicanas de ensino superior nestes processos.

As instituições de ensino superior, mesmo sendo vistas como uma espécie de “Santuários da Ciência”, também têm, no seu alcance académico, a grande missão de actualizar o conhecimento e de o adequar aos contextos contemporâneos. Esta premissa passa necessariamente por actividades de investigação científica.

No geral, alguns países em desenvolvimento, incluindo Moçambique, não conseguem achar soluções para os seus problemas sócio-económicos através de tecnologias melhoradas e procedimentos contextualizados, pelo facto de haver poucas actividades de investigação científica multifacetada. Como saída, recorrem à importação de tecnologias e procedimentos, muitas vezes fora da sua realidade.

Em todo o caso, é importante reconhecermos que, ao nível das comunidades, do país e do mundo, os problemas sócio-económicos enfrentados não serão ultrapassados apenas com a evolução da ciência e tecnologia. Em paralelo, é importante que essa evolução seja acompanhada por valores e práticas que levem à humanização dessa ciência e dessa tecnologia – a ética. E aqui entra, mais uma vez, o papel do jornalista na divulgação desses valores éticos, em prol da paz duradoura e do verdadeiro progresso.

Uma vez que o jornalista trabalha de forma científica e criativa com ideias, linguagens e enunciados, ele deve entender e acompanhar a evolução dessa arte e dessa ciência de construção de textos e Discursos. Sobre este aspecto, DECHERT (1983: 175-194), no seu artigo inserido no livro *Strategies in Interlanguage Communication*, editado por FAERECHE & KASPER (1983), afirma que a história da ciência não é uma acumulação de conhecimentos constantes e estacionários; pelo contrário, a história da ciência é caracterizada por mudanças rápidas que tomam lugar de tempo em tempo, quando um paradigma velho é destruído e substituído por um novo. A mudança de paradigma reflecte revoluções científicas.

Assim como acontece ao nível da política, as revoluções científicas são iniciadas e protagonizadas por um grupo pequeno de pessoas, que chega à conclusão de que as questões e as metodologias que elas têm já não são mais representadas pelo velho paradigma. Estas revoluções científicas são necessárias, uma vez que sempre surgem novos problemas que exigem novas propostas de solução. Neste contexto, a psicolinguística – entendida, na generalidade, como sendo o estudo das relações que existem entre a linguagem e a mente, cujo enfoque de estudo tem a ver com qualquer processo relativo à comunicação humana, mediante o uso da linguagem (oral escrita, gestual, etc.) – compreende três estágios sucessivos, cada um correspondendo a um determinado paradigma:

- (i) O primeiro estágio na história da psicolinguística é marcado pelo “paradigma de associação” (*association paradigm*). Até 1950, eram procuradas as conexões entre as palavras e as coisas. Os psicolinguistas estavam concentrados no estudo do vocabulário e na evolução desse vocabulário. Aprender uma língua era aprender as associações entre as palavras e os conceitos.
- (ii) Mas a língua é mais do que palavras e frases. Por isso, nos anos de 1950, a comunicação tornou-se num novo paradigma. Isto constituiu a mudança de interesse das palavras e frases para os enunciados. Uma nova gramática que descrevia conjuntos de regras semânticas foi desenvolvida. Estas regras determinam o uso da linguagem em comunicação. Assim, aprender uma língua era aprender como comunicar de acordo com as regras gramaticais. Falava-se, assim, do “paradigma da comunicação”.
- (iii) Adicionalmente, a língua é mais do que léxico e sintaxe. O terceiro paradigma que anuncia um novo estágio no desenvolvimento da psicolinguística é o “paradigma da computação”, em que aprender uma língua significa não só aprender as palavras e os

enunciados, mas também aprender os procedimentos para recuperar e processar essas palavras e esses enunciados. Conhecer uma língua significa ter, ao mesmo tempo, conhecimentos declarativos e conhecimentos processuais. A identificação dos procedimentos realizados quando a língua é usada pode ser considerada como um dos resultados da revolução do processamento de informação, que influenciou bastante a história das ciências da língua. As línguas são processadas em termos de programas que computam os dados linguísticos. Os modelos resultantes da computação podem ser usados para modelar e explicar os procedimentos mentais possivelmente envolvidos na produção da linguagem. Esta é a implicação metodológica do paradigma de computação.

Em paralelo a essas revoluções e evoluções científicas e tecnológicas, reiteramos que o mais importante é que esses processos sejam acompanhados de valores e práticas que levem à humanização dessa ciência e dessa tecnologia – a ética. Com a evolução e humanização da ciência e da tecnologia, os países em desenvolvimento podem encontrar soluções para os seus problemas sócio-económicos e culturais, investindo grandemente nessas áreas.

Nestas matérias, reiteramos que as Instituições de Ensino Superior podem desempenhar um papel fundamental, desde que assumam os seus compromissos de investigação, em prol do bem-estar das populações. Na contemporaneidade, vivemos uma Era do Conhecimento, da Informática e da Velocidade. Esse conhecimento, que tem dimensões locais e globais, é o resultado de um confronto entre o ser humano e o ambiente real e só tem valor quando através dele se pode entender a realidade e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, bem como melhorar a sua relação com a Natureza. Este é o grande desafio que as universidades e outros centros de ensino, pesquisa, extensão e produção industrial têm na actualidade.

Assumindo-se que as universidades e outras instituições moçambicanas de ensino superior estão empenhadas em fazer mudanças, numa via que possa beneficiar as populações, aposta-se nesta filosofia para que os processos da pesquisa científica e da sua divulgação, bem como a implementação dos resultados obtidos (se for o caso) tenham sucessos.

Para o efeito, é importante que as IES estejam fortes e funcionem plenamente, do ponto de vista humano, financeiro, administrativo, tecnológico e científico. Só assim é que elas poderão contribuir na melhoria da vida social, económica, ética e estética dos cidadãos.

Artigo 30

“Energia sustentável com dotação de 60 milhões USD”

(Ver o texto na página 276)

Mais uma vez, apesar de não estar incluso na série “verticais” do “vt”, o presente artigo é curto, pelo que o seu registo na íntegra nesta plataforma da Análise do Discurso é conveniente. Por essa razão, temos o ensejo de fazer a seguinte transcrição:

“O Governo Dinamarquês e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) lançaram ontem em Lisboa (Portugal) as bases do futuro Fundo de Energia Sustentável em África (FESA), que terá uma dotação inicial de 60 milhões de dólares e deverá estar operacional em 2012.

“Segundo Héra Cheikhrouhou, directora de Energia e Ambiente do BAD, o fundo irá financiar ‘pequenos e médios projectos’ na área de energias renováveis em África.

“A dotação inicial do fundo, uma doação do Governo da Dinamarca, será de 60 milhões de dólares, mas Héra Cheikhrouhou adiantou que existe potencial para doações de outros países, sem especificar”. (redacção/LUSA)

Em primeiro lugar, neste último exercício da nossa análise de textos expressos em forma de notícia jornalística, pretendemos lembrar que, conforme mencionámos na Introdução desta tese, o resumo do nosso enquadramento teórico está voltado para as máximas dos princípios retóricos, de LEECH (1983), que servem como uma espécie de “meio” para atingir um “fim”, que é, esse fim, a paz e o progresso sugeridos por MATOS (2002), em que, durante a interacção dos intervenientes na comunicação, proposta por WIDDOWSON (1983a) e LOPES (2004), os contextos sociais, culturais, económicos, políticos, históricos e ideológicos referidos por GEE (1990) têm um papel integrado e integrador.

Em segundo lugar, nesta fase pré-conclusiva da nossa tese, escolhemos o texto aqui transcrito para demonstrarmos que, através de um trabalho apurado, do ponto de vista linguístico-discursivo-comunicacional e ético do jornalista, é possível a construção de um Discurso que observe uma boa parte das máximas no âmbito dos princípios retóricos; por exemplo, este artigo é transparente e breve; facilita a interacção e não é ambíguo; é expressivo, verdadeiro, ordeiro e relevante. Por outras palavras, o artigo cumpre com todas as máximas dos Princípios da Clareza, Ironia, Economia, Expressividade e Cooperativo, o que não verificámos em muitas notícias até aqui analisadas.

Ao examinarmos o presente artigo, do ponto de vista do contexto geral, constatamos que ele enquadra-se no mesmo plano em que todos os outros anteriormente analisados se encontram, ou seja, na rota de textos que tratam políticas e práticas de cooperação internacional entre Moçambique e parceiros. No âmbito mais global, esses artigos enquadram-se no âmbito de filosofias e procedimentos das relações internacionais contemporâneas.

Ao longo das análises feitas nos artigos anteriores e no presente texto, notamos que o jornalista que se preocupa em construir Discursos em prol da paz e desenvolvimento sustentável,

deve, em termos gerais e em harmonia com outros saberes, valores e experiências, entender como as relações humanas se desenvolvem no país e no mundo contemporâneo.

Sendo assim, recomenda-se, por exemplo, que o jornalista entenda os cenários gerais referentes às relações entre Moçambique e a região da África Austral, o continente africano e o resto do mundo; perceba os aspectos ligados aos processos interculturais, transculturais, transnacionais e internacionais; compreenda as questões relacionadas com a interdependência internacional, a guerra e a paz e, associado a tudo isso, compreenda os assuntos ligados à pobreza e prosperidade das populações em todas as vertentes da vida.

Sobre estas matérias, de acordo com DEUTSCH (1982:17-21), e do ponto de vista de relações entre Nação e Mundo, sugere-se que os jornalistas procurem conhecer as relações que possam existir entre um determinado país e o mundo que o circunda; por exemplo, entre Moçambique e os países da África Austral, do continente africano e de todo o planeta. Neste contexto, poderão talvez ser formuladas as seguintes perguntas: enquanto esses Estados e nações existirem, como se relacionam com os outros povos, Estados e países? Como se relacionam com as minorias dentro dos seus limites geográficos? E como lidam com as organizações internacionais e com a política internacional?

Em relação aos processos transnacionais e à interdependência internacional, pergunta-se até que ponto os governos e os povos de qualquer Estado-Nação podem tomar decisões sobre o seu próprio rumo e até que ponto o resultado das suas acções depende de contextos e ocorrências verificadas fora das suas fronteiras. Como será o planeta Terra no futuro em matérias de fronteiras transnacionais?

No que respeita à guerra e à paz, que são valores e comportamentos que regulam quase todos os processos das relações humanas contemporâneas no planeta Terra, a pergunta é: quais são

os motivos que levam os países à guerra ou à paz? Como ocorreram tais processos no passado, como acontecem na actualidade e como poderão acontecer no futuro? Considerando que nessas relações de guerra e de paz entre os países, há sempre alguma força e alguma fraqueza das partes envolvidas, qual é a essência do poder ou da falta de poder de um governo ou de uma nação na política internacional? Quais são as origens e as condições de tal força? Quando, de que forma e porque é que o poder se altera?

Um outro aspecto contextual a ser tomado em consideração pelo jornalista que queira trabalhar em matérias de cunho internacional é o seguinte: no mundo, a política e a sociedade civil misturam-se. O que é que não é tomado como político nas relações internacionais? Que relações existem entre a política internacional e a vida da sociedade das nações? Poderiam as lacunas no controlo da população mundial, dos alimentos, dos recursos e do meio ambiente representar uma ameaça à segurança nacional semelhante ou pior do que aquela que é causada por uma mudança no potencial militar ou no poder político de países vizinhos? Quais seriam os efeitos dessas lacunas nas políticas nacionais e internacionais?

Ainda sobre as relações internacionais, uma outra questão que se coloca tem a ver com a prosperidade e com a pobreza: qual é o nível da arbitrariedade dos processos de divisão de riqueza e de renda entre as nações no planeta? Qual é o nível da injustiça em relação a outros valores ligados aos anteriormente mencionados, como, por exemplo, a expectativa de vida ou a educação?

Estas e outras perguntas, que têm a ver com os contextos nacionais e internacionais que podem condicionar as notícias do género que analisamos nesta tese, em concordância com os factores cognitivos, linguísticos, técnicos, retóricos, éticos e comunicacionais, devem ser tomadas em consideração pelo jornalista que queira desenvolver actividades voltadas para a composição de Discursos construtivos, capazes de influenciar o potencial leitor na aquisição e aplicação de valores que conduzam à paz e ao desenvolvimento humano sustentável.

3.3. Sistematização dos Principais Resultados Obtidos

Depois de analisarmos os 30 (trinta) artigos referidos e apensos nesta tese, pretendemos, nesta fase da nossa pesquisa, apresentar três grandes constatações, a saber:

3.3.1. Constatamos que muitos textos analisados detêm exemplos evidentes que demonstram que, de facto, os contextos linguísticos e extra-linguísticos, incluindo os sócio-económicos e político-ideológicos influenciam, acentuadamente, o Discurso dos jornalistas, no uso de meios retóricos num contexto da Retórica Textual, como LEECH (1983) os trata, e à luz de um quadro analítico sobre a Paz e Desenvolvimento, conforme exposto por MATOS (2002). Especificamente, o grau de formação, a experiência e a competência linguística, técnica, científica e ética, bem como a visão e a forma de interacção com o mundo do ponto de vista social, político, económico, cultural e ideológico constituem o impulsor da dinâmica profissional do Sujeito ‘saudável’ (escrevente/jornalista).

3.3.2. Em termos gerais, notámos, também, ao longo do processo de análise de dados, que os jornalistas que escreveram as notícias aqui tratadas, na maioria das vezes, nem sempre observam, nos seus textos, as máximas no âmbito dos princípios retóricos, apresentadas no quadro de categorias que utilizámos para a análise de dados. Com efeito, identificamos 4 (quatro) razões que fizeram com que esses escreventes apresentassem textos que não observam, na medida adequada, as máximas que analisámos no âmbito dos princípios retóricos, a saber:

- (i) Razões associadas à existência de algumas dificuldades e lacunas na forma/estrutura (gramática);
- (ii) Razões associadas à fraca contextualização e composição do Discurso;

- (iii) Razões que denotam a existência de algumas lacunas na formação técnico-científica do jornalista; e
- (iv) Razões que denotam a existência de algumas lacunas éticas no jornalista.

De facto, em muitos textos analisados, identificamos problemas de forma e estrutura que, à primeira vista, parece tratar-se apenas de falhas do nível microlinguístico; porém, quando entramos nos planos de interacção, de significados, de contextos e de sentidos, ou seja, quando analisamos como a linguagem é usada na comunicação, a leitura muda de uma perspectiva microlinguística para uma perspectiva mais macrolinguística.

É por essa razão que, no primeiro capítulo desta tese, salientámos a importância de sermos capazes de distinguir os conceitos de Widdowson, sobre “language usage” e “language use”, em que o primeiro tem a ver com a criação de palavras e frases como uma manifestação de um sistema de língua; e o segundo, com a maneira como esse sistema é feito com propósitos comunicativos.

Adicionalmente, verificámos, como já referimos, que alguns problemas de “language usage” (da forma/estrutura, portanto da gramática) num texto podem afectar o plano da comunicação nesse texto, portanto o da “language use”. É também nesta linha de pensamento em que WIDDOWSON (1983b: 59) esclarece que enquanto uma frase, por definição, sinaliza o seu próprio significado em desassociação de qualquer contexto, um enunciado direcciona sempre o analista no que respeita à compreensão do significado em relação a um determinado contexto.

No que concerne às razões relacionadas com a fraca contextualização dos Discursos, concluímos que a não observância das máximas no âmbito dos princípios retóricos ocorre, em primeiro lugar, porque o jornalista não toma em consideração as características de uma fracção importante dos potenciais leitores, especificamente os que são oriundos dos países parceiros de cooperação internacional, a que as notícias se referem. Como exemplo disso, está o uso frequente

de termos e expressões locais em assuntos internacionais, incluindo clichés e expressões idiomáticas.

Este facto levou-nos a retomar o assunto sobre os três princípios do significado, ou seja, exclusão, adivinhação e contexto: as palavras e os enunciados não têm nenhum significado se não forem confrontados uns com os outros. Eles têm significados apenas em relação à escolha (feita pelo escrevente), em relação a adivinhações (feitas pelo leitor) acerca de outras palavras ou de outros enunciados e em relação a suposições acerca do contexto. É importante lembramos que as nossas escolhas acerca do campo semântico, exclusões e inclusões relativas a essas escolhas, as nossas suposições sobre o contexto são sempre relativas à língua que se fala ou se escreve e à cultura nela e com ela implicada.

Quando falamos de razões que denotam a existência de algumas lacunas na formação técnico-científica do jornalista, baseamo-nos no facto de termos constatado que há um relativo paralelismo, analogia e correspondência entre algumas máximas no âmbito dos princípios retóricos e alguns Princípios Básicos de *Notícia Jornalística*.

Como já referimos na presente tese, uma notícia jornalística é uma narrativa técnica, que está condicionada à natureza linguística e não literária. Num texto do tipo *notícia*, a concisão, exactidão e a imparcialidade devem constituir a palavra de ordem; a linguagem deve ser clara, objectiva e precisa, evitando-se, sempre que possível, provocar variadas interpretações por parte do potencial leitor. Sendo assim, a não observância, por exemplo, da Máxima de Transparência (seja transparente, mantendo uma relação directa e transparente entre a mensagem e o texto), do Princípio da Clareza; a não observância da Máxima de Ambiguidade (não seja ambíguo), também do Princípio da Clareza; a não observância da Máxima de Redução (seja breve e facilite a interacção), do Princípio da Economia; e a não observância de todas as máximas do Princípio

Cooperativo (Quantidade, Qualidade, Relação e Modo) significa, de forma inequívoca, que o jornalista também não domina e não aplica alguns Princípios Básicos de *Notícia Jornalística*.

Em conformidade, no que respeita às razões que denotam a existência de algumas lacunas éticas do jornalista, constatamos que a não observância, por exemplo, da Máxima de Tacto (não seja rude), da Máxima de Generosidade (seja bondoso), ambas do Princípio da Polidez, bem como a violação da Máxima de Ironia (não seja cínico; não use ironia ofensiva), do Princípio da Ironia, significa, desta feita, que o jornalista tem alguns problemas de ética profissional em jornalismo.

3.3.3. A terceira constatação geral tem a ver com o que afirmámos no parágrafo anterior: em grande parte dos textos analisados, as Máximas de Tacto, de Generosidade, da Aprovação e de Modéstia, do Princípio da Polidez, e a Máxima de Respeito, do Princípio da Ironia são pouco aplicadas pelos jornalistas. Isto justifica-se pelo facto dos textos serem jornalísticos do tipo *notícia*, ou seja, de índole informativo que, por sua natureza, não devem apresentar opinião, nem comentários adicionais que possam ferir as suas características: notícia objectiva, imparcial, impessoal e directa, limitada a narrar os factos.

O mais importante, nesta fase conclusiva, é reconhecermos que a comunicação, por ser um factor social, tem a competência de difundir culturas, relacionar os seres humanos e imortalizar saberes, com ética e responsabilidade. Por essa razão, MATOS (2002), ao falar de deveres linguísticos do jornalista, destaca que este deve exercer a liberdade de expressão com dignidade, à luz de princípios ético-deontológicos; apresentar os textos noticiosos com factos e de forma construtiva; e saber honrar a sua identidade linguística, empenhando-se para servir de modelo aos seus leitores.

No caso específico da nossa pesquisa, se olharmos para o papel da comunicação na promoção da paz e desenvolvimento, bem como na melhoria da qualidade das relações humanas, isso significa que o profissional da comunicação social, em geral, e do jornalismo, em particular, deve estar permanentemente em acção, divulgando as actividades dos planificadores, executores e beneficiários dos diferentes projectos comunitários, nacionais e internacionais. Isto porque, sem a actividade dos que trabalham com a comunicação de massas e com a comunicação de públicos segmentados, pouco ou quase nada poderá ser apreendido pela maioria da população. Mas, para isso, é necessário que o profissional tenha competência comunicativa, no verdadeiro sentido da palavra.

De acordo com SAVILLE-TROIKE (1982: 22-23), a competência comunicativa envolve não apenas conhecer o código da língua, mas também o que dizer, a quem dizer e como dizer, de forma apropriada numa determinada situação. A competência comunicativa lida com os conhecimentos sociais e culturais que um escrevente deve ter, para o capacitar no uso e na interpretação de formas linguísticas e discursivas.

Neste sentido, a noção de competência comunicativa deve ser inserida na noção da competência cultural, ou no conjunto de conhecimentos e habilidades que o escrevente usa numa determinada situação. A explicação desta ideia reside no facto de os sistemas de cultura serem padrões de símbolos, e a linguagem constituir apenas um dos sistemas simbólicos dessa rede.

Interpretar o significado de um comportamento linguístico requer conhecer o significado em que esse comportamento está encaixado. Não é por acaso que, por exemplo, de acordo com uma pesquisa levada a cabo por WALTERS (1979: 277-293), as estratégias de polidez na comunicação (especificamente nos enunciados referentes a *pedidos*) de falantes de espanhol como L1, são mais usadas em espanhol do que em inglês, cujos falantes nativos tendem a ser mais neutros.

Sendo assim, é importante que os jornalistas, na sua nobre missão de informar e educar, para além da competência técnica, tenham competência profissional, cultural, ética e responsabilidade, usando, por exemplo, retóricas discursivas que estimulem as boas relações humanas, a cooperação, a paz e o desenvolvimento humano sustentável, ao nível nacional e internacional.

CAPÍTULO 4

RECOMENDAÇÕES

4.1. Alguns Padrões e Modelos

A presente tese apoiou-se em diferentes campos da macrolinguística, sobretudo, e em especial, na retórica e na pragmática, ou seja, dito sucintamente, no modo como a linguagem é usada na comunicação; é uma abordagem sobre a pragmática mais voltada para a máxima que define que “a comunicação visa a solução de problemas”.

Tendo em conta que descobrimos alguns padrões que foram emergindo ao longo do continuado processo da investigação, nos propomos a desenvolver alguns modelos que possam explicar os resultados da pesquisa e recomendar a aplicação dos mesmos em trabalhos similares.

Sendo assim, sentimos a obrigação natural de apresentarmos as nossas sugestões, resultantes desta investigação, para que alguns problemas detectados ao longo da análise de dados possam eventualmente ser minimizados, no futuro, por pessoas envolvidas por estas matérias.

Neste contexto, e olhando para aquilo que também é a nossa proposta inicial nesta tese (Retórica Textual e Comunicação para a Paz e Desenvolvimento), pretendemos sugerir (explicação detalhada mais adiante) a criação, difusão e o exercício de uma nova linha de Comunicação Especializada, que poderia ser designada, por exemplo, por Comunicação para a Paz e Desenvolvimento.

Pelo tipo de pesquisa que pretendíamos desenvolver nesta tese, sentimos *à priori* a necessidade de constituirmos um enquadramento teórico que fosse composto não só pelos preceitos referentes (i) às máximas no âmbito dos princípios da retórica textual, apresentadas por LEECH

(1983), mas também por um suporte teórico sobre os preceitos referentes (ii) à interacção dos intervenientes num processo de comunicação, (iii) aos contextos no qual o Discurso é construído e reconstituído, (iv) aos presumíveis propósitos linguístico-discursivo-comunicacionais do escrevente e (v) aos prováveis impactos do Discurso sobre o potencial leitor.

Para tal, como já foi referido, tivémos que recorrer a WIDDOWSON (1983a) e a LOPES (2004) (para o caso de interacção), a GEE (1990) (para o caso dos contextos) e a MATOS (2002) (para o caso dos propósitos linguístico-discursivo-comunicacionais e seus impactos sobre o potencial leitor).

Com efeito, observámos, ao longo da elaboração desta dissertação, que mesmo que se trate de uma retórica textual, esta, na prática, não se limita somente ao uso da linguagem funcionando como um meio de construção de texto, ou seja, a instanciação escrita da linguagem, mas também, de forma implícita, ao uso da linguagem funcionando como uma expressão de atitude de um indivíduo (escrevente) e como influencia sobre as atitudes de outro (potencial leitor).

Conforme nos alerta LOPES (*op. cit.*: 179), no processamento discursivo, devemos considerar dois pressupostos. Por um lado, devemos ter em conta que aquele que escreve se empenhou em fazer-se entender pelo potencial leitor e que o escrevente assumiu, de certo modo, o papel desse leitor. O âmago deste desígnio pode ser perceptível através de sinais presentes no Discurso, que envolve instâncias de uso contextual. Por outro lado, devemos ter em conta que a leitura é um procedimento de interacção, o que subentende que prestemos a devida atenção às formas que o potencial leitor poderá usar na interpretação dos usos conceptuais e discursivos de que o escrevente se socorre no seu texto. O leitor alcança este objectivo fazendo reconstruções (somente) parciais do processo subjacente ao Discurso.

Estes exercícios intelectuais, do escrevente e do leitor, explicam-se pelo facto dos seres

humanos, pela sua natureza, serem instrumentos eficientes para o processamento da informação; aliás, esta é a maior vantagem que o Homem tem como espécie. Mas o que significa ser eficiente no processamento da informação, como demonstrámos ao longo da pesquisa?

Recorrendo a SPERBER e WILSON (1986), a eficiência só pode ser definida em relação a um certo objectivo. Alguns objectivos, tais como apanhar uma presa, ganhar um jogo ou resolver um problema são absolutos; eles consistem em causar ou provocar um estado particular de coisas que, num dado momento, existem ou não existem. Outros objectivos, tais como desenvolver habilidades na natação ou entender-se a si próprio, são relativos: eles consistem em fazer elevar o valor de alguma variável e só podem ser alcançados gradualmente, por degraus.

A maior parte das discussões sobre o processamento da informação, tanto em experiências psicológicas como na inteligência artificial, tem-se preocupado com a realização de objectivos absolutos. Assim, a solução de problemas tornou-se o paradigma de processamento da informação. Os problemas considerados têm uma solução fixa. O objectivo da ferramenta do processamento da informação é encontrar essa solução com o mínimo preço possível. Porém, nem todas as tarefas cognitivas se enquadram nesta descrição; muitas destas tarefas consistem não em alcançar objectivos absolutos, mas sim em desenvolver um estado já existente de coisas ou assuntos, com o fim de se atingir níveis mais elevados.

Os pressupostos da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento enquadram-se tanto na categoria de objectivos absolutos, como na categoria de objectivos gradativos. Por exemplo, se uma pessoa estiver com o som alto da música que escuta e um vizinho lhe pedir que reduza o volume, e aquela pessoa aceder, estaremos perante a prossecução de um objectivo absoluto. Contudo, esta comunicação para a paz pode falhar se um dos membros de tal interacção não for portador e praticante de princípios éticos que concorram para a boa vizinhança e harmonia, que resultam de um processo educativo e de socialização.

4.1.1. A nossa contribuição – uma extensão didáctica

O paralelismo entre as “Máximas no Âmbito dos Princípios Retóricos” (LEECH, 1983) e as “Máximas dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento” (proposta que se segue)

Como já referimos na revisão da literatura desta tese, MATOS (2002: 27) ressalta que para o alcance da Paz Comunicativa, o acto de saber persuadir alguém pelo raciocínio não deve significar o uso da retórica para subjugar o outro. Por isso, é necessário que aprendamos a evitar a “discriminação linguística”, no acto da comunicação retórica, pelo facto de estarmos a atravessar uma Era desafiadora para os Direitos Humanos, com a criação da Carta dos Direitos Linguísticos – resultante de um movimento mundial que tem por finalidade, de entre outras, advertir e orientar sobre um dos aspectos mais graves da nossa falibilidade comunicativa: o falar discriminatório que, por extensão metodológica e científica, se pode aplicar também ao redigir discriminatório.

E aqui voltamos a perguntar: até onde estamos preparados para tratar e retratar o nosso símil linguístico e discursivo? Como é que as novas gerações estão a ser preparadas para evitar discriminar outras pessoas, através do que fazem na fala e, no caso desta pesquisa, na escrita?

Estas perguntas, em nosso entender, constituem uma das razões da preocupação de LOPES (2013a), ao falar do jornalista, em particular, e do comunicador, em geral, quando diz:

Aponta-se para a necessidade de reforço do ensino e da pesquisa para melhor entender o que os comunicadores, os especialistas das ciências da comunicação, os docentes e os jornalistas realmente fazem quando comunicam com sucesso, repartindo o conhecimento partilhado do código linguístico, o conhecimento partilhado das convenções retóricas e o conhecimento partilhado de dimensões não-linguísticas da experiência, incluindo a sua visão do mundo e permanente busca da verdade.

A Linguística Aplicada, como a própria designação sugere, é uma disciplina prática, que tem a ver com problemas reais, individuais e sociais do uso da linguagem, procurando resolver ou ajudar a resolver problemas que envolvam o falante e/ou escrevente.

Concluída a nossa investigação, e porque se tratou de uma investigação em Linguística Aplicada Comunicacional orientada para a Comunicação para a Paz e Desenvolvimento e cujo objecto de análise foram as notícias jornalísticas, a nossa tese é que a violação de algumas Máximas no âmbito de certos princípios retóricos, conforme foram expressas no Quadro de Categorias para a Análise de Dados, resulta de lacunas, por parte do jornalista, daquilo a que tentativamente chamaríamos de *Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento*. Por outras palavras, e em termos gerais, diríamos que a violação de algumas Máximas no âmbito de certos princípios retóricos resulta da falta de formação mais adequada, do ponto de vista técnico ético.

Podemos observar, por exemplo, que, por um lado, a não observância das Máximas de Transparência e de Ambiguidade (do Princípio da Clareza), bem como das Máximas de Redução (do Princípio da Economia) e de Iconicidade (do Princípio da Expressividade) tem a ver com o facto da formação técnica do jornalista não ter sido suficientemente sólida. Por outro lado, a violação das Máximas de Qualidade (do Princípio Cooperativo) e do Tacto (do Princípio da Polidez) resultam de lacunas que o escrevente tem em relação aos Princípios de Ética no Jornalismo.

Em conformidade, e na mesma linha de investigação, notámos que a não observância de outros princípios retóricos, por causa do uso de termos e linguagens fora do contexto e na forma de expressões idiomáticas não oportunas no Discurso, pode causar o não entendimento da essência da mensagem, o que, conseqüentemente, pode fazer com que o leitor perca a motivação de continuar a ler. A falta de motivação por parte do leitor pode ser, também, e *à priori*, originada pela falta de

empatia do escrevente para com o seu potencial destinatário, durante o processo de construção do Discurso.

O problema da falta de motivação por parte do leitor pode, em contrapartida, ser resolvido pelo jornalista, através da tomada de decisões certas sobre quando e como construir Discursos mais apropriados, Discursos com que o leitor esteja mais familiarizado. Procedendo desta forma, parece-nos que o escrevente poderá contribuir para facilitar o processamento textual por parte do leitor, do ponto de vista cognitivo e/ou cultural, e também seu enriquecimento, como, por exemplo, para além da informação em si, o incremento do léxico e a adopção de valores éticos e morais universais, tais o direito à vida, o respeito mútuo, a saúde, a educação, liberdade, segurança, trabalho, paz e amor ao próximo.

Pelas razões anteriormente mencionadas, julgamos importante que, uma vez que a nossa proposta inicial foi acerca da Retórica Textual e Comunicação para a Paz e Desenvolvimento, os modelos do profissionalismo e da ética jornalística devam igualmente fazer parte do treinamento em jornalismo genérico e especializado. É necessária esta associação da retórica textual à ética jornalística no processamento (composição e reconstituição) do Discurso por parte do jornalista profissional.

A responsabilidade ética para com os valores mundiais do humanismo obriga o jornalista a eximir-se de qualquer alegação ou incitação à guerra e às demais formas de violência, ódio ou discriminação, bem como de outros grandes infortúnios que apoquentam a Humanidade, como por exemplo, a miséria, a subnutrição e as enfermidades. Faz parte da ética do ofício que o profissional conheça e aplique as disposições sobre esta matéria, contidas nos convénios, declarações e resoluções internacionais.

O jornalista tem o particular dever de fomentar o processo de democratização das relações internacionais no ramo da informação, especialmente defendendo e apoiando as relações de paz e amizade entre os Estados e os povos e promovendo valores que incutam o desenvolvimento que tome em conta as gerações futuras.

Daí que sustentamos que para que o jornalista tenha um papel de informador, educador e transmissor de valores que façam com que o potencial leitor cultive hábitos e costumes conducentes à paz e harmonia entre os povos, bem como valores que estimulem o desenvolvimento sustentável, tanto nas relações nacionais como internacionais, torna-se necessário que esse jornalista se baseie, também, em *Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento*, fazendo uso de máximas adicionais que apresentamos, como proposta, de seguida.

De referir que assim como os *Princípios Conversacionais e Máximas* são mais regulativos do que constitutivos – em que se alguém diz uma mentira, por exemplo em português, quebra a Máxima da Qualidade, mas não significa que cometeu alguma falha gramatical na forma de falar o português –, os *Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento* – em que se o jornalista difama um cidadão inocente quebra a ética profissional, mas não significa necessariamente que não usou a *Pirâmide Invertida* –, também são mais regulativos do que constitutivos, pelo menos na óptica e na perspectiva da nossa proposta: Espírito de Responsabilidade.

Referimo-nos à responsabilidade, não do ponto de vista jurídico-legal nem como uma outra obrigação normativa, mas sim como uma marca ou conduta regulativa que parte da consciência individual. Através desta conduta regulativa, o indivíduo sente a necessidade de praticar o bem, obedecendo, por exemplo, às regras normativas no local de trabalho.

Neste contexto, a responsabilidade entendida a partir deste ponto de vista seria a competência para decidir e comportar-se de maneira sensata e responsável nas relações sociais, laborais e ecológicas. A ética, mais do que conhecimento científico ou prescritivo que pode ser objecto de consulta num manual ou almanaque (quando já não estiver activado na memória viva do cidadão), habita na razão e nas profundezas da consciência humana, onde a vontade benigna de perseguir o bem-comum, como, por exemplo, a paz, flui espontaneamente e regula as nossas decisões e acções no nosso quotidiano. Podemos assim dizer que, na nossa óptica, antes de ser de carácter normativo, a deontologia profissional também é e tem uma base ética, isto é, tem uma base regulativa.

Como já explicámos nesta dissertação, várias ciências sociais foram sendo desenvolvidas para tentarmos entender a evolução do ser humano, os seus desejos e aspirações, a organização das sociedades e a interacção entre as pessoas, e com o intuito de chegarmos a alguns princípios comuns que norteiem o Homem para uma vida social mais harmoniosa e, naturalmente, mais feliz.

No caso específico da nossa tese, esses princípios referem-se ao acto de falarmos coisas “felizes”, isto é, de produzirmos enunciados bem-sucedidos, coesos e coerentes, ao mesmo tempo que tomamos decisões e realizamos acções apropriadas, pensando, sentindo e adoptando tipos de valores socialmente aceites. É assim que, na esteira de MATOS (2002), se coloca, em forma de apelo e de princípios de como alcançar a *Paz Comunicativa*, a questão que ele próprio formula: “Sabemo-nos comunicar para o bem?”

Comunicar bem e para o bem é um fim educacional universalmente compartilhado; contudo, há que reconhecer que o aprender a *comunicar-se bem e para o bem* tem sido um objectivo pouco explorado nos diversos contextos das relações humanas. Trata-se de um exercício que exige do comunicador pragmático não só o uso rigoroso e formal da língua, mas também, e

sobretudo, o uso de uma racionalidade prática, de carácter estruturalmente circunstancial, interactivo e deliberativo; portanto, de natureza não necessariamente constitutiva/prescritiva mas sim, principalmente, regulativa/descritiva.

A racionalidade prática a que nos referimos tem a ver com a sensatez e com a prudência nas deliberações comunicacionais. Trata-se de uma concepção complexa e proactiva, ponderadamente cautelosa e corajosa. Socorremo-nos de BAPTISTA (2011) para referir que a sabedoria ética se identifica com este tipo de sabedoria prática, que tem a ver com a competência para ponderar, sempre, a articulação das três esferas da actuação humana: acção por objectivos, deontologia e pragmática.

O nosso objectivo é o alcance e a manutenção da paz nas relações humanas. Sendo assim, é importante que tenhamos algo que nos possa regular e guiar, sistemática e conscientemente, para que essa paz seja uma realidade nas comunidades e países, como uma das condições básicas para o desenvolvimento humano. É nesta perspectiva que sugerimos, nesta tese, o uso dos *Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento* e, como reiterámos, uma proposta pragmática que se enquadre mais no plano descritivo do que prescritivo.

Na presente proposta, os dois primeiros Princípios são pré-condições para o bom exercício do jornalismo profissional, em geral, e da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento, em particular. O não cumprimento destes Princípios (Formação, Competência e Ética) por parte do escrevente (jornalista) poderá causar danos de diversos tipos aos leitores e à sociedade em geral.

4.1.1.1. Princípio da Formação e Competência: a formação e a competência, neste caso, seriam a adequação ideal de um ser humano, do ponto de vista de conhecimentos, habilidades, capacidades e atitudes, para exercer uma actividade numa determinada

situação e num determinado contexto e obter uma boa qualidade de produto ou serviço.

Na contemporaneidade, e tal como a Medicina é exercida por médicos formados e a Arquitectura, por arquitectos bem preparados, já não se pode aceitar que pessoas sem formação e competência comprovadas em Jornalismo desenvolvam esta actividade profissional, sob o risco de se continuar a criar distorções e danos irreparáveis, de vária ordem.

Neste sentido, no que diz respeito aos profissionais da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento, este Princípio pressupõe que o jornalista tenha uma formação geral, para depois se especializar nesta área particular, elevando, assim, a qualidade do seu trabalho.

A qualidade do trabalho jornalístico (que inclui a linguagem, forma textual, Discurso e impacto no leitor) vai ditar se o autor tem formação e competência adequadas.

O Princípio da Formação e Competência poderia cobrir as seguintes máximas, em forma de proposta:

- (i) **Máxima de Formação Holística e Continuada** - forme-se continuamente em jornalismo, para que possa exercer a actividade com o conhecimento de causa, de maneira sábia e competente.
- (ii) **Máxima de Formação Especializada** - equie-se o jornalista de conhecimentos específicos sobre o tipo de jornalismo que se quer exercer.

4.1.1.2. Princípio da Ética e Deontologia Profissional - a formação, por si só, não é o garante para um bom exercício profissional. É necessário, em paralelo, que o jornalista conheça e pratique a ética e deontologia profissional. Este é um dos

princípios básicos de todos aqueles que queiram exercer as suas funções com excelência, do ponto de vista de tacto nas relações humanas, em geral, e nas relações laborais, em particular. A máxima do tacto envolve um determinado tipo de polidez. É indispensável que o jornalista tenha um suporte sólido de compromisso associado a valores comuns e duradouros; e uma consciência consistente sobre os deveres e responsabilidades exigidos no ambiente profissional.

A responsabilidade técnica e ética do jornalista deve criar um ambiente de inclusão, convergência e certeza, e não um clima de exclusão, dispersão e dúvida. Neste sentido, o jornalista que quisesse especializar-se em Comunicação para a Paz e Desenvolvimento deveria preocupar-se não somente em formular na sua mente perguntas sobre eventuais facilidades ou dificuldades de leitura que o seu potencial leitor poderia vir a ter, mas também preocupar-se em antever possíveis efeitos do seu Discurso.

Os enunciados que um texto jornalístico contém são ferramentas através das quais o escrevente pode conseguir os seus propósitos, de forma consciente ou inconsciente, implícita ou explícita, pontual ou por hábito.

O que o Princípio da Ética e Deontologia Profissional sugere é que a responsabilidade faça parte da cultura do jornalista, ou seja, que o escrevente tenha de ser permanentemente consciente sobre os possíveis impactos do seu trabalho, incluindo o uso que faz da linguagem. Por isso, antes de escrever, seria necessário que pensasse sobre os resultados dos seus Discursos.

Para o Princípio da Ética e Deontologia Profissional, proporíamos as seguintes máximas:

(i) **Máxima do Profissionalismo e Ética** - mantenha a cultura e a postura de fazer

sempre *bem* e a postura do *bem*.

(ii) **Máxima de Empatia** - antes de escrever, e tanto quanto for possível, conheça o potencial leitor, coloque-se no lugar do destinatário da mensagem e anteveja alguns possíveis efeitos que o Discurso possa produzir.

(iii) **Máxima da Evidencialidade** – Sempre que necessário, explicita a fonte da informação contida no seu Discurso.

4.1.1.3. Princípio da Identificação e Motivação - é necessário que o jornalista, no seu Discurso inicial, contextualize o tema e a linguagem do ponto de vista cultural, da importância e da relação entre o objecto em causa e as características do potencial leitor.

Isto quer dizer que, apesar do escrevente estar a usar um meio de comunicação de massas, deve considerar o perfil do seu público-alvo específico, de modo a que possa interagir (ainda que de forma imaginada) com ele durante o processo de construção discursiva expressa no produto, que é o texto, de acordo com o propósito pré-determinado do Discurso – se tivermos em conta que o Discurso é sempre uma forma de mostrar, através de enunciados, acções, valores e crenças, “o fazer ou não fazer parte” de um grupo social particular.

Se o escrevente usar linguagens e contextos que não são conhecidos pelo leitor, este dificilmente conseguirá identificar-se com o tema e com a linguagem usada. Se isso ocorrer, poderá causar alguma desmotivação e fazer com que o destinatário da mensagem não conclua a leitura ou, mesmo concluindo, não faça a devida interpretação por falta de alinhamento de elementos cognitivos, linguísticos e culturais; por exemplo, em termos práticos, no caso de notícias internacionais que

envolvam parceiros de cooperação, o efeito do trabalho jornalístico poderá ser deficiente ou nulo.

Proporíamos como as máximas deste princípio as seguintes:

- (i) **Máxima de Identificação** - elabore Discursos em que o potencial leitor possa identificar a linguagem, as expressões e os contextos usados.
- (ii) **Máxima de Atracção** - elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.

4.1.1.4. Princípio da Inovação – o leitor, uma vez motivado através de linguagens, Discursos e contextos que estão de acordo com a sua condição cognitiva e cultural, certamente terá menos dificuldades em adaptar-se a novas linguagens e a novos elementos discursivos que, eventualmente, por imperativos linguístico-comunicacionais, possam ser introduzidos no texto.

Dependendo do tipo de texto jornalístico, cabe ao profissional usar estratégias discursivas que lhe permitam fazer a introdução dessas novidades linguístico-comunicacionais, de forma clara e oportuna, sem criar ruídos na comunicação e sem deturpar a mensagem.

Na nossa óptica, este Princípio teria as seguintes máximas:

- (i) **Máxima de Ocasão Oportuna** – escolha momentos e lugares oportunos para apresentar Discursos oportunos, do ponto de vista do interesse público.
- (ii) **Máxima da Novidade** – quando necessário e oportuno, produza Discursos que possam enriquecer o leitor, em termos de conhecimentos específicos e/ou cultura geral.

4.1.1.5. Princípio de Apaziguamento – em princípio, a paz, uma vez violada, só volta depois da guerra ou outro tipo de perturbação ou de violência, seja física ou psicológica. Olhando para o contexto em que o ser humano nasce, cresce e morre, e que quando nasce ele vem em paz (mesmo que seja pela inocência) e que quando morre ele vai descansar em paz, esta lógica da natureza humana só pode ser positiva para as boas relações humanas e para o desenvolvimento sustentável se a dicotomia for *guerra/paz* e não *paz/guerra*.

Por outras palavras, o Princípio de Apaziguamento sugere que o jornalista, ao escrever o seu texto sobre assuntos de conflitos e retrocessos, deve começar por estes e terminar com um Discurso que estimule, psicologicamente, o potencial leitor a assimilar e assumir o espírito da paz e progresso.

As máximas deste princípio poderiam ser as seguintes:

- (i) **Máxima da Pacificação** - elabore Discursos que, no seu final, possam inspirar paz e harmonia.

- (ii) **Máxima de Progressão** - elabore Discursos que, no seu final, possam inspirar dedicação e desenvolvimento.

As Máximas dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento seriam apresentadas esquematicamente conforme o quadro que se segue.

4.1.1.6. Resumo da Proposta dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento

	Princípios	Máximas
Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento: o jornalismo como um instrumento com valores construtivos e uma oportunidade para fazer <i>bem e o bem</i> .	Princípio da Formação e Competência	Máxima de Formação Holística e Continuada – forme-se continuamente em jornalismo, para que possa exercer a actividade com conhecimento de causa, de maneira sábia e competente.
		Máxima de Formação Especializada – equipe-se, o jornalista, de conhecimentos específicos sobre o tipo de jornalismo que se quer exercer.
	Princípio da Ética e Deontologia Profissional	Máxima do Profissionalismo e Ética – mantenha a cultura e a postura de fazer sempre <i>bem</i> e a postura do <i>bem</i> .
		Máxima de Empatia – antes de escrever, e tanto quanto for possível, conheça o potencial leitor, coloque-se no lugar do destinatário da mensagem e antevêja alguns possíveis efeitos que o Discurso possa produzir.
		Máxima da Evidencialidade – sempre que necessário, explicita a fonte de informação contida no seu Discurso.
	Princípio da Identificação e Motivação	Máxima de Identificação – elabore Discursos em que o potencial leitor possa identificar a linguagem, as expressões e os contextos usados.
		Máxima de Atracção – elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.
	Princípio da Inovação	Máxima de Ocasão Oportuna – escolha momentos e lugares oportunos para apresentar Discursos oportunos, do ponto de vista do interesse público.
		Máxima da Novidade – quando necessário e oportuno, produza Discursos que possam enriquecer o leitor, em termos de conhecimentos específicos e/ou cultura geral.
	Princípio do Apaziguamento	Máxima de Pacificação – elabore Discursos que, no seu final, possam inspirar paz e harmonia.
Máxima de Progressão – elabore Discursos que, no seu final, possam inspirar dedicação e desenvolvimento.		

Tabela 3: Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento – uma proposta de extensão do Quadro de Análise de Dados, apresentado na Tabela 2.

4.1.1.7. O paralelismo entre as Máximas no Âmbito dos Princípios Retóricos (LEECH, 1983) e as Máximas dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento (proposta de Vassoa)

Máximas dos Princípios Retóricos (LEECH, 1983)	Máximas dos Princípios Éticos e Deontológicos (Proposta de Vassoa)
<p>Máxima de Transparência: seja transparente, isto é, mantenha uma relação directa e transparente entre a semântica e a estrutura fonológica, ou seja, entre a mensagem e o texto.</p> <p>Máxima de Ambiguidade: não seja ambíguo.</p>	<p>Máxima de Formação Holística e Continuada – forme-se continuamente em jornalismo.</p> <p>Máxima de Identificação – elabore Discursos em que o potencial leitor possa identificar a linguagem, as expressões e os contextos usados.</p>
<p>Máxima de Redução: seja breve e facilite a interacção.</p>	<p>Máxima de Formação Holística e Continuada – forme-se continuamente em jornalismo.</p> <p>Máxima de Empatia – antes de escrever, e tanto quanto for possível, conheça o potencial leitor, coloque-se no lugar do destinatário da mensagem e antevêja alguns possíveis efeitos que o Discurso possa produzir.</p> <p>Máxima de Identificação – elabore Discursos em que o potencial leitor possa identificar a linguagem, as expressões e os contextos usados.</p> <p>Máxima de Atracção – elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.</p>
<p>Máxima de Iconicidade: seja expressivo</p>	<p>Máxima de Formação Holística e Continuada – forme-se continuamente em jornalismo.</p> <p>Máxima de Identificação – elabore Discursos em que o potencial leitor possa identificar a linguagem, as expressões e os contextos usados.</p> <p>Máxima de Atracção – elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.</p>
<p>Máxima de Quantidade: dê a quantidade certa de informação, isto é, faça com que a sua contribuição seja informativa como é requerida; não torne a sua contribuição mais informativa do que o requerido.</p>	<p>Máxima de Formação Holística e Continuada – forme-se continuamente em jornalismo.</p> <p>Máxima de Atracção – elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.</p>
<p>Máxima de Qualidade: tente fazer com que a sua contribuição seja verdadeira; isto é, não diga o que acredita ser falso; não faça declarações sem evidências.</p>	<p>Máxima do Profissionalismo e Ética – mantenha a cultura e a postura de fazer sempre <i>bem</i> e a postura do <i>bem</i>.</p> <p>Máxima da Evidencialidade – sempre que necessário, explicita a fonte de informação contida no Discurso.</p>
<p>Máxima de Relação: seja relevante.</p>	<p>Máxima do Profissionalismo e Ética – mantenha a cultura e a postura de fazer sempre <i>bem</i> e a postura do <i>bem</i></p> <p>Máxima de Empatia – antes de escrever, e tanto quanto for possível, conheça o potencial leitor, coloque-se no lugar do destinatário da mensagem e antevêja alguns possíveis efeitos que o Discurso possa produzir.</p> <p>Máxima de Atracção – elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.</p>

<p>Máxima de Modo: seja perspícuo; isto é, evite obscuridade de expressões; evita ambiguidade; seja breve (evite prolixidade desnecessária); seja ordeiro.</p>	<p>Máxima do Profissionalismo e Ética – mantenha a cultura e a postura de fazer sempre <i>bem</i> e a postura do <i>bem</i>.</p> <p>Máxima de Atracção – elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.</p>
<p>Máxima de Tacto: não seja rude.</p>	<p>Máxima do Profissionalismo e Ética – mantenha a cultura e a postura de fazer sempre <i>bem</i> e a postura do <i>bem</i>.</p> <p>Máxima de Empatia – antes de escrever, e tanto quanto for possível, conheça o potencial leitor, coloque-se no lugar do destinatário da mensagem e antevêja alguns possíveis efeitos que o Discurso possa produzir.</p> <p>Máxima de Atracção – elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.</p>
<p>Máxima de Generosidade: seja bondoso.</p>	<p>Máxima do Profissionalismo e Ética – mantenha a cultura e a postura de fazer sempre <i>bem</i> e a postura do <i>bem</i>.</p> <p>Máxima de Empatia – antes de escrever, e tanto quanto for possível, conheça o potencial leitor, coloque-se no lugar do destinatário da mensagem e antevêja alguns possíveis efeitos que o Discurso possa produzir.</p> <p>Máxima de Atracção – elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.</p>
<p>Máxima de Aprovação: não imponha, negoceie.</p>	<p>Máxima do Profissionalismo e Ética – mantenha a cultura e a postura de fazer sempre <i>bem</i> e a postura do <i>bem</i>.</p> <p>Máxima de Empatia – antes de escrever, e tanto quanto for possível, conheça o potencial leitor, coloque-se no lugar do destinatário da mensagem e antevêja alguns possíveis efeitos que o Discurso possa produzir.</p>
<p>Máxima de Modéstia: não seja arrogante.</p>	<p>Máxima do Profissionalismo e Ética – mantenha a cultura e a postura de fazer sempre <i>bem</i> e a postura do <i>bem</i>.</p> <p>Máxima de Empatia – antes de escrever, e tanto quanto for possível, conheça o potencial leitor, coloque-se no lugar do destinatário da mensagem e antevêja alguns possíveis efeitos que o Discurso possa produzir.</p> <p>Máxima de Atracção – elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.</p>
<p>Máxima de Respeito: não seja cínico; não use ironia ofensiva.</p>	<p>Máxima do Profissionalismo e Ética – mantenha a cultura e a postura de fazer sempre <i>bem</i> e a postura do <i>bem</i>.</p> <p>Máxima de Empatia – antes de escrever, e tanto quanto for possível, conheça o potencial leitor, coloque-se no lugar do destinatário da mensagem e antevêja alguns possíveis efeitos que o Discurso possa produzir.</p> <p>Máxima de Atracção – elabore Discursos que possam motivar e reter o interesse no leitor.</p>

Tabela 4: O paralelismo entre as “Máximas no Âmbito dos Princípios Retóricos” (LEECH, 1983) e as “Máximas dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento” (propostas de Vassoa)

Em termos práticos, as Máximas dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento, aqui sugeridas, no plano de paralelismo com as máximas no âmbito dos princípios retóricos (LEECH, 1983), teriam as seguintes particularidades, nas suas aplicações:

- (i) A Máxima de Ocasão Oportuna (escolha momentos e lugares oportunos para apresentar Discursos oportunos, do ponto de vista do interesse público) e a Máxima da Novidade (quando necessário e oportuno, desenvolva Discursos que possam enriquecer o leitor, em termos de conhecimentos específicos e/ou cultura geral), ambas do Princípio da Inovação, podem ser observadas em todas as máximas dos princípios retóricos, de Leech;
- (ii) Todas as Máximas dos Princípios da Formação e Competência, da Ética e Deontologia Profissional, da Identificação e Motivação e da Inovação podem ser aplicáveis no jornalismo geral, exceptuando a Máxima de Formação Especializada, que se aplica no jornalismo especializado.
- (iii) As Máxima de Formação Especializada (equipe-se de conhecimentos específicos sobre o tipo de jornalismo que queira exercer), do Princípio da Formação e Competência, a Máxima de Pacificação (elabore Discursos que, no seu final, possam inspirar paz e harmonia) e a Máxima de Progressão (elabore Discursos que, no seu final, possam inspirar dedicação e desenvolvimento), estas duas últimas do Princípio de Apaziguamento, são aplicadas somente no jornalismo especializado; neste caso, para aqueles jornalistas que queiram construir Discursos no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento.
- (iv) Logicamente que, para além das máximas indicadas no ponto anterior, o jornalista que queira especializar-se na construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento deverá observar também todas as máximas referidas no ponto “ii”.

Abordámos, nesta tese, questões ligadas à construção do Discurso no âmbito da comunicação para a paz e desenvolvimento porque, para além de ser a nossa proposta inicial, esta postura deveria ser, na nossa óptica e em termos gerais, um dos papéis capitais de jornalistas conscientes e íntegros, inseridos em qualquer sociedade humana, em que existam relações recíprocas entre almas, formas, conteúdos, contextos e funções.

O nosso enfoque nesta tese foi o Discurso que sustenta textos no jornalismo impresso; no entanto, as máximas que integram os Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento, aqui propostas, poderão ser extensivas ao jornalismo televisivo, radiofónico e electrónico (internet), cada modalidade merecendo eventuais acréscimos de máximas e de outros elementos linguístico-discursivo-comunicacionais específicos, de acordo com as suas particularidades.

Em termos globais, os Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento poderão contribuir para que os Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo, estipulados pela UNESCO, possam ser observados por profissionais desta especialidade.

De entre vários Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo (da UNESCO), destacamos o Princípio que se debruça sobre a deferência pelos valores mundiais e pela multiplicidade de culturas. Este pensamento defende que o jornalista íntegro é correligionário dos valores universais do humanismo, principalmente a paz, a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento social e a libertação nacional, exaltando, ao mesmo tempo, as características distintas, o valor e a dignidade de cada cultura, bem como o direito de cada povo escolher e incrementar espontaneamente os seus sistemas políticos, sociais, económicos e culturais. O jornalista influi assim activamente na reforma social, no sentido duma melhor democratização da sociedade, e contribui para criar e manter um ambiente de confiança, harmonia, segurança e

cooperação nas relações internacionais; um ambiente favorável à paz, justiça e ao desenvolvimento das nações.

Com estas ideias em mente, pretendemos desenvolver um modelo que possa explicar os resultados alcançados na nossa investigação, propondo, assim, para o futuro, a aplicação de uma abordagem teórica que envolva os Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento, como complemento do enquadramento teórico que apresentamos no Capítulo I desta dissertação, e cuja base teve por enfoque as máximas e os princípios propostos por LEECH (1983) e inspirados em GRICE (1975).

Os Princípios Éticos e Deontológicos sugeridos na tabela 3 do presente capítulo da tese constituem a nossa proposta de extensão didáctica do quadro de categorias de Análise de Dados (máximas no âmbito dos princípios retóricos) e, conseqüente e simultaneamente, a nossa proposta para a inclusão no esquema do enquadramento teórico especificamente para a Análise do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento. Por outras palavras, e esquematicamente, o enquadramento teórico seria conforme a figura 3 (ver na página seguinte), em que podemos comparar, na mesma lauda, com a figura 2, onde:

- (i) a figura 2 é uma réplica da figura 1, ou seja, é o esquema do enquadramento teórico usado na presente tese, sem a inclusão da proposta dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento; e
- (ii) a figura 3 é o esquema do enquadramento teórico usado na presente tese, com a inclusão da proposta dos Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento.

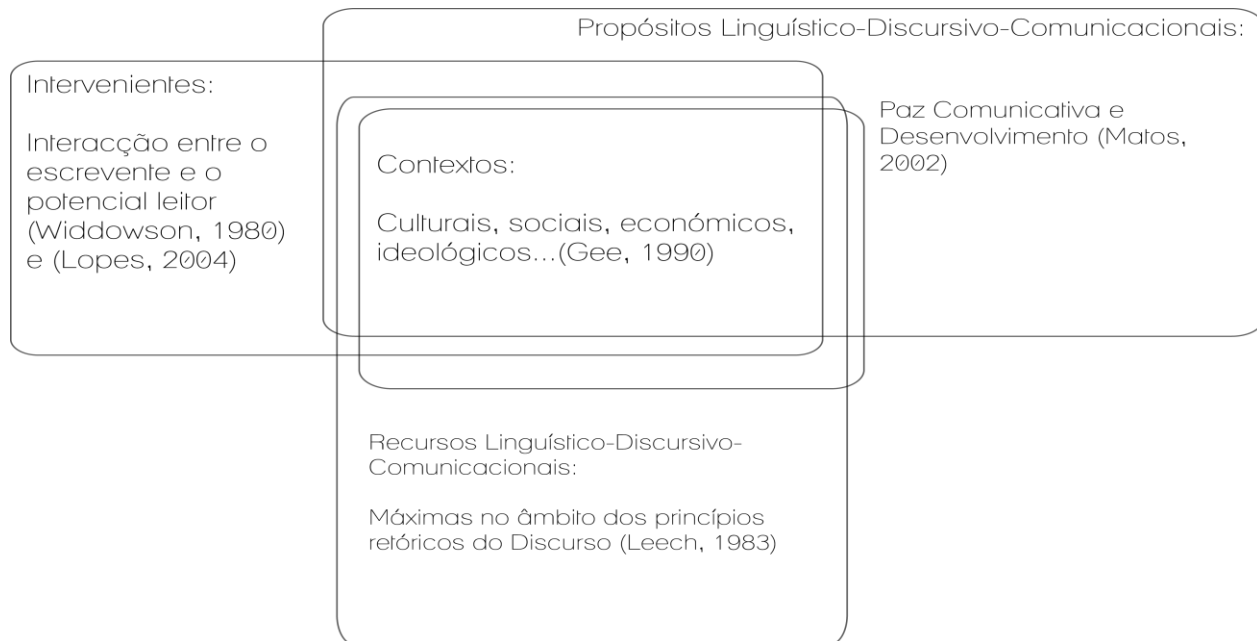


Figura 2 (réplica da Figura 1, para efeitos de comparação com a Figura 3): Esquema do Enquadramento Teórico usado nesta tese, sem a inclusão da Proposta de Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento.

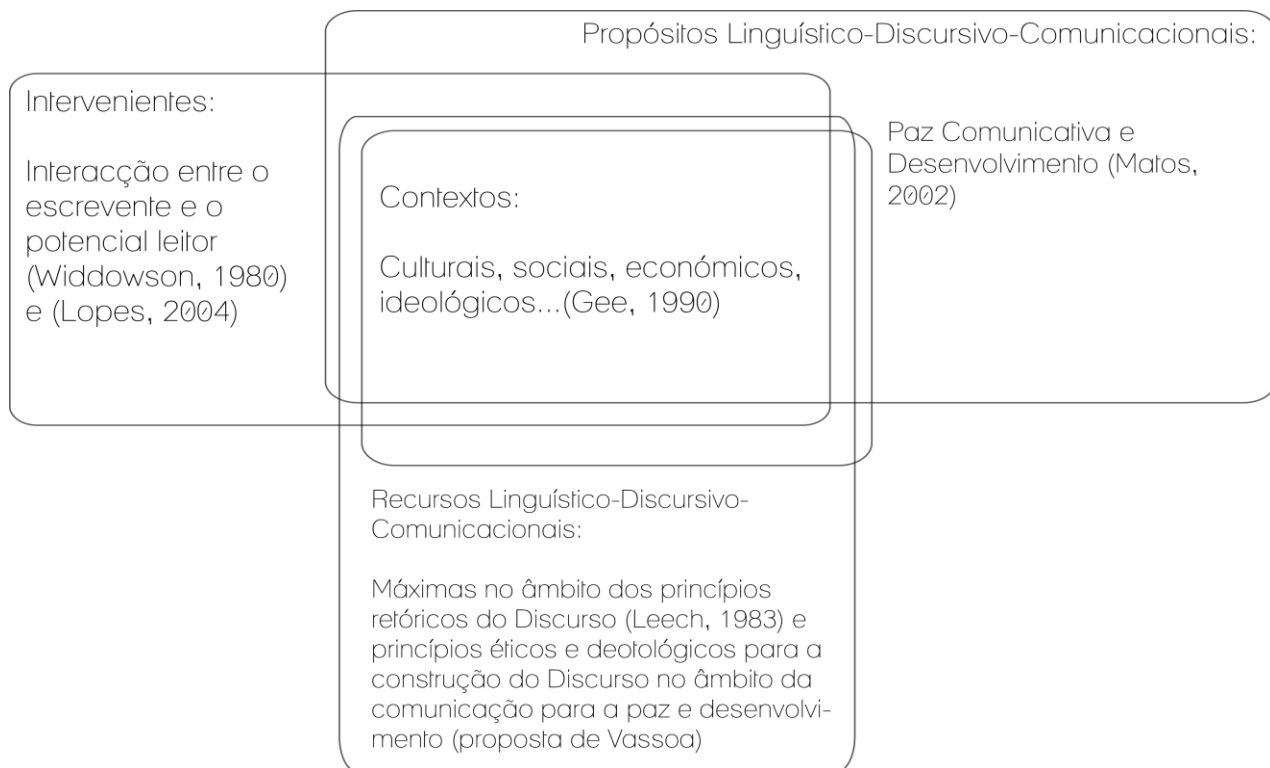


Figura 3: Esquema do Enquadramento Teórico usado nesta tese, com a inclusão da Proposta de Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento.

Como podemos verificar na figura 3, o resumo do enquadramento teórico seria voltado para as linhas retóricas do Discurso, segundo LEECH (1983), e para o esboço de Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento, propostos por VASSOA nesta tese, que serviriam como uma espécie de “meios” para atingir um “fim”, sendo esse fim, a paz e o desenvolvimento, na óptica de MATOS (2002), e em que, durante a interacção dos intervenientes na comunicação, sugerida por WIDDOWSON (1983a) e LOPES (2004), os contextos sociais, culturais, económicos, políticos, históricos e ideológicos referidos por GEE (1990) teriam um papel integrado e integrador.

Por último, destacamos que os Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento, aqui propostos, poderiam servir como um singelo contributo nos campos académico e profissional, ao nível nacional e internacional.

Por um lado, em Moçambique, os princípios poderiam apoiar na consecução do estabelecido na alínea “r” do Capítulo I do Código de Ética e Deontologia Profissional do Jornalista Moçambicano, introduzido pelo Sindicato Nacional de Jornalistas, SNJ, e aprovado na Namaacha, no dia 29 de Agosto de 2010. O referido artigo determina que o jornalista deve “promover a paz e o desenvolvimento sustentável.”.

Por outro lado, ao nível internacional, os princípios aqui propostos poderiam apoiar no incremento da Ciência para a Paz e Desenvolvimento, cujo Dia Mundial foi decretado pela UNESCO a 10 de Novembro de 2001, com o objectivo de estimular e consciencializar os indivíduos e as sociedades para a utilidade da ciência na promoção de sociedades mais humanas, pacíficas e prósperas, no presente e no futuro.

CONCLUSÃO

Na presente dissertação, interviémos, de entre outras matérias afins, no mundo da retórica, visto que o Discurso em termos da *notícia* escrita compreende relações sociais, ideológicas, culturais e económicas e exige uma aplicação adequada da retórica, entendida esta, em termos gerais e mais simples, como sendo o uso efectivo da linguagem na comunicação.

Foi assim que, no capítulo introdutório desta tese, enunciámos a seguinte questão: Como e em que medida o conhecimento linguístico, extralinguístico e interactivo influencia a escrita do jornalista do diário ‘Vertical’ quando este compõe a *notícia*, sobretudo no que diz respeito ao seu uso de mecanismos da retórica textual, e tendo nós como pano de fundo para a análise a Retórica de LEECH (1983) e o quadro analítico sobre a Paz e Desenvolvimento produzido por MATOS (2002).

À primeira vista, a formulação desta questão pode parecer relativamente óbvia; e de facto assim o foi, por opção metodológica, porque julgámos, *à priori*, que seria importante enunciar a pergunta de investigação desta forma. Como investigadores, pretendíamos mostrar a partir de tal enunciação óbvia, com toda a clareza e produtividade possíveis, que é possível concretizar um projecto de investigação e apresentar os resultados sob forma de dissertação académica.

Esta posição inicial foi suportada pelo facto de reconhecermos que mesmo *o que é óbvio* requer no seu tratamento mecânicas de construção e reconstrução, por vezes, complexas, tanto para a explicação dos dados (visão nomotética da realidade) como para a sua interpretação (visão hermenêutica da mesma). O âmbito da análise revelou-se um exercício árduo porque nem sempre foi fácil da nossa parte gerir uma espécie de tensão latente entre as duas visões da realidade que adoptámos: entre o que, por vezes, procuramos explicar (compreensão do texto) e o que procuramos interpretar através da reconstituição, muito na linha do nível da avaliação do texto que Halliday propõe na sua *Functional Grammar* (1985: xv).

Esta experiência investigativa fez-nos recordar constantemente o princípio da contextualização do processo comunicativo, que preconiza que o conhecimento do código não é condição suficiente para a comunicação ocorrer de forma bem-sucedida, de forma satisfatória. O comunicador precisa, pois, de recorrer aos contextos sócio-culturais que, em medida considerável, determinam “o que” e “o como” ele comunica, e assim agir de acordo com os constrangimentos extralinguísticos impostos ao acto de comunicar.

Nesta tese, de entre vários constrangimentos extralinguísticos, destacámos a natureza dos fenómenos ou dos objectos noticiados e as múltiplas características dos contextos envolvidos e envolventes nas notícias analisadas. O nosso argumento aqui reside no princípio que define que os vários Discursos enunciados por cada escrevente mudam e que, muitas vezes, não são completamente consistentes entre si; às vezes, há conflitos e tensões entre valores, crenças, atitudes, estilos de interacção, uso da linguagem e maneiras de estar no mundo em que representamos dois ou mais Discursos. Por outras palavras, na pragmática, um enunciado pode ter significados por fora, por dentro, em cima e em baixo, dependendo dos contextos e objectivos.

É por isso que o jornalista, nesta senda ilimitada de Discursos, se quiser realizar um trabalho bom e útil para os leitores e sociedade em geral, deve ser capaz de seleccionar Discursos apropriados, mantendo em linha de conta a sua função de *informar bem* e *fazer o bem*. No fundo, a escolha da linha discursiva de um jornalista responsável, que é uma escolha moral, só parece ser possível quando reúne e aplica, na palavra e no espírito, conhecimentos adequados (formação técnico-científica) e quando se mune de variados requisitos éticos, linguísticos e retóricos que procura usar apropriadamente nos seus contextos de actuação.

Foi a partir deste emaranhado de circunstâncias que influenciam as linhas discursivas com que o jornalista se cõe que, na presente tese, e por via de uma Análise do Discurso, procurámos (i) explicar como é que factores linguísticos, extralinguísticos e interactivos contribuem ou não para o

processamento jornalístico do texto noticioso; e (ii) como e em que medida o jornalista processa ou não adequadamente o seu Discurso, tendo em conta os princípios retóricos tratados por LEECH (1983), e tendo em conta o enquadramento que MATOS (2002) nos proporciona em termos do seu modelo de uma Linguística para a Paz e Desenvolvimento.

Guiada por estes objectivos e por um enquadramento teórico que nos fez desembocar no Quadro de Categorias para Análise dos Dados, constituído este quadro por máximas e princípios retóricos, e auxiliada por bibliografia afim, complementar e suplementar, a nossa pesquisa consistiu basicamente, de forma interdisciplinar, na análise dos Discursos que sustentam diversas notícias compostas por jornalistas do matutino moçambicano “Vertical”.

Na revisão da literatura, o enfoque incidiu na Retórica Textual, área principal da tese, ao mesmo tempo que se ia abrindo caminho para o afinamento do quadro teórico e respectivas categorias de apoio à análise de dados. Habitualmente, o conceito de “Retórica” é bastante tradicional, e o seu estudo refere-se, em geral, ao uso efectivo da linguagem na comunicação. Mas embora a Retórica tenha sido entendida, em particular nas tradições históricas, como a arte de usar competentemente a linguagem para fins de persuasão, para fins de expressão literária, ou para uma fala mais cuidada em público, Leech define o conceito sobretudo como sendo o uso efectivo da linguagem no seu sentido mais geral, aplicando-o à conversação e à escrita do dia-a-dia, incluindo o texto construído nas redes da comunicação social. Assim, partindo deste enquadramento, o enfoque da retórica incide no paradigma de uma fala orientada por objectivos e em que o falante ou o escrevente utiliza a linguagem para produzir determinados efeitos, respectivamente, na mente do ouvinte ou do leitor.

O argumento de Leech a favor de uma pragmática desenvolvida através de princípios conversacionais do tipo dos princípios de cooperação de Grice, em quem também se inspirou, restringiu o modelo retórico da pragmática ao estudo da comunicação linguística em termos desses

princípios conversacionais. Finalmente, não deixámos de discutir a importância da interactividade do acto comunicativo, sobretudo ao nível de possíveis reconstruções do acto de compor o produto (o texto noticioso) por parte do jornalista.

Na nossa intervenção analítica, tentámos ensaiar o nível de tratamento que Halliday considera ser o mais difícil de se alcançar, que é o da avaliação do texto. Por outras palavras, assumimos uma interpretação não só do contexto do texto, isto é, o seu contexto de situação e contexto de cultura, mas também o modo como o escrevente processou o que processou, incluindo possíveis intenções que conduziram ao produto.

Foi assim que identificámos e tratámos diferentes tipos de segmentos discursivos a partir do *corpus*, recorrendo às categorias retóricas já estabelecidas e sustentadas por uma linha teórica, anteriormente avaliada e justificada. Para além disto, e em dado momento da discussão dos dados, apercebemo-nos da ocorrência de constrangimentos de natureza moral e ética; por exemplo, o requisito para dizer a verdade poderá ser considerado como um imperativo moral. Mas o que nos leva a considerar a sua possível inclusão na análise da retórica é muito mais descritivo do que prescritivo. É assim que a nossa dissertação procura unir a Linguística à Comunicação Social no âmago da Retórica, como parte importante no domínio da Linguística Aplicada.

Ao logo do exercício da análise de dados, constatámos existir um certo paralelismo entre, por um lado, a capacidade/habilidade do jornalista em usar na sua linguagem os meios retóricos no âmbito da retórica textual, como sugere Leech e, por outro, os conhecimentos linguísticos, técnicos e éticos que esse mesmo jornalista possui ou não sobre os princípios que norteiam a elaboração de uma notícia jornalística. Esta constatação conduziu-nos para a área da Linguística da Paz (*Peace Linguistics*), uma das áreas em franca expansão científica nos EUA e no Brasil.

Por essa razão, e para o caso específico do tipo de jornalismo que aqui tratámos, ousámos apresentar, no capítulo sobre recomendações, uma modesta contribuição, em termos de “extensão didáctica”, a saber: uma “Proposta de Princípios Éticos e Deontológicos para a Construção do Discurso no Âmbito da Comunicação para a Paz e Desenvolvimento”. Sugerimos, assim, que estes princípios possam, também, em trabalhos futuros similares, fazer parte de um enquadramento teórico para o caso de uma retórica mais alargada ao jornalismo.

BIBLIOGRAFIA

- ARAKAKI, N. A. (2014) A obra “Moçambicanismos: Para um Léxico de Usos do Português Moçambicano” e suas implicações socioculturais, políticas e linguísticas nos espaços lusobantófonos. Tese de doutoramento (não publicada), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo.
- AUSTIN, J. L. (1962) *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press.
- BAPTISTA, I. (2011) Ética, deontologia e avaliação do desempenho docente. *Cadernos do CCAP (Conselho Científico para a Avaliação de Professores do Ministério da Educação de Portugal)*
In <http://www.ccap.min-edu.pt/pub.htm>. Data de acesso: Abril de 2015.
- BROWN, G. e YULE, G. (1983) *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CARRELL, P. L. (1984) Evidence of a formal schema in second language comprehension.
Language Learning 34:2, 87-111.
- CAVALCANTI, M. C. (1989) *Interação Leitor-texto: Aspectos da Interpretação Pragmática*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- CLARK, H. H. e CLARK, E. V. (1977) *Psychology and Language: An Introduction to Psycholinguistics*. Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich.
- COLE, P. e MORGAN, J. (eds.) (1975) *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press.
- CORDER, S. P. (1983) Strategies of communication. In: FAERCH, C. e KASPER, G. (eds.).

- COULTHARD, M. (1977) *An Introduction to Discourse Analysis*. Londres. Longman.
- CRUSE, A. (2006) *A Glossary of Semantics and Pragmatics*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- DAVIES, A. (2005) *A Glossary of Applied Linguistics*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- DECHERT, H. W. (1983) How a story is done in a second language. In: FAERCH, C. e KASPER, G. (eds.).
- DEUTSCH, K. W. (1982) *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília.
- FAERCH, C. e KASPER, G. (eds.) (1983) *Strategies in Interlanguage Communication*. Harlow: Longman.
- FERREIRA, L. A. (2010). *Leitura e Persuasão: Princípios da Análise Retórica*. São Paulo: Editora Contexto.
- FIORIN, J. L. (2009). *Elementos da Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto. [14^a ed., 2^a reimpressão].
- FISIAK, J. (ed.) (1981) *Contrastive Linguistics and Language Teacher*. Oxford: Pergamon Press.
- FREEDMAN, A., PRINGLE, I. e YALDEN, J. (eds.) (1983) *Learning to Write: First Language/Second Language*. Londres: Longman.
- GEE, J. P. (1990) *Social Linguistics and Literacies: Ideology in Discourses*. Bristol: The Falmer Press.
- GRICE, P. (1975) Logic and Conversation. In COLE, P. e MORGAN, J. (eds.) (41-58).

- HALLIDAY, M. A. K. (1985) *An Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold.
- HALLIDAY, M. A. K. (1973) *Explorations in the Functions of Language*. London: Edward Arnold.
- HOLMES, J. (1984) Text typology and preparation of materials. *Working Papers 10, 1984*. Projecto Nacional de Ensino de Inglês Instrumental em Universidades Brasileiras. Pontifícia Universidade de São Paulo.
- HYLMES, D. (1972) One Communicative competence. In: PRIDE, J. B. e HOLMES, J. (eds.) (269-293).
- JAMES, C., SCHOLFIELD, P. e YPSILADIS, G. (1994) Cross-cultural correspondence: Letters of application. *CLCS Occasional Paper n. 38, Summer 1994*. Trinity College Dublin, Centre for Language and Communication Studies.
- JAMES, C. (1980) *Contrastive Analysis*. Londres: Longman.
- KAPLAN, R. B. e BALDAUF Jr. R. B. (eds) (1999) *Language Planning in Malawi, Mozambique and the Philippines*. Clevedon: Multicultural Matters.
- KOTLER, P., JATUSRIPITAK, S. e MAESINCEE, S. (1997). *O Marketing das Nações: Uma Abordagem Estratégica para Construir as Riquezas Nacionais*. São Paulo: Futura.
- LEECH, G. N. (1983) *Principles of Pragmatics*. Harlow: Longman.
- LOPES, A. J. (2013a) Não foi isso o que quis dizer. Nunca entende o que digo! Do código ao processo de comunicação. Comunicação plenária apresentada ao I Congresso Moçambicano de Ciências da Comunicação. Maputo, 24-26 de Abril.

- LOPES, A. J. (2013b) Língua portuguesa em Moçambique: Timakas, milandos e desafios. *Revista da Academia Brasileira de Letras* 74, 117-134.
- LOPES, A. J. (2004) *A Batalha das Línguas: Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique/The Battle of the Languages: Perspectives on Applied Linguistics in Mozambique*. Maputo: Imprensa Universitária.
- LOPES, A. J. (1999) The language situation in Mozambique. In: KAPLAN, R. B. e BALDAUF Jr. R. B. (eds) (86-143).
- LOPES, A. J. (org.) (1998) *Universidade e Investigação: Comunicações de Maputo*. Maputo: Imprensa Universitária.
- LOPES, A. J. (1992) Considerations on literacy in the promotion of effective learning and use of African languages. In: LOPES, A. J. (ed.) (19-31).
- LOPES, A. J. (ed.) (1992) *The Role of Linguistics in the Promotion and Effective Use of National Languages*. Proceedings of the Third Linguistics Association for SADC Universities Conference. Maputo: Imprensa Universitária.
- LOPES, A. J. (1986) Interlingual discourse transfer: Mozambican-Portuguese to English. Tese de doutoramento (não publicada). University of Wales, Grã-Bretanha.
- LYONS, J. (1977) *Semantics* (v.1). Cambridge: Cambridge University Press.
- MATOS, F. G. (2002) *Comunicar Para o Bem: Rumo à Paz Comunicativa*. São Paulo: Editora Ave-Maria.
- MEYER, M. (2007) *A Retórica*. São Paulo: Editora Ática. [Tradução: Marly N. Press].

- NAZÁRIO, M. de L. (2011) Estudo pragmático: A teoria da relevância no processo comunicativo. *REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas* 3:2, 56-67. In www.ueg.inhumas.com/revelli67. Data de acesso: 19 de Abril de 2012.
- PERKINS, K. e ANGELIS, P. J. (1985) Schematic concept formation: Concurrent validity for attained English as a second language reading comprehension? *Language Learning* 35:2, 269-283.
- POPPER, K. R. (1972) *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach*. Oxford: The Clarendon Press.
- PRIDE, J. B. e HOLMES, J. (eds.) (1972) *Sociolinguistics*. Londres: Penguin.
- SAVILLE-TROIKE, M. (1982) *The Ethnography of Communication: An Introduction*. Oxford: Basil Blackwell.
- SCARCELLA, R. C. (1984) How writers orient their readers in expository essays: A comparative study of native and non-native English writers. *TESOL Quarterly* 18:4, 671-688.
- SEARLE, R. J. (1969) *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SELINGER, H. W. e SHOHAMY, E. (1989) *Second Language Research Methods*. Oxford: Oxford University Press.
- SINCLAIR, J. M. (1981) Planes of discourse. English Department of the University of Birmingham.

- SPERBER, D. e WILSON, D. (1986) *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Basil Blackwell.
- SRIDHAR, S. N. (1991) Contrastive Analysis, Error Analysis and Interlanguage: Three phases of one goal. In: FISIAK, J. (ed.) (207-239).
- THOMAS, J. (1992) Cross-cultural pragmatic failure. *Applied Linguistics* 4:2, 91-112.
- VASSOA, A. V. (2010) *Comunicação Social e Relações Interculturais: Desafios e Oportunidades da África Contemporânea*. Maputo: Ndjira.
- VENDRAME, V. (2010) Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa. São José do Rio Preto. In <http://www.livrosgratis.com.br>. Data de acesso: Janeiro de 2014.
- WALTERS, J. (1979) Strategies for requesting in Spanish and English: Structural similarities and pragmatic differences. *Language Learning* 29:2, 277-293.
- WIDDOWSON, H. G. (1983a) New starts and different kinds of failure. In: FREEDMAN, A., PRINGLE, I. e YALDEN, J. (eds.) (34-45).
- WIDDOWSON, H. G. (1983b) *Learning Purposes and Language Use*. Oxford: Oxford University Press.
- WIDDOWSON, H. G. (1980) Conceptual and communicative functions in written discourse. *Applied Linguistics* 1:3, 234-243.
- WIDDOWSON, H. G. (1978) *Teaching Language as Communication*. Oxford: Oxford University.
- WILLIAMS, R. (1983) Teaching the recognition of cohesive ties in reading a foreign language. *Reading in a Foreign Language* 1:1, 35-52.

ANEXOS

TEXTOS QUE CONSTITUÍRAM O *CORPUS*

Artigo 1

Criação da agência noticiosa sobre HIV/SIDA em Moçambique

(Maputo) Moçambique tem uma população aproximada de 20 milhões, sendo o maior país de língua oficial portuguesa depois do Brasil. Independente de Portugal há menos de 35 anos, esta nação africana sofre de vários problemas sociais, em especial, relacionados à saúde e à educação. Em todo o país, por exemplo, existem apenas 650 médicos e o primeiro curso universitário de Jornalismo começou a formar profissionais em 2007.

O primeiro caso de Sida em Moçambique foi registado em 1986, mas ainda em guerra civil, o país não tinha entre as prioridades enfrentar a epidemia. Entretanto, com o Acordo de Paz em 1992, milhares de moçambicanos refugiados nos países vizinhos, onde a incidência do HIV já era altíssima, retornaram, contribuindo assim para uma expansão incontornável do vírus.

Nos últimos anos, algumas questões culturais, como as parcerias múltiplas e concorrentes, e muitas crenças falsas que vão contra os meios de prevenção do HIV fizeram com que o vírus atingisse 16% da população sexualmente activa, o que, segundo as Nações Unidas, está entre as 10 (taxas) mais altas do mundo.

É diante deste cenário que surgiu a ideia de se fundar, em Moçambique, um serviço de produção de notícias e apoio aos jornalistas nos mesmos moldes de Agência de Notícias do HIV/SIDA.

“Quando fundei a Agência do HIV/SIDA no Brasil, em Maio de 2003, disse em entrevista à revista Imprensa que a próxima parada seria a África. Sempre tive vontade de realizar um trabalho semelhante ao que construímos no Brasil nos países de língua portuguesa”, afirma a editora executiva da Agência de Notícias da Aids, Roseli Tardelli, “além de ser um desafio e um grande presente que ganho neste ano de 2009: a oportunidade de contribuir para que jornalistas africanos estejam cada vez mais conscientes e engajados na luta contra o crescimento do HIV”, acrescentou.

Com este objectivo, Tardelli, representando a Agência Aids, e o jornalista moçambicano Alfredo Libombo Tomás, representando o Misa (Media Institute of Southern Africa) – Moçambique, assinaram no final do ano passado um memorando de entendimento que resultará ainda no primeiro trimestre deste ano na fundação de uma agência noticiosa especializada no tema HIV/SIDA, baseada na capital moçambicana, Maputo.

[...]

Um estudo divulgado em 2006 pela Gender Links e Projecto Monitoria dos Media ressaltou que a cobertura sobre HIV/SIDA nos órgãos de informação de Moçambique era extremamente baixa e, de 3.064 reportagens analisadas, apenas 5% eram sobre Sida, o que foi considerada ruim pelos pesquisadores, já que a epidemia está entre os piores problemas do país.

Liderança Brasileira

A Agência de notícias sobre o Sida em Moçambique receberá um apoio directo do UNAIDS no Brasil e em Moçambique, do Fundo das Nações UNIDAS Para a Infância (UNICEF) e do Programa Nacional de DTS/Sida, por meio do Centro Internacional de Cooperação Técnica (CICT).

Carlos Passarelli, coordenador do CICT, considerou que este projecto será um grande aliado na divulgação de informações sobre HIV e Aids para toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tendo lembrado que em Abril de 2008, durante a I Reunião de Ministérios da Saúde da CPLP, ocorrida em Cabo Verde, os participantes já tinham concordado em se apoiarem no enfrentamento do HIV.

[...] “A criação de uma agência em Moçambique vai fortalecer o papel que o Brasil está construindo para uma agenda de **cooperação horizontal** com os outros países de língua portuguesa”.

O acordo feito pela Agência de Notícias de HIV/Sida e o MISA-Moçambique visa, sobretudo, prestar apoio técnico nesta parceria, criando assim um serviço africano que possa, através de intercâmbios com o Brasil, melhorar a qualidade das informações sobre a Aids naquele país e contribuir para a diminuição de cerca de 500 infecções diárias pelo HIV/Sida.

In: Vertical, edição da quarta-feira, 14/01/2009 – n. 1737

Artigo 2

Prevenção na dianteira

(Maputo) O antigo Presidente da Botswana, Festus Magae, referiu que a aposta na prática de circuncisão pode ajudar na prevenção do HIV/SIDA pois, nos locais de maior nível de circuncisão, as taxas de prevalência são menores.

Falando esta semana na qualidade de porta-voz do encontro entre a Delegação do Secretariado dos Campeões da Geração Livre do HIV/SIDA e os membros do Conselho Directivo do Conselho Nacional do Combate ao Sida (CNCS), Festus Magae explicou que “esta medida pode ajudar a região da África Subsariana – a mais afectada – a reduzir a propagação desta pandemia, mas os aspectos culturais constituem barreira, dado que essa prática não é ainda hábito, nem costume de algumas comunidades. (redacção)

In: Vertical, edição da quinta-feira, 12/02/2009 – n. 1757

Artigo 3

Recordar o ataque à Matola

(Matola) No dia 14, o Alto Comissariado da África do Sul em Moçambique vai comemorar o 28º aniversário do ataque à Matola por forças militares do antigo regime sul-africano de segregação racial, vulgo “Apartheid”, no qual morreram 16 cidadãos **da mesma nacionalidade** e uma pessoa de origem portuguesa.

Conforme dados na posse do “vt”, à margem da cerimónia será lançada a primeira pedra para a construção do monumento junto ao local do ataque e dentre diversas manifestações das celebrações de 30 de Janeiro de 1981, será recordado como Moçambique, país do exilo que apoiou o Movimento de Libertação Sul-africano, acto que continua válido através das relações de amizade e cooperação dos países.

Dentre personalidades sul-africanas que estarão presentes na cerimónia, o destaque vai para a ministra sul-africana dos Negócios Estrangeiros, Nkosazana Zuma, a poetisa Lebo Mashile, esta última que irá declamar seus poemas no cemitério, onde jazem seus compatriotas, além das presenças do Bispo Mpumlwana, o reverendo de Mpumalanga, Mashego-Dlamini e o Bispo anglicano D. Dinis Sengulane (moçambicano). (redacção)

In: Vertical, edição da quinta-feira, 12/02/2009 – n. 1757

Artigo 4

Zâmbia substitui Moçambique no CA da OIT

(Maputo) A República da Zâmbia foi confirmada em Genebra – sede mundial da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – como novo representante titular dos países da SADC no Conselho de Administração (CA) deste organismo especializado das Nações Unidas para os assuntos laborais e sociais, para o período 2011-2014 – ocupando o lugar vago deixado pelo nosso país – facto ocorrido anteontem, na 100ª Conferência Internacional do Trabalho, o que vem confirmar a vontade expressa pelos ministros do Trabalho, Emprego e de Assuntos Sociais, em Windhoek, na Namíbia, em Maio último.

Sabe-se que dos 13 lugares reservados ao continente africano, 3 pertencem à SADC, sobretudo pelo facto de Angola ter na estrutura como suplente, concorrendo pela Zona Central de África, enquanto a Tanzânia foi eleita para membro titular pela Africa Oriental e, conforme os ministros do Trabalho, com a saída de Moçambique e África do Sul do órgão decisor da OIT, a Zâmbia o Zimbabwe foram apresentados como candidatos oficiais da SADC para as eleições de 2011.

Salienta-se o facto dos poderosos do Continente terem tentado, em vão, concorrer sem o aval das respectivas sub-regiões e do continente a que pertencem – a África – e terem sido excluídos dos processos, uma situação que ficou clara desde a reunião de Março último, em Windhoek, como também dos ministros do Trabalho, que decorreu em Yaoundé (Camarões) – em Abril – mas, mesmo assim, preferiram avançar com uma candidatura solitária, sem representação regional ou continental.

Entretanto, a Ministra do Trabalho (Moçambique), Maria Helena Taipo, que esta semana entrega o lugar rotativo à Zâmbia – como membro do CA da OIT em Genebra –, observou na altura que era importante que os países membros da SADC fossem mais unidos e que pautassem pelas regras estabelecidas dentro do bloco e, sobretudo, da Comissão dos Ministros do Trabalho, fazendo alusão ao facto de, em Abril de 2008, durante a reunião anual da Comissão, ter havido acordo sobre que devia substituir Moçambique em Genebra, neste caso a vizinha Zâmbia.

Recordar que no Continente Africano foram eleitos como membros titulares os seguintes países: A Tanzânia, Zâmbia, Egipto, Congo, Togo e Níger; enquanto para o cargo de membros-adjunto, ficaram: Angola Zimbabwe, Botswana, Gana, Argélia, Quênia e Sudão. (redacção)

In: Vertical, edição da quarta-feira, 08/06/2011 - n. 2334

Artigo 5

Moçambique continua menino bonito do FMI

(Maputo) Não obstante a robustez e crescimento da economia moçambicana acima de 6%, em 2008, face à alta de preços internacionais de combustível e de produtos alimentares, o Fundo Monetário Internacional (FMI) exorta o Governo, cujo desempenho macro-económico classifica-o de satisfatório, monitorar a situação da actual crise financeira internacional, enquanto um país dependente de ajuda externa.

O representante do FMI em Moçambique, Felix Fischer, falando na sexta-feira última numa conferência de imprensa, deu nota positiva ao desempenho do Governo liderado pelo Presidente da República, Armando Guebuza, dizendo que os resultados macro-económicos estão conforme o programa acordado com a sua instituição, pois, “todos os critérios de avaliação quantitativos e estruturais até fim de Junho de 2008 foram cumpridos”.

“E olhando para o futuro, o Governo está comprometido a manter a estabilidade macro-económica com políticas fiscais e monetárias prudentes”, avaliou Felix Fischer, anotando que o Orçamento do Estado para 2009, por exemplo, está orientado por uma meta de aumento de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) na receita interna, para além da reintrodução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), sobre o gasóleo no mês passado”.

Quanto às decisões tomadas pelo Conselho de Administração do FMI, em Washington, em Janeiro passado, com relação a Moçambique, Felix Fischer afirmou: “as autoridades moçambicanas devem ser felicitadas pelo vigoroso desempenho macro-económico, o qual deve-se grandemente à implementação das políticas orçamentais prudentes, considerando o contexto internacional extremamente difícil”, apontando o corte de financiamento nas despesas não prioritárias do país como uma das medidas tomadas face à situação.

[...] O FMI ainda congratula o Governo de Armando Guebuza, pelos avanços registados nas reformas estruturais, em particular na implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE) até ao nível do Distrito, “permitindo a melhoria da execução das despesas de forma transparente, como também as reformas tributárias”. (redacção)

In: Vertical, edição da segunda-feira, 16/02/2009 – n. 1759

Artigo 6

Burocracia pode minar circuito comercial

(Maputo) A burocracia no registo de empresas é algo que constitui o “calcanhar de Aquiles”, podendo até minar o funcionamento pleno da actividade comercial em quase todo o mundo. No entanto, o Governo Português, para fazer face a este embaraço, efectuou uma reforma nos registos, culminando com a criação da iniciativa de “empresa na hora”, que reduziu drasticamente os dezassete anteriores actos de registo para um único momento, de forma rápida, fácil, mais barata e segura, conforme referiu Alberto Costa, Ministro da Justiça de Portugal, que esta semana visitou Moçambique.

[...] Falando numa palestra subordinada ao tema “Política de Justiça em Portugal e o Papel das Novas Tecnologias”, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane e inserida no âmbito da sua visita a Moçambique, o Ministro da Justiça de Portugal garantiu que recorrendo a iniciativa “empresa na hora”, o processo leva em média uns 34 minutos para se constituir uma sociedade, frisando que “empresa na hora” representa cerca de 70% das sociedades comerciais actualmente criadas em Portugal.

Salientar que várias reformas levadas a cabo por aquele país europeu levaram o Banco Mundial (BM) a considerar Portugal “Top Reformer” em matéria de constituição de sociedades e ainda ganhou o prémio europeu na categoria de redução de burocracia.

Ainda no tocante a registos de empresas, Costa explicou que se efectuou uma outra iniciativa: “casa pronta”, que é uma profunda simplificação de registos comercial, civil, predial e automóvel, com destaque para a eliminação da obrigatoriedade da celebração de escrituras públicas para os actos da vida societária.

Contudo, Alberto Costa salientou que a reforma nos registos “engloba registo predial *online*, de empresas e automóveis e ainda de outros vários serviços, como informação empresarial simplificada, publicação dos actos da vida societária recorrendo a ferramenta tecnológica.

[...] Lembrar que o Presidente da República, Armando Guebuza, discursando no fim do retiro que decorreu no Município da Namaacha, considerou que a burocracia, para além de minar o desenvolvimento do país, atrasa a vida do cidadão e a mesma “não pode ser exercida pelo funcionário de Estado para dificultar a vida do cidadão, mas sim, “para facilitar, pois, o funcionário público foi colocado no lugar para servir o público”. (redacção)

In: Vertical, edição da sexta-feira, 27/02/2009 – n. 1768

Artigo 7

Chineses Resistem à Crise

(Maputo) Empresas chinesas não temem a crise financeira internacional, porque possuem reservas suficientes para o auto-sustento ao longo do período que durar a recessão da economia dos países industrializados, segundo revelou ao “vt” Shu Hua, empresário do ramo de construção e parceiro de Herto Comercial, uma das 40 companhias daquele país asiático que participam, desde ontem, por cinco dias, na feira de produtos chineses em Maputo, afastando, desde já, a hipótese do impacto negativo da crise.

Shu Hua, um dos sócios da CCM Construções, empresa adjudicada às obras de construção do edifício da Procuradoria-Geral da República (PGR), disse ao “vt”, horas antes da abertura da feira das empresas da província chinesa de Hubei, que “as empresas chinesas não têm medo dos problemas financeiros que abalam a economia mundial porque, antes da crise, acumularam riquezas suficientes para aguentar com a mesma”.

A uma pergunta sobre a rentabilidade de empresas chinesas nos países africanos, o expositor de material de construção afirmou que “Angola é um dos países da África subsaariana com um mercado mais rentável”, que Zimbabwe, Namíbia, Moçambique e África do Sul, onde também estão instaladas.

Shu Hua explicou-nos, a seguir, que “Angola, com abundantes recursos naturais, tais como petróleo, diamantes e outros minérios valiosos, tornou-se num país economicamente rico, logo que no fim da guerra abriu as portas para investimentos estrangeiros”.

Porém, o expositor avalia de forma positiva o mercado moçambicano, dizendo que “não há dúvidas que os produtos chineses têm muita aceitação em Moçambique; o exemplo disso é a presença em massa destes empresários para a promoção de seus produtos”.

As empresas da província chinesa de Hubei expõem na Feira Internacional de Maputo (FACIM) produtos tais como: “equipamento de construção, mobiliário, electro-domésticos, painéis solares, entre outros”. (redacção)

In: Vertical, edição da sexta-feira 20/02/2009 n. 1763

Artigo 8

Apoio ao sector da justiça continua

(Maputo) Os Ministros da Justiça de Moçambique e de Portugal acordaram esta semana no apoio à formação de quadros no combate às formas mais graves de criminalidade, tais como: corrupção, tráfico de seres humanos, terrorismo, crime organizado e transnacional, conforme afirmou Alberto Costa, ministro da Justiça de Portugal no fim da sua visita de cinco dias ao país.

Alberto Costa disse que “para o reforço da capacidade técnica ou científica da investigação, Portugal disponibilizou 10 Kits de exame ao local de crime, um dos quais já foi entregue a Moçambique: equipamento fotográfico para fixação da prova no local do crime, seis computadores, duas impressoras portáteis e outra de alto débito”, acrescentado que “a oferta inclui 300 descartáveis”, num país que **talvez** a sua homóloga não tenha informado que numa semana, são detidas mais de 300 pessoas por delito comum... (redacção)

In: Vertical, edição da sexta-feira, 27/02/2009 – n. 1768

Artigo 9

Serigrafias e Gravuras do Mestre Malangatana

(Maputo) No âmbito das celebrações este mês de Junho de aniversário do Mestre Malangatana Valente Nguenha, é inaugurada hoje, no Consulado Geral de Portugal, a exibição de Serigrafias e Gravuras do mestre editadas pelo Centro Português de Serigrafia, quatro das quais estão ilustradas com poemas da autoria do Mestre Malangatana. (redacção)

In: Vertical, edição da terça-feira, 14/06/2011 – n. 2338

Artigo 10

“Mola” para obras e fiscalização

(Maputo) O Ministro da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Aiuba Cuereneia, e o Director Residente do Banco Mundial, Lawrence Clark assinaram, sexta-feira, um acordo de crédito para a concessão de um valor adicional na ordem de USD 41 milhões que será utilizado para cobrir o défice orçamental existente para a reabilitação dos três troços da Estrada Nacional N1, nomeadamente: Jardim» Benfica (Obra e Fiscalização), Xai-Xai Chissibuca (obra e fiscalização) e Massinga Nhachengue (fiscalização).

Referir que no âmbito do Programa Integrado do Sector de Estradas (PRISE) 2007 2009, a IDA, em 2007, concedeu ao Governo moçambicano, “um crédito no valor de USD 100 milhões alocados ao fundo de estradas para a reabilitação de estradas e apoio institucional do sector.

Durante a implementação do programa, “verificou-se que o valor inicialmente alocado não era suficiente, devido a conjuntura económico-financeira internacional, que culminou com a subida dos preços dos materiais de construção no mercado e, como consequência, registou-se um *deficit* financeiro”, sobretudo para a conclusão das obras de reabilitação dos troços acima mencionados da Estrada Nacional N1 e, através destes fundos, “serão financiadas as demais actividades constantes no projecto, tais como “Assistência Técnica, Consultoria e Estudos”, sendo o objectivo do Governo prosseguir com os esforços para melhorar a transibilidade destes troços, por via de uma reabilitação de raiz, manutenção e modernização da rede de estradas classificadas.
(redacção)

In: Vertical, edição da terça-feira, 05/07/2011 – n. 2353

Artigo 11

Processos pendentes preocupam governantes

(Maputo) A acumulação de processos nos tribunais não acontece somente em Moçambique, conforme revelou esta semana o ministro da justiça de Portugal (MJP), Alberto Costa, pois, a mesma situação faz-se sentir naquele país europeu e, nos finais da década de 90, haviam cerca de 1.200.000 processos não vincados nas instituições de justiça, mas graças a medidas de descongestionamento e de algumas reformas efectuadas, nos últimos dois anos, a redução situa-se nos 98.454 processos pendentes.

Falando numa palestra subordinado ao tema “Política da Justiça em Portugal e o Papel das Novas Tecnologias”, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FD-UEM), Alberto Costa referiu que para descongestionar processos nos tribunais, “houve uma redução do período de férias judiciais de verão de dois meses (16 de Junho a 14 de Setembro) para um (somente em Agosto), acções civis declarativas para cobrança de dívidas no domicílio do réu, incentivos excepcionais à desistência de acções...

... Moçambique vs. Portugal

Entretanto, a ministra da Justiça de Moçambique (MJM), Benvinda Levi, revelou que as relações de cooperação entre Moçambique e Portugal não registaram grandes avanços nos últimos três anos. Falando em conferência de imprensa, Benvinda Levi explicou que tal situação deve-se à falta de uma clareza dos objectivos dos acordos estabelecidos entre os dois países no domínio da justiça nos últimos anos.

A título de exemplo, os Governos de Moçambique e português assinaram um memorando de entendimento, com uma vigência de três anos (2006-2009), estando já a caminhar para o seu fim e que incidia sobre as áreas de formação de quadros, reformas legislativas, administração da justiça, serviços prisionais, registo e notariado, documentação jurídica e utilização de novas tecnologias, bem como edições jurídicas.

Depois de constatar esta situação, Moçambique mostrou o interesse de renovar o acordo com Portugal, desta vez com objectivos concretos nas sete áreas e para além das sete áreas identificadas, Levi sublinhou que no domínio do patrocínio jurídico, abre-se uma possibilidade de cooperação entre os dois países, embora a realidade sócio-económica dos mesmos seja diferente e Alberto Costa defende que o estado das relações na área da justiça é promissor: “Temos experiência e prática de cooperação estabelecidas no passado, conhecemo-nos e queremos continuar a desenvolver a nossa cooperação, por isso estamos a apontar para uma série de áreas e queremos fixar objectivos concretos para podermos dizer, no decurso do cumprimento do próximo memorando, que alcançamos os objectivos”.

A visita do governante português termina amanhã, para além de manter contactos com vários dirigentes do país, manterá uma audiência com o Presidente da República (PR), Armando Guebuza. **Recordar que** a visita de Alberto Costa é em resposta a um convite formulado pela ex-ministra da Justiça, Esperança Machavela, aquando da sua visita a Portugal em Maio de 2006, onde avaliou a cooperação entre os dois países nesta área. (redacção)

In: Vertical, edição da quinta-feira, 26/02/2009 – n. 1767

Artigo 12

SINDICALIZAÇÃO:

Vitória Diogo no Canadá

(Maputo) A ministra da Função Pública (MFP), Vitoria Diogo, efectua, desde ontem até dia 15 de Julho corrente, uma visita de trabalho ao Canadá, no âmbito das actividades conducentes à criação das condições para a abertura sindical na função pública moçambicana, segundo uma nota de imprensa recebida na nossa redacção.

De acordo com a nota de imprensa, no Canadá a delegação moçambicana manterá diversos encontros com diferentes instituições governamentais canadianas relevantes na matéria de sindicalização, para além de encontros com representantes das principais organizações sindicais do sector público do Canadá, com o objectivo de colher experiências sobre a sindicalização na administração pública, pois, este país é reconhecido como uma referência mundial nesta matéria, sendo ainda objectivo concreto desta visita de estudo das autoridades da função pública de Moçambique debruçar-se-á *in loco* sobre os passos e a experiência canadiana no domínio da sindicalização e diálogo social.

Dois aspectos centrais serão presentes em todas as actividades previstas, nomeadamente: o desenvolvimento e implantação da legislação para o estabelecimento de sindicatos na administração pública e a capacitação do sector público no diálogo com sindicatos.

Outras áreas de trabalho nesta missão ao Canadá incluem o estabelecimento e implementação de mecanismos de diálogo social com o sector privado e o terceiro sector e estratégias para a melhoria contínua da prestação de serviços públicos.

Recordar que acompanham a Ministra da Função pública ao Canadá, dirigentes e quadros seniores da instituição e outros quadros dos Ministérios da Educação e da Saúde, instituições do Estado com maior número de funcionários, e representantes da OTM Central Sindical. (redacção)

In: Vertical, edição da terça-feira, 12/07/2011 – n. 2358

Artigo 13

Fundo para actores não estatais

(Maputo) A Delegação da Comissão Europeia em Moçambique lançou, esta semana, um convite para a apresentação de propostas ao abrigo do “Programa Temático para Actores Não Estatais e Autoridades Locais no **Desenvolvimento**”, com um montante global indicativo de **3,000.000**, sendo o objectivo global promover uma sociedade que prestigie os princípios da integração e autonomia, a fim de facilitar aos Actores Não Estatais e às Autoridades Locais a participação em Estratégias de Redução da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável.

[...]

Recordar que os projectos devem estar orientados para: “aumentar a capacidade dos cidadãos e das suas organizações; para articular e representar interesses, promovendo parcerias, redes e alianças entre intervenientes; melhorar a eficiência e eficácia dos serviços prestados pelos Actores Não Estatais na área de HIV/SIDA, cuidados primários de saúde; educação primária, formação vocacional e nutrição; para promover soluções inovativas para a gestão sustentável de recursos e serviços públicos, tais como florestas e lixo; melhorar a organização pelo governo local de serviços público básicos, capitalizando o valor acrescentado de trabalhar em parceria com a sociedade civil.” (redacção)

In: Vertical, edição da sexta-feira, 27/02/2009 – n. 1768

Artigo 14

Moçambique longe de atingir ODM

(Maputo) Na sequência de altas taxas de mortalidade materna, neo-natal e infantil, os profissionais de saúde estão reunidos desde ontem em Maputo para delinear novas estratégias, com vista a minimizar o problema; porquanto, cientes de que nenhum país africano poderá atingir as Metas dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) nesta área.

O ministro da saúde, Paulo Ivo Garrido, constringido com a situação, exortou o pessoal médico a envidar esforços no sentido de reduzir cada vez mais as actuais taxas, que, segundo os inquéritos democráticos e de saúde (IDS) de 1997 e 2003, respectivamente, a mortalidade materna reduziu de 692/100.000 nados vivos, em 1997, para 408/100.000 NV e a infantil de 145 para 124/100.000NV.

Aliás, para Ivo Garrido, atendendo e considerando as declarações dos mentores da iniciativa dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), segundo as quais nenhum país africano até 2015 poderá atingir as metas nesta área, que preconiza a redução das mortalidades para metade, o Ministério da Saúde (MISAU) afirma que de todas as mortes maternas (indicador mais fiável do estado de saúde de um país), “3/4 se podem evitar, tais como: hemorragia, trabalho de parto arrastado, doença hipertensiva da gravidez e aborto séptico...” (redacção)

In: Vertical, edição da quinta-feira, 12/02/2009 – n. 1757

Artigo 15

Verticais (1)

(Maputo) Dos 105 médicos graduados ano passado pelas Universidades Eduardo Mondlane (UEM) e a Católica de Moçambique (UCM), 80 deles já se apresentaram nos novos postos de trabalho, segundo revelou o Ministro da Saúde (MISAU), Paulo Ivo Garrido, frisando que “com outros 80 médicos a terminar o curso este ano, o rácio vai fixar-se em 1 médico por 25 mil moçambicanos”, uma meta ainda longe da pretendida pelo executivo de Armando Emílio Guebuza, ou seja, também bem distante da dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). (redacção).

In: Vertical, edição da segunda-feira, 23/02/2009 – n 1764

Artigo 16

Uma data para a história: Barack Obama toma posse e Guebuza completa 66 anos

(Maputo) Celebramos hoje a passagem do dia 20 de Janeiro de 2009. Do lado do Continente Americano, o mundo estará de olhos postos e/ou virados para Washington DC – a capital dos Estados Unidos da América (EUA) para “in loco” testemunhar a tomada de posse do homem mais poderoso do Planeta, do seu nome completo: Barack Hussein Obama, um jovem que um dia sonhou governar o mundo, via EUA. Hoje, Barack Obama prestará juramento como o 56º chefe de Estado dos EUA e nesta tomada de posse os números que nos são adiantados falam por si: cerca de 75 milhões USD para custear a tomada de posse de Obama, o primeiro Estadista negro norte-americano. **Obra!** Mas, bem distante dos EUA, neste **berço da Humanidade**, chamado Moçambique – Pérola do Índico – temos um **Homem** especial para todos os moçambicanos que celebra mais um ano de vida!

Trata-se do nosso Presidente da República (PR), Armando Emílio Guebuza que completa justamente nesta data, 66 **primaveras**. Uns dirão que é a obra ou destino mas, **para o “vt” é Bênção de Deus** ter-nos dado a oportunidade de cruzarmos nesta caminhada das nossas vidas com esta figura e termos privilégio e orgulho de o termos como o nosso Chefe de Estado!

Armando Guebuza nasceu a 20 de Janeiro de 1943. Filho de Miguel Guebuza e Marta Bocota Guebuza, passou uma parte da sua juventude dedicando-se a causas nobres da Pátria moçambicana, e sua história e visão estão directa ou indirectamente ligadas à vida do Povo moçambicano, desde os tempos da dominação colonial até aos tempos de hoje que a agenda é a erradicação da Pobreza Absoluta, uma batalha que acredita que um dia será vencida.

Recordar que Armando Guebuza é a aposta para as presidenciais de 2009 pois, reunido na III Sessão Ordinária do Comité Central, este órgão do partido dos camaradas elegeu-o por unanimidade para concorrer a sua própria sucessão.

Parabéns Senhor Presidente da República e longos anos de Vida, são desejos da redacção do “vt”.
(redacção)

In: Vertical, edição da terça-feira, 20/01/2009 – n 1741

Artigo 17

Barack Obama agradece à América

(Washington) “Obrigado América!”, agradeceu anteontem o Presidente eleito dos Estados Unidos Barack Obama, aplaudido em delírio por uma multidão que encheu completamente o relvado do Mall da capital norte-americana e prometeu voltar hoje para assinar a sua tomada de posse.

“Bem-vindos à celebração da renovação da América”, cumprimentou Obama, que escolheu as escadas do memorial de Abraham Lincoln, o Presidente republicano responsável pela abolição de escravatura e a união do país depois da guerra civil e que é o seu herói político, para o início oficial das comemorações da transição do poder.

“Este é um dia muito feliz, muito feliz”, repetia Monica Stewart, que caminhava com os filhos pequenos pela mão para lhes mostrar “o que é que parece a esperança”. “Basta olhar para este **mar de gente**, de todas as cores, a acenar e a sorrir. Estas são as caras da esperança. Já tinha saudades de ver pessoas tão felizes nesta cidade. Podem escrever aí que a mudança já começou a chegar a esta cidade”, observava.

“Vamos parar aqui, este lugar é perfeito”, comandava à família. [...] “Temos dois ecrãs gigantes mesmo à nossa frente. Vamos conseguir ver tudo”, notava Monica, satisfeita.

“Tudo” era um festival de estrelas da música e do cinema, presença menos presente em Washington, convidados para recitar as grandes frases do passado e exaltar o **patriotismo americano**. “Estamos aqui para celebrar a nossa história e o nosso futuro”, resumiu a atriz Ashley Judd.

Bruce Springsteen comoveu a multidão com uma versão acústica do The Rising acompanhado por um coro gospel. Tom Hanks fez um emocionado **tributo a Abraham Lincoln**, John Mellencamp deixou o Mall a cantar em uníssono Ainn’t that America. Queen Latifah lembrou Marion Anderson, uma cantora negra impedida de participar num concerto na capital por causa da cor da pele, e mais tarde convidada para actuar naquela mesma escadaria pela antiga Primeira-dama Eleonor Roosevelt. William e Sheryl Crow fizeram todos saltar com a sua interpretação de One Love. E Stevie Wonder, um dos preferidos do Presidente eleito, pôs toda a família Obama a dançar. [...]

Desafios pela frente

Pelas suas palavras anteontem, Obama também sempre acreditou que a sua campanha só podia terminar em vitória. “Se conseguíssemos reunir toda a gente, democratas e republicanos e independentes, e restaurássemos a esperança”, observou. “**Vocês provaram que as pessoas que acreditam no país o podem mudar**. E que não há nada que possa silenciar milhões de vozes a pedir mudanças”, concluiu.

“**O nosso país está em guerra e a nossa economia está em crise**”, lembrou o futuro Presidente. “E eu não vou fingir que os desafios que temos pela frente vão ser fáceis: não vão demorar um dia ou um mês, mas muitos anos, para ultrapassar os problemas com que nos confrontamos”, declarou.

Mas, apesar da “enormidade da tarefa” que o espera na Casa Branca, Obama fez questão de manifestar a sua confiança no futuro e a esperança de que os muitos problemas do país podem ser resolvidos. “**E o que me dá esperança?**” – “**Aquilo que vejo a partir daqui**”, explicou. “**Estes monumentos, que nos mostram que é possível concretizar os nossos ideais, mas especialmente vocês, os americanos que acreditam que este país pode sempre ser melhor e estão dispostos a trabalhar por isso**”, declarou. (Rita Siza/Público/redacção)

In: Vertical, edição da terça-feira, 20/01/2009 – n 1741

Artigo 18

Estados Unidos escolheram “esperança em vez do medo”

(Washington) Barack Obama começou o seu discurso de tomada de posse à volta dos grandes desafios que a América defronta mas garantindo que vão ser enfrentados. “Hoje, os desafios que nos esperam são muitos”, disse Obama diante de uma multidão em Washington. “Não vão ser resolvidos de modo fácil, nem rápido”, avisou. “Mas quero que saibam isto América – vão ser resolvidos”, disse, recebendo os primeiros aplausos entusiasmados.

Porquê? “Porque escolhemos a esperança em vez do medo”, disse o novo Presidente dos Estados Unidos.

[...] Aos inimigos da América, Obama deixou uma mensagem dura: “não vão mudar a nossa maneira de ser. E nós vamos derrotar-vos”, afirmou o primeiro negro a ocupar o mais alto cargo do **país mais poderoso do mundo**, lembrando de seguida a nação “**patchwork**” que é a América. [...]. (redacção e CNN, BBC online)

In: Vertical, edição da quarta-feira, 21/01/2009 – n 1742

Artigo 19

Segurança Aeroportuária eficaz

(Maputo) A formação em matéria de segurança e **controle de tráfego aéreo** é um elemento chave e crucial para prestação de serviços de elevada qualidade, conforme revelou João Loureiro, Presidente interino do Conselho de Administração (PCA) da empresa Aeroportos de Moçambique (ADM), na abertura do Curso de Formação em Gestão da Segurança Aeroportuária que desde anteontem decorre em Maputo até dia 30 de Janeiro corrente.

Sob a égide da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), o curso conta com a participação de 20 elementos, dentre gestores de segurança e chefes de serviços de **tráfego aéreo** e, segundo Loureiro, o mesmo tem como objectivo “dotar os participantes de conhecimentos avançados sobre o sistema de gestão de segurança aeroportuária e de **controle de tráfego aéreo**”, bem como “dos padrões e práticas recomendadas pelo ICAO”

Na opinião de João Loureiro, “há algumas melhorias”, no entanto, “é necessário tirar proveito do crescimento do tráfego”, ou seja, “ir ao encontro das exigências do mercado que é cada vez mais competitivo, imperando-se, para o efeito, uma segurança **aero-portuária eficaz**”.

Loureiro chamou a colaboração de todos os funcionários **da ADM**, sobretudo no engajamento em matéria de segurança, desde gestores de segurança, chefes de serviço de tráfego aéreo, pilotos, mecânicos, entre outros.

Por seu turno, Emmanuel Chave, director das Operações **dos ADM**, explicou que a empresa, para além desta formação, “tem vindo a organizar alguns *workshops* e palestras, com vista a capacitar os funcionários na gestão operacional e preventiva de acidentes”.

De acordo com o Director das Operações, “a capacitação elevou o nível de conhecimento de controle e procedimentos de segurança, culminando com a retirada de Moçambique da lista de países com elevados níveis de insegurança aero-portuária” [...] (redacção)

In: Vertical, edição da quarta-feira, 21/01/2009 – n 1742

Artigo 20

Auditoria IOSA – IATA: LAM obtém resultados satisfatórios

(Maputo) A LAM – Linhas Aéreas de Moçambique obteve resultados muito satisfatórios na auditoria realizada pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (IOSA-IATA) entre os dias 6 e 10 de Junho corrente, onde foram avaliados os itens atinentes à segurança operacional.

Conforme fontes próximas do processo de auditoria, “a avaliação realizada demonstra claramente que a LAM é uma companhia que nas suas operações cumpre os requisitos técnico-operacionais estabelecidos na Indústria da Aviação Civil, sendo por isso uma empresa segura e de confiança para os clientes”.

Segundo a mesma fonte, os resultados da Companhia Aérea de Bandeira Nacional, “representam um gigantesco passo de re-credibilização do Sistema Moçambicano de Aviação Civil às entidades Internacionais da indústria de Aviação”.

Esta é a terceira auditoria consecutiva da LAM no programa IOSA da IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo), onde foi certificada pela primeira vez em 2008, tendo sido recertificada em 2009.

Sabe-se que a IOSA-IOTA Operational Safety Audit (Programa da IATA para Auditoria de Segurança Operacional) é um sistema de avaliação internacionalmente reconhecido e aceite, concebido para avaliar a gestão operacional e sistemas de controlo das companhias aéreas. [...] Actualmente cerca de 370 companhias aéreas têm a certificação IOSA, perfazendo cerca de 93% do tráfego aéreo mundial. (redacção)

In: Vertical, edição da terça-feira, 14/06/2011 – n 2338

Artigo 21

Usar ajuda para acabar com dependência da ajuda: Os passos que o País tem que dar

- Interações com vários intervenientes, especialmente oficiais do Governo moçambicano, e uma análise da evidência disponibilizada à Missão de Revisão do MARP por vários Ministérios e Departamentos do Governo, sugerem que Moçambique se tornou fortemente dependente da ajuda internacional numa forma multidimensional, estrutural e dinâmica, nomeadamente, no que respeita a finanças, escolha de políticas, capacidade institucional, cultura do serviço público, organizações da sociedade civil, e mesmo o desenvolvimento e a dinâmica das instituições políticas e económicas –

(Maputo) Moçambique precisa de fazer a transição de dependência da ajuda externa e do desenvolvimento – dependente da ajuda – para um processo endógenos de transformação política, social, económica e acumulação sustentável, significando isto que deve-se começar seriamente a concentrar-se num desenvolvimento de capacidade produtiva e comércio de ampla base, diversificando, inovando, bem articulado e inclusivo, conforme sublinha o relatório sobre Moçambique do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP), recentemente lançado em Maputo.

Conforme o relatório do MARP, o nosso país pode aprender da experiência de outros países a reduzir a sua grande dependência dos doadores, ou melhor, o Governo Moçambicano tem de se tornar ambicioso, “começar a trabalhar na mudança da estrutura e dinâmica da despesa pública para apoiar e abrir caminho ao investimento privado e desenvolvimento de capacidades produtivas e de comércio viáveis, sustentáveis e competitivas”.

Parte do que vem acima escrito “inclui a criação de um forte ambiente favorável ao desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME)”, o que “exige um investimento consistente e adequado na educação e no desenvolvimento de recursos humanos”.

Por seu turno, o Painel de Personalidades Eminentemente recomenda que para Moçambique atingir aqueles objectivos, deve iniciar “programas de capacitação para as comunidades locais e Organizações da Sociedade Civil para que sejam capazes de participar de forma efectiva nos processos de planificação, implementação, monitoria e avaliação, para uma melhor prestação de serviços”.

Por outro lado, o Painel de Personalidades Eminentemente é da opinião de que seja assegurada “a representação e participação de todos os grupos marginalizados no processo de desenvolvimento” e que seja “reforçado o papel do Observatório de Desenvolvimento para garantir que as opiniões dos cidadãos possam ser tratadas de forma adequada e que é dado “feedback”, além de que deve-se, por outro lado, “reforçar a disseminação da informação e sensibilização sobre as leis que promovem uma participação com uma ampla base” [...]

In: Vertical, edição da terça-feira, 14/06/2011 – n 2338

Artigo 22

FMI alvo de “grande e sofisticado” ataque informático

Um prolongado e sofisticado ataque de informática tomou por alvo no início deste ano o Fundo Monetário Internacional (FMI), o grupo intergovernamental que tutela o sistema financeiro de 187 países membros, aparentemente com o propósito de “dar vantagens” a um país, foi revelado pelo diário norte-americano “The New York Times”, citando responsáveis daquela instituição financeira global.

(Washington) Trata-se de uma brecha enorme e que durou vários meses, avaliou uma dessas fontes, sob anonimato, segundo a qual o ataque informático ocorreu ainda antes do estalar do escândalo sexual, em meados de Maio, envolvendo o entretanto afastado director da instituição, Dominique Strauss-Kahn, que é acusado de agressão sexual por uma empregada de um hotel de Manhattan.

O perito Tom Kellerman, que trabalhou tanto para o FMI como para o Banco Mundial, explicou à agência noticiosa britânica Reuters que o objectivo desta intromissão informática era o de instalar *software* que permitisse dar a um país – não identificado – uma “presença digital por dentro” na rede da instituição. Tal daria acesso a um “tesouro de informações económicas que não são públicas”, usadas pelo FMI para promover estabilidade das taxas cambiais, apoiar as balanças de comércio internacional e fornecer recursos para dar respostas às crises nas balanças de pagamento dos países membros.

“Foi claramente um ataque com alvo muito bem definido, o código foi criado especificamente para atacar o FMI”, avaliou o especialista, actualmente chefe de tecnologia da empresa de consultoria informática AirPatrol e membro sénior do grupo International Cyber Security Protection Alliance. A notificação oficial, dentro da própria instituição, da ocorrência do ataque informático foi feita aos funcionários apenas na quarta-feira da semana passada.

Fontes dentro do FMI recusaram (fazer) qualquer comentário oficial ao incidente, tendo um porta-voz indicado ao “New York Times” apenas que ocorre presentemente “uma investigação” e que a instituição financeira está “plenamente operacional”.

Por precaução, diz ainda o diário norte-americano, o Banco Mundial, instituição “irmã” do FMI e cuja sede se localiza do outro lado da rua, em Washington, “cortou os laços informáticos entre as duas instituições durante o incidente”.

No início deste mês, o grupo de piratas informáticos “Anonymous” apelou a um ataque informático contra o FMI, como forma de protesto contra as severas restrições impostas pela instituição à Grécia, no quadro do pacote de ajuda financeira concedido àquele país. O ataque contra o FMI surge aliás num fluxo de outros incidentes que tomaram por alvo instituições de vulto, maioritariamente com o objectivo de aceder a segredos com enormes implicações económicas, que incluem o grupo financeiro Citigroup, a Sony e a empresa de defesa, segurança e tecnologia aeroespacial Lockheed Martin. (Reuter)

In: Vertical, edição da terça-feira, 14/06/2011 – n 2338

Artigo 23

Prestígio da “Marca Moçambique” em jogo!

(Maputo) O Presidente da República (PR), Armando Guebuza, lança hoje em Maputo a “Marca Moçambique”, projecto do executivo moçambicano virado para a promoção das potencialidades turísticas dentro e fora do país e trata-se de uma iniciativa visando demonstrar ao mundo que Moçambique é um local seguro para investimentos, segundo Jeremias Manussa, director nacional de Promoção Turística do Ministério do Turismo, acrescentando que o projecto agrega valores sociais, económicos e culturais de Moçambique.

Conforme apurou o “vt”, o lançamento da “Marca Moçambique” vai contar com a presença de pouco mais de 650 personalidades, entre operadores turísticos e governantes africanos do sector do Turismo, segundo ainda Manussa, acrescentando que o lançamento da “Marca Moçambique” será seguido da realização da Cimeira Africana de Investimento Turístico, encontro que vai decorrer amanhã em Maputo.

Segundo Manussa, “o evento proporcionará aos Moçambicanos uma oportunidade de, perante uma audiência internacional, anunciarem os passos gigantescos recentemente observados em prol do melhoramento do ambiente de negócios no país”, acrescentando que o Novo Código dos Benefícios Fiscais, a Lei do Trabalho, a modernização do Aeroporto Internacional de Maputo, bem como os projectos Arco-Norte e Âncora são parte das iniciativas tendentes a atrair mais investimentos para Moçambique

O encontro, a ser organizado pela “Africa Investor Forum – Fórum de Investimentos Turísticos do Continente”, tem em vista a procura de uma plataforma comum para o desenvolvimento do Turismo e culminará com a efectivação de Gala de Prémios de Investimento Turístico 2008, uma iniciativa visando reconhecer e encorajar os operadores turísticos que mais se destacaram na promoção do Turismo Africano.

Na ocasião, será também publicado o Mapa-Guia Geo-turístico do Norte de Moçambique, um produto desenvolvido pelo centro mundial “National Geographic”, uma organização que tem como uma das suas vocações “a promoção de destinos turísticos sustentáveis no mundo”.

Entretanto, o “vt” sabe que na Cimeira Africana de Investimento Turístico, conforme Jeremias Manussa, confirmaram a sua presença em Maputo para participarem na cimeira os ministros do turismo do Quénia, São Tomé e Príncipe, Suazilândia, África do Sul, Botsuana, Lesotho e outros representantes da Organização Mundial do Turismo (OMT).

A gala terá um total de 15 diferentes categorias, sendo de destacar: “o Melhor Operador Turístico, Melhor Investidor, Melhor Ministro do Turismo, entre várias outras” e de salientar que o Ministério do Turismo (MICTUR) pretende promover a “Marca Moçambique” em português e inglês em vários países, sendo de destacar Portugal, África do Sul, Reino Unido, Alemanha e alguns países da Ásia. (redacção e RN)

In: Vertical, edição da quinta-feira, 26/02/2009 – n 1767

Artigo 24

Biomassa: Potenciar comunidades constitui maior desafio

(Maputo) A potenciação da comunidade na gestão da Biomassa (energia produzida pelo carvão e lenha) é uma das soluções efectivas, apontada por especialistas desta área, para fazer face aos desafios da energia, conforme constatou o “vt” à margem do lançamento do processo de elaboração da Estratégia Nacional de Biomassa, realizado semana passada, processo que é liderado pelo Ministério da Energia e cuja equipa integra ainda os Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e **a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e financiada pela União Europeia.**

Para o efeito, um consórcio constituído por duas empresas, **uma francesa e outra alemã, com muita experiência na área, respectivamente, Econsult, Marge e Synergy Consulting moçambicana, foram seleccionadas para a elaboração da estratégia** e, conforme o especialista António Malalane, “no nosso país, 80% de energia é derivada de Biomassa”.

Segundo este especialista em Biomassa, “as pessoas não têm rendimento suficiente para a energia eléctrica e o próprio Estado não tem recursos financeiros para custear as despesas da expansão de energia eléctrica. O que é deficiente no nosso país é a fiscalização pois, “a legislação existe”, ou melhor, “tem de haver mais coordenação intersectorial entre o sector de florestas e do ambiente”.

Em seguida, interrogou-se: “porque é que a floresta é desmatada e ninguém faz nada? As árvores de frutas, por exemplo, as populações não abatem” e, concluindo: “dar poder às comunidades, para preservar o valor económico das florestas”, tendo-se referido ao facto das comunidades não ganharem nada... com o negócio da madeira: “quem realmente está a ganhar não é quem produz. Há qualquer coisa de errado”, sendo **“preciso reunir soluções e dar poder às comunidades que produzem recursos e capacitá-las de forma de vista de negócio para o próprio benefício da comunidade”**. (redacção)

In: Vertical, edição da terça-feira, 12/07/2011 – n 2358

Artigo 25

Falhas na monitoria precipitou a crise financeira internacional

(Maputo) Nos últimos anos, os países mais industrializados falharam bastante na monitoria e regulamentação do mercado internacional, constituindo este, uma causa da mais recente crise financeira que está a abalar quase todo mundo. No entanto, é urgente uma nova gestão pública pois, o modelo virado ao mercado, onde o controle económico passou do sector público ao privado, demonstrou ineficácia, conforme referiu Jim Bjorkman, Professor Catedrático e com larga experiência na docência na área de reformas de políticas públicas no Instituto de Estudos Sociais de Haia, na Holanda.

Falando esta semana numa palestra organizada pelo Instituto Superior de Administração Pública (ISAP), subordinada ao tema “Tendências Contemporâneas em Administração Pública numa Perspectiva Comparativa”, Jim Bjorkman explicou que a nova gestão pública sugere que não deve ser de meramente competitiva, porque competir não é apropriado para a sua função reguladora.

Segundo Bjorkman, a nova abordagem de questões económicas para a superação da crise “deve ser modesta; deve incluir mais pessoas, ou seja, as comunidades, economia real, aspectos culturais”, isto porque e ao fim ao cabo, “a população é a mais afectada pela crise económica mundial”.

De acordo com Jim Bjorkman, “os Governos estão investir muito dinheiro, ou melhor, pacotes financeiros para alavancar a economia dos seus países e tentar superar a crise financeira mas, é preciso ter consciência de que não será fácil conseguir; haverá deslizos e poderá levar algum tempo, dado que é um problema complexo e não será com soluções simples; e o mais importante é continuar a experimentar várias alternativas sem se olhar para os resultados”.

Jim Bjorkman defendeu ainda que “os actuais deslizos económicos podem ter iniciado há cinco anos atrás mas, a característica humana de não se preocupar quando tudo anda bem é o que levou os Governos a não actualizar a tendência económica. Contudo, o perfil da gestão pública para que possa ser superada a crise, requer várias alternativas; não se deve entregar de novo todo controlo ao mercado porque o mundo já aprendeu dos erros cometidos no passado”.

Acima de tudo, Bjorkman sublinhou que a relação entre o Estado e o Mercado está em declínio, facto que deixa enormes desafios à uma boa governação que possa conter várias abordagens, face a este flagelo mundial e não voltar aos antigos métodos que falharam mas, deve haver mais criatividade.

Recordar que Jim Bjorkman é Professor Catedrático e com larga experiência na docência na área de reforma de políticas públicas e Sector Público no Instituto de Estudos Sociais de Haia, na Holanda. (redacção)

In: Vertical, edição da sexta-feira, 20/02/2009 – n 1763

Artigo 26

BAD e FMI apresentam “Impacto da crise financeira em Moçambique”

(Maputo) o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) apresentou semana finda, com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), um documento sobre o impacto da crise financeira em Moçambique aos Chefes de Cooperação, cuja elaboração foi feita pelo PAP (Programa de Parceria para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento), sob liderança do BAD.

O documento consiste numa análise da crise tomando em consideração os mecanismos de transmissão da mesma para a economia moçambicana, nomeadamente: “Os indicadores macro-económicos, as características do sector bancário e financeiro, a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e também o efeito da crise na África do Sul, visto que este é um dos principais mercados para os produtos de Moçambique”.

A avaliação concluiu que o efeito da crise em Moçambique sentir-se-á mais na economia real, através da diminuição de procura nos mercados. Esta redução contribuirá para que os preços dos produtos, principalmente os afectados pelas crises de alimentos e petróleo, baixem. Apesar do potencial efeito positivo desta redução na balança de pagamentos, visto que Moçambique é um país importador de alimentos e petróleo, este efeito será provavelmente compensado pela diminuição de exportações resultante da redução da procura dos principais produtos de exportação.

Quanto ao sector bancário e financeiro, apesar de haver uma elevada percentagem de instituições financeiras que são subsidiárias de instituições internacionais, a sua gestão conservadora e independente as defendeu dos efeitos de curto-prazo da crise.

Contudo, este sector, assim como o resto da economia, irá sofrer com impacto indirecto através da desaceleração da própria economia, como é o caso do sector do turismo. O acesso do crédito do sector privado tornar-se-á ainda mais limitado com uma maior aversão ao risco e racionalização do crédito por parte dos bancos, resultante da diminuição da **lubrificação da economia** através da provisão de crédito, associada ao fornecimento deficitário de energia eléctrica, contribuirá para um possível declínio do sector privado e redução do IDE.

O documento também aponta para uma incerteza na provisão de AOD, particularmente a que provém de países que alocaram grandes montantes para os planos nacionais de resgate dos seus sectores financeiros, sendo a dependência de Moçambique para cerca de 50% do seu orçamento de Estado, fazendo com que a possível redução da AOD ponha em causa o crescimento económico do país até agora registado.

As instituições multilaterais financeiras como o BAD têm um papel contra-cíclico na crise, como instituições alternativas capazes de financiar o *deficit* deixado pelas organizações financeiras que passam a restringir o crédito à economia devido à crise. (redacção)

In: Vertical, edição da segunda-feira, 16/02/2009 – n 1759

Artigo 27

Janeiro & Maio 2011: Receita cobrada encoraja o Estado

(Maputo) o ministro das Finanças (MF), Manuel Chang, disse ontem em Maputo que o facto da receita arrecadada e acumulada no período de Janeiro a Maio último ter atingido os 32.132,32 milhões de Meticais, contra os 31.626,60 milhões de Meticais programados para o mesmo período e já incorporando os ajustamentos resultantes do orçamento revisto era encorajador pois, aquele nível de realização “correspondeu a 101,6% da meta para o período e a 40,6% da receita total programada em 2011, após a revisão do Orçamento”.

Manuel Chang, que falava na assinatura do Memorando de Entendimento entre a instituição que dirige e os Parceiros de Cooperação no âmbito do Fundo Comum da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), que irá permitir o desembolso para o ano corrente o montante de 5.800.000,00 USD, referiu que os resultados que tem vindo a ser alcançados na execução da política fiscal e aduaneira e na reforma tributária são “excelentes...”.

[...] Sobre o Memorando assinado, **Chang foi da opinião** de que o mesmo destina-se “a facilitar o maior envolvimento e participação da Comunidade dos Países e Organizações estrangeiras no esforço de melhoria e modernização da Administração Tributária em Moçambique, no âmbito do Programa de reformas levadas a cabo pelo Governo, tendo em vista a capacitação e modernização da AT, tendo como objectivo de maximizar a colecta das receitas do Estado a prestação de serviços de excelência ao cidadão, no processo da execução da política fiscal e aduaneira. Mais ainda, o Memorando rubricado estabelece os parâmetros de relacionamento entre o Governo moçambicano e os Parceiros de Cooperação na prossecução dos objectivos estratégicos da reforma tributária, que incluem a identificação e quantificação dos meios financeiros disponíveis e respectivos doadores, as regras para o desembolso e controlo na utilização dos recursos disponibilizados, bem como mecanismos de avaliação do grau de eficiência na aplicação dos mesmos”.

Parceiros de Cooperação

Por seu turno, o Embaixador da República Federal da Alemanha, Ulrich Kloonker – que assinou o Memorando de Entendimento do Fundo Comum em representação dos Parceiros de Cooperação – assinalou que “a tarefa soberana da recolha de receitas fiscais faz parte central de um Estado, a fim de financiar as suas tarefas”.

“Nós financiadores do apoio ao Orçamento do Estado saudamos especialmente ao melhoramento das próprias receitas fiscais e aduaneiras”, disse Kloonker, sublinhando ser “mais um espaço para o combate à pobreza” e capacitando “Moçambique a tornar-se mais independente do apoio do G19”.

De acordo com Ulrich Kloonker, perante o cenário dos mega-projectos na área de recursos – que actualmente estão na fase de preparação, “uma administração fiscal e aduaneira moderna ganha – além disso – mais importância, visto que só deste modo possa ser assegurada a utilização dos recursos para o público em geral”.

Conforme o embaixador alemão, “vamos continuar a apoiar a modernização da Autoridade de Moçambique através do Fundo Comum – por exemplo – nas áreas da e-Tributária e da expansão necessária dos recursos humanos” e as “temáticas de Change Management e Treinamento para os novos colaboradores, bem como novas tarefas para os colaboradores já existentes, terão no futuro uma importância especial”. (redacção)

In: Vertical, edição da terça-feira, 07/06/2011 – n 2333

Artigo 28

Vibeiras estreia no mercado moçambicano

(Matola) Acaba de ser inaugurada, na cidade da Matola, uma nova empresa vocacionada para o desenvolvimento de projectos, construção, requalificação e manutenção de parques, jardins e ainda a construção e manutenção de recintos desportivos, relvados e produção de plantas ornamentais, denominada “Vibeiras – Projectos e Obras de Arquitectura Paisagista”.

Representando um investimento inicial de 300 mil dólares norte-americanos, a nova unidade empresarial vai igualmente desenvolver outras especialidades complementares, nomeadamente pavimentações, concepção e instalação de sistemas de drenagem, rega, iluminação, entre outras.

De acordo com o Presidente do Conselho de Administração da Vibeiras, Salimo Abdula, a nova empresa “vai investir numa produção própria, muito focalizada para a qualidade, trazendo grandes opções paisagísticas e projectos para todos os que pretenderem os seus serviços, tanto do sector privado como público”.

Presente no acto de inauguração da nova empresa, o Presidente do Conselho Municipal da Matola, Arão Nhancale, referiu que a Vibeiras representa um “ganho empresarial para Matola, pois se trata duma cidade com vários espaços verdes, o que abre uma parceria útil entre a empresa e o município”.

Constituída em 2010, a Vibeiras é participada pelas empresas Intelec Holdings, Visabeira e Vibeiras de Portugal. (redacção)

In: Vertical, edição da terça-feira, 07/06/2011 – n 2333

Artigo 29

Verticais (2)

(Maputo) No âmbito das comemorações do Centenário dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique (CFM), é inaugurada hoje, na estação central dos CFM, a exposição “Caras e Citações”, uma interpretação estética sobre Universidade, Cultura e Desenvolvimento, da autoria de Ana de Macedo e com o apoio do Instituto Camões. (redacção)

In: Vertical, edição da terça-feira, 14/06/2011 – n 2338

Artigo 30

Energia sustentável com dotação de 60 milhões USD

(Lisboa) O Governo Dinamarquês e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) lançaram ontem em Lisboa (Portugal) as bases do futuro Fundo de Energia Sustentável em África (FESA), que terá uma dotação inicial de 60 milhões de dólares e deverá estar operacional em 2012.

Segundo Héli Cheikhrouhou, directora de Energia e Ambiente do BAD, o fundo irá financiar “pequenos e médios projectos”, na área de energias renováveis em África.

A dotação inicial do fundo, uma doação do Governo da Dinamarca, será de 60 milhões de dólares, mas Héli Cheikhrouhou adiantou que existe potencial para doações de outros países, sem especificar. (redacção/LUSA)

In: Vertical, edição da quarta-feira, 08/06/2011 – n. 2334